



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM CIDADES AMAZÔNICAS: atuação e inserção
Internacional de Belém e Manaus (1997-2012)

Belém
2013

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM CIDADES AMAZÔNICAS: atuação e inserção
Internacional de Belém e Manaus (1997-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro

Belém
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Rocha, William Monteiro

Relações internacionais em cidades amazônicas: atuação e inserção internacional de Belém e Manaus (1997 – 2012) / William Monteiro Rocha; Orientador, Edna Maria Ramos de Castro. – 2013.

211f.: il. ; 29 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2013.

1. Relações internacionais – Belém (PA). 2. Relações Internacionais – Manaus (AM). 3. Cooperação internacional. 4. Cooperação Descentralizada. 5. Desenvolvimento local. I. Castro, Edna Maria Ramos de, Orientadora. II. Título.

CDD 22 ed. 327.09811

WILLIAM MONTEIRO ROCHA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM CIDADES AMAZÔNICAS: Atuação e Inserção
Internacional de Belém e Manaus (1997-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU),
do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) como
requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento
do Desenvolvimento.

Aprovado em: 12 de abril 2013

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a Edna Maria Ramos de Castro
Orientador - NAEA/UFPA

.

Prof^o. Dr^o. Luis Eduardo Aragón Vaca
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr^o. Alberto Luiz Teixeira
Examinador Externo – PPGCP/UFPA

Aos meus avôs ***Hugo Pinto Monteiro e Washington da Costa Rocha*** (ambos, *in memoriam*) por terem desbravado parte da Amazônia (do Acre ao Amapá), para por fim se estabelecerem em Belém do Pará, fazendo desta terra, lar de nossas famílias e ponto de referência que jamais deixaremos de ter!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a força maior, integradora e articuladora do Universo que muitos convencionam por *Deus*, e que eu prefiro acreditar estar presente não somente em um espaço ou local delimitado e, sim em tudo aquilo que gera fé e move a vida.

Ao meu Pai Willamy e minha Mãe Cleide, pelo amor e apoio incondicional, que sem os quais eu não conseguiria alcançar meus objetivos.

À minha família como um todo, mas em especial a família de Manaus: minha madrinha Conceição, meu Padrinho Walter, minhas primas Alessandra, Camilla e Marcela e aos priminhos, Matheus e o recém-chegado ao Mundo, Gabriel; meu obrigado pelo apoio e carinho durante pesquisa de campo.

A ela, Tienay, por estar ao meu lado a quase 4 anos, por dividir sonhos, projetos e até comida, por me amar de uma forma que só ela consegue e por ser sinônimo de felicidade, boas risadas e do melhor carinho do Mundo. Fico feliz por estar concluindo mais essa etapa da minha (da nossa!) vida e você estar iniciando seu caminho no Mestrado. Como diria John Lennon, "*Love is you..You and me..Love is knowing..We can be!*".

A minha orientadora, Prof^a. Edna Castro, a quem eu já tinha como referência acadêmica e que durante o mestrado passei a admirá-la ainda mais como Professora, mas principalmente como pessoa. Ensinando, Compartilhando, Cobrando e Incitando conhecimento a todo instante, ela me permitiu aprender muito e dar passos em direção a uma Ciência 'fora da bolha', compartilhada e mais humana.

Aos amigos do GADE, pela amizade, companheirismo e constante vontade de tornar o Mundo mais voluntário!

Aos amigos de graduação, em especial a Barbara Kussler por me apresentar ao mundo da Paradiplomacia/Cooperação Descentralizada e me ajudar a entender ainda mais esse fenômeno, desde a Graduação até o Mestrado. Tão quanto, aos amigos Caio Lobo, Anne Carolline, Edileuza Wischansky, Ellen Kagueyama, Tammy Reis e Tina Santos; ainda que uns mais (Akina!) e outros menos (Tina moça!) distantes sempre emanam boas energias.

As amigas de Mestrado Nádia Bentes, Brenda Cirilo, Daiane dos Santos, Kalflia Kalife e Inilde Almeida pelas filas de xerox enfrentadas, pelos trabalhos apresentados e pelas boas risadas ao longo desses intensos, loucos e produtivos anos de Mestrado.

Aos professores do NAEA que me fizeram ir além do ôntico nesses 2 anos de Mestrado, em especial aos Professores Claudio Szlafstein, Fábio Carlos da Silva, Josep Pont

Vidal, Luis Eduardo Aragón, Mário Amin Herrerros, Saint-Clair Trindade Junior e a querida Professora Nírvia Ravena.

Agradeço também a ajuda e cordialidade de pessoas, sem as quais o presente trabalho não teria sido viabilizado, do ex-prefeito e Deputado Edmilson Rodrigues pela disposição em ter uma longa e produtiva conversa, das colegas Sabrina Nascimento e Stella Pessoa pela presteza de sempre, da Sr^a. Jurandir Novaes pela disponibilização de rico material, da Prof^a. Therezinha Gueiros por abrir as portas de sua casa e compartilhar muito sobre gestão pública e educação e a Prof^a. Nazaré Imbiriba por compartilhar comigo sua vasta experiência no campo da cooperação internacional. Agradeço também, as funcionárias da biblioteca do NAEA pela ajuda e constante disponibilidade, tal como os funcionários da secretaria do PLADES e PPGDSTU, por todo apoio necessário nesses 2 anos.

Agradeço também o CNPq pela bolsa de pesquisa, sem a qual seria muito difícil o êxito no mestrado e conseqüentemente nesta dissertação.

Quando vemos o mundo como máquina, controle é a forma apropriada de administrá-lo. Mas ao considerarmos o mundo como um sistema vivo, que contém outros sistemas vivos, a melhor forma de nele conviver não é pela busca de seu controle, mas sim por participação, diálogo e cooperação

Fritjof Capra

RESUMO

No decorrer das últimas décadas, o estudo das Relações Internacionais diversificou sua análise, deixando de ter um enfoque direcionado sobre a atuação dos Estados nacionais e passando a analisar mais atentamente a dinâmica e ascensão de novos atores no cenário internacional, como as entidades subnacionais, incluindo as cidades e os governos locais, gerando um novo foco de análise, principalmente no contexto da cooperação internacional. A presente dissertação analisa por quais razões e de que maneira ocorre a inserção e atuação internacional das cidades amazônicas de Belém e Manaus, tendo como cenário um Mundo globalizado e interdependente. No conjunto desse novo cenário, favorável às relações internacionais, a Cooperação Internacional passa a ser um instrumento latente para o desenvolvimento não somente dos países, mas também das cidades, através da Cooperação Descentralizada; fenômeno político-econômico relativamente recente e que vem adentrando cada vez mais as agendas de desenvolvimento local. As cidades cada vez mais passam a adotar as relações internacionais, tal como estratégias de cooperação descentralizada como uma agenda propulsora e paralela de desenvolvimento, seja na captação de recursos externos, seja no fortalecimento da identidade local, na promoção do comércio exterior ou, até mesmo na disseminação cultural. Belém e Manaus, *locus* desta pesquisa, apresentaram ao longo dos anos diversas motivações e formas de efetivarem suas relações internacionais e, para tal análise, adotou-se uma análise fundamentalmente qualitativa, traçando um quadro analítico-descritivo entre as cidades investigadas. O presente trabalho analisa as ações, estratégias, mecanismos e forma institucionalizada ou não de gerir as atividades internacionais das referidas cidades. O cenário global atual é incentivador das interações multiníveis entre ‘velhos’ e ‘novos’ atores internacionais, todavia o *habitus* das relações internacionais incita cada vez mais a continuidade e o compromisso que os Governos (sejam eles nacionais ou locais) devem ter para corresponder e acompanhar as dinâmicas impostas pela globalização, embora, nem todos os Governos acompanham, possuem ou dedicam estruturas adequadas aos anseios que o novo e interdependente cenário internacional exige.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Cidades Amazônicas. Cooperação Internacional. Cooperação Descentralizada. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Along the last decades, the study of the International Relations has diversified its analysis, leaving behind an approach focused on the National States, and starting to analyze mindfully the dynamic and rise of the new global actors on international scenery. These new global actors are taken as sub national entities, including the cities and the local governments, begetting, thus, a new analysis focus, mainly, on the international cooperation context. This Master's thesis analyzes why and how the insertion and the international acting of both Amazonian cities, Belem and Manaus, occur; considering as scenery, a globalized and interdependent world. In this new scenery's set, which is propitious to the international relations, the international cooperation becomes a latent instrument to not only countries' development, but also to cities' development, through the Decentralized Cooperation: politic-economic phenomenon relatively recent and that increasingly has entered on the local developments' agendas. The cities embrace, more and more, the international relations and the decentralized cooperation strategies as a driving and parallel development agenda, whether on the external resources capitation, on the local identity strengthening or even, on both foreign trade promotion and cultural dissemination. Belem and Manaus, *locus* of this research, have presented along the years several motivations and ways of make their international relations effective, and, in order to analyze them, a fundamentally qualitative analysis was adopted, tracing an analytical-descriptive framework between the investigated cities. This work analyzes the actions, strategies, mechanisms and institutionalized and non-institutionalized ways of international activities management in those cities. The current global scenery is encourager of multilevel interactions between 'old' and 'new' international actors, however the international relations *habitus* stimulates, more and more, the continuity and the commitment which the governments (national or local) must have to correspond and follow the dynamics that are imposed by globalization, although, not all the governments follow, possess or dedicate appropriated structures to the yearnings which are demanded by the new and interdependent international scenery.

Key-words: International Relations. Amazonian Cities. International Cooperation. Decentralized Cooperation. Local Development.

RESUMÉ

Pendant les dernières décennies, l'étude des relations internationales a diversifié son analyse, a laissé en arrière le foc sur l'action des Etats nationaux et a commencé a analyser plus attentivement la dynamique et l'accession des nouveaux acteurs à la scène internationale, comme les entités sousnationales, ça inclue les villes et les gouvernements locaux, en générant un nouveau bût d'analyse, principalement dans le contexte de la coopération internationale. La présente dissertation analyse par quelles questions et de quelle manière se passe l'insertion et l'action internationale des villes amazoniennes de Belém et Manaus, en ayant comme scène un monde globalisé et interdépendant. Dans cette nouvelle scène, favorable aux relations internationales, la Coopération Internationale devient un instrument important pour le développement pas seulement des pays, mais aussi des villes, avec la Coopération Décentralisé; phénomène politique-économique assez récent et qui se fait remarquer de plus en plus dans l'agenda du développement local. Les villes commence de plus en plus à adopter les relations internationales, aussi comme les stratégies de coopération décentralisé comme une agenda propulseur et parallèle de développement, soit dans la captation des recours externes, soit dans le renforcement de l'identité locale, dans la promotion du commerce extérieur ou, même dans la dissémination culturelle. Belém et Manaus, *locus* de cette recherche, présentent, au long des années, plusieurs motivations et formes de rendre plus efficace ses relations internationales, et, pour cette analyse, il a été adopté un étude fondamentalement qualitative, en dessinant un tableaux analyse-descriptive entre les villes étudiés. Le présent travail analyse les actions, stratégies, messianismes et forme institutionnalisés ou pas de gérer les activités internationales de ces villes. La scène globale actuelle est favorable aux interactions multiniveaux entre les "vieux" et "nouveaux" acteurs internationales, par contre le *habitus* des relations internationales incite de plus en plus la continuité et le compromis que les Gouvernements (soit nationaux ou locaux) doit avoir pour correspondre et accompagner les dynamiques imposés par la globalisation, même si ni tous les gouvernements accompagnent, ont ou dédie des structures adéquates aux envies que la nouvelle et interdépendante scène globale exige.

Mots-lès: Relations Internationales. Villes Amazoniennes. Coopération Internationale. Coopération Décentralisé. Développement Local.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 -	Dimensões da Cidade e Complexidade Urbana.....	45
Fluxograma 2 -	Vertentes da Paradiplomacia, na visão de PAQUIN.....	60
Fluxograma 3 -	Determinantes da Inserção Internacional de Unidades Subnacionais.....	62
Imagem 1 -	Prefeito Amazonino Mendes e ao lado o Cartaz da Cúpula.....	131
Imagem 2 -	Cartaz do Seminário Internacional.....	134
Imagem 3 -	Cartaz Oficial da Copa em Manaus e projeção da Arena da Amazônia.....	155
Fluxograma 4 -	Panorama das Gestões Municipais e seus órgãos de Relações Internacionais.....	157
Imagem 4 -	Publicações da Prefeitura de Belém e da CRI.....	159

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Inauguração da lápide em homenagem a Belém, na cidade de Aveiro.....	93
Fotografia 2 - Imagens do Fórum Social Mundial de Belém.....	102
Fotografia 3 - Abertura do FAL/FALA.....	103
Fotografia 4 - Seminário Brasil e Itália.....	104
Fotografia 5 - Participantes do Fórum Internacional sobre Uso da Terra.....	132
Fotografia 6 - Cartaz do Fórum e Foto de uma das Mesas de discussão com o Secretário Marcelo Dutra (SEMMAS) ao centro.....	133
Fotografia 7 - Banner da Campanha “Seal the Deal” em frente ao Teatro Amazonas.....	136
Fotografia 8 - Alguns pontos de intervenção do PROSAMIN.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modalidades, Recurso e Natureza da Cooperação Internacional.....	41
Quadro 2 -	Segmentos da Atuação Global Municipal.....	61
Quadro 3 -	Panorama das gestões municipais em Belém.....	72
Quadro 4 -	Cidades-irmãs de Belém (até 2004) e os respectivos anos dos acordos.....	92
Quadro 5 -	Cidades-irmãs de Belém (até 2012) e os respectivos anos dos acordos.....	114
Quadro 6 -	Lista de Irmanamentos em fase de celebração.....	114
Quadro 7 -	Panorama das gestões municipais em Manaus.....	121
Quadro 8 -	Cidades-irmãs de Manaus e os respectivos anos dos irmanamentos.	153
Quadro 9 -	Quadro Comparativo acerca das Relações Internacionais de ambas cidades.....	163

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AAM	Associação Amazonense dos Municípios
ARNI	Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
ASRI	Assessoria de Relações Internacionais
APC	Assistência a Projetos Comunitários
BELEMTUR	Companhia de Turismo de Belém
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	Corporação Andina de Fomento
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CIDS	Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CODEM	Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém
COP	Conferência das Partes
CNUDS	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
CRI	Coordenação de Relações Internacionais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EIEMC	Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários
ERENOR	Escritório Regional Norte do Ministério das Relações Exteriores
EUA	Estados Unidos a América
FAMEP	Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará
FAL	Fórum de Autoridades Locais
FALA	Fórum de Autoridades Locais da Amazônia
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FECASALC	Fondo Español de Cooperación para água y saneamento
FEDOMU	Federação Dominicana de Municípios
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIAM	Feira Internacional da Amazônia
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FLACMA	Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos locais
FMI	Fundo Monetário Internacional

FUNBOSQUE	Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira
FNP	Federação Nacional dos Municípios
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDN	Liga das Nações
LSE CITIES	London School of Economics and Political Science Research Center
MABE	Museu de Arte de Belém
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEGAM	Mudanças no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento Nacional dos Sem Terra
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OINGS	Organizações Internacionais Não-Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
PIM	Pólo Industrial de Manaus
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROSAMIN	Programa Social e Ambiental de Igarapés de Manaus
PROMABEN	Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova
PSDB	Partido da Social Democracia
PT	Partido dos Trabalhadores
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD	Redução das Emissões por Desmatamentos e Degradação Florestal
RI	Relações Internacionais
RIAC	Rede interinstitucional de Adidos para a Cooperação
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto Municipal de Belém
SEARI/SEPLAN	Secretaria Adjunta de Relações Internacionais da Secretaria Estadual de Planejamento do Amazonas

SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TRI	Teoria das Relações Internacionais
UCCLA	União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas ou União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URBAL	Programa Regional de Cooperação União Europeia – América Latina
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS CIDADES	23
2.1	Arcabouço histórico-conceitual	23
2.1.1	Os campos epistemológicos das relações Internacionais.....	23
2.1.2	Diálogo Clássico: Idealismo e Realismo.....	26
2.1.3	Diálogo Contemporâneo: Neorealismo e Neoliberalismo.....	32
2.1.4	Globalização, Cooperação Internacional e os Novos Atores Internacionais	38
2.1.5	Um Olhar Multifatorial acerca das Cidades.....	42
2.2	Arcabouço teórico-metodológico	45
2.2.1	Governança Multinível, Desenvolvimento Local e a Inserção Internacional de Cidades e Governos Locais.....	45
2.2.2	Um novo perfil das Cidades: Cidades Globais <i>versus</i> Cidades Internacionais.....	49
2.2.3	Inserção Internacional das Cidades e o fenômeno da Cooperação Descentralizada.....	52
2.2.4	Interesses, segmentos e determinantes da atuação global municipal.....	59
2.2.5	Cidades na Amazônia: Interfaces e Especificidades.....	63
3	BELÉM E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	66
3.1	Aspectos gerais da projeção internacional da cidade de Belém	66
3.2	A inserção internacional da cidade de Belém	71
3.2.1	O marco inicial das relações internacionais em âmbito municipal	73
3.3	Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 1997 a 2004, na gestão de Edmilson Rodrigues	74
3.3.1	Participação e realização de eventos internacionais.....	77
3.3.1.1	<i>Participação em eventos</i>	77
3.3.1.2	<i>Realização de eventos</i>	80
3.3.2	Participação em redes e fóruns Internacionais de Cidades.....	84
3.3.3	Articulação institucional.....	87
3.3.4	Captação de recursos e desenvolvimento de projetos.....	89
3.3.5	Irmanamento de cidades ou cidades-irmãs.....	91
3.3.6	Prêmios.....	93

3.4	Perspectivas acerca das relações internacionais do município.....	94
3.5	Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 2005 a 2012, na gestão de Duciomar Costa.....	96
3.5.1	Participação e realização de eventos internacionais.....	98
3.5.1.1	<i>Participação em Eventos.....</i>	98
3.5.1.2	<i>Realização de eventos.....</i>	99
3.5.2	Participação em redes e Fóruns Internacionais de Cidades.....	107
3.5.3	Articulação Institucional.....	107
3.5.4	Captação de recursos e desenvolvimento de projetos.....	112
3.5.5	Irmanamento de cidades ou cidades irmãs.....	113
3.6	Perspectivas acerca das relações internacionais do município.....	114
4	MANAUS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	116
4.1	Aspectos gerais da projeção internacional da cidade de Manaus.....	116
4.2	A inserção internacional da cidade de Manaus.....	121
4.2.1	O Marco Inicial das relações internacionais em âmbito municipal.....	122
4.3	Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 2009 à 2012.....	124
4.3.1	Participação e realização de Eventos internacionais.....	126
4.3.1.1	<i>Participação em Eventos.....</i>	126
4.3.1.2	<i>Realização de Eventos.....</i>	130
4.3.2	Participação em Redes e Fóruns Internacionais de Cidades.....	135
4.3.3	Articulação Institucional.....	143
4.3.4	Captação de Recursos e Desenvolvimento de Projetos.....	152
4.3.5	Irmanamento de cidades ou cidades-irmãs.....	153
4.4	Perspectivas acerca das relações internacionais do município.....	153
5	ANÁLISES E REFLEXÕES.....	156
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	164
	REFERÊNCIAS.....	166
	ANEXOS.....	175

1 INTRODUÇÃO

O estudo das relações internacionais contemporâneas direciona análises em função das significativas transformações que marcaram a formação do sistema internacional, seja em decorrência do fim da Guerra Fria, ou, seja como resultado da intensificação de fenômenos como a globalização e a interdependência. Robert Keohane e Joseph Nye começam seu importante livro acerca dos novos direcionamentos na Política Mundial com o seguinte excerto “*We live in an era of interdependence*” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 11). A era da interdependência descrita pelos autores, diz respeito ao cenário cada vez mais globalizado e interdependente, onde são abertos novos campos de análise e teorias que busquem entender e explicar as variáveis que compõem o novo sistema internacional. O Estado passa então, a ser definido sob novos moldes de atuação e regulação, sendo redirecionado a um cenário cada vez mais complexo, dinâmico, rápido e composto por inúmeros outros atores, que por vezes atuam na ausência do Estado ou mesmo paralelamente a ele.

O processo de interdependência aliado a intensificação do processo de Globalização trouxe ao sistema internacional contemporâneo novas definições. Dentre essas definições, o redirecionamento do papel do Estado em função da multipolaridade política-econômica-social. Keohane; Nye (1989, p. 11) consubstanciam:

Interdependência, definida em poucas palavras, significa mútua dependência. Na política mundial, interdependência diz respeito a situações caracterizadas pelos efeitos recíprocos entre nações ou entre atores em diferentes nações. Estes efeitos com frequência resultam de transações internacionais: fluxos de dinheiro, mercadorias, pessoas e mensagens através das fronteiras. Essas transações intensificaram-se dramaticamente desde a segunda guerra mundial. [...] As relações de interdependência sempre envolvem custos, já que a interdependência restringe a autonomia; mas é impossível especificar de antemão se os benefícios de uma relação irão exceder os custos. Isto dependerá da categoria dos atores, tanto quanto da natureza das relações. Nada garante que a relação que designamos de ‘interdependência’ será caracterizada como de mútuo benefício (KEOHANE; NYE, 1989, p. 81).

Um Mundo Globalizado e Interdependente é cenário do franco surgimento e intensificação das relações internacionais em diversos níveis. Um desses níveis, diz respeito as cidades e governos locais, que passaram a ter notório destaque desde o início da década de 1990. Com o intuito maior da captação de recursos, cidades e municípios passaram a se projetar internacionalmente para suprir carências e proporcionar o desenvolvimento local. Aos poucos, as relações internacionais passaram a adentrar e se institucionalizar na estrutura local, como agenda paralela e propulsora também do desenvolvimento. Alguns fatores contribuíram

no interesse nas relações internacionais por parte das cidades, tais como, o próprio processo da globalização, a integração regional, a expansão rápida da urbanização e a descentralização política - administrativa. De tais fatores, o local (as cidades) vislumbrou as oportunidades econômicas, políticas, comerciais e culturais no global (outras cidades, países, organizações transnacionais). Khana (2010, p. 4) acrescenta:

Now as then, cities are the real magnets of economies, the innovators of politics, and, increasingly, the drivers of diplomacy. Those that aren't capitals act like they are. Foreign policy seems to take place even among cities within the same country, whether it's New York and Washington feuding over financial regulation or Dubai and Abu Dhabi vying for leadership of the United Arab Emirates. This new world of cities won't obey the same rules as the old compact of nations; they will write their own opportunistic codes of conduct, animated by the need for efficiency, connectivity, and security above all else.).

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2008), os municípios podem, por meio da atuação internacional, alcançar:

- a) Mobilização de recursos internacionais (financeiros, humanos e técnicos), voltados a projetos para o desenvolvimento local;
- b) Inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional que estão voltadas para o compartilhamento das experiências entre os municípios;
- c) Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas e culturas distintas;
- d) Análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas em eventos internacionais;
- e) Promoção da visibilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimentos para setores estratégicos;
- f) Participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência do poder local na conjuntura internacional;

Tais fatores mencionados fundamentaram sistematicamente a análise das cidades de Belém e Manaus, *locus* deste estudo. Cidades essas, ainda que localizadas no espectro amazônico de múltiplas especificidades e complexidades, desempenharam e protagonizaram papel importante e ativo nas relações internacionais em âmbito regional e por isso a escolha das mesmas. O recorte temporal de presente pesquisa compreendido entre os anos de 1997 e 2012, ainda que extenso, possibilitou um panorama analítico-descritivo das cidades em momentos distintos de práticas e ações na seara internacional. Para tal, buscou-se uma análise das relações internacionais municipais de maneira formalizada, ou seja, com a

institucionalização na administração pública local de uma área e/ou setor internacional, bem como a designação de um responsável e/ou corpo técnico especializado e voltado às ações internacionais. Entende-se, por conseguinte, que o contato com o exterior dos entes locais não são mensurados unicamente pela presença de um órgão responsável por tal temática, todavia, a adoção do estudo de analisar as relações internacionais de forma institucionalizada em nível local, fundamenta-se nos dados concretos que tais instituições puderam fornecer sobre as atividades, ações e estratégias no contexto internacional.

No intuito de responder o seguinte questionamento, Por quais razões e de que maneira, ocorre a inserção internacional das cidades amazônicas de Belém (PA) e Manaus (AM)? Metodologicamente, o presente estudo apresenta-se sob o viés de análise fundamentalmente qualitativo e de cunho exploratório-documental, adotando o método analítico-descritivo entre as cidades.

A análise em nível das duas grandes metrópoles amazônicas ocorreu através de pesquisa de campo nas referidas prefeituras, estruturas e órgãos locais voltados e/ou com ligação ao exterior; e teve como objetivo geral e fundante, analisar as relações internacionais municipais de Belém e Manaus, em consonância a efetividade de políticas públicas para o desenvolvimento local. Como objetivos específicos, o presente estudo adotou os seguintes:

- a) Analisar as principais ações internacionais realizadas pelas referidas cidades;
- b) Discutir sobre os direcionamentos e razões que norteiam a inserção internacional desses governos subnacionais;
- c) Evidenciar o impacto da Cooperação Descentralizada empreendida pelas cidades analisadas sobre a efetividade de políticas públicas em prol do desenvolvimento local;
- d) Identificar o nível de conhecimento e informação dos gestores locais acerca dos processos de cooperação e a capacidade institucional dos municípios na efetivação e continuidade de tais processos.

A presente pesquisa tem como hipótese, o cenário das Relações Internacionais e da Cooperação Internacional, enquanto um espectro de possibilidades ao desenvolvimento seja ele nacional ou local. Em âmbito local, as cidades de Belém e Manaus, podem ter, cada uma em sua Atuação Global Municipal e na Cooperação Descentralizada um latente mecanismo de inovação as políticas públicas e conseqüentemente ao desenvolvimento local. Firmando-se, a partir de tal, enquanto cidades internacionais modernas. Gomes Filho (2011, p. 245) enfatiza:

Nos últimos anos, os imperativos das complexas forças do processo de globalização no campo das relações internacionais vêm atuando no sentido da diluição das fronteiras nacionais e da superação dos espaços restritos ao Estado nacional, especialmente nas áreas da *low politics*. Também se observa a relativização da distinção entre assuntos domésticos e externos, o que tem provocado a divisão de responsabilidades entre o governo central e suas unidades governamentais subnacionais. Muitas questões de natureza externa têm incidência no âmbito dos territórios subnacionais e afetam de forma direta a responsabilidade dos governos subnacionais, obrigando-os a buscar crescente inserção no meio internacional para alcançar seus interesses específicos.

Nas sessões subsequentes, buscou-se sistematizar o campo teórico, metodológico e empírico a partir de quatro capítulos. No capítulo 1, incita-se o debate das teorias das relações internacionais, da globalização e do novo papel das cidades nas relações internacionais através da cooperação descentralizada. No capítulo 2, correspondente a cidade de Belém, serão apresentados as ações, estratégias, motivações e instrumentos das relações internacionais empreendidas pela cidade no período 1997 à 2012 e de duas gestões municipais. O capítulo 3, por sua vez, apresentará a cidade de Manaus e suas ações, atividades, razões e mecanismos de inserção e atuação em nível internacional. O capítulo 4 trará o quadro analítico – descritivo das duas cidades em consonância aos objetivos específicos apresentados e os distintos momentos e razões que levaram as cidades a se projetarem internacionalmente.

Por fim, serão apresentadas as conclusões deste estudo, que buscou estabelecer uma direta ligação entre as teorias elucidadas, os dados analisados e a realidade dos *locus* investigados, tal como a importância das Relações Internacionais e da Cooperação Descentralizada no âmbito do desenvolvimento local das cidades amazônicas.

2 TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS CIDADES

2.1 Arcabouço histórico-conceitual

2.1.1 Os campos epistemológicos das relações Internacionais

As significativas, constantes e profundas modificações no cenário internacional, como a Globalização, Interdependência e a Regionalização são algumas das muitas razões que consubstanciam a investigação, de modo sistemático, acerca da ciência e da práxis das Relações Internacionais. Ainda que recente (início do século XX), o estudo das Relações Internacionais, enquanto área específica das ciências sociais, tem suas bases e seu foco de análise em tempos passados, conforme aponta Castro (2012, p. 52):

Antes da publicação dos nove livros das *Histórias* de Heródoto narrando a origem das Guerras Médicas (Guerras Greco-Persas), ou ainda bem anterior à escrita da obra clássica *História da Guerra de Peloponeso* de Tucídides, Sun Tzu já detalhara sobre o realismo das estratégias político-militares em *A Arte da Guerra*, tornando o livro um marco na historiografia inicial das Relações Internacionais. Heródoto, Tucídides, Sun Tzu, Lao Tse, Políbio, Péricles com os discursos durante a era de ouro de Atenas, e Tito Lívio com seus livros sobre a *História de Roma*, todos contribuíram – cada um ao seu modo – para a formação do amplo arcabouço do saber internacional. Em suma, as Relações Internacionais possuem origens e fontes históricas, geográficas e socioculturais vastas e distintas.

Com o progressivo desenvolvimento das RI, enquanto campo de estudo distinto focado nas complexidades do cenário internacional, surgiram ao longo do Século XX novas demandas, realidades e hermenêuticas, que possibilitaram a consolidação sistemática do que se convencionou denominar por Teoria das Relações Internacionais (TRI). Teorias essas, que “representam a síntese do pensar e do agir dos sujeitos na esfera externa” (CASTRO, 2012, p. 52). As TRI se apresentam como um quadro multi-teórico, onde não é possível identificar um paradigma hegemônico e pode-se dizer também que as teorias vigentes costumam ser essencialmente generalistas, ou essencialmente reducionistas. Todavia, destacam-se nesse espaço multi-teórico duas correntes em nível de análise e interpretação do sistema internacional: O *Realismo* e o *Idealismo*.

A primeira teoria (Realista) considera que o mundo imperfeito como é do ponto de vista racional, é o resultado do encontro de forças inerentes à natureza humana. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo.

Este segmento teórico recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do mal menor ao invés do bem absoluto (MORGENTHAU, 2003). O Realismo por sua vez, tem no Estado o único ator efetivo das relações internacionais. A segunda teoria (Idealista ou Liberal) por sua vez, acredita que uma determinada ordem política, racional e moral derivam de princípios abstratos válidos em âmbito universal, confia no uso esporádico de métodos coercitivos e crê na maior interação entre os Estados (interdependência), pois segundo (KEOHANE; NYE (1977), seus problemas e a solução dos mesmos ultrapassam as fronteiras nacionais. Em decorrência dessa interdependência, o Idealismo ou Liberalismo, tem no Estado um importante ator do sistema internacional, no entanto considera a relevância uma série de outros atores.

No campo multi-teórico em que se apresenta o estudo das Relações Internacionais, o Realismo e o Idealismo são considerados por muitos acadêmicos, como Ole Waeber (1996), Graham Evans e Jeffrey Newham (1998) e Charles W. Kegley, Junior e Eugene R. Wittkopf (1997), perspectivas intelectuais dominantes nesse espaço de correntes co-existentes, todavia não constituem paradigmas. Desse modo, a inexistência de enfoques distintos (Realista e Idealista) faz com que ambas correntes convivam com diversas outras perspectivas, como o Neorealismo, Neoliberalismo, Construtivismo, Funcionalismo, Marxismo, Ecopolítica dentre outras. Sendo um campo específico das Ciências Sociais, é natural o diálogo e a ligação de tais perspectivas a outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política, a Sociologia, a Economia e até mesmo a Antropologia. Essa multiplicidade de perspectivas e ligações deve-se não somente as diferentes visões dos fatos relacionados à realidade internacional, mas, principalmente a complexa e frequente dinâmica das relações entre os Estados. Gonçalves consubstancia:

A dinâmica das relações internacionais, constantemente determinando o surgimento de novos atores e a abertura da discussão de novas questões internacionais, representa contínuo desafio à capacidade analítica das teorias estabelecidas. Daí a razão porque se apresenta como absolutamente necessária, a tarefa de rever os pressupostos e os instrumentos conceituais da disciplina, pois, do êxito dela, depende o avanço da ciência e a consequente elevação do nível de conhecimento sobre a realidade estudada. E o principal desafio que se oferece àqueles que se dedicam a esse trabalho, é justamente responder, com precisão, à seguinte pergunta: o que é a realidade das relações internacionais? (GONÇALVES, 2002, p. 4).

A realidade das relações internacionais, historicamente, passa pelo papel e pela atuação que os Estados nacionais têm e tiveram, independentemente do surgimento de novos atores, como organizações internacionais de cunho intergovernamental e não-governamental), empresas transnacionais, partidos políticos, grupos terroristas, grupos religiosos dentre outros.

Desde os princípios preconizados pelos Tratados de Westphália¹ (que fundamentaram e nortearam as ações dos Estados principalmente nos Séculos XVIII e XIX), os Estados-Nação “emergiram como entes legítimos no exercício de sua soberania sobre certa porção territorial livre da intervenção de outras entidades soberanas estrangeiras.” (GOMES FILHO, 2011, p. 222). Todavia, foi na segunda metade do Século XX, que alguns desses princípios passaram a ser interpretados e/ou readequados ao novo quadro que começara a se instalar no sistema internacional, e a corrente Idealista ou Liberal das relações internacionais passaria a ter destaque em função do quadro de interdependência que ligada a outros fatores, como a intensificação do processo de Globalização e o Fim da Guerra Fria trariam ao novo cenário mundial.

Tendo como o foco de análise predominante do estudo das Teorias das Relações Internacionais, os Estados-Nação e suas intensas e complexas interações no âmbito internacional, acabam, muitas das vezes, influenciando nas próprias formulações teóricas e paradigmáticas, conforme análise categórica de Castro:

Teorizar sobre Relações Internacionais não é tão somente reproduzir paradigmas, citações e modelos vigentes da *intelligentsia* dos países centrais, em particular, do mundo anglo-saxão. O processo de teorização no entorno das principais academias serve a interesses específicos. O ato e os efeitos de teorizar seguem uma agenda pontual que nem sempre se revela neutra e imparcial. Boa parte das tradições teórico-conceituais das Relações Internacionais contemporâneas é amoldada por roupagens científicas que cumprem um papel de defesa de interesses próprios de grupos e de linhas de coalizão nos países centrais. É, portanto, necessário que a academia brasileira – em especial da Ciência Política e das Relações Internacionais – tenha papel ativo na análise e na crítica do bojo teórico-conceitual produzido no Norte com vistas a também contribuir para o processo intelectual desta rica área (CASTRO, 2012, p. 32).

Nas próximas seções do presente trabalho, ainda que se faça uso de citações e paradigmas provenientes do Norte Geopolítico (pioneiros na produção e análise das teorias clássicas e contemporâneas das relações internacionais), será apresentada uma compilação teórico-epistemológica das TRI tendo também, o aporte da produção científica brasileira que tem datado seu início na década de 1950. Para tal, buscou-se subdividir sistematicamente os debates teóricos conforme a nova ótica internacional, Globalizada e Interdependente, onde o sistema internacional demonstra que cada vez mais estão sendo criados cenários de interação e integração a nível internacional que já não se restringem somente aos Estados-Nação.

¹Foram uma série de tratados, que além de encerrarem conflitos como a Guerra dos Trinta Anos, inauguraram o moderno sistema internacional ao colocarem consensualmente noções e princípios como o de soberania estatal e o de Estado-Nação. Em suma, delimitaram as fronteiras de poder de um Estado com o outro e se transformaram em um marco das Relações Internacionais.

2.1.2 Diálogo Clássico: Idealismo e Realismo

A *Escola Idealista ou Liberal* das Relações Internacionais tem seu marco inicial na década de 1920 e seu maior destaque com o fim da Primeira Guerra Mundial. Influenciada a partir de uma visão de Mundo criada por pensadores tais como, **John Locke** e sua obra “*Dois Tratados sobre o Governo*” (1690), **Montesquieu** e “*Do Espírito das Leis*” (1748), **Adam Smith** e sua relevante obra “*A Riqueza das Nações*”(1776) e principalmente, de **Immanuel Kant** e sua fundante obra “*A Paz Perpétua*” (1796); a corrente idealista e seus adeptos, utilizaram tais obras para explicar a complexidade internacional do pós-primeira Guerra Mundial, ainda que, em nenhum momento as mesmas fizessem uma análise direcionada acerca da teoria das relações internacionais. Como propagadores das perspectivas idealistas daquela época, cabe citar Woodrow Wilson, John Hobson e Norman Angell. Tais perspectivas fundamentaram os escritos de autores liberais mais recentes como James Rosenau, Richard Rosecrance, Ernst Haas, Joseph Nye e Robert Keohane.

Os teóricos idealistas (fortemente influenciados pelo iluminismo) direcionavam total confiança na capacidade de efetivação de determinada norma como reguladora de condutas entre sujeitos tanto na esfera interna, quanto externa; mas principalmente como promotor da paz entre os Estados soberanos, na eficácia do livre-comércio e na democracia como ambiente ideal da prosperidade e do desenvolvimento. Saldanha acrescenta:

Os Idealistas tinham como ponto fulcral da sua teoria a necessidade de normatizar seus postulados, ou seja, trabalhavam no campo do deve ser, criando limites à conduta dos sujeitos a partir de normas jurídicas. A fonte principal para os idealistas é a crença no direito natural que, aplicado ao sistema internacional, implica a definição de justiça como arcabouço das relações entre os Estados, trazendo uma visão roussoniana, contextualizada e limitada, do contrato social elevado à categoria das relações entre Estados Soberanos. O Direito Internacional age no sentido de proporcionar uma ordem na natural anarquia internacional, criando um modelo de conduta dos Estados em suas relações internacionais, buscando estabelecer uma política de apaziguamento, garantindo a segurança de Estados menos poderosos, igualando todos frente a um conjunto de normas internacionais. (SALDANHA, 2006, p. 68).

Dessa forma, o Direito Internacional (segundo os Idealistas) asseguraria alguma ordem na natural anarquia internacional que pudessem viabilizar o livre-comércio e a democracia. Gonçalves (2002, p. 26) reitera:

O livre-comércio, nessa ótica, faria com que os povos se tornassem mais flexíveis e compreensivos para com os usos e os costumes dos outros povos. Além disso, o comércio cria ria inter-relacionamentos econômicos entre os Estados,

comprometendo-os na busca de vantagens mútuas que, enfim, leva riam à prosperidade geral, restando remotas, as possibilidades de guerra. [...]. Governos democráticos, por sua vez, têm inclinação natural para a cooperação e repudiam a guerra como recurso para a solução de controvérsias. Nos governos autoritários, em que poucos decidem em nome de todos, existe uma tendência natural para as soluções de força; por seu turno, nos governos nos quais muitos participam das decisões, tende a predominar a prudência e a solução via diálogo e negociação.

Fortemente enraizado no “deve ser”, na norma, na liberdade, na cooperação entre os Estados e na busca constante de Paz e Prosperidade, a Teoria Idealista ou Liberal, foi fortalecida com o fim da Primeira Guerra Mundial, em decorrência, sobretudo, da intervenção do então Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson na política internacional. Com a entrada dos Estados Unidos a América (EUA) no conflito mundial, Wilson assumiu uma postura de liderança na reconstrução de um novo sistema internacional, que segundo ele, exigia um novo pensar das relações internacionais, “com bases em uma nova mentalidade do sistema westphaliano de Estados, na busca de uma paz duradoura e da segurança coletiva em vias de evitar a reedição do traumático conflito que estava ocorrendo” (SALDANHA, 2006, p. 68). A intervenção direta do Presidente se deu em 08 de Janeiro de 1918, quando apresentou o que seriam os princípios e propostas para esse novo pensar da realidade internacional. Conhecido como “Os Quatorze Pontos de Wilson”, tais princípios tiveram a finalidade de direcionar o trabalho diplomático na Conferência de Versalhes, tornando-se assim, uma espécie de roteiro dos novos rumos para as relações entre os Estados.

Os 14 pontos preconizados por Wilson apresentaram características e preocupações voltadas à cooperação, a democracia, segurança coletiva, livre-comércio e conseqüentemente, a Paz. 6 pontos, tidos como doutrinários, merecem ser destacados:

- 1) Convenções de paz abertas, sem acordos secretos ulteriores;
- 2) Liberdade de navegação fora das águas territoriais;
- 3) Remoção de todas as barreiras comerciais;
- 4) Redução dos armamentos nacionais ao mínimo necessário à segurança dos Estados;
- 5) Atendimento das reivindicações de independência nacional das colônias;

[...]

14) Formação de uma associação geral de nações, de acordo com convenções específicas, com vistas a dar garantias mútuas de independência política e de integridade territorial aos grandes e pequenos Estados

Ao se apresentar tal intervenção do Presidente Norte-americano na Política Mundial, cabe ressaltar não somente a importância histórica para o período em cheque, mas também a importância na consolidação do estudo das Relações Internacionais. Esse novo pensar, proposto por Woodrow Wilson, influenciou (mesmo com uma visão demasiadamente normativa, e pouco científica) gerações e ideias no que se refere as normas e o fortalecimento de instituições internacionais. Saldanha (2006, p. 71) complementa:

Mas tal foi a mudança na concepção de relações internacionais que na diplomacia da época preponderou a conduta de tentar que os conflitos fossem evitados recorrendo-se aos processos jurídicos de mediação e arbitragem. Nessa esteira, o pensamento wilsoniano fundava-se em uma premissa básica, a de que a natureza humana é essencialmente boa e que o mau comportamento dos homens decorre de um defeito das instituições. É por este e outros motivos que têm os idealistas crença na cooperação entre os Estados como ponto nevrálgico na busca pelos objetivos pacíficos.

Baseado nas premissas Idealistas e como primeira estratégia para regular o comportamento de Estados soberanos, estabeleceu-se, ao fim da Primeira Grande Guerra, uma “Liga das Nações” (LDN), com sede em Genebra (Suíça). Tal organismo tornou-se naquele momento, o maior exemplo da mudança de perspectiva nas relações internacionais, uma vez que, a Liga passou a intervir (com algum êxito) em disputas entre Estados, conflitos armados, problemas econômicos e outros assuntos. Tais intervenções e a própria criação da LDN corroboraram as teses dos grandes pensadores em prol de uma sociedade mundial pacífica e cooperante. Gonçalves (2002, p. 28) consubstancia:

Na diplomacia, preponderou a ideia de que os conflitos poderiam ser evitados recorrendo-se aos processos jurídicos de mediação e arbitragem. Nesse sentido, são bem representativas as Conferências navais de Washington, mediante as quais os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão tentaram exercer controle sobre o uso de armamentos no Oceano Pacífico. Também foram representativas, a criação da Corte Internacional de Justiça, em 1921, e a assinatura do Pacto Briand-Kellogg, em 1928, pelo qual os signatários comprometiam-se a apelar para a arbitragem da Sociedade das Nações como forma de resolver eventuais pendências, renunciando, portanto, ao emprego da força. Enfim, seja no plano diplomático, seja no acadêmico, a visão liberal está sempre assentada na natureza humana essencialmente boa e o mau comportamento dos homens ligado as falhas das instituições. Por essa razão, para os liberais, a reforma das instituições pode, perfeitamente, resultar na prevalência da cooperação e na redução dos conflitos.

A Teoria Idealista/Liberal teve grande destaque no período entre guerras, onde foi possível a propagação de suas ideias através de instrumentos, tais como, da criação da Liga das Nações, dos acordos de Locarno e da Declaração da Conferência de Munique de 1938, às vésperas da segunda Guerra Mundial. Tais instrumentos buscaram a não utilização de meios

políticos, para fins bélicos por meio de um ato jurídico internacional. Esse mero ato, ainda que filosoficamente tivesse bases sólidas para a paz, segurança coletiva e a estabilidade entre os Estados; resultou em um “ciclo de descrédito, apatia coletiva, desconfiança e armamentismo, ocasionando novos conflitos mundiais desde então” (CASTRO, 2012, p. 245). O Fracasso da Liga das Nações se deu, dentre outros fatores, por três motivos: i) A ausência de grandes potências no organismo (Os EUA se excluíram através de um veto no Senado norte-americano, ainda na gestão de Woodrow Wilson); ii) Seus membros não se dispuseram a pagar pelos custos de uma ação coletiva contra determinado estado agressor; iii) O ambiente político-econômico internacional favoreceu o surgimento de “nacionalismos beligerantes de radicalização nazi-facista totalitária” (CASTRO, 2012, p. 248).

A crise de 1929, juntamente do Fracasso da Liga das Nações, somada anos mais tarde com o início da Segunda Guerra Mundial e a consequente “bipolarização do sistema internacional em torno de dispositivos nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética” (GONÇALVES, 2002, p.45) colocaram as teses idealistas em descrédito na análise das TRI até então vigentes. A constante luta pelo Poder aliada de políticas e atos para alcança-lo, foi algo que a escola idealista não direcionou foco, e, portanto acabou gerando um distanciamento para o alcance da paz e da prosperidade entre as nações, dado a complexa e conflituosa realidade das relações internacionais da época. Em consequência a isso, ganharia nova expressão pela comunidade acadêmica, a Escola Realista, “como a única capaz de exprimir, com fidelidade, os aspectos fundamentais que davam sentido às relações internacionais em todas suas dimensões” (GONÇALVES, 2002, p. 47).

A *Escola Realista ou Clássica* das Relações Internacionais insere-se em uma antiga e conhecida tradição teórica acerca dos fenômenos no sistema internacional, uma vez que, as influências dessa escola remetem a autores, tais como: **Sun Tzu** e sua obra “*A Arte da Guerra*” (Século IV a.c.), **Tucídides** e sua obra “*História da Guerra do Peloponeso*”(431 a.C.), **Nicolau Maquiavel** e sua germinal obra “*O Príncipe*” (publicado postumamente em 1532), **Thomas Hobbes** e sua relevante obra “*Leviatã*”(1651) e **Carl Von Clausewitz** e a obra “*Da Guerra*” (1832). Tais pensadores e suas respectivas obras deram forma as obras dos analistas realistas contemporâneos das relações internacionais, como Edward H. Carr, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Henry Kissinger e Kenneth Waltz.

O Realismo tem como princípios basilares a noção de interesse e de Poder que fundamentam as ações políticas dos Estados-Nação. Tucídides na Grécia antiga demonstrara isso quando se referiu que “a igualdade de interesses é o mais seguro dos vínculos, seja entre

estados, seja entre indivíduos” (TUCÍDIDES, 2001, p. 545). De acordo com a teoria Realista, os Estados operam em um sistema anárquico em que as suas ações estão embasadas no interesse nacional e direcionadas na característica subsequente, o alcance, manutenção ou expansão de seu Poder político, “que não é só uma variável-chave para compreender a conduta internacional, tão quanto representa um dos mais importantes e mais perturbadores fenômenos das Relações Internacionais.” (MORGENTHAU, 2003, p. 210). Esse poder político é o fator determinante na relação entre os Estados segundo os Realistas, o que consequentemente direciona e motiva os Estados ao desejo constante de Poder e Segurança (tanto militar quanto econômica). Dessa forma, a Escola Realista enfatiza a natureza humana má a partir da ausência de um governo internacional, o que consequentemente origina uma anarquia no meio internacional, tornando assim, “as relações internacionais um campo de luta de interesses e força” (SALDANHA, 2003, p. 111).

A vertente Realista ganha força com o fracasso da Liga das Nações enquanto organismo regulador da ordem internacional, uma vez que o conflituoso momento que antecederia a segunda Guerra Mundial demonstrou que a característica fundante do realismo, “é a justificação do uso da força, seja como condição inevitável da vida, seja como meio de atingir a paz” (SALDANHA, 2006, p. 149). Uma das obras basilares das relações internacionais e do realismo, “*Vinte anos de Crise (1919-1039): Uma introdução as Relações Internacionais*” de Edward Carr, encontrou nesse momento de deflagração de guerra para propagar e firmar a corrente realista na Teoria das Relações Internacionais. Em tal obra, Carr buscou expor os mais claros equívocos do pensamento idealista/liberal, tal como, apontar as fragilidades desse sistema que foi preconizado através da Liga. De tal modo, o debate entre Idealistas e Realistas apresenta diferenças no que se refere aos princípios morais e consequentemente ao alcance de Poder e também de Paz. Castro (2012, p. 316) reitera:

O realismo clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos. A segurança é bem público imaterial de relevante valor. Mais: é um patrimônio necessário à humanidade que remonta a antigos anseios das coletividades pré-estatais (pré-westphalianas). Em Hobbes, essa percepção é bastante clara tanto em sua obra *Leviatã*, quando de seus escritos em *De Cive*. Ainda com base em Hobbes, o realismo clássico, em razão da necessidade de sobrevivência e da autoajuda dos Estados, vai se fundamentar no primado do egoísmo ético – em oposição ao altruísmo ético da escola liberal.

Alguns são os pressupostos realistas para a análise das relações internacionais. O primeiro, diz respeito ao Estado enquanto unidade política de maior relevância no sistema

internacional, tanto quanto, são os atores racionais e unitários. Ainda que considerem outros atores internacionais, os Estados são aqueles que possuem um poder legítimo e soberano, “os quais acabam por tomar as decisões relevantes no meio internacional” (SALDANHA, 2006, p. 245). O segundo pressuposto, demonstra que a política internacional é efetuada em um campo de interesses anárquico (não no sentido de caos), pois para a corrente realista, o sistema internacional é composto de subsistemas políticos nacionais, aonde não existe uma autoridade central que os governe. A política que os governa é guiada pela mesma natureza humana definida em Hobbes: “o homem é mau por natureza, sendo o homem o lobo do homem” (HOBBS, 2005, p. 55). Um terceiro pressuposto importante apresenta a segurança bélica como fator preponderante no sistema internacional, tendo em vista que “quanto maior a vantagem militar de um país sobre os outros, maior é a sua segurança, sendo esta, garantia vital de sobrevivência no meio internacional” (SALDANHA, 2006, p. 234).

Tomada sua natureza, o Realismo define todas as políticas como guiadas pelo poder, “não cabendo suposições onde bons governantes defensores de ideais utópicos como os de melhorar o mundo, possam modificar a real postura do Estado” (MORGENTHAU, 2003, p.123). Não haveria, portanto, ação que fugisse à defesa nacional e às intenções de poder – tendo em vista a própria divisão realista acerca de sua política, em *High Politics* ou alta política (Segurança militar e questões estratégicas) e *Low Politics* ou baixa política (Economia, questões sociais e política doméstica).

Seguindo essa divisão anteriormente mencionada, cabe citar dois tipos e/ou recursos de poder que compõem a agenda internacional sob a vertente realista: O *Hard-Power* ou poder duro (ou ainda Poder Bélico) que é a medida predominantemente realista das relações internacionais, se refere primordialmente ao poder nacional (meios militares e econômicos). Tal poder pode ser viabilizado, por exemplo, pelo poder militar que é composto pela diplomacia coercitiva, guerra e alianças, com objetivos claros de intimidação, coerção e proteção. Já o poder econômico (que pode ser usado alternativamente) se dá com auxílios, subornos e sanções econômicas, objetivando sempre resultados favoráveis aos seus interesses seja no plano geopolítico ou econômico. O *Soft-Power* ou Poder Suave (ou ainda Poder Cultural) refere-se à habilidade de uma unidade política (Estado), para influenciar indiretamente o comportamento ou os interesses de outras unidades políticas por meios Ideológicos ou culturais. Castro (2012, p. 319) apresenta de forma sintética as características do realismo onde nota-se, a total e completa ligação das premissas realistas, à Política do Poder:

Podemos sintetizar sete principais premissas norteadoras do realismo clássico assim expostas: a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados; a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança; o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse disponíveis; a relativamente baixa controlabilidade internacional (entropia relativa) força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas; o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo a si o acesso a extensa gama de ações, de prioridades auto-justificadas e de prerrogativas exclusivas; e, por fim, os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial.

Como observado, a Teoria Realista/Clássica de análise das relações internacionais seguiu um caminho contrário da Teoria Idealista/Liberal, dado o contexto mundial conflituoso e complexo. Ambas correntes buscaram a seu modo, apresentar características do sistema internacional pautadas na natureza boa e má do homem em consonância as atuações dos Estados-Nação nesse âmbito. Idealismo e Realismo, nesse sentido, podem ser entendidas como as vertentes teóricas fundantes do Estudo e conseqüentemente da Teoria das Relações Internacionais, ainda que se complementem e possibilitem o surgimento de novas correntes como observado durante e no pós-Guerra Fria. Castro (2012, p. 342) finaliza:

É natural pressupor que, no *habitus* das Relações Internacionais contemporâneas, os Estados formulam suas políticas externas e as executam muitas vezes por meio de hibridismos axiomáticos. As mesclas de paradigmas existem em razão da complexidade pós-moderna do mundo da política internacional. Há elementos de mescla dos paradigmas das Relações Internacionais em muitas das posições, das justificativas oficiais e dos atos políticos estatais. Isto é, nem sempre uma atitude política de um determinado Estado é produto exclusivo de um ponto dentro do amplo espectro dicotômico realismo-idealismo. Há medidas tomadas que, muitas vezes, utilizam o discurso idealista, no entanto, evidenciam uma clara atitude *Realpolitik*. Observa-se tal fato nas justificativas de guerra quando se faz necessária a convocação de valores jus-filosóficos perenes para legitimação de um ato brutal como é a eclosão de uma guerra entre Estados.

2.1.3 Diálogo Contemporâneo: Neorealismo e Neoliberalismo

No pós-1945, a Sociedade Internacional empenhou-se na construção de uma nova ordem com a mediação de um organismo supranacional que fosse capaz de exercer uma regência político-legal nas relações internacionais. Buscou-se, com tal organismo, não repetir o fracasso da Liga das Nações e para tal, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU). É perceptível que novos fundamentos de regulação internacional substituíram alguns cânones da

concepção Westphaliana de Estado. Held (2001) aponta pelo menos três grandes mudanças na Ordem Westphaliana. A *primeira* trata-se do relacionamento de atores não-estatais como sujeitos do Direito Internacional, rompendo-se assim uma importante premissa Westphaliana que reconhecia apenas o Estado como seu sujeito de fato. A *segunda* mudança mostra que a Sociedade Internacional, através da ONU, deixou de regular apenas assuntos políticos e estratégicos estatais para exercer também uma atuação em matérias econômicas, sociais e ambientais. Dessa forma, foram criados o Conselho Econômico e Social na ONU, que instituiu o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que se destaca no âmbito da cooperação internacional, além de inúmeros fundos, programas, comissões e altos comissariados que atuam nas mais diversas áreas. A *terceira* mudança está na fonte do Direito Internacional, que passa a não ser mais simplesmente obra do consentimento dos Estados de maneira tácita ou expressa. A sociedade Internacional criou mecanismos jurídicos capazes de exercerem relativa coerção aos Estados. Estas mudanças fizeram parte de uma nova ordem colocada em curso ao longo do período da Guerra Fria, entre 1945–1989, e aprofundada substancialmente no período pós-Guerra Fria com a aceleração extraordinária dos processos de Globalização.

Essa nova realidade internacional, proveniente de dois traumáticos conflitos bélicos e um conflito ideológico-nuclear que estava em vias de ser finalizado, foi propício para o surgimento de um novo e readequado debate nas relações internacionais. O chamado debate NEO (realismo) x NEO liberalismo). O surgimento de temas, que para que sua solução ou equacionamento exigissem a cooperação de atores estatais e não estatais, bem como dado a maior internacionalização do capital e, sobretudo do fenômeno da Globalização, demonstraram que somente as teses liberais e realistas não davam conta de analisar as relações internacionais contemporâneas.

O *Neorealismo* ou *Realismo Estrutural* surge nos anos de 1970 após revisão de Kenneth Waltz da teoria realista e lançamento da obra “*Theory of International Politics*”. Waltz buscou conferir a teoria um caráter mais positivo e menos normativo, uma vez que, a teoria desenvolvida por Hans Morgenthau tentou fundamentar bases no caráter imutável da natureza do homem; Waltz, por sua vez, buscou consubstanciar crédito científico a análise do sistema político internacional. Em sua obra, Waltz argumenta que a política internacional possui dinâmica própria e independente de quaisquer condicionantes internas, sejam de cunho social ou até mesmo da personalidade de seu condutor. Para ele, “deveria modificar-se a perspectiva de sistema para uma perspectiva de estrutura do sistema, onde a política

internacional deveria ser concebida em um domínio independente do econômico e social” (SALDANHA, 2006, p. 278). Waltz sustenta que o objetivo do Estado consistia simplesmente na sua sobrevivência, e não no poder, como afirmavam os realistas, razão pela qual procura maximizar sua segurança (GONÇALVES, 2002)

Waltz (2002, p. 176), tendo em vista o caráter anárquico do sistema internacional, aponta que:

Os Estados não podem confiar poderes administrativos a uma agência central a não ser que esta seja capaz de proteger os seus Estados clientes. Quanto mais poderosos forem os clientes e quanto maior o poder de cada um deles aparecer como ameaça aos outros, maior tende a ser o poder alojado no centro. Quanto maior o poder do centro, mais forte o incentivo para os Estados se envolverem numa luta pelo seu controle.

A visão neorrealista de Waltz (que é o maior precursor dessa nova corrente) indica que na prevalência de uma teoria política em um sistema anárquico, a balança de poder seria a teoria vigente. Pecequilo (2005) acrescenta que no realismo estruturalista não se considera que os Estados agem no sistema para maximizar seus poderes em nome do interesse nacional, mas sim, para assegurar a sua posição e capacidade dentro do sistema em relação aos demais Estados. Desse modo, os Estados preocupam-se mais com sua posição relativa e seus ganhos e perdas frente aos demais Estados, do que com seu poder em si. Isso define, por conseguinte, as políticas dos Estados sob a perspectiva neorrealista, o que diminui as possibilidades de cooperação. Waltz defendia que um sistema bipolar (por reunir número menor de grandes potências) é bem mais estável do que um sistema multipolar. Ou seja, sob o enfoque Estrutural de Kenneth Waltz, o “fio condutor das relações internacionais era a gangorra da ascensão e da queda das grandes potências” (PECEQUILO, 2005, p.18).

A Teoria Neorealista de Waltz é também conhecida como Estrutural, pois em sua visão, o sistema possui uma dinâmica própria. São características dessa teoria:

i) Sistema internacional anárquico em decorrência da ausência de um organismo supranacional superior aos Estados capaz de ordenar tal sistema;

ii) Funções do Estado são semelhantes as premissas Realistas, uma vez que possuem os mesmos objetivos no Sistema (segurança e interesse nacional), mas podendo realizá-los de acordo com os seus recursos de poder e capacidade de formulação e execução de políticas;

iii) Distinção dos Estados na estrutura do sistema a partir da diferenciação de seus recursos de poder e capacidade de efetiva-los. Em outras palavras, todos os Estados são iguais nesse sistema anárquico; o que é desigual é a distribuição de poder entre eles.

Nas décadas de 1970 à 1980, os debates acerca da complexidade internacional foram intensificados e a Teoria das Relações Internacionais foi ganhando expressão e adeptos, de diversas áreas do conhecimento. O debate Idealismo X Realismo, tal como existiu entre as décadas de 1920 à 1940, volta ao *mainstream* das RI em tempos de Guerra Fria com novos precursores e enfoques. Na contramão do Realismo Estrutural, surgiu o ***Neoliberalismo ou Liberalismo Institucional***, tendo como principais precursores Robert Keohane e Joseph Nye, que ao longo das décadas de 1970 à 1980 consolidaram o Neoliberalismo de cunho institucional nas TRI. Cabe aqui, diferenciação do pensamento neoliberal de cunho econômico, para a vertente neoliberal de cunho voltado a análise das relações internacionais. Ainda que ambas tenham surgido no mesmo período de tempo, a vertente inserida dentro das TRI estava pautada na Interdependência Complexa e em mecanismos de Cooperação entre diversos atores internacionais. O Neoliberalismo econômico, por sua vez, propunha total liberdade as leis de mercado, limitação da intervenção estatal em diversos assuntos e a privatização de empresas como mecanismos sumariamente econômicos.

A nova configuração que sistema internacional se encontrara, foi reflexo do avanço do processo de Globalização tão quanto da multipolaridade de cenários, atores e interesses. Nesse sentido, Robert Keohane e Joseph Nye teóricos contemporâneos das relações internacionais, apresentaram um quadro de interdependência. Criticando a visão do Estado como único ente dominante nas relações internacionais, esses autores atualizaram e deram nova ênfase da escola liberal, que estava comedida desde meados da década de 1930. Mas também criticam as análises simplistas de alguns liberais, que viam a possibilidade de transformar o mundo em uma aldeia global, o que seria uma ideia extremamente romântica, já que as forças transnacionais são distribuídas desigualmente. Desta forma, eles criaram um critério de avaliação da quantidade de poder do Estado, baseada nos conceitos de sensibilidade (grau de abalo de fatores externos) e vulnerabilidade (capacidade de reação a esse abalo). Portanto, para esses autores há um crescimento dos intercâmbios sociais e econômicos, que em conjunto com as organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais criam um mundo “sem fronteiras”, no qual o poder militar não se mostra como alternativa viável para uma coexistência com comodidade (KEOHANE; NYE, 1989).

Keohane foi quem começou primeiro a reelaboração institucionalista com bases nas premissas idealista-liberal. O neoliberalismo buscava defender de forma científica que a criação e consolidação de organismos internacionais era a melhor forma para a solução e/ou contenção de conflitos internacionais, ou seja, através da cooperação entre os Estados. O

Estado passa a ser definido sob novos moldes de atuação e regulação, sendo redirecionado a um cenário cada vez mais complexo, dinâmico, rápido e composto por inúmeros outros atores, que por vezes atuam na ausência do mesmo ou ainda, paralelamente a ele. O Novo Mundo, segundo Keohane (1986) é uni-multipolar e híbrido. *Uni*, pois uma nação hegemônica sempre estará à frente de algum modo liderando, mesmo que essa liderança seja passageira; *Multipolar*, pois existem os interesses de outras várias nações e tais interesses influenciarão diretamente nessa nova configuração do sistema e *Híbrido*, pois o autor considera que esse cenário é propício ao surgimento e/ou redefinição de atores em diversos segmentos.

A intensificação do processo de Globalização, aliado ao fim da Guerra Fria e conseqüente fim da bipolaridade mundial trouxeram uma nova configuração e definição Estatal ao cenário mundial. Baseado nesse novo cenário mundial, o Neoliberalismo Institucionalista direcionou sua análise ao fortalecimento das instituições internacionais e ao surgimento de novos atores globais. Ou seja, minando a premissa realista do Estado enquanto único ator das RI. Ainda nesse sentido, os neoliberais argumentavam que ainda que os Estados fossem os únicos atores, as instituições teriam ampla possibilidade de sobrepor obstáculos criados em um sistema anárquico. Nesse amplo debate, Robert Keohane e Joseph Nye trazem o conceito de Interdependência Complexa, conforme Saldanha (2006, p. 310) expõe:

O conceito de interdependência complexa apresenta uma multiplicidade de problemáticas de análise que abordam, entre outros temas, a economia, o meio ambiente, a cultura, os direitos humanos e o terrorismo. Em cada uma dessas áreas existe mais de uma dimensão com padrões específicos de influência, como consumo, desenvolvimento, autodeterminação, costumes etc. A definição de interesse de Estado, a influência dos atores dentro dos próprios Estados e a maneira como os Estados interagem com estes novos atores através de uma teia de relações onde somente algumas passam pela via formal, tratando também a via da informalidade como um campo de propagação de influência, estabelecem um pensar inovador e plural das relações internacionais.

Visualiza-se na perspectiva neoliberal que o Estado passa a ser não mais o único *player* no campo das relações internacionais. As interações a nível internacional passam a ter múltiplas possibilidades, observando-se que a questão militar e o uso da força já não podem ser considerados como prevalentes, posto que o Mundo pós-Guerra Fria gerou “a fragmentação da autoridade em diversos pólos, dando as ‘relações’ internacionais um caráter de ‘interações’ internacionais” (CASTRO, 2012, p. 278). A interdependência complexa segundo Keohane; Nye apud Saldanha (2006, p. 312):

Assume suas dimensões: a de sensibilidade e a da vulnerabilidade. As interações havidas a partir da existência de múltiplos canais, formais ou informais,

principalmente a partir da evolução dos mecanismos de comunicação, trazem consigo uma ausência de hierarquia entre as temáticas relativas as interações internacionais, tais como segurança, meio ambiente, terrorismo, direitos humanos, entre outros, e, ainda demonstra a irrelevância do uso militar em algumas situações, fazendo com que haja uma sensibilidade no que concerne a possibilidade de alterações em políticas locais em resposta à dinâmica das interações internacionais, assim como o esquema de balanços e contra-pesos de alterações de políticas locais em resposta a novas condições advindas de fatores externos.

Tal concepção em torno de uma interdependência complexa pautada por Keohane e Nye Junior (1989, p. 87) estava diretamente conectada a uma valorização das instituições internacionais governamentais, atores privados, Organizações Internacionais Não-Governamentais (OING) e da própria sociedade civil que, “engajados em um processo que privilegiaria a cooperação, seja ela econômica, técnica, política ou comercial; ao invés de focar as relações internacionais somente nas relações estatais ou de conflito”. Dessa forma, os autores cunharam o conceito de “Governança Global” juntamente de quatro modelos de governança, com o propósito de dar ênfase as interações internacionais, por meio não somente dos Estados, mas, sobretudo de organismos e instituições internacionais. Tais modelos traduzem, sinteticamente, as premissas neoliberais voltadas as relações internacionais. Os modelos, segundo Keohane; Nye junior (1989, p. 100) são:

i) Modelo Estatal: O clássico modelo de governança política reside no Estado. A soberania é vista como um escudo contra as interferências externas por parte de outros Estados. Consequentemente, ao nível internacional, este modelo estatal dá ênfase a competição entre Estados em um meio internacional anárquico carente de um governo comum. A governança ocorre quando a falta de igualdade entre os Estados permite que uns se sobressaiam em relação aos outros, tendo em vista a autonomia dos Estados Soberanos. Neste modelo, o Estado é autônomo interna e externamente, e a autonomia, a liberdade dos Estados é a base para uma governança democrática.

ii) Modelo de Governança de Organização Internacional: a governança é vista em termos de ‘pólos de autoridade’ e as relações entre estes. A questão resta no problema da delegação de autoridade, ou seja, quanta autoridade sobra para aqueles que delegam poderes para outros agentes como as organizações internacionais? Quem tem direito de um controle residual? A ideia central nesse caso está na habilidade de determinar valores ao poder de delegar.

iii) Modelo de Atores Transnacionais: Os atores transnacionais, ou não-governamentais produzem resultados ao atuarem segundo as forças do mercado ou dentro das áreas as quais eles possuam influencia. Os exemplos incluem as decisões de corporações multinacionais em investir ou não em determinadas regiões, ou nas decisões de organizações industriais, tais como sindicatos em instituir padrões trabalhistas.

iv) Modelo de Redes Políticas (*policy networks*): Neste modelo, os resultados não são vistos como decisões de entidades organizacionais, mas, como resultados negociados a partir da barganha entre os atores inseridos nesta rede. As características-chave deste modelo de governança são: 1) a interdependência entre as organizações; 2) as interações contínuas entre os membros da rede; 3) interações arraigadas na confiança e regulamentada por regras acordadas pelos participantes do jogo de negociações; 4) uma significativa autonomia do Estado.

2.1.4 Globalização, Cooperação Internacional e os Novos Atores Internacionais

A segunda metade do Século XX traria ao Mundo um fenômeno irreversível e inauguraria uma nova era em diversas esferas. Uma única definição de Globalização é algo que verdadeiramente não existe. Intelectuais como Anthony Giddens (1991), David Harvey (2003) e Octavio Ianni (2010) demonstraram em suas argumentações várias caracterizações do fenômeno da globalização, comprovando que não existe espaço no universo teórico para uma única definição. De todo modo, os teóricos centram suas análises nos diferentes aspectos da interdependência econômica, cultural, tecnológica, social e por vezes política que promovem interconexões crescentes a nível global. Um Mundo Globalizado é consequência de um processo histórico-social o qual altera a realidade de indivíduos e coletividades. As fronteiras espaciais, os padrões culturais das diferentes civilizações, o acesso à informação e os fluxos econômicos constituem apenas alguns dos aspectos alterados em função do modelo dinâmico e multidimensional da globalização, o qual se encontra sob a égide do capitalismo e do neoliberalismo.

Como marcos históricos do processo de globalização é pertinente destacar a difusão das ideias renascentistas e a emergência do capitalismo na Europa (concludente ao final da Idade Média), a qual se impôs como transformação de grande abrangência global. Posteriormente, é válido ressaltar, ao final do século XIX, o imenso fluxo de mão de obra através dos continentes, fato que corroborou para o intercâmbio cultural da era moderna e por último, e ainda, o período desenrolado na segunda metade do século XX, marcado por intensas transformações do Sistema Internacional, decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial e do estabelecimento da disputa ideológica entre os Estados Unidos e União Soviética.

Após o término da Guerra Fria, a globalização atravessou uma de suas etapas mais relevantes, desenhada a partir do estabelecimento de uma nova ordem mundial, embasada na multipolaridade e em uma economia globalizada. Observa-se que a então ordem mundial está configurada a partir uma série de novas tendências, gradativamente instauradas no cenário político global. Dentre estas tendências, dar-se-ia foco para Cooperação Internacional, a interdependência, ao surgimento de Novos Atores internacionais, tão quanto ao alcance do Desenvolvimento a partir das estratégias de posicionamento e imposição diferenciada de poder entre Estados e Organizações. Este novo arranjo político (mantido sobre a égide da globalização e ao mesmo tempo, favorável/dependente em relação à Cooperação) implica

refletir a ação conjunta de instituições como uma das mais importantes estratégias para a manutenção e promoção das condições necessárias ao Desenvolvimento.

A Cooperação Internacional, de acordo com (KEOHANE apud SALDANHA, 2006, p. 267) “é uma prática das Relações Internacionais que se estabelece em termos econômicos, culturais, sociais, tecnológicos, culturais, humanitários, entre muitos outros” e, a partir da necessidade em cooperar, a comunidade internacional adotou um novo padrão de imposição de poder e relacionamento político, embasado no esforço mútuo entre os atores globais em prol da segurança coletiva e do alcance desenvolvimento. Isto porque, a experiência da Segunda Guerra Mundial havia resultado em consequências suficientemente negativas (do ponto de vista econômico e humanitário) para que os Estados repensassem seus modelos de interação e voltassem seus interesses à institucionalização do órgão político-legal potencialmente capaz de promover a concretização dos objetivos comuns à comunidade internacional: a ONU.

Pode-se dizer então, que a institucionalização da ONU, em 1945, introduziu um novo arranjo institucional ao Sistema Internacional, uma vez que, desencadeou a criação de uma rede de Organizações Internacionais para que atuassem junto aos países membros. Deste modo, o Estado, inserido na então lógica neoliberalista da cooperação, cede parcelas de soberania e governança, para que Novos Atores possam agir em consonância com seus objetivos e assim, imprimam suas influências sobre o Sistema Global. Surge, desse modo, a lógica da cooperação, a qual “não pode ser vista, como já ressaltado, como um fenômeno conduzido somente pelos Estados” (SALDANHA, 2006, p. 280). Nesse cenário, tais novos atores não se encontram mais retidos à fronteira dos Estados nacionais e não mais permitem com que estes sejam admitidos como únicos protagonistas no Sistema Internacional. Frente a isso, entende-se que estão sendo firmados novos espaços de relacionamento para além do Estado, Gomes Filho (2011, p. 6) acrescenta:

Percebe-se, portanto, que a aparição de novos atores na agenda política internacional, em decorrência do processo de globalização a partir das duas últimas décadas do século XX, mudou o eixo central ao redor do qual giravam as iniciativas de competição e cooperação internacional.

Segundo afirma Nye Junior (2009, p. 89) que “os Estados são os atores principais da política internacional contemporânea, mas eles já não mais possuem o palco apenas para si” . Dessa forma, entes subnacionais, como os Estados e as Cidades estão inseridos nesse novo palco das relações internacionais. Todavia, isso não significa que os Estados Nacionais tenham perdido a sua soberania. O que ocorre, nesse cenário interdependente, é que os

Estados Nacionais tendem a se ocupar em conduzir os interesses globais do país (*High Politics*) e os governos locais passam a cuidar de questões pontuais e de acordo com as suas necessidades (*Low Politics*), algumas dessas questões, são tratadas por meio da Cooperação Internacional e também da Cooperação Descentralizada ou Paradiplomacia (a ser detalhada em sessão posterior do presente trabalho). Nye Junior (2009, p. 98) reitera: “em vez de imaginar um governo mundial hierárquico, deve-se conceber redes de governança que se entrecruzem e coexistam com um mundo formalmente dividido em Estados soberanos”.

A manutenção e as possibilidades de impactos positivos advindos da Cooperação dependem, dentre outros fatores, da mudança comportamental dos atores internacionais. Deste modo, os interesses e aspirações dos países (protagonizadas desde o final do século XX, sobretudo após o fim da Guerra Fria) não mais se estabeleceriam a partir de mecanismos de interação fundamentalmente militares, e sim, a partir de recursos diplomáticos e instrumentos de cooperação. Esta tendência, de acordo com Keohane; Nye Junior (1977, p. 34) é decorrente do fenômeno da Interdependência Complexa entre os atores do Sistema Internacional, o qual integra o contexto multipolar e globalizado, característico da nova ordem mundial. Deste modo, tal interdependência complexa “majorou consideravelmente as preocupações sobre como o poder pode ser utilizado, e muitas vezes explorado, a nível mundial”.

A interdependência seria, então, uma das maiores motivações para a ocorrência da Cooperação Internacional e para a manutenção de padrões diferenciados de relacionamento entre Estados e instituições. Um dos principais objetivos da Interdependência é a “demonstração dos mecanismos de interação que fazem com que haja uma retração do uso da força como instrumento de atuação no meio internacional” (SALDANHA, 2006, p. 300). A complexidade de tal interdependência preconizada por Keohane; Nye, é traduzida frente à sua influência sobre os mecanismos de relacionamento político, que alcança igualmente o Estado e as Organizações paralelas a este; trata-se do efeito da responsabilização coletiva frente ao compromisso e necessidade de cooperar. Nesse sentido, entende-se que os fenômenos da Interdependência Complexa e da desconcentração do poder político e decisório sobre o Sistema Internacional (antes pertencente inteiramente ao Estado) estão inteiramente interligados, refletindo uma lógica de difícil identificação de causa e efeito, imersa na dinâmica da globalização.

A Interdependência não existiria em nenhum outro contexto se não fosse o da globalização, de modo que a diminuição dos obstáculos econômicos, políticos e sociais finda possibilitando a aproximação dos atores internacionais e o estabelecimento da necessidade mútua em manterem as relações de cooperação. Segundo Ianni (2010, p. 24):

A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais.

Sendo assim, tal interdependência não implica necessariamente na existência de relações harmônicas e nem mesmo uma cooperação mútua, podendo até mesmo ser altamente conflituosa. Entretanto, apesar da possibilidade conflitiva da interdependência e, conseqüentemente, da Cooperação Internacional, ambas tendem a favorecer a elaboração e execução de políticas voltadas ao desenvolvimento. O Sistema Internacional interdependente abriga (e necessita) de Novos Atores capazes de conduzir os processos de cooperação. Nesse sentido, as Organizações internacionais, os Governos locais e até mesmo as cidades, de modo específico, adentram o *mainstream* das Relações Internacionais como elementos participativos, passando a ser considerados como influentes *players* no arranjo político-institucional dos sistema internacional para o desenvolvimento.

Diante do exposto e tendo como panorama um Mundo Globalizado e Interconectado, muitas são as modalidades e as formas de cooperação que vêm se tornando oportunidades latentes ao desenvolvimento. Nesse sentido, cabe analisar o Quadro 1, onde é possível analisar as modalidades, os recursos e a natureza da cooperação ao desenvolvimento:

Quadro 1 – Modalidades, Recurso e Natureza da Cooperação Internacional

MODALIDADES		
Cooperação Econômica	Fortalecimento do Setor Produtivo, Infra-estrutura institucional, desenvolvimento de serviços.	
Preferências Comerciais	Eliminação total ou parcial das barreiras comerciais às exportações dos países do Sul.	
Ajuda Financeira	Facilitar o acesso a capitais, investimentos produtivos, linhas de crédito preferencial para a importação, troca, recompra ou perdão da dívida externa.	
Assistência Técnica	Fortalecimento das habilidades e Capacidades técnicas presentes nos países do Sul, intercâmbio de experiências e conhecimentos entre países.	
Ação Humanitária	Ajuda alimentar, Socorro, Proteção de Direitos Humanos, acompanhamento às vítimas, pressão política, denúncia, preparação, prevenção e mitigação de desastres naturais, epidemias, conflitos armados e guerras.	
Cooperação em Ciência&Tecnologia	Transferência e intercâmbio de tecnologias aplicadas a serviços básicos de educação, saúde, planejamento, transportes, saneamento etc. e Pesquisas.	
RECURSOS		
Origem	Pública	Administrações nacionais, regionais e locais de países doadores.
	Privada	Recursos próprios de particulares, empresas e/ou associações etc.
Concessionalidade	Ajuda Ligada	Condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e serviços do País doador.
	Ajuda Não-Ligada	Não condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e

		serviços do País doador.
Características	Reembolsável	A cooperação deve ser devolvida.
	Não-Reembolsável	A cooperação se faz a fundo perdido.
NATUREZA DA COOPERAÇÃO		
Tipos	Multilateral	Agências, Instituições ou Organizações governamentais autônomas.
	Bilateral	Administrações Públicas e/ou Organizações de Desenvolvimento sem caráter oficial
	Descentralizada	Administrações Públicas regionais (estados) e locais(Cidades).
	Não-Governamental	Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD).
	Empresarial	Empresas que concedem assistências técnica e transferência tecnológica.
Cunho	Financeiro	Transferência efetiva de fundos ao receptor.
	Não-Financeiro	Transferência de conhecimento, tecnologia, materiais, intercâmbios culturais, desportivos e etc.

Fonte: Ayllón (2006). Adaptado pelo Autor

2.1.5 Um Olhar Multifatorial acerca das Cidades

Um Mundo Globalizado e interdependente trouxe a tona uma série de novas perspectivas direcionadas as cidades, mas para que se entenda a contemporaneidade das mesmas, faz-se necessário pensa-las sob um olhar clássico que marca o pensamento sobre as mesmas a partir de distintas matrizes teóricas. Trata-se, na verdade, de um breve recorte teórico elencando as perspectivas de Marx (1982), Engels (2008), Marx; Engels (1998), Weber (1987), Durkheim (2002), Castells (1983) e Lefebvre (1999), para que possa embasar as sessões posteriores deste trabalho, acerca da importância e de um redirecionamento funcional das cidades no contexto internacional.

Marx (1982) apresenta a cidade enquanto o lugar de mercado de bens do capital e mercado de trabalho, onde nota-se a presença tanto de burgueses (detentores dos meios de produção), quanto dos trabalhadores (detentores de força produtiva). Engels (2008), por sua vez, acrescenta que a cidade representa a miséria e a degradação da classe operária. Dessa forma, entende-se na visão de ambos, que a cidade moderna constitui-se como local da “produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 66). Os autores, concebem ainda, o papel histórico e estratégico das cidades industriais daquela época como palco “da história de qualquer sociedade até nossos dias é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 70). Percebe-se, dessa forma, a concretude histórico-sociológica que a cidade passa a ter, e a representar aos ditames de um Mundo em transformação.

Através de uma perspectiva diferenciada, Weber (1987) teoriza a cidade a partir da origem e do desenvolvimento do capitalismo moderno, concebendo assim, a cidade como um “tipo-ideal”². Em uma forma típica ideal, a cidade caracteriza-se por constituir-se como mercado e possuir própria autonomia política. A cidade medieval ocidental é a que mais se aproxima de um tipo ideal de cidade, na concepção do autor. Weber (1987) aponta ainda, a existência de mercado em toda cidade e argumenta que somente esta característica não é suficiente para defini-la, uma vez que, é possível identificar a presença de mercado até mesmo em aldeias. Dessa maneira, a compreensão acerca da cidade tem que ser multifatorial, analisando além de aspectos e fatores econômicos e/ou sociológicos, mas também políticos, uma vez que, “a cidade tem que se apresentar como uma associação autônoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas” (WEBER, 1987, p. 45). Em suma, sua análise demonstra que não basta considerar as urbanidades tão somente como um conjunto de moradias, territórios próprios, economia e instituições; e sim, a congregação de aspectos sociais, econômicos, políticos, administrativos e jurídicos.

Durkheim (2002), ainda que indiretamente, direciona atenção ao estudo das Cidades, graças ao que denominou de morfologia social. Segundo o autor, a sociedade está disposta em determinado território, possui uma massa de população de certo volume e densidade, concentra-se em sua grande maioria nas cidades e estabelece diferentes vias de contato. Com essa “anatomia da sociedade”, a cidade emerge como “substrato da vida social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população” (DURKHEIM, 2002, p. 56). Tal concentração populacional, além de movimentar o “moinho do capitalismo” (POLANYI, 2000), torna a cidade um campo complexo e cenário constante de transformações.

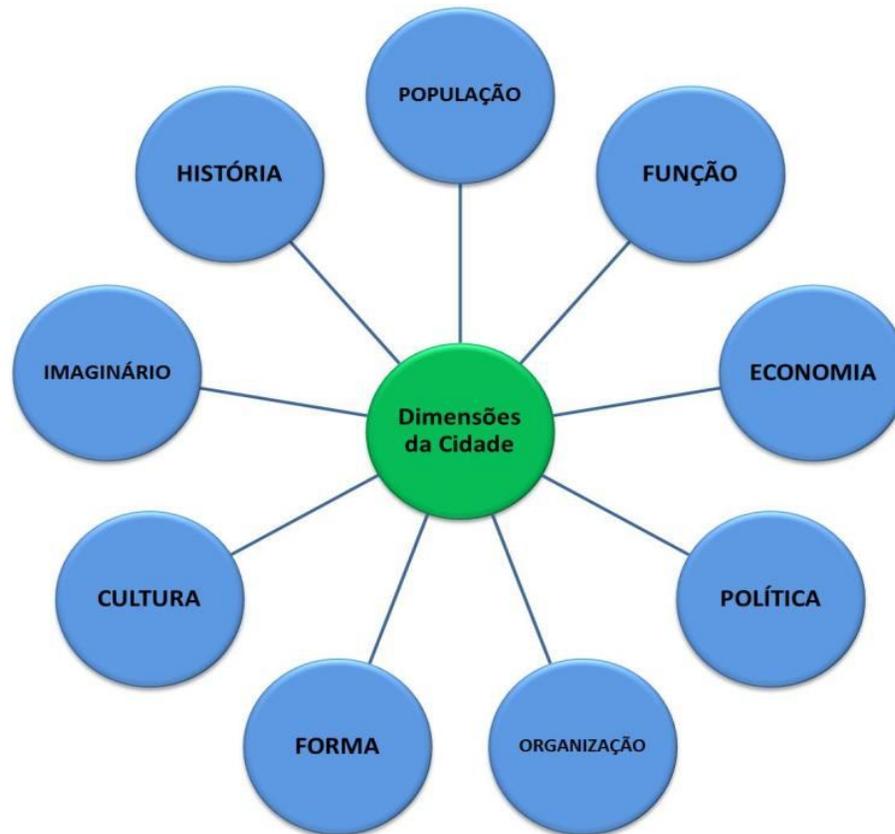
Castells (1983, p. 71), por sua vez, ao analisar o espaço urbano, dividiu em três aspectos: Ideológico, apresentando a diversidade da cultura urbana como um “espaço de fluxo intemporal”; Político, possuindo a cidade “uma superestrutura legitimada pelo capitalismo e marcada por contradições presentes entre classes sócias e modos de produção”; e Econômico, que faz com que a cidade se supere em função do Capitalismo (aliado a fatores como, o sistema de produção e o avanço tecnológico) e transforme-se em um “espaço virtual ou na sociedade da informação” (CASTELLS, 1983, p. 80).

² Weber entende por tipo ideal algo que possa estar caracterizando ou formando grupos, por exemplo, a religião, a burocracia, a economia, enfim o capitalismo moderno. O conceito de tipo ideal não tem sentido avaliativo, pois não é um modo de julgar e, sim, uma construção que facilita uma análise histórica ou sociológica. Para Weber, os conceitos utilizados pela Sociologia e a História eram, até então, conceitos bastante controlados e limitados, afastados da realidade histórica (FERREIRA, 2004).

Lefebvre (1999) traz um enfoque diferenciado acerca das cidades, onde o autor aponta o espaço urbano como um “reino da liberdade e do novo urbanismo”, sugerindo que tal espaço “não representa somente a transformação do espaço em mercadoria pelo capitalismo”. Exponente do marxismo contemporâneo, Lefebvre teve suas obras criticadas por alguns teóricos, como Castells, por redirecionar o marxismo do campo das lutas de classes, para o da cultura. Todavia, na concepção de Lefebvre (1999, p. 67) a cidade não se apresenta somente pelas transformações do capitalismo (do espaço, em uma mercadoria), mas também, em um espaço potencial do cotidiano e das interações complexas de sua população. O autor considera que uma visão onde se coloca, de um lado, a empresa e a produção e, de outro, a cidade e o consumo, “não permite desvendar a verdadeira dimensão do espaço”.

O recorte teórico acima descrito aponta as complexidades presentes, e as vezes, inerente as cidades e urbanidades. Ainda que os autores mencionados não façam uma clara menção a importância das cidades no contexto internacional, consubstanciam a ideia acerca das mesmas enquanto importantes atores políticos do desenvolvimento e também como espaços propícios as transformações e interações em diversos níveis, o que contribui significativamente ao novo contexto interdependente, globalizado e multinível o qual as cidades se inserem, como novos atores de sistema internacional para o desenvolvimento. Com um olhar mais endógeno e articulado, as cidades adentram a esse novo Mundo, como entes capazes também de efetuarem e se inserirem nas relações internacionais. Todavia, desde Tucídides (2001) sabe-se que as cidades desempenham um papel internacional relevante; e o final do Século XX e início do XXI consubstanciam ainda mais as ações e dimensões deste importante ator político. Barros (2012) sistematiza tais dimensões que embasam as ações da cidade nesse novo contexto, conforme pode ser observado no Fluxograma 1:

Fluxograma 1 – Dimensões da Cidade e Complexidade Urbana



Fonte: Barros (2012). Elaborado pelo autor.

2.2 Arcabouço teórico-metodológico

2.2.1 Governança Multinível, Desenvolvimento Local e a Inserção Internacional de Cidades e Governos Locais

Em resposta as perspectivas e desafios apresentados pelo fenômeno da globalização, autores como Held; McGrew (2001) consideram que os Estados nacionais contemporâneos configuram-se gradualmente como espaço fragmentado de decisões políticas, amplamente influenciado e permeado por redes transnacionais, as quais, acabam por alterar em grande parte sua dinâmica tradicional. Por vezes, os mesmos, têm aumentado suas participações no campo das relações internacionais contemporâneas especialmente nos assuntos de meio ambiente, cultura e comércio exterior. Dessa forma, entende-se que a globalização, como fenômeno de transformação econômica, política e social do cenário internacional, têm contribuído significativamente para dar maior protagonismo às unidades governamentais

subnacionais. Por essa razão, nota-se, o surgimento cada vez maior de espaços propícios para que os governos locais desenvolvam iniciativas de inserção internacional, “visando novas dimensões do processo de cooperação, bem como parcerias para promover o desenvolvimento econômico e social de suas regiões” (GOMES FILHO, 2011, p. 45).

Sob a ótica de uma nova realidade, Globalizada e Interdependente, o sistema internacional demonstra que cada vez mais estão sendo criados cenários de interação e integração a nível internacional que já não se restringem somente aos Estados-Nação. Gomes Filho (2011) reitera que o século XX foi palco da emergência de novos atores que não poderiam mais ser contidos nas fronteiras nacionais e que passaram a cumprir ou influenciar determinadas funções que tradicionalmente eram prerrogativas dos Estados. A ascensão e inserção internacional de unidades subnacionais, como os estados regionais, cidades e municípios é um exemplo dessas transformações a nível mundial e foco de análise deste trabalho. Sathler; Monte-Mór; Carvalho. (2009, p. 4) aponta:

As abordagens mais comuns acerca das dinâmicas das redes urbanas buscam levar em consideração questões importantes, tais como a diferenciação funcional das cidades, as relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, a hierarquia urbana e as relações entre cidade e região. A rede urbana é concebida como um conjunto de centros funcionalmente articulados e, nesse sentido, a intensificação da globalização em vastas áreas do mundo tem remodelado os padrões de hierarquia e de relacionamento entre as cidades.

A intensificação do fenômeno da Globalização tem um papel decisivo no avanço dos mais diversos tipos de fluxo. Robertson (1992) e Soja (2000) demonstraram que a Globalização comprime o Mundo e intensifica uma espécie de consciência global, “que alarga e aprofunda as relações sociais, desse modo, eventos globais passam a moldar acontecimentos locais, e vice e versa”. As cidades passam então, nesse cenário globalizante e interdependente a estabelecerem redes de inserção internacional voltadas ao desenvolvimento local. Esse dinamismo e novo funcionamento das Cidades decorrem de uma série de impactos causados pela Globalização, descritos por Sathler; Monte-Mór; Carvalho (2009): i) intensifica os fluxos; ii) amplia o alcance das redes e dos diversos nós; iii) estimula a regionalização; iv) muda a direção dos fluxos com a possibilidade do aprofundamento das relações entre o local e o global sem a atuação de centros intermediários; v) amplia a possibilidade de especialização funcional por parte das cidades; vi) atua na criação de áreas de exclusão. Held (2001) acrescenta que a globalização reflete uma percepção geral de que o mundo está sendo moldado rapidamente por forças econômicas e tecnológicas em um espaço social comum. Globalização pode ser compreendida, assim, como uma linha contínua do local para o global.

Para tal, o declínio da autoridade dos Estados é compensado, nesse contexto, pela crescente interação de outras instituições e organizações, como os órgãos locais e regionais.

Em meio as discussões acerca da Globalização, Interdependência e novos atores internacionais, Castells; Borja (1996) consideram que se estaria vivenciando a ascensão das localidades (cidades, regiões e estados) como centros de decisão na promoção do bem-estar social, de inserção internacional e do desenvolvimento. Essa nova lógica, segundo os autores, direciona as cidades e governos locais importância significativa às agendas de desenvolvimento local com ligação ao exterior. Dessa maneira, incentivadas pelos ditames que a globalização impôs as economias nacionais e motivadas pelo declínio das políticas centralizadas de desenvolvimento regional, as cidades e governos locais tem nas relações internacionais, forte instrumento de desenvolvimento local e tem marcado presença cada vez mais intensa em agendas no exterior.

Romero (2004) explicita que nos últimos anos houve um crescente envolvimento das cidades na esfera internacional, e isso, paulatinamente vem se firmando enquanto um novo fenômeno nas relações internacionais, ao mesmo tempo que incorpora um conceito inovador na gestão pública local: a projeção internacional das cidades. A autora argumenta que até pouco tempo a gestão local se dava apenas na execução de obras públicas e serviços básicos, e que, “a abordagem das problemáticas urbanas sob o viés da dimensão internacional não tinha sentido, inclusive porque o paradigma dominante das relações internacionais supunha os Estados-nação como únicos atores públicos globais” (ROMERO, 2004, p.14). Nesse sentido, a autora lista três processos que corroboram ao novo marco de atuação internacional das cidades, são eles:

i) Um aprofundamento do processo de globalização que vem conduzindo à formação de um novo sistema mundial no qual se intensifica a economia, e a vida política e cultural. As cidades aqui funcionam como pontos de relações, troca e produção e participam ativamente destes processos, vendo-se ao mesmo tempo afetadas por eles e sendo ainda o lugar onde se desenvolvem as economias globalizadas. As cidades são regiões estratégicas para propagação das forças globalizadoras.

ii) A configuração de uma nova relação Estado-Nação/território subnacional, onde este último se constitui no “novo ator do desenvolvimento”. No marco de um retraçado da noção e funções do Estado-Nação e das unidades territoriais subnacionais, produz-se uma fragmentação das trajetórias de desenvolvimento: as regiões e cidades não têm mais um horizonte pré-definido nem estabelecido centralmente e devem ser agora gestoras do seu próprio desenvolvimento .

iii) Um avanço nos processo de integração regional que faz com que as políticas urbanas não se satisfaçam mais com uma visão de gestão limitada às fronteiras locais ou nacionais, pois os governos locais enfrentam o desafio de dar resposta à matriz de oportunidades e ameaças decorrentes do entorno imediato de integração regional, ampliando-se assim sua esfera de atuação e agregando-se às suas funções novas competências.

As cidades passam então a assumir uma nova agenda de desenvolvimento local, “agregando temas, problemas, desafios e modalidades de gestão, alterando também a escala espacial de atuação das mesmas” (RIBEIRO, 2008a). A atuação internacional das cidades, como conceito somado a gestão urbana (com conteúdo, metas, espaço institucional próprio) é um fenômeno recente que direciona as cidades e governos locais novas atribuições e um novo tipo de protagonismo no enfrentamento de grandes problemas urbanos (como segurança, pobreza, transporte, saúde) e também, na adoção de estratégias alternativas de desenvolvimento, “voltadas de um lado, para a atração de investimentos e a modernização da infraestrutura urbana e, de outro, para a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar social e de um governo mais participativo.” (ROMERO, 2004, p. 24).

Esse novo cenário globalizado, o qual, as cidades tem atuado de forma mais intensa, já vem sendo estudado e analisado por muitos autores e teóricos de diversas áreas do conhecimento. Os fenômenos da globalização, juntamente da ascensão das cidades e governos locais são focos de análise de renomados centros de pesquisa, como o **GAWC**³ (Globalization and World Cities – Research Network) ou Rede de Pesquisa em Globalização e Cidades Mundiais (em tradução livre), que reúne pesquisadores do mundo todo acerca da temática das Cidades e seus desdobramentos em tempos de Globalização. O GAWC tem como seus fundadores, teóricos como Manuel Castells, John Friedman, Peter Hall, Saskia Sassen e Peter Taylor. Por reunir pesquisadores e pensadores de inúmeros países e realidades distintas, o GAWC é um renomado *thinktank*⁴ sobre os fenômenos da Globalização na realidade desses “relevantes atores políticos” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 45). Outro centro de pesquisa em torno da temática das cidades é o **LSE CITIES**⁵ (da London School of Economics and Political Science), que é um centro internacional de estudos e pesquisas voltado as mais variadas interações advindas no âmbito das cidades, seja no campo econômico, social, político, ambiental, e até mesmo, cultural, arquitetônico e urbanístico. O centro tem como pesquisadores Ricky Burdett, Paul Kelly, Suzanne Hall e conta também com a colaboração de Saskia Sassen e Anthony Giddens, dentre outros.

³ Para maiores INFORMAÇÕES (LBORO, 2013)

⁴ Ou “Usina de Ideias”, são organizações ou instituições dedicadas a produzir e difundir conhecimentos e estratégias acerca de assuntos relevantes sejam eles de cunho político, econômico ou científico. Os *think tanks* podem atuar no campo do grupo de interesses, filiados a partidos e ideologias políticas, ou mesmo a governos e corporações privadas. No meio científico, a utilização de tal termo se dá em decorrência da congregação de pesquisadores ou centros de pesquisa (Como é o caso do GAWC e do LSE CITIES) em torno de temáticas comuns (no caso de ambos, as cidades) para que haja uma notável produção na área e que a mesma seja referenciada a tal centro, como referência e excelência para tal assunto.

⁵ Para maiores informações, (LSECITIES, 2013)

A produção científica de enfoque multifatorial acerca das cidades, é algo em frequente expansão no meio acadêmico, dado as consequências de caráter dialético que o pós-Guerra Fria, a Globalização e a Interdependência entre as nações trouxeram as urbanidades. Entretanto, faz-se necessário um entendimento de que ainda que haja um esforço de centros renomados como o GAWC e o LSE CITIES, as cidades ainda são atores políticos recentes nessa esfera internacional e a produção científica voltada para tal, ainda é dominada pelos centros de pesquisa do Norte Geopolítico, o que muitas das vezes faz com que realidades específicas (como as da região amazônica) não integrem ou mesmo não sejam contempladas no espectro teórico acerca das cidades e governos locais. Dessa forma, faz-se necessário também adentrar tal espectro teórico com as experiências e o *know-how* local do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), para demonstrar a Amazônia e suas duas maiores Metrôpoles como atuantes nesse novo cenário global interdependente, multifatorial, conectado e propício as interações entre o local e o global.

2.2.2 Um novo perfil das Cidades: Cidades Globais *versus* Cidades Internacionais

Com esse novo redirecionamento funcional dado as Cidades, surgem às chamadas **Cidades Globais ou Mundiais**. Esse conceito, entretanto, fora cunhado bem antes da intensificação de um cenário Globalizante. Patrick Geddes em 1915, em sua obra “*Cities in Evolution*” apresentou a expressão “*Capitais Mundiais*”. Posteriormente, Peter Hall em 1966 e John Friedmann em 1986 (ambos fundadores do GAWC) também utilizaram esse conceito para definir as cidades que ocupavam o topo da hierarquia urbana mundial e/ou que comandavam a economia global. No estudo mais recente e mais direcionado aos conceitos utilizados neste trabalho, Sassen (1998, 2003), foi quem mais avançou no estudo das denominadas Cidades Globais. As constantes e intensas transformações ocorridas nas últimas três décadas do Século XX, acarretaram significativas mudanças na economia e na política mundial, algumas dessas mudanças renovaram o papel e a importância das cidades como espaços destinados a diferentes tipos de atividade e/ou funções. Sassen (1998, p. 85) aponta:

Na fase atual da economia mundial, é precisamente a combinação da dispersão global das atividades econômicas com a interação global, mediante uma concentração frequente do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por algumas grandes cidades, as Cidades Globais ou Mundiais.

Cidades Mundiais se apresentam, dessa maneira, segundo Sassen (1998): **i)** Pontos de comando da organização da economia mundial, **ii)** Lugares e mercados fundamentais para determinadas e específicas atividades e **iii)** Espaços de produção de inovações. Dessa forma, entende-se por Cidades Globais ou Mundiais, como espaços territoriais de destaque e comando à economia global, obtido em decorrência de certas vantagens competitivas para tal função. São exemplos de Cidades Globais: Nova York, Londres, Pequim, Paris, São Paulo dentre outras.

No presente contexto, pode-se afirmar que todas as localidades são ou estão inseridas a nível global. “Pressões do mercado externo sobre a produção local, a queda significativa das arrecadações governamentais em momentos de crises internacionais, ou mesmo os efeitos de fenômenos como a mudança climática são formas de observar essa inserção global.” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011). Ainda que, em um município no interior da região amazônica, onde as infraestruturas de comunicação e logística são limitadas, é possível verificar os efeitos da globalização. Belém e Manaus, lócus da presente pesquisa e as duas maiores e mais importantes metrópoles no contexto regional amazônico, não podem ser consideradas Cidades Globais, entretanto podem ser classificadas enquanto Cidades internacionais modernas (SOLDATOS, 1996). Ambas as cidades, ainda que paulatinamente, não se encontram alheias às relações internacionais e vem desenvolvendo estratégias e mecanismos de inserção internacional. Soldatos (1996) aponta um conjunto de parâmetros que caracterizam uma cidade internacional moderna, são eles:

- 1) Posição geográfica de abertura para o mundo;
- 2) Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
- 3) Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições sócio-econômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- 4) Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
- 5) Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
- 6) É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;

7) Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);

8) Possui uma mídia de repercussão e difusão internacionais;

9) Acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);

10) Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;

11) Exerce uma paradiplomacia urbana (municipal ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;

12) Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;

13) Possui uma população com composição étnica diversificada.

Tais parâmetros, expostos pelo autor, evidenciam também dois tipos de internacionalização das cidades: a passiva e a ativa. A *Internacionalização passiva* é desempenhada pelas cidades-espaco, “que acolhem atividades e instituições internacionais, mas não acolhem instituições e serviços de importância estratégica para o desenvolvimento de funções de influência e/ou controle (empresas multinacionais e organizações internacionais)” (SOLDATOS, 1996, p. 11). A *Internacionalização ativa* é desempenhada pelas cidades-atores e seu papel dinâmico em redes de serviços e redes internacionais de governança, além de possuírem uma avançada estrutura de transportes, comunicações, tecnologia e produção. Panayotis Soldatos introduz e protagoniza o uso do termo, *Paradiplomacia* para designar as estratégias e formas de internacionalização de governos subnacionais, como as cidades e de tais parâmetros expostos pelo autor, consubstancia o fortalecimento de Cidades Internacionais Modernas. Ao analisar os fatores que compõem e direcionam uma cidade ao contexto internacional, fica evidente, a importância de se estudar tal fenômeno e destacar o relevante papel de Belém e Manaus para a continental região do Trópico Úmido, ainda que não disponham de todos os parâmetros acima mencionados, em referência a uma cidade internacional.

Entretanto, cabe ressaltar, que tais fatores que concebem e direcionam uma cidade internacional moderna necessitam de uma cooperação intersetorial, o que no contexto das

duas cidades analisadas, é um entrave a execução e continuidade de ações no campo internacional, como pretende-se explicar no último capítulo. Yahn Filho (2011, p. 76) reitera:

Portanto, ser uma cidade internacional moderna não é algo que decorre de uma iniciativa isolada de um município com vocações para tal, mas é preciso contar com a visão estratégica de outras esferas de governos, que percebam nesta vocação uma possibilidade de ampliar suas vantagens competitivas.

Outro aspecto que incita ainda mais o debate entre Cidades Globais e Cidades Internacionais (foco deste trabalho), baseia-se no fato de que grande parte das ações internacionais empreendidas na área internacional e protagonizada pelas cidades, se deu no contexto de cidades médias e grandes; uma vez que elas “tem tido condições de atuar de forma independente ou despertaram politicamente para as relações internacionais e passaram a exercer alguma forma de inserção internacional estruturada e sistemática” (RODRIGUES, 2004, p. 30). Todavia, o Mundo globalizado e interconectado não favorece ou incita somente as médias e grandes cidades, há também a “incorporação de princípios e valores globais na ordem local, ou seja, internacionalizando o *modus vivendi* das cidades”. Como exemplo a isso, vale ressaltar a Agenda 21⁶ (e sua influência em diretrizes do Estatuto da cidade) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁷ (que pela sua amplitude, passaram a ser municipalizados para que fossem alcançados), que afetaram a nível micro ou macro muitas cidades e governos locais em todo Mundo.

2.2.3 Inserção Internacional das Cidades e o fenômeno da Cooperação Descentralizada

A conseqüente configuração de um mundo multipolar abriu novas perspectivas para a atuação dos Estados nacionais no concerto das Nações, sobretudo entre os ditos países em desenvolvimento. Se por um lado, este novo cenário multipolar e participativo favorece a atuação dos Estados nacionais, por outro, constitui-se em espaço aberto para a atuação de novos atores, como as cidades, os quais se constituem objeto de análise deste trabalho. No conjunto desse novo cenário, surge a *Cooperação Descentralizada ou Paradiplomacia* enquanto fenômeno político-econômico-social relativamente recente e ainda timidamente

⁶ Um dos principais resultados da Conferência Eco-92, a agenda 21 estabeleceu prioridades e incitou um comprometimento dos países, para que a níveis nacionais, regionais e locais, a integração dos setores da sociedade passassem a direcionar atenção as problemáticas nacionais, tão quanto, propusessem respostas e soluções para uma reconversão e re-entendimento de paradigmas como os do Crescimento x Desenvolvimento Sustentável.

⁷ Aprovados em 2000, pela ONU, são um conjunto de oito objetivos, com metas e indicadores, a serem atingidos pelos países até 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade na busca pela solução de alguns graves problemas da humanidade.

estudado no âmbito acadêmico, que carece de literatura e produção científica na área, sobretudo na região amazônica, e que diante do contexto atual de interdependência das relações internacionais, tende a observar um notável crescimento durante as próximas décadas.

Analisando a morfologia da palavra Paradiplomacia, o prefixo ‘*para*’ de origem grega significa proximidade e/ou semelhança. Por sua vez, ‘*Diplomacia*’ segundo Cervo (2007) compreende a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses. O elevado grau de determinação externa da diplomacia pode ser observado em sua dimensão global, regional e bilateral. Dessa forma, Paradiplomacia, em outras palavras, seria uma Diplomacia paralela a do Estado, atuando em determinados segmentos e efetivada por diferentes atores. Segundo a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008), o termo Paradiplomacia foi elaborado por Hans J. *Michelmann* e *Panayotis Soldatos* (na obra germinal “Federalism and International Relations: the role of subnational units” publicada em 1990) para designar as atividades de inserção e/ou protagonismo internacional desenvolvidas entre entidades políticas não centrais (como estados regionais e cidades) situadas em diferentes Estados nacionais. Desde então, teóricos das relações internacionais vêm estudando esse fenômeno, a partir de categorias de análise próprias, sendo a Paradiplomacia principal delas, mas igualmente por meio da diplomacia de múltiplas camadas (*multi-layer diplomacy*) e da cooperação internacional descentralizada. Cornago Prieto (2004, p. 260) incita:

A Paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (‘ad hoc’), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de Paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial.

Entretanto, o presente estudo fará uso e referência ao termo *Cooperação Descentralizada* ou até mesmo *Atuação Global Municipal*, uma vez que a Paradiplomacia tem sido comumente utilizada para expressar qualquer tipo de ação internacional que não envolve necessariamente os Estados nacionais, o que confunde as atividades transnacionais. Dessa forma, Confederação Nacional dos Municípios (2011, p. 72) consubstancia:

O conceito paradiplomacia carrega em si padrões e interesses de outros países em que foi concebido. Por vezes, o termo traz imprecisões que confundem a interpretação na realidade brasileira. Ao tentar se assemelhar com a política externa (relações mantidas com Estados estrangeiros pelo Presidente da República ou representantes diplomáticos), esse tipo de prática é julgado como ilegal frente à Constituição Federal de 1988. Quando substituída pelo conceito de política externa federativa, ora se especificam apenas as ações nas quais os governos locais atuam alinhados com o Estado Nacional, ora se retrata uma posição hierárquica em desvantagem que não traduz a autonomia dos entes federativos em suas competências.

Dessa forma, para que houvesse certa autonomia acadêmica e entendimento devido à realidade brasileira, o termo Cooperação Descentralizada (por se tratar de uma estratégia de internacionalização no âmbito da cooperação internacional e não efetivada pelos Estados centrais ou nacionais) em consonância também ao termo Atuação Global Municipal, são mais condizentes com tais atividades realizadas no Brasil.

Pode-se afirmar que três processos determinaram a nova dinâmica no âmbito das relações internacionais, foram eles: a revolução técnico-científica (e posteriormente, informacional), a Globalização e o fim da Guerra-Fria. Para Gomes Filho (2011), a união de tais processos, foram fatores determinantes no deslocamento da centralidade do Estado-nação e no que se refere ao controle dos fluxos econômicos e sociais que atravessam o seu território, propiciando, dessa forma, oportunidades a emergência de novos atores, os quais passaram a desempenhar papéis relevantes na economia e na política, nacional e internacional. O avanço e a intensificação do processo de Globalização trouxeram consigo novos atores de considerada relevância ao cenário internacional, dentre os quais cabe destacar as empresas transnacionais, as organizações não-governamentais (ONG's), os movimentos sociais, grupos religiosos e o foco deste projeto, os Governos Locais. Esses novos atores, por sua vez, demonstraram e vêm demonstrando interesse pela inserção e cooperação internacional, que na maioria das vezes, não passa pela chancela dos governos nacionais.

De modo resumido a CNM, que atua fortemente na disseminação e consolidação de áreas internacionais em governos locais, aponta que alguns são os benefícios que tais governos podem obter através de sua inserção e/ou atuação internacional, a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS 2008) elenca: **i)** Mobilização de recursos internacionais (financeiros, humanos e de informação), voltados a projetos para o desenvolvimento local; **ii)** Inserção em redes globais, direcionadas à cooperação internacional que estão voltadas para o compartilhamento das experiências entre os municípios; **iii)** Aprimoramento das políticas públicas a partir de perspectivas e culturas distintas; **iv)** Análise de tendências e aprendizagem com as inovações da gestão municipal difundidas em

eventos internacionais; v) Promoção da visibilidade mundial da cidade, a fim de atrair investimentos para setores estratégicos, vi) Participação política em organizações e missões internacionais, ampliando a influência do poder local na conjuntura internacional. Nesse cenário, cabe ressaltar, a existência de outros atores que contribuem para a internacionalização desses entes subnacionais, que por sua vez, se dividem em categorias que serão descritas a seguir, conforme proposição da (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS 2008):

1) Os *Governos municipais* detêm posição estratégica e central nesse âmbito, por serem o Ente público mais próximos das comunidades locais, e automaticamente, o representante mais fiel das suas demandas. Assim, os governos municipais assumem o protagonismo de trazer esses benefícios externos aos indivíduos, coordenando esforços dos outros atores que atuam na esfera local, como a sociedade civil organizada, as universidades e o empresariado. Destacando assim, que o papel dos governos locais é o de líder da internacionalização da localidade;

2) As *Associações de municípios* possuem um papel fundamental de facilitador, já que a realidade brasileira nos mostra que cerca de 90,5% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008) dos municípios são de pequeno porte e carecem de informação e recursos destinados a promoção do relacionamento internacional. Com isso, a formação de um corpo técnico como representante de um grupo de municípios, diminui custos de inserção e representa um canal simplificado entre as ações locais e os esforços globais diante de outros atores;

3) A *Sociedade Civil*, por meio de organizações não-governamentais, desempenha papel relevante nas relações internacionais, sejam elas de caráter nacional, ou por meio de redes, conseguem estar presentes em mais de um país. Segundo a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS 2008, p. 28), “o envolvimento da sociedade civil na cooperação internacional, por exemplo, garante que o conhecimento permaneça no local após a saída dos técnicos internacionais”. Ressaltando assim o principal papel da sociedade civil de continuidade das políticas propostas e implementadas;

4) As *Universidades e os Centros de Pesquisa* têm o papel de “fomentadoras das relações internacionais dos governos subnacionais, oferecendo metodologia e conteúdo para esse tipo de interação” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 156). Esses centros são espaços abertos de debates com grande potencial de inovação. No caso do campo de Relações Internacionais, que é interdisciplinar e transversal, percebemos

que a comunidade acadêmica pode auxiliar no embasamento das políticas públicas. Além de que há atividades comuns dessas instituições de ensino que as deixam privilegiadas para auxiliar os governos locais em suas relações internacionais. Como exemplo, a recepção de alunos estrangeiros, o intercâmbio de professores, a presença de departamentos de língua estrangeira, além das trocas de experiências com outros centros de estudos fora do país;

5) A *Iniciativa privada* traz consigo três papéis principais: de interlocutor, onde se abrem as portas internacionais aos governos municipais quando estas já existem, de patrocinador quando as empresas somam seu capital aos projetos internacionais na forma de responsabilidade social e por fim de implementador quando parte desse projeto internacional é realizado pelas empresas. Afinal a comunidade local pode se beneficiar tanto das melhores oportunidades de emprego e renda, quanto do compromisso das empresas perante sua responsabilidade social, estimulado uma interlocução de dois atores locais (público e privado);

6) Os *Governos estaduais*, por concentrarem maiores investimentos públicos, podem e devem atuar na facilitação e instrução de um corpo de servidores especializados em questões internacionais, logo, o papel desse ator na internacionalização da localidade pode ser considerado de orientação e divulgação externa do potencial de toda a sua região;

7) O *Governo federal*, assim como outros governos centrais, é responsável pelas relações exteriores. No Brasil isso não é diferente. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é responsável por defender os interesses nacionais frente aos demais estados por meio da política externa em que estão definidos diagnósticos, prioridades e princípios do país, logo os municípios também devem buscar seguir a política externa de seu país em sua atuação internacional. É necessária a aproximação dos governos centrais e governos locais nos assuntos internacionais, bem como o avanço da posição de ouvinte dos governos locais para outra mais ativa além do fortalecimento do diálogo entre o governo federal e os entes federados que é de extrema importância.

8) Os *Organismos internacionais* têm incorporado novos atores, como a sociedade civil organizada e os próprios governos locais. Nesse sentido cabe apontar que a função primordial de um organismo internacional é integrar mundialmente esforços de todos os atores em prol do desenvolvimento, da paz e da defesa da garantia dos cidadãos.

O reconhecimento da liderança dos governos locais neste processo de diálogo e inserção internacional, assim como a importância do engajamento setorial dos demais atores da esfera local é extremamente importante para o desenvolvimento e consolidação de

mecanismos e estratégias de uma agenda paralela de desenvolvimento, pautada na cooperação descentralizada. Em resumo, a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008) apresenta a relação Categoria x Papel, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Papéis dos Atores na Cooperação Descentralizada

CATEGORIA DO ATOR	PAPEL
Governos Municipais	Liderar
Associações de Municípios	Facilitar
Sociedade Civil	Promotor da Continuidade
Universidades e Centros de Pesquisa	Fomentar
Iniciativa Privada	Patrocinar/Implementar
Governo Estadual	Orientar/Divulgar
Governo Federal	Dialogar/Legitimar
Organismos Internacionais	Aglutinar/Financiar/Comunicar

Fonte: CNM (2008). Adaptado pelo autor

No Brasil, as ações internacionais das unidades subnacionais, sobretudo as cidades, iniciaram de maneira pontual e tímida no início dos anos 80. Em 1983 e 1987, os governos dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, respectivamente, “foram os pioneiros a institucionalizar estruturas específicas em suas administrações para tratar de temas internacionais.” (GOMES FILHO, 2011, p. 67). Tal pioneirismo foi aos poucos ganhando espaço e tornando-se pauta estratégica ao desenvolvimento nacional. Bogéa Filho (2001, p. 12) consubstancia:

Com efeito, o fenômeno da política internacional dos governos subnacionais brasileiros ganhou força a partir da década de 1990, principalmente a partir do Decreto nº2.246, de 9 de junho de 1997, ano em que foi criada oficialmente a Assessoria de Relações Federativas (ARF), órgão assessor do gabinete do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Tal aparato diplomático foi institucionalizado por determinação do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, destinando-se, então, a fazer a interface do Itamaraty com os governos dos Estados e dos Municípios brasileiros, no sentido de assessorá-los em suas iniciativas externas.

Qual seria então, a visão jurídica e legal de tais atividades descentralizadas. Mazzuoli (2008) aponta em sua Coletânea de Direito Internacional, a Constituição Brasileira de 1988 e destaca o seu art. 21 inciso I, compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, reafirmando no art. 49 inciso I, onde verifica-se que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao

patrimônio nacional. Logo, compete apenas ao Estado ações referentes à política externa do mesmo. Para tal, deve-se levar em consideração, em especial a segunda parte do art. 49 inciso I, onde diz que sejam esses “tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, sendo assim, as relações realizadas pelos governos locais que não ocasionem esse tipo de dano à União, fica livre de execução, encaixando-se nesse excerto a Cooperação Descentralizada, visando o desenvolvimento em diversas áreas, de cooperação técnica, ambiental e sendo as econômicas, sociais, culturais de maior relevância.

Há ainda muito a se avançar na temática da atuação global municipal no Brasil. Contudo, percebe-se que os principais atores envolvidos neste processo fazem, hoje, parte de uma ampla discussão que objetiva um desenvolvimento prático da participação dos governos subnacionais no âmbito internacional (VIGEVANI, 2004). Nesse sentido, verifica-se significativa intensificação dos processos de interação entre o local e o global, e em decorrência disso, verifica-se cada vez mais a atuação de cidades nesse cenário. Para a Confederação Nacional dos Municípios (2009, p. 11):

A atuação internacional dos governos locais é um fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos. Independentemente de vontade política ou de planejamento administrativo, os Municípios estão cada vez mais envolvidos na prática de comércio exterior, na recepção de turistas internacionais, na implementação de projetos de cooperação e na participação em redes internacionais. Trata-se de uma tendência mundial que, apesar de já ter sua importância reconhecida, ainda é pouco estudada e discutida de forma sistemática.

Logo, a cooperação descentralizada tem muito mais a oferecer do que a condição de mera fonte de capital. Por meio da cooperação técnica, os governos locais podem aproveitar do potencial da troca de experiências entre seus técnicos para desenvolver políticas eficazes em seus territórios. Ao estabelecer vínculos com o exterior, os gestores locais reconhecem que muitos dos problemas enfrentados em suas cidades são semelhantes aos enfrentados por outras localidades do planeta. O contato com problemas similares em contextos distintos permite certo distanciamento da sua realidade e a construção de novas perspectivas. Dessa forma, constrói-se um sistema de capacitação dos técnicos locais em que o conhecimento, ao final do projeto, permanece no município, traduzindo-se em projetos concretos para melhorar o governo local no cumprimento de suas responsabilidades. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008).

Saraiva (2004) aponta que a compreensão sobre quais são os recursos oferecidos pela cooperação internacional, que antes se limitava ao dinheiro, passa com essa visão mais

avançada a contabilizar os recursos humanos (mão-de-obra) possíveis de serem agregados ao projeto, os recursos de conhecimento (*know-how*) que norteiam o planejamento, a implementação das atividades e mesmo os recursos físicos (estruturas materiais) disponibilizados para o projeto. A palavra captação de recursos deixa de ser apropriada nesse sentido, sendo mais adequado utilizar a concepção da mobilização de recursos.

A Cooperação Descentralizada é uma estratégia recente de internacionalização de governos locais (como cidades e Estados regionais). Estratégia essa, que insere tais novos atores no campo da cooperação internacional. Cabe, dessa forma, entender esse recente fenômeno enquanto um resultante não somente do processo da Globalização, mas principalmente do processo da Interdependência Complexa de Keohane; Nye Junior (1977). Tal interdependência permite e desafia cada vez mais as relações e as interações internacionais, a qual não direciona mais atenção somente aos Estados Nações como únicos atores internacionais. A inserção, participação e atuação internacional de cidades e governos locais, indicam o nível de interação que a nova agenda global de desenvolvimento permite; mostrando, inovando e desenvolvendo políticas públicas através da cooperação internacional.

2.2.4 Interesses, segmentos e determinantes da atuação global municipal

Há um entendimento comum, tanto para teóricos, quanto para muito daqueles que atuam na cooperação internacional de que a inserção internacional de cidades se dá unicamente por interesses financeiros. Todavia, essa visão vem se modificando aos poucos, dado os níveis de interação nos mais diversos campos das relações internacionais por parte das cidades, por exemplo, e o presente estudo apresentará isso nos capítulos posteriores. Como visto, ainda que se entenda que o termo Paradiplomacia não compreenda muitas das especificidades da cooperação internacional dos governos locais como um todo, o termo amplamente difundido no Norte Geopolítico tem alguns precursores com ideias propositivas e amplas que podem acrescentar ao debate da atuação global municipal. Stéphane Paquin (2004, 2005) em seus estudos sobre Paradiplomacia e Teoria das Relações Internacionais e frente às concepções de que a inserção internacional dos governos subnacionais vislumbram apenas vantagens econômicas, analisou sob três vertentes distintas, as atividades paradiplomáticas, conforme o Fluxograma 2:

Fluxograma 2 – Vertentes da Paradiplomacia, na visão de PAQUIN



Fonte: Paquin (2004, p. 36) Adaptado pelo autor

Paquin, assim divide, em Paradiplomacia do Comércio, da Integração regional e Identitária, o interesse dos governos subnacionais em se inserirem internacionalmente. Tal divisão feita pela autora comunga princípios semelhantes aos seguimentos da cooperação descentralizada propostos pela CNM, são eles **i)** Política Global, que diz respeito as ações de participação e atuação em redes, missões e órgãos internacionais, tão quanto estabelecimento de pactos de irmandade ou cidades-irmãs **ii)** Cooperação, que podem assumir um cunho técnico ou financeiro, para viabilização de obras, projetos e até capacitação; **iii)** Promoção Econômica, que é talvez o principal fator internacional das cidades, para intensificar seu comércio exterior, atrair investidores e até mesmo investir no turismo internacional; e **iv)** Visibilidade Externa, que pode ser alcançada através da propagação dos ideais da cidade, de seu protagonismo em determinado assunto, por prêmios e até produções locais (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011). Tais segmentos podem ser visualizados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Segmentos da Atuação Global Municipal

POLÍTICA GLOBAL	COOPERAÇÃO	PROMOÇÃO ECONÔMICA	VISIBILIDADE EXTERNA
Fóruns	Técnica	Comércio Exterior	Marca da Cidade
Redes	Financeira	Atração de Investimentos	Prêmios
Temáticas		Marketing Urbano	Eventos
Irmanamentos		Turismo Internacional	Produção audiovisual
Recepção e Realização de Comitivas			
Comemorações			

Fonte: CNM (2011, p. 93). Adaptado pelo autor.

As três vertentes apontadas por Paquin, tão quanto os segmentos disseminados com certo *know-how* pela CNM⁸, direcionam o presente estudo na análise das respectivas cidades amazônicas, sob tais aspectos, uma vez que, em ambas as cidades é possível notar características do que se entende pela Paradiplomacia, mas principalmente pelo que o estudo busca focar, que é a Cooperação Descentralizada. Entretanto, tais interesses e segmentos das atividades de atuação global municipal não ocorrem sem determinantes que as corroboram. Soldatos (1996.) incita determinantes ao inserção internacional de unidades subnacionais, tanto em nível externo, quanto em nível doméstico, conforme pode ser melhor visualizado no Fluxograma 3:

⁸Vale ressaltar que, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) possui um corpo técnico especializado as questões internacionais de cunho municipal. Denominado de CNM INTERNACIONAL, tal setor, que atua desde meados de 2008, é uma importante referência nacional acerca da cooperação descentralizada, dado as relevantes publicações na área, com levantamentos, *surveys* e dados (que no caso da presente pesquisa) que fundamentaram alguns dados e referências encontradas, quando se cruzou com tais publicações.

Fluxograma 3 – Determinantes da Inserção Internacional de Unidades Subnacionais



Fonte: Soldatos (1996, p.120). Adaptado pelo autor

O *habitus* da cooperação internacional e conseqüentemente do cenário o qual ocorre a atuação global municipal, dispõe de interesses, segmentos e determinantes diversos conforme analisado. Soldatos (1996, p. 67), por fim, aponta um importante determinante doméstico da ação internacional de unidades subnacionais, o “me-tooism” ou “eu também”, “fenômeno que direciona alguns governos locais a seguirem os passos de outros, em papéis internacionais; sem determinada estrutura e/ou entendimento adequado”.

A cooperação descentralizada, dependendo de sua formulação e efetivação pode se tornar uma inovação as políticas públicas de determinados governos locais. Tal cooperação do ponto de vista público local pode assumir um conteúdo específico: i) Por focalizar-se em problemas locais e territoriais; ii) Oferecer uma competência e um *know-how* que se pode transmitir ou intercambiar diretamente desde as instituições locais, sem recorrer a gabinetes de consultoria ou especialistas externos; iii) Ter condições de estabelecer cooperação a médio e longo prazos, isto porque, geralmente, os atores estabelecem as modalidades, os recursos e o cunho da cooperação; iv) Pode promover uma relação mais ampla, uma vez que inclui outros agentes sociais locais; v) Pode garantir uma relação mais direta com os cidadãos, o que implica em uma relação mais participativa; vi) e na sua dimensão política, a cooperação

descentralizada pode ter como objetivo o fortalecimento da dimensão local nas agendas regionais e/ou nacionais.

2.2.5 Cidades na Amazônia: Interfaces e Especificidades

Em uma perspectiva histórica, a Amazônia é advento de um processo que, se tinha (e ainda se tem), de uma região enquanto fronteira permanente de recursos naturais. Desde os primórdios da colonização na região até os Grandes Projetos, duas foram as características presentes e antagônicas na mesma: a da *Abundância* (de recursos naturais) e a da *Escassez* (de infraestrutura, do isolamento geográfico, das condições de vida e etc.). Tais fatores são evidentes, reais e presentes na contemporaneidade amazônica, estando a região, como dizem muitos autores, na última fronteira do Capitalismo. Castro (2008, p. 22) consubstancia:

Mas o espaço urbano na fronteira (amazônica) foi produto não só do planejamento, mas da recriação social, das relações construídas por várias gerações que acabaram por se envolver em um projeto de mudanças e de desenvolvimento regional. Podemos destacar três dimensões dessas mudanças: 1) – dinâmicas políticas do povoamento na fronteira com desmembramento de municípios e de estados, obtenção de cargos em esferas de poder público, participação de elites locais e fortalecimento de atores na sociedade civil; 2) – na ótica econômica, aparecimento de um novo padrão de empreendimentos, concentração da terra e processos de capitalização fundiária; aumento do mercado de trabalho assalariado e de novas formas autônomas de trabalho; 3 – do plano de organização social, discussão sobre projetos e identidades. Processos esses que se fizeram com custos ambientais visíveis nas taxas de desmatamento [...].

A Cooperação Descentralizada, por se tratar de um fenômeno em pleno desenvolvimento, constitui-se enquanto fronteira do conhecimento principalmente na região amazônica, região continental essa, marcada de especificidades e desafios, mas também de muitas oportunidades. Segundo Bogéa Filho (2001), os atores subnacionais localizados na Amazônia brasileira, em virtude de vários fatores, como por exemplo: posicionamento geográfico, grandes extensões territoriais, pequena densidade populacional, modesta infraestrutura viária, pequeno número de fronteiras vivas, dentre outros, mantiveram-se, ao longo dos tempos, como se apenas integrados à estrutura político-administrativa da nação, mas em considerável medida de afastamento da vida nacional. Nesse sentido, a prática da atuação global municipal se destina às cidades que reconhecem as suas potencialidades e necessidades locais, no entanto, a falta de informação aliada à baixa capacidade institucional fazem com que os governos locais deixem a prática das Relações Internacionais apenas no âmbito dos governos centrais. Entender a abrangência que os mecanismos de cooperação podem trazer a determinado governo local, é reconhecer a importância de se relacionar com a

realidade externa e assim, tornar a Cooperação Internacional uma agenda paralela e propulsora de políticas públicas e desenvolvimento regional nas referidas cidades amazônicas.

A escolha do *locus* do presente estudo, as cidades de Belém e Manaus, justifica-se pela importância político-econômica que esses núcleos urbanos representam no contexto regional, tão quanto, por serem as duas maiores Metrópoles da Amazônia. **Belém**, capital do 2º. maior estado do Brasil, o Pará e **Metropóle da Amazônia Oriental**; conta com uma população de 1.393.399 de habitantes (IBGE, 2010). Por sua vez, a população de **Manaus**, capital do maior estado do Brasil, o Amazonas e **Metropóle da Amazônia Ocidental**; é de 1.802.014 de habitantes (IBGE, 2010). A complexidade amazônica, cenário do *locus* da pesquisa, ocorre em um momento onde a região precisa ser entendida enquanto cada vez mais urbana e, portanto direciona novos papéis e novos olhares a esses espaços urbanos, onde, Castro (2008, p. 10) consubstancia:

as cidades na Amazônia assumem diferentes significados para os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano-rural. As estratégias dos agentes revelam redefinições do urbano, em meio a um rural em transformação. Identificam assim, contribuições dos representantes do Estado, representantes do setor privado comercial e industrial, migrantes e segmentos de grupos tradicionais, visando montar uma diferenciação de tipos de aglomerados encontrados em inúmeros municípios.

Desse modo, pensar em Cidades Amazônicas é pensar sob o enfoque primordial do Desenvolvimento Humano; e é a Cidade ou o Município a unidade política que mais se aproxima do indivíduo e dele pode fazer um participante ativo e integrante do processo de desenvolvimento. Buarque (2006, p. 89) argumenta que o município e a comunidade consistem em recortes relevantes de autonomia de gestão, todavia, devem estar diretamente articulados com os macroespaços; o que demanda um “esforço de coordenação com instâncias e mecanismos capazes de exercer o papel articulador na distribuição de responsabilidades no espaço, numa espécie de descentralização coordenada”. Como parte integrante de “macro espaços” (os estados regionais), as cidades de Belém e Manaus podem contribuir e inovar significativamente ao desenvolvimento local, compartilhando áreas e temas que exijam proximidade com os cidadãos, acompanhando também mudanças e oportunidades que as Relações Internacionais e a Cooperação Descentralizada podem oferecer. destaca:

Belém e Manaus, grandes metrópoles, receberam ao longo desses anos, pessoas de tantos lugares do Brasil, vindo de cidades ou de vilas, ou ainda do campo – mas num movimento contínuo de busca de outros lugares e de sentidos. As cidades transformaram-se e não podem mais ser iguais aos anos 1960, ainda que permaneça uma certa nostalgia que é encontrada em gerações e traduzidas em textos literários. Essas cidades estão inseridas num contexto de mudanças econômicas, sociais, políticas e territoriais. (CASTRO, 2008, p. 25).

Estariam então, aptas, direcionadas e estruturalmente adequadas as cidades amazônicas, a adentrarem no *habitus* das Relações Internacionais e conseqüentemente da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento? Nas sessões subseqüentes, buscar-se-á responder tal questionamento, através da exposição das experiências, estratégias, motivações, relatos, segmentos e determinantes das ações globais municipais de Belém e Manaus, tendo ambas enquanto cidades internacionais modernas em um Mundo cada vez mais interdependente.

3 BELÉM E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 Aspectos gerais da projeção internacional da cidade de Belém

Belém, a capital do Estado do Pará e a primeira capital da Amazônia (CUNHA, 2007), esta localizada no delta do rio Amazonas e na confluência dos rios Guamá e Pará. Inicialmente denominada de Feliz Lusitânia, posteriormente foi chamada de Santa Maria do Grão Pará e depois de Santa Maria de Belém do Grão Pará, a cidade de Belém é uma capital cosmopolita, moderna e conectada com o exterior, mas que ainda resguarda o ar tradicional de épocas passadas. Alguns aspectos iniciais projetaram e consubstanciaram certo protagonismo da cidade em referência as suas relações internacionais. Em especial, um momento projetara de forma significativa a cidade de Belém no cenário internacional, a *Belle-Époque*, (consequente do Ciclo da Borracha) que trouxera e apresentara à cidade, influencias, costumes e padrões Europeus, que marcariam a história político-econômica da mesma de forma significante. Outro momento de projeção internacional da cidade e que merece ser destacado, trata-se na verdade da maior manifestação religiosa do Mundo, que anualmente acontece na cidade e reúne mais de 2 milhões de pessoas nas ruas, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Na Era ou Ciclo da Borracha, Belém vivenciou um período de “Europeização” e uma íntima ligação com o exterior. Tal momento de pompa, glamour e modernização ficou conhecido como *Belle-Époque* e teve seu apogeu entre os anos de 1890 e 1920. Belém e Manaus foram consideradas nesse período, as cidades brasileiras das mais desenvolvidas e umas das mais prósperas do mundo, sobretudo Belém, não só pela sua posição estratégica (quase no litoral), “mas também porque sediava um maior número de residências de seringalistas, casas bancárias e outras importantes instituições”. (SARGES, 2002, p. 45). Fruto do desenvolvimento e expansão do látex na Amazônia, a *Belle-Époque* modificou significativamente a cidade de Belém, que tornou-se naquele momento, o principal porto de escoamento da produção da borracha, além de assumir posto de vanguarda político-econômico-cultural da região. Esse *Boom* da Borracha (como também é conhecido) está intimamente ligado não somente as transformações empreendidas na região, tão quanto, tem ligação direta com o nível de reprodução do capital e da acumulação de riquezas pela burguesia internacional.

A modernização da capital paraense se deu dentre outros aspectos, para adequar a cidade as transformações capitalistas da época, investindo capital e diversificando sua

aplicação em diversas atividades, desse modo, engendrou-se todo um processo de readequação e urbanização da cidade, como forma de facilitar o escoamento da produção e de divisas para os países com os quais eram mantidas relações. Sarges (2002, p. 45) enfatiza:

O desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo, acelerou-se significativamente com a implantação da República que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceder ao Estado maior participação na renda de exportação da borracha. Neste sentido, a ação dinamizadora do embelezamento visual da cidade estava associada à economia, a demografia e também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes, fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além da colocação em prática da ideia positivista de progresso enfatizado pelo novo regime republicano.

Esse cenário de instauração da chamada República Velha (1890-1930) e um novo regimento federativo que propiciara a Estados e Cidades brasileiras captação de recursos no exterior foi também propulsor das atividades do Ciclo da Borracha e conseqüentemente das transformações provenientes de tal ciclo. Maia; Saraiva (2012, p. 108), apresentam o termo “Paradiplomacia Financeira” para incitar o debate da inserção internacional de unidades subnacionais e demonstrar que tal fato não é algo que deve ser entendido e estudado enquanto recente. Os autores explicam:

Vê-se, portanto, que a ação dos governos não centrais nas relações financeiras internacionais não se limita ao final do século 20 ou à primeira década do século 21, mas também teria sido relevante e motivo de preocupação no final do século 19 e começo do século seguinte. Trata-se, assim, de aplicar um conceito atual, ajustado à realidade da globalização econômica, à ocorrida em um período pretérito marcado pela mundialização das relações econômicas.

O estudo dos autores traz dados interessantes no que se refere às cidades amazônicas (Belém e Manaus) foco do presente trabalho. Segundo levantamento dos autores, em um período compreendido entre 1894-1913, inúmeros estados, tão quanto inúmeras capitais de outros estados brasileiros também se empenharam em captar diretamente recursos e empréstimos no exterior para financiar seus projetos de desenvolvimento urbano, a começar por Belém, Belo Horizonte e Salvador em 1905, seguidas por Manaus em 1906, São Paulo em 1908, Porto Alegre em 1909 e Recife em 1910 (BESSA MAIA; SOMBRA SARAIVA, 2012, p. 14). Para se ter uma breve noção da movimentação financeira dessa “Paradiplomacia Financeira na República-Velha”, cabe visualizar o anexo 1 deste trabalho.

O Estado do Pará (como pode ser comprovado no Anexo A) foi um dos entes subnacionais que mais captou recursos externos, recursos esses, que em grande parte foram alocados na sua capital Belém. A cidade, durante o apogeu da Borracha, possuía infraestrutura

e tecnologias que muitas cidades do Sul e Sudeste não possuíam. O Cinema Olympia (atualmente chamado de Espaço Municipal Cine Olímpia) é um exemplo disso, foi considerado um dos mais luxuosos e modernos daquela época e fora inaugurado em 21 de abril de 1912, no auge do cinema mudo Mundial; e hoje, é considerado o cinema mais antigo do Brasil em funcionamento. O Teatro da Paz é outro exemplo, sua arquitetura inspirada no Teatro Scala de Milão, sendo palco de inúmeros espetáculos nacionais e internacionais, que impressionavam e ainda impressionam visitantes pela riqueza de detalhes e beleza arquitetônica. Sarges (2002, p. 50) acrescenta que “ir ao teatro, além de opção de lazer da elite local, era um sinal de elegância e distinção social, o que levava a uma identificação com a elite europeia”.

Belém fora conhecida durante esse período como ‘Paris N’América’, dentre outros aspectos, por possuir significativa estrutura como ruas largas ou *boulevards*, iluminação pública, rede de esgoto, transporte público por meio de bondes, espaços verdes, praças e bosques, tão quanto um centro comercial com inúmeras *boutiques* e itens provenientes da Europa. Nessa época foi construído um dos maiores ícones da cidade, o Mercado do Ver-o-Peso, (para solucionar problemas em relação ao local de abate e comercialização de carne e pontos de venda de alimentos ao público) fora construído em ferro ao estilo *art nouveau*, tendo suas estruturas todas provenientes da Europa e sendo considerado, naquela altura, um dos melhores mercados do país.

Tal período histórico vivenciado por Belém tem a marca da então Intendência Municipal de Antônio Lemos, que adotou uma brusca política de cunho modernizante e urbanístico na cidade. Esse período financiado pela economia da borracha produziu em Belém, um processo de profundas modificações que objetivaram dar à cidade “as feições urbanas de suas pretensas congêneres na Europa” (SARGES, 2002, p. 54). A cidade, sob determinados aspectos, fora naquele momento uma capital agitada e notadamente mais Europeia do que brasileira, em decorrência de um lado, por uma dependência financeira e comercial da Inglaterra, e de outro, por uma estreita ligação cultural com a França. A autora acrescenta, que a *Belle-Époque* apontava a redefinição do espaço urbano da cidade, tão quanto a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e também a mecanismos de controle dos hábitos da população. (SARGES, 2002, p. 61). Dessa forma, era claro que o caráter de re-qualificação e re-definição urbana trazida por esse período, modelava uma distinção entre a área central da cidade (destinada aos ricos da época) que fora altamente transformada, e as áreas periféricas (destinadas à população trabalhadora e pobre) que quase nenhuma alteração sofreram.

Sarges (1999, p. 12) em outra obra sobre a *Belle-Époque* e intitulada, “Um outro olhar sobre a Paris dos Trópicos”, acrescenta:

A remodelação da cidade tornou-se um projeto das elites locais que a propunha em nome do progresso e do interesse coletivo. Essa proposta urbanística, em decorrência da movimentação do porto de Belém, exigiu abertura e calçamento de ruas, tornando o bairro comercial altamente valorizado e ocupado, concorrendo para a transferência das residências das famílias abastadas para outros locais como os bairros de Nazaré, Umarizal e Batista Campos. Tendo Paris como modelo, Antônio Lemos procurou transformar as feições da cidade, reformando basicamente o centro da cidade, considerado o *locus* econômico e cultural por onde circulava o capital, as rendas os seus possuidores. Se a reforma e o embelezamento do urbano tinha como proposta a transformação da cidade obedecendo ao modelo das civilizações européias, Antônio Lemos entendeu que reformar era construir boulevards, quiosques, arborizar a cidade, instalar bosques, embelezar praças e erigir monumentos, calçar ruas, dotá-las de iluminação elétrica e bondes, concentrar a venda de alimentos em mercados e etc.

O intendente Antonio Lemos governou Belém por quase 14 anos e nesse período, empreendeu profundas modificações urbanas, cabe citar alguma delas: I) Arborização da Cidade, II) Bondes Elétricos, III) Iluminação pública, IV) Calçamento da Cidade, V) Rede Geral de Esgotos, VI) Construção de Praças e viabilização de espaços verdes como o Bosque e o Horto Municipal, VII) Limpeza pública, VIII) Melhoria no abastecimento de água e viabilização de poços artesianos, IX) Dinamizou o Ensino público e X) Promoveu a construção e/ou reforma de prédios públicos como Mercado de São Braz, Mercado do Ver-o-peso e o Palácio da Municipalidade (atual, Palácio Antonio Lemos).

Dinamizado e financiado pelo Ciclo da Borracha, a *Belle-Époque* trouxe à cidade de Belém, características e um primeiro estágio de inserção e interação internacional. Naquele momento, a cidade desempenhou um papel político importante (ainda que resguarde-se características e imposições colonialistas) na região. Tal período acarretou a contemporaneidade da mesma, traços (não somente arquitetônicos) e aspectos que tornam Belém uma importante cidade no contexto amazônico e embasa ainda mais o estudo deste cidade enquanto uma cidade internacional moderna.

Neste ponto do presente estudo, cabe citar o *Círio de Nossa Senhora de Nazaré*, como outro momento de grande projeção internacional da cidade de Belém. Ainda que não se esteja falando de um fato ou marco histórico do passado, e sim, de um evento que ocorre anualmente na cidade e que a projeta internacionalmente a mesma, vale ressaltá-lo pela importância não só religiosa, mas também político-econômico-estrutural que gera a cidade.

O Círio de Nazaré é uma das maiores manifestações católicas do Brasil e o maior evento religioso do Mundo que há mais de dois séculos é realizado em Belém sempre no mês

de Outubro. Tal manifestação se dá em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da cidade de Belém e do Estado do Pará, que tem no mês de Outubro cenário de uma festividade de projeções impressionantes. Todo segundo domingo de Outubro, a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré sai às ruas dentro de uma berlinda bem ornamentada para ser contemplada e homenageada por milhares de pessoas. Essa procissão é a principal da festividade, mas é apenas uma dentre as mais de 10 que ocorrem durante boa parte do mês de Outubro; mês esse do ano, muito esperado por inúmeros fiéis para agradecer e reverenciar a santa. Em 2012, o Círio levou as ruas de Belém, mais de 2 milhões de pessoas aglomeradas nas ruas centrais da cidade.

A Grandeza da festividade Nazarena é tão grande, que desde 2004 foi registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CÍRIO DE NAZARÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, 2013), como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Tal mérito se deu não somente pela imagem da santa, mas por todo o simbolismo presente nessa manifestação, como a Corda do Círio (que é disputada por promesseiros que vem puxando a berlinda); da própria Berlinda que carrega a imagem da santa durante a procissão; dos Mantos que revestem a imagem peregrina e cada ano possuem um tema diferente; e de hinos, como o “Vós Sois o Lírio Mimoso”, que traduz em música o sentimento de muitos romeiros.

Mas não é só de Fé e manifestações religiosas que revestem esse período do ano na cidade de Belém. Mesmo quem não é católico ou que não interaja diretamente com alguns aspectos do Círio de Nazaré, é impactado diretamente por tal. Todos os anos, iniciando em meados de Setembro e até o fim do mês de Outubro, a cidade se torna ainda mais agitada, as pessoas passam a se preparar para esse período reformando e pintando suas casas, o comércio local direciona-se para produtos da festa, a rede hoteleira intensifica suas atividades e o aeroporto internacional da cidade passa a receber um fluxo significativo de vôos e conseqüentemente de pessoas, provenientes dos mais diversos locais do Brasil e do Mundo. As proporções do Círio de Nazaré ultrapassaram as fronteiras nacionais, o que fez com que tal manifestação adentrasse o calendário de eventos internacionais, chamando a atenção e projetando internacionalmente a cidade de Belém todos os anos. O que antigamente era uma pequena manifestação dos próprios paraenses e devotos de Nossa Senhora de Nazaré, passou a ser uma grandiosidade cultural da cidade, tão quanto uma estratégia de mostra-la ao Mundo em sua totalidade sob o olhar de uma de suas essências: a fé de seu povo pela Virgem de Nazaré.

O “Natal dos Paraenses” como também é denominado o Círio de Nazaré passou a tomar proporções e projeções internacionais no final da década de 1990, e desde então, é possível encontrar na cidade durante o mês de Outubro, pessoas, personalidades, jornalistas, cineastas e artistas dos mais diversos locais do Mundo que vem para presenciar (o que não pode ser narrado) e posteriormente para divulgar e propagar ainda mais essa festa. Alves apud da Silva (2011, p. 3) acrescenta:

A importância da festa de Nazaré no Pará pode ser dimensionada sob diferentes perspectivas, tais como: pela quantidade de público participante que cresce a cada ano, pelas formas de manifestação de fé, pela inserção na economia do estado e, sobretudo, por se apresentar como referência cultural mundial em manifestações artísticas locais como literatura, música, teatro, entre outras. Neste sentido, o Círio tem sido historicamente objeto de estudos em diferentes enfoques, no sentido de compreensão desse evento como devoção de religiosidade e de identidade local e regional .

O período histórico da *Belle-Époque*, em consonância a uma manifestação de grandes proporções locais, regionais e internacionais como o Círio de Nazaré, direcionam e enfatizam estratégias de inserção e atuação internacional da cidade de Belém. Nas sessões subsequentes, buscar-se-á expor, sistematicamente as conexões da cidade e o direcionamento de tais ações, tendo como espectro, uma Belém de raízes históricas tradicionais, tal como cosmopolitas, ambas as características que no passado já projetaram a cidade às relações internacionais, hoje, consubstanciam as atividades internacionais da mesma.

3.2 A inserção internacional da cidade de Belém

Na introdução do presente capítulo, percebeu-se que a ligação da cidade de Belém com o exterior não é algo recente, e sim embasado em fatos históricos que revestem de contemporaneidade a busca de se relacionar internacionalmente. O presente trabalho, que é compreendido por um recorte temporal de análise acerca das 4 últimas gestões municipais (entre os anos de 1997 a 2012), objetivou sistematizar as ações internacionais municipais em consonância ao panorama político que pode ser visualizado no quadro 03 a seguir:

Quadro 3 – Panorama das gestões municipais em Belém

1997 2012	Belém
1997-2000	Edmilson Rodrigues (PT)
2001-2004	Edmilson Rodrigues (PT)
2005-2008	Duciomar Costa (PSD)
2009-2012	Duciomar Costa (PTB)

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Como visto, são 2 os períodos a serem sistematicamente analisados através de pesquisa bibliográfica, eletrônica, documental e de campo. O **1º período**, da gestão do então Prefeito Edmilson Rodrigues e o **2º período**, da gestão do último Prefeito Duciomar Costa. Diferentemente do que poderá ser observado no próximo capítulo deste trabalho, onde a pesquisa encontrou dados mais recentes acerca das interações internacionais da cidade de Manaus, em Belém o panorama é sutilmente inverso. Na cidade de Belém, investigou-se e foram encontrados dados que remetem a estratégias primárias de relações internacionais, logo no início da gestão de Edmilson Rodrigues (em 1997); todavia, as estratégias recentes da cidade quase inexistem ou compõem um quadro de gestão não-coordenada de tais assuntos. Tal fato é inversamente notado na pesquisa de campo na cidade de Manaus, onde a pesquisa encontrou poucos dados e fatos que demonstrem estratégias, ainda que primárias, das relações internacionais do Município entre os anos de 1997 a 2006; entretanto, tendo nos últimos anos, fortes indícios, referências e experiências na área internacional. O panorama político-institucional de ambas as cidades, fundamenta um dos objetivos do presente estudo, onde o contexto amazônico de fraca capacidade institucional e pouca cooperação intersetorial, se apresenta como cenário repleto de desafios, mas também de possibilidades.

Dessa forma e com a divisão em 2 períodos de análise, as relações internacionais da cidade de Belém serão analisadas sob alguns aspectos que serão descritos a seguir, todavia, tendo como marco nas relações internacionais o ano de 1997 e o ano de 2001, como divisor e propulsor de atividades internacionais do município.

3.2.1 O marco inicial das relações internacionais em âmbito municipal

A presente pesquisa encontrou dados referentes ao início das ações e atividades internacionais da cidade de Belém, que remetem ao início da gestão do então prefeito Edmilson Rodrigues, em 1997. Em entrevista, com o próprio ex-prefeito e atual Deputado Estadual e com sua ex-secretária de Planejamento, Sra. Jurandir Novaes, ambos colocaram que no início da gestão fora instituída uma **Secretaria Municipal de Captação de Recursos e Cooperação Interinstitucional**. Inicialmente, tal órgão tinha apenas o objetivo de lidar e buscar fontes de financiamento para projetos. Segundo relato⁹ da Sra. Jurandir Novaes, após o início sempre conturbado de gestão, “tal secretaria passou rapidamente a ter não somente o caráter de buscar fontes, mas efetivamente de assessorar o município em diversas questões com ligação internacional”. O ex-prefeito também mencionou tal início das relações internacionais em entrevista¹⁰, “Iniciamos com uma concepção de cidade, ligada a uma concepção de urbanização, aonde a cidade não pode mais ser mais contida apenas nos limites do município, então daí surge a necessidade de se relacionar internacionalmente também”.

Nesse sentido, cabe destaque a tal órgão (ainda que sua nomenclatura inicialmente não contemplasse as relações internacionais) e ao marco inicial temporal das atividades internacionais, uma vez que, o mesmo passou a integrar também agendas ligadas ao exterior que iam além das questões financeiras. Naquela altura, meados de 1997, a concepção de inserção e/ou atuação internacional municipal estava muito ligada somente à captação de recursos externos o que paulatinamente foi mudando, em decorrência das possibilidades de cooperação que vão muito além de financiamentos. Os relatos do ex-prefeito e de sua ex-secretária de planejamento direcionam Belém enquanto uma das pioneiras¹¹ na implantação de uma estrutura específica voltada as relações internacionais.

Entretanto, foi no ano de 2001 (1º.ano do segundo mandato de Edmilson) que as ações internacionais do município tiveram seu marco institucional, com a criação da **Coordenação de Relações Internacionais (CRI)** no âmbito da SEGEP (Secretaria Municipal de

⁹ Trecho da entrevista com a Sra. Jurandir Santos de Novaes, ex-secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belém, durante a Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues (entre 1997-2004).

¹⁰ Trecho da entrevista com o Sr. Edmilson Brito Rodrigues, ex-prefeito da cidade de Belém (entre 1997-2004) e atual Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

¹¹ Cidades pioneiras na institucionalização de áreas internacionais, segundo Confederação Nacional dos Municípios (2009): Rio de Janeiro e Porto Alegre (1993), Campinas (1994), Belo Horizonte (1995); Santo André e Maringá (1997). Tendo Belém, criado em 1997 uma secretaria voltada também a área internacional (ainda que sua nomenclatura não contemplasse as relações internacionais e inicialmente tivesse um caráter apenas de captação de recursos) a pesquisa evidenciou que a cidade merece também ser incluída como uma das precursoras nas relações internacionais municipais.

Coordenação Geral do Planejamento e Gestão). Coordenação essa, que segundo a ex-secretária da SEGEP, “Possuía uma equipe técnica capacitada, direcionada as áreas temáticas voltadas as relações internacionais e de caráter multidisciplinar”. Tal relevante dado contrapõe uma informação apresentada pela CNM em uma publicação de 2011, intitulada “*As áreas internacionais dos Municípios Brasileiros – Observatório da Cooperação Descentralizada*”. Segundo consta nessa publicação, a cidade de Belém só teria dedicado uma estrutura e corpo técnico voltado as RI em 2006. Respeitando a idoneidade da CNM e sua área técnica internacional (criada em 2006 também), a presente pesquisa apresenta tais dados, o de marco temporal inicial em 1997 e marco institucional em 2001, no âmbito das RI municipais, mas respeita o que fora apresentado pela (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2009.) tendo em vista o órgão o qual a mesma faz referência e com criação em 2006, se trata da **ARNI (Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais)** que será devidamente explanada em sessão posterior.

Dado o marco inicial das relações internacionais da cidade de Belém e partindo da premissa da presente pesquisa em analisar ações municipais internacionais de caráter institucionalizado, faz-se necessário o entendimento das ações, atividades e estratégias empreendidas pelo município desde 1997 até 2012, tendo como panorama institucional e órgãos gestores locais de tais ações, a então Secretaria de Captação de Recursos e Cooperação Institucional (de 1997 à 2000), a Coordenação de Relações Internacionais (2001 à 2004), ambas na gestão de Edmilson Rodrigues; e posteriormente a CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém) e sua ARNI, na gestão de Duciomar Costa.

3.3 Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 1997 a 2004, na gestão de Edmilson Rodrigues

As ações, atividades e estratégias protagonizadas por unidades subnacionais, como as cidades, vem tomando espaço na agenda de desenvolvimento local das mesmas. Dentre outros aspectos, cabe ressaltar a horizontalidade das relações internacionais em um mundo pós-Guerra Fria e Globalizado, como fator propulsor de novas oportunidades externas em todos os níveis governamentais. Gomes Filho (2008, p. 54) acrescenta: “consolida-se então, a percepção de que as oportunidades de superação de suas vicissitudes e de contingências históricas específicas podem ser encontradas em contexto mais fértil, por meio da Cooperação Internacional”.

Held (2001, p. 72) incita que a expansão e a intensificação da globalização atingiram profundamente as condições sociais que permeiam as políticas locais. Como resultante, observa-se que ações globais impactam localmente e vice-versa. Essa nova concepção, que desafia os cânones Westphalianos (fundamentados nos Estados Nacionais), aponta que “a distinção entre o doméstico e o internacional deixa de ser nítida e dá espaço às interconexões que transcendem as fronteiras.” Nesse contexto, os governos locais assumem um papel relevante para atuarem também no cenário internacional. Tal atuação de atores locais no plano internacional pode ocorrer com intensidade variável e através de diferentes modos, podendo exercer também funções de articulação, coordenação, negociação e mobilização de outros atores e estruturas. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011, p. 21) reitera:

O grau de interação das autoridades locais na política global varia de acordo com a organização administrativa de cada país. A distribuição de competências, o agrupamento das coletividades, as regras de cooperação intragovernamentais são distintas entre os países. Apesar de se enfatizar a permeabilidade das fronteiras nacionais, é preciso reconhecer o país como um agregador de características comuns relevantes para a compreensão das relações internacionais.

Ainda que recente, o envolvimento e atuação de governos locais na seara internacional é algo que vem direcionando muitos estudos e proposições, grande parte deles aponta que frente a uma realidade globalizada, muitos governos subnacionais são induzidos ou se lançam voluntariamente neste cenário, “conjugando estratégias e iniciativas diferenciadas voltadas, de um lado, para atração de investimentos, renovação da base econômica e modernização da infraestrutura e, de outro, para melhoria da qualidade de vida, integração social e governabilidade” (MARIANO, M. ; BARRETO, M. I. 2004, p. 13). No que se refere a cidade de Belém, a assertiva acima explica o contexto inicial de inserção internacional da cidade, onde vislumbrou-se apenas a captação de recursos e que paulatinamente foi mudando e ampliando o foco, como poderá ser observado em seções subsequentes.

O campo da cooperação internacional passa então, a ofertar também estratégias e possibilidades aos governos locais, entretanto no contexto amazônico repleto de especificidades para o desenvolvimento, a cooperação descentralizada e a consequente atuação global municipal foram e ainda são estratégias de poucos governos locais do Trópico-úmido, Gomes Filho (2011, p. 23) explica:

Os governos subnacionais desenvolveram um comportamento reativo quanto à atuação internacional, tendo em vista que eram detentores de reduzida capacidade técnica e estrutural para influenciar as políticas de integração regional do país, no caso do Mercosul. No entanto, em pleno alvorecer do século XXI, mais precisamente na segunda metade da primeira década dos anos de 2000, a temática

internacional passava a incorporar à agenda política de alguns governos locais da região. Tal fato pode ser explicado, em grande parte, pelos interesses políticos e econômicos dos governantes estaduais para promoverem o desenvolvimento técnico e social de suas respectivas regiões).

Em Belém, como visto, o interesse em promover o desenvolvimento local através de uma estratégia primária de relações internacionais, como a captação de recursos externos, foi algo pioneiro que fora empreendido desde meados de 1997. Todavia, o governo municipal ampliou os focos da cooperação, em a partir de 2001 institucionalizou as RI no âmbito municipal, tendo neste âmbito notável pioneirismo, atuação e inserção, que serão sistematicamente apresentados, tendo como recorte temporal as gestões municipais do então Prefeito Edmilson Rodrigues, compreendida entre os anos de 1997 e 2004. Algo que merece ser destacado e que será consubstanciado nas sessões posteriores deste capítulo está fundamentado no foco direcionado para tais ações, atividades e estratégias efetivadas através das relações internacionais da cidade de Belém. Tal foco, durante o recorte temporal em questão (1997-2004), esteve intimamente alinhado as ideologias de esquerda com inspirações socialistas que naquele momento estavam no cerne do governo local. Eleito prefeito em 1997, Edmilson Rodrigues, trouxe à cidade a proposta de um governo de esquerda (do então Partido dos Trabalhadores (PT) com intensa participação popular para melhor gerir de forma coletiva a municipalidade. Dessa forma, a inserção internacional da cidade se deu em consonância ao estabelecimento de “redes internacionais que pudessem expressar esse novo projeto político diferenciado, pela forma de governar e envolver as pessoas. As interações internacionais deveriam se basear em uma pauta de afirmação dessa nova forma de governo”¹². (informação verbal).

Dessa forma, estabelecer um diálogo com o Mundo segundo o ex-prefeito Edmilson¹³, “ia muito além das redes econômicas, em nosso governo buscou-se um compromisso com uma outra globalização, junto do povo, vivendo com qualidade de vida e no exercício de sua cidadania”. (informação verbal). O que fora verificado pela presente pesquisa através de relatos e outros dados, apontando assim, uma íntima ligação da ideologia de um então governo de esquerda, para com a efetivação de suas relações internacionais, relações essas que se deram não somente no intuito de mostrar a cidade para fora, mas principalmente de internalizar e propiciar um real desenvolvimento através da participação popular; ou seja, todas as ações, atividades e estratégias em nível internacional realizadas pela cidade tiveram

¹² Trecho da entrevista com a Sra. Jurandir Santos de Novaes, ex-secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belém, durante a Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues (entre 1997-2004).

¹³ Trecho da entrevista com o Sr. Edmilson Brito Rodrigues, ex-prefeito da cidade de Belém (entre 1997-2004) e atual Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

um desdobramento local que impactasse diretamente na realidade da mesma, e não somente de estar presente e/ou atuante na seara internacional. Tais aspectos poderão ser melhor visualizados nas sessões subsequentes deste capítulo.

3.3.1 Participação e realização de eventos internacionais

O caráter técnico e multidisciplinar impresso na equipe do Prefeito Edmilson Rodrigues, permitiram que a mesma participasse e realizasse ativamente eventos, fóruns e espaços de discussão dos mais variados níveis e aspectos. A presente pesquisa encontrou dados e fontes referentes as atividades de tal gestão e sistematizou nos dois subtópicos subsequentes.

3.3.1.1 *Participação em eventos*

Como forma de inserção e participação, a cidade de Belém esteve presente em diversos eventos internacionais, que no presente tópico serão apresentados. Cumprindo uma agenda tripla, a então secretária de planejamento Jurandir Novaes, esteve representando o Prefeito Edmilson Rodrigues em três eventos que tinham como pano de fundo a discussão acerca da água. Tal agenda, realizada em 2002 se deu em viagem a cidade de Créteil (capital da região de Val-de-Marne, na França). A agenda começara com uma Jornada de Estudos Avançados sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades, denominada de **“Treizième Journées du Diplôme d’études approfondies sciences et techniques de l’environnement”** e realizada entre os dias 15 a 16 de Maio de 2002. Nessa agenda inicial, a secretaria participou de uma mesa redonda apresentando os avanços de um governo participativo na gestão das águas na cidade de Belém. De tal jornada, originou-se uma importante publicação intitulada “Eau dans la ville et development durable”, onde consta um *paper* da Sra. Jurandir Novaes com o resumo de sua intervenção na mesa redonda.

Em um segundo momento dessa incursão à Creteil, a secretaria de planejamento participou de um **Fórum Internacional** intitulado **“La revolution de L’Eau”**, que se inseriu dentro do “Festival de L’OH!” de Val-de-Marne e realizado no dia 22 de Maio do mesmo ano. Nesse evento, que contou com a participação de teóricos e personalidades como Ricardo Petrella, Danielle Mitterrand e Vandana Shiva; a secretaria esteve em outra mesa-redonda dessa vez sob a temática das alternativas à privatização da água. O terceiro momento dessa

agenda foi na verdade uma reunião, a “**Réunion de la coalition contre la privatisation et la marchandisation de l’eau**” que ocorreu na *Université de L’Eau du Val-de-Marnes* nos dias 23 e 24 de Maio de 2002. Tal agenda seguiu a premissa ideológica do Governo de Edmilson Rodrigues de lutar contra o avanço e as propostas neoliberais, tendo na privatização uma estratégia latente de tal processo. O objetivo principal de tal coalização era promover a cooperação mútua entre governos locais, cidades, instituições, movimentos sociais e outros, acerca da temática do uso e acesso da água, tendo como afirmação, mecanismos de acesso democrático e contra a privatização da mesma. A participação e representação da cidade de Belém nos eventos mencionados, se deu em consonância as estratégias de gestão que a mesma implementara e como já dito anteriormente, de tal interação internacional, resultou um grande e importante congresso sobre a água na cidade em 2002 (a ser detalhado em sessão posterior). Belém assumiu destaque na temática da água, além dos instrumentos de gestão participativa, pois segundo Furtado; Sousa (2006, p. 174):

É uma cidade que embora pertença ao continente, é ribeirinha e possui seu traçado urbano marcado pela presença de muitos cursos d’água no seu interior e dois rios caudalosos ao seu redor, ou seja a baía do Guajará, que é parte do rio Pará, a oeste e o rio Guamá ao sul, onde existem diversos portos que reafirmam a relação da cidade com ilhas, vilas e outras cidades do entorno e até mais longínquas.

Em junho de 2002, a cidade de Belém esteve presente em um grande evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, a **URBIS 2002**, que tinha como principal objetivo contribuir para a modernização e o fortalecimento da administração pública das cidades. Naquele ano, estiveram presentes além de representações de cidades e governos locais de todo o Brasil, delegações e comitivas de mais de 26 países, dentre autoridades locais, representantes de instituições, organismos multilaterais, centros de pesquisa, empresas, além de especialistas nacionais e internacionais. A realização deste evento ocorreu em um contexto de reconhecimento do novo papel das cidades, tanto na execução de políticas públicas locais, quanto nas relações internacionais. Buscou-se, nesse espaço, a capacitação e a ampliação da rede de contatos de cidades e governos locais em âmbito internacional. Belém participou do evento com um stand apresentando a cidade, seus projetos, suas experiências na gestão local e práticas nas relações internacionais. Tal espaço pode ser melhor visualizado nos anexos deste trabalho.

Outra agenda, no âmbito das experiências da cidade na gestão coletiva, a qual foi novamente representada pela então secretária Jurandir Novaes, foi a Conferência “**Gestão de Bens Comuns em favor do povo**” realizada entre 3 a 6 de Dezembro de 2003, em

Johanesburgo (África do Sul). O convite para tal conferência foi feito pelo Instituto Rosa Luxemburgo e a secretária apresentou uma palestra intitulada: “Vantagens e Desvantagens com o orçamento participativo”.

Em março de 2004, o Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, participou do **“Seminário Internacional – O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em países federativos”** na cidade de Brasília (DF). Em tal seminário, discutiu-se estratégias, formas e experiências nas variáveis da gestão das cidades, tendo o mesmo, a participação de vários prefeitos do Brasil e de diversos países como África do Sul, Índia, Canadá, Suécia, Finlândia. Uma das temáticas discutidas, abordou as atividades internacionais empreendidas por algumas das cidades presentes e representadas. O prefeito participou da plenária intitulada: “Visões e propostas dos atores institucionais, políticos e sociais sobre a gestão das regiões metropolitanas Brasileiras”.

Ainda em 2004, uma comitiva coordenada pela Coordenação de Relações Internacionais (CRI) participou de uma conferência internacional na cidade italiana de Nápoles. Intitulado, **“Convegno Internazionale: Il ruolo e la presenza degli italiani in Amazzonia. La città di Belém (Pará)”**, o evento celebrou a presença e a importância dos italianos na cidade e teve um cunho acadêmico, com exposição de estudos e pesquisas da ‘Facoltà di Economia e Commercio dell’Università degli Studi di Napoli’, da Universidade Federal do Pará e da Prefeitura de Belém, tendo sido exposta pelo Sr. Rodrigo Peixoto.

Uma importante participação internacional da cidade se deu ao final do ano de 2004 e consequente fim da gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues. Realizada na cidade de Vicenza (Itália) entre os dias 25 e 26 de novembro daquele ano, a **Reunião Final do Projeto URB-AL**¹⁴ contou com a participação da secretária de planejamento, Jurandir Novaes, e veio para fechar um ciclo de atividades realizadas em âmbito local de acordo com os eixos temáticos propostos pela URB-AL. Nesse encontro, avaliou-se a efetividade e os desafios para implementação de projetos, tão quanto buscou-se capacitar os gestores presentes em relação a valorização e conservação dos contextos históricos urbanos. Tal rede trabalhou fundamentalmente sob três eixos principais: i) Intercâmbio de experiências e trabalho em redes temáticas de governos subnacionais; ii) Apoio institucional aos governos locais para obter resultados duradouros; e iii) Implicação direta dos participantes na formulação,

¹⁴ Lançado em 1995, a Rede URB-AL é um programa horizontal de cooperação descentralizada da Comissão Europeia e América Latina. O programa tinha como objetivo central o desenvolvimento das relações diretas e duradouras unidades subnacionais europeias e latino-americanas, por meio da disseminação, a capacitação e a aplicação de "boas práticas" no âmbito das políticas urbanas e locais. Mais informações, acessar: < http://ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/urbal/index_es.htm>

execução e financiamento dos projetos, a fim de garantir maior apropriação. Em sessão posterior, caberá descrição efetiva do papel e das atividades de Belém URB-AL, tão quanto, a realização de uma reunião na cidade da referida rede.

3.3.1.2 *Realização de eventos*

Belém fora também protagonista na realização de eventos com forte ligação internacional, ainda que alguns não tivessem sido intitulados internacionais, tinham influências e/ou ocorriam em desdobramento a uma ação ou atividade internacional. Novamente, o caráter técnico da equipe formada pelo Prefeito Edmilson influenciara na realização de eventos sempre dedicado a reflexão e as complexidades da gestão urbana. Segundo o ex-prefeito¹⁵, “todos os eventos realizados pela cidades buscavam imprimir uma marca identitária da região, para mostra-la e firma-la no contexto internacional”. (informação verbal). Dessa forma, buscou-se sistematizar cronologicamente (entre 1997 e 2004) os principais eventos realizados pela cidade.

O marco inicial na realização de eventos na área internacional empreendidos pela prefeitura se deu em novembro de 1998, com a realização do “**Seminário Internacional Poder Local e Participação Popular**”. No referido evento, que reuniu participantes de países do Mercosul (como Argentina, Paraguai e Uruguai), discutiu-se as experiências de algumas localidades na participação popular e redução da pobreza humana. Além da participação de representantes governamentais, o seminário contou com a presença de um representante da ONU-HABITAT que coletou informações exitosas do projeto de Orçamento Participativo da cidade de Belém e informou que tal projeto servirá como modelo para orientação e implementação de estratégias semelhantes no Mundo inteiro (em anexo, segue uma matéria acerca da realização do evento).

Ainda que o marco inicial dos eventos internacionais da cidade ocorrera em 1998, foi no ano seguinte que houve um grande marco propulsor e divisor nas relações internacionais de Belém. Realizou-se em 1999, o “**II Encontro Americano pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo**”, que reuniu na cidade mais de 2500 militantes de esquerda (dentre delegados e demais participantes) das mais diversas vertentes como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), organismos religiosos como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), partidos como o PRC

¹⁵ Trecho da entrevista com o Sr. Edmilson Brito Rodrigues, ex-prefeito da cidade de Belém (entre 1997-2004) e atual Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

(Partido de Refundação Comunista) italiano e partidos políticos da esquerda brasileira, MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), além da Ong Internacional Greenpeace, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e grupos indígenas.

Sob a organização da prefeitura de Belém e seu governo participativo, os militantes acamparam em ginásios, escolas e espaços abertos da cidade, entre os dias 6 e 11 de dezembro daquele ano, para debater propostas contra o avanço do neoliberalismo e do processo de globalização econômica. O encontro contou com a representação de entidades e participantes de mais de 20 estados brasileiros, 24 países do Mundo, 31 nações indígenas e 40 quilombolas. “Eram militantes de partidos e movimentos sociais, desde José Dirceu e Danielle Miterrand, até caciques indígenas e *punks*” conta a secretária Jurandir Novaes. Tal evento influenciou as discussões iniciais do Fórum Social Mundial, tão quanto, projetou (ainda que ideologicamente direcionada) a cidade no contexto internacional. Nas entrevistas realizadas pela pesquisa, em momentos distintos, com a Sra. Jurandir Novaes e o ex-prefeito Edmilson Rodrigues, ambos foram enfáticos ao apontar esse encontro como um marco na história da cidade no que se referia, não só por se expor internacionalmente, mas principalmente por se afirmar em um contexto de “internacionalismo solidário” segundo o ex-prefeito.

Tendo em 2001, o marco institucional das relações no município através da criação da Coordenação de Relações Internacionais (CRI), os eventos internacionais realizados desde então passaram a contar com essa referência que proporcionou um diálogo com o Mundo ainda mais focado. Nesse sentido, realizou-se no mesmo ano, o “**II Encontro Internacional Democracia, Igualdade, Qualidade de Vida – o Desafio para as cidades no Século XXI**” entre os dias 8 e 9 de Outubro. Tal encontro reuniu mais de 500 participantes do Brasil e do exterior, “para discutir as políticas urbanas que transformassem a cidade em um espaço mais humano” acrescenta Edmilson Rodrigues, em entrevista. Nesse mesmo evento, a cidade de Belém estabeleceu laços de irmandade e cooperação descentralizada com a cidade de Fort-de-France, na Martinica. (Em anexo a esse trabalho, podem ser consultadas matérias acerca de tal encontro).

No mesmo ano, realizou-se o grandioso e premiado, “**I Congresso Geral da Cidade – Milton Santos**” (em referência ao ilustre geógrafo e intelectual brasileiro), durante os dias 11 e 12. Que foi naquele momento, um grande processo de mobilização social e de discussão acerca do desenvolvimento da cidade através de assembleias territoriais, plenárias, fóruns e congressos temáticos, em nível distrital e municipal, que culminaram então na instância

máxima de deliberação, no próprio Congresso da Cidade, a partir do qual foram eleitos os delegados ao Conselho da Cidade. Ainda que o caráter fosse nitidamente regional, tal congresso contou com a participação e presença de convidados nacionais e internacionais que vislumbraram a importância do mesmo sob as premissas de uma gestão popular e participativa. O evento contou com a presença de Bernard Cassen (então diretor-presidente do jornal *Le Monde Diplomatique*), do Prof. Aziz Ab'Saber, da Profa. Erminia Maricato dentre outras personalidades. (a programação e demais informações do congresso, podem ser melhor visualizadas em anexo a esse trabalho).

Ainda em 2001, realizou-se no âmbito interno da gestão municipal **“Workshop: Participação Popular nas políticas governamentais: discursos, métodos e (f)atos”**, entre os dias 15 e 17 de Outubro de 2001. Uma estratégia de capacitar envolvidos no planejamento urbano e internalizar experiências do exterior, a prefeitura através da SEGEP viabilizou tal workshop em conjunto da CRI, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Università degli Studi di Firenze. Em 3 dias de evento, houve um “rico intercâmbio de teorias e práticas a partir de análises teóricas e de relatos de diferentes experiências de intervenção pública” apontou a ex-secretária da SEGEP em entrevista.

Já no ano de 2002, realizou-se um evento que ocorreu como um desdobramento de estratégias de participação em eventos internacionais voltados a gestão de recursos hídricos. Entre os dias 13 e 15 de setembro do mesmo ano, fora realizado o **“Congresso Municipal de Saneamento – Água, Direito de Todos: os desafios da municipalização da prestação de serviços de saneamento em Belém”**. A realização do mesmo foi empreendida pela prefeitura e apoiada por diversas instituições, dentre as quais, cabe citar o NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e o Projeto MEGAM (Estudo dos Processos de Mudança do Estuário Amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental). Nesse congresso, que contou com oficinas preparatórias desde o final de agosto daquele mesmo ano, discutiu-se assuntos como a privatização da água, municipalização de recursos hídricos, fortalecimento da gestão popular em torno do saneamento básico e abastecimento de água, tal como, contou com a presença de convidados e conferencistas internacionais, como Jean Luc-Touly (da Coalização Mundial contra a Privatização da água e representante do conselho de Val-de-Marne) que fora contatado porventura da participação de Belém em fóruns e reuniões na cidade francesa. (Folder informativo do congresso pode ser acessado em anexo).

Outro importante evento realizado pela cidade, em consonância também, ao protagonismo internacional e solidário proveniente desde 1999, na ocasião do II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, fora o **“Fórum Social Pan-**

Amazônico (FSPA)”, protagonizado na cidade nos anos de 2002 e 2003. As duas primeiras edições desse fórum (que é um estágio de discussão que precede o Fórum Social Mundial) foram realizadas pela Coordenação de Relações Internacionais de Belém em conjunto de outras articulações regionais. A 1ª edição do FSPA, em 2002, se reuniu em torno da discussão de 3 eixos temáticos: i) Soberania Nacional construindo a Soberania Popular; ii) Água e terra para sustentar o povo e iii) Neocolonialismo, multiculturalismo e culturas nacionais. A ideia para a realização do I FSPA em Belém se deu pelo protagonismo da cidade na área de eventos desse tipo, tão quanto pelo caráter popular e participativo do então governo municipal. Luiz Antonio Papa (ex-coordenador de RI do município) expôs¹⁶: “ficou clara a necessidade e a vontade de todos os participantes de construir um movimento pan-amazônico, capaz de enfrentar o neoliberalismo e fazer da Amazônia uma terra livre, justa e solidária, um movimento múltiplo e exuberante como a própria floresta!” (informação verbal). O II FSPA, também realizado na cidade no ano seguinte, já trouxera ainda mais protagonismo não só para a cidade, mas principalmente pelo envolvimento e articulação social de inúmeras organizações. Prova disso, que anos mais tarde Belém realizaria o Fórum Mundial Social em 2009 (a ser detalhado em sessão posterior). Essa 2ª edição, que teve como tema “Toda América contra a ALCA – Uma outra Amazônia é Possível”, contou com uma participação ainda maior de comunidades e caravanas do Equador, Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil, Guianas Francesa e Inglesa, Suriname e Bolívia. Belém buscou, com a realização dessa duas edições do FSPA, não somente firmar-se ideologicamente, mas, sobretudo em se tornar referência na discussão e na articulação social, uma vez que , os FSPA são processos de mundialização e disseminação do Fórum Social Mundial.

Em 2003, realizou-se na cidade o “**V Congresso Internacional de Turismo da Rede Mercocidades**” durante os dias 21 a 24 de agosto e teve como tema “Empreendedorismo & Políticas Públicas: o caráter pluralista do fomento ao turismo”. O mesmo foi organizado pela Companhia de Turismo de Belém (BELEMTUR) e contou com a participação e representação de mais de 71 cidades brasileiras e da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile. A escolha da cidade para realização do evento ocorrera em consonância a participação da cidade na Rede Mercocidades (a ser detalhada em sessão seguinte), tal como, de mostrar e aproximar a região amazônica da discussões do Mercosul (naquela época, muito enraizadas nas regiões sul-sudeste).

¹⁶ Em entrevista sobre o I Fórum Social Mundial , 14 jan. 2013

Um novo desdobramento de ações internacionais da cidade ocorreu pela realização de uma reunião em 2004, a **Reunião da Rede URB-AL** entre os dias 12 e 16 de janeiro daquele ano. Uma das temáticas propostas por tal rede foi viabilizada por meio de capacitação técnica de seus funcionários, nessa reunião, escolheu-se as temáticas as quais a prefeitura teria condições de compartilhar, tão quanto decidiu-se escolher uma equipe a ser capacitada na temática da valorização e a conservação de contextos históricos urbanos, na Itália. Essa reunião teve caráter internalizador de capacidade técnica, tal como de compartilhamento de experiências e *know-how* por parte da prefeitura.

Articulados e conectados com ações externas e/ou pensados como um desdobramento de atividades no campo internacional, os eventos descritos indicam o papel ativo nas relações internacionais que a cidade de Belém teve desde 1997. A secretária Jurandir Novaes contou em entrevista que “a realização de eventos se dava não somente em trazer de fora especialistas ou consultores, buscava-se também apresentar e replicar as experiências da cidade”.

3.3.2 Participação em redes e fóruns Internacionais de Cidades

Outra forma de inserção e participação internacional da cidade de Belém ocorreu no âmbito de redes e fóruns internacionais de cidades. Vigevani (2006, p. 191) explica:

Uma das razões pela qual surgiram as redes de cidades foi a necessidade sentida pelos governos locais de conversarem entre si em busca de soluções para os problemas comuns enfrentados por eles. Um dos objetivos principais da organização em redes é alcançar resultados melhores do que aqueles que conseguiriam os entes envolvidos se estes estivessem trabalhando separadamente, que é precisamente o caso dos municípios: unidos, eles têm mais poder de barganha diante de situações que envolvem atores internacionais, além da organização em rede facilitar também a interação e a troca de experiências entre os membros. Outros objetivos das redes são a estruturação de sistemas de lobby, o intercâmbio de experiências e tecnologia e a inserção dos membros em novos espaços de atuação, além da melhoria de vida dos habitantes, o intercâmbio de boas práticas entre os funcionários do governo envolvidos, a promoção da integração de um país ou de uma região e a projeção política interna dos seus membros.

Nesse sentido, a cidade buscou se firmar e interagir em redes com redes e organismos que serão listados a seguir.

a) Rede Mercocidades: é o principal organismos agregador de municípios do Mercosul e tem sua premissa fincada na integração do bloco, por meio de ações com os governos locais. Fundada em 1995, por iniciativa de muitos prefeitos e intendentes, teve o objetivo inicial de promover a criação a integração regional e passou, ao longo dos anos, a se

tornar uma referência também em cooperação horizontal em diversos aspectos. Atualmente, a rede conta com 272 cidades membros da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Perú e Colômbia. Segundo relato de Edmilson Rodrigues¹⁷, “era impensável Belém não estar nessa rede, de caráter integracionista das realidades latino-americanas”. (informação verbal) Nesse sentido, Belém passou a integrar a rede no primeiro mandato do então prefeito.

No que se refere as atividades empreendidas pela cidade na rede, cabe destacar as de cunho cultural e turístico. Como visto anteriormente, a cidade realizara em 2003 a 5ª edição do importante Congresso Internacional de Turismo da Rede Mercocidades. Esse evento serviu para mostrar a região amazônica, mas principalmente para fomentar um turismo sustentável e fortalecer tal movimento no âmbito do Mercosul. Foram realizadas inúmeras reuniões preparatórias, na cidade, também em Porto Alegre e São Paulo. Sempre que solicitada e/ou convidada, a cidade se fazia presente em reuniões e fóruns da Mercocidades, através de sua coordenação de RI.

b) UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, denominada, também, de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa): é uma associação intermunicipal de natureza internacional que tem como objetivo fundante, o desenvolvimento e a cooperação entre seus membros, seja por intercâmbio cultural, científico, tecnológico ou, fomento de atividades econômicas e sociais em prol do desenvolvimento local. Fundada em 1985, a UCCLA com sede em Lisboa (Portugal), conta com 36 cidades associadas e efetivas. Belém passou a integrar a UCCLA em 1999 como membro associado, após convite por parte da instituição, dado todo o contexto e relação direta da cidade com Portugal. A participação da cidade, no período em questão (1997 a 2004) se deu apenas por meio da representação em atividades, seminários e reuniões de congregação. Em sessão posterior, a associação volta a ser descrita com algumas atividades da cidade.

c) URB-AL (Programa Regional de Cooperação União-Europeia / América Latina): rede dedicada ao desenvolvimento e fomento da cooperação descentralizada entre coletividades locais acerca de temáticas e desafios para o desenvolvimento local urbano. Lançado em 1995, a rede já desenvolveu mais de 200 projetos de cooperação nesse âmbito Europa-América Latina, nos mais diversos segmentos. Cabe citar alguns desses segmentos: i) Droga e cidades, ii) Democracia na cidade, iii) Meio ambiente urbano e iv) Conservação dos

¹⁷ Trecho da entrevista com o Sr. Edmilson Brito Rodrigues, ex-prefeito da cidade de Belém (entre 1997-2004) e atual Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

contextos históricos urbanos. Dessa última temática, Belém participou ativamente (entre os anos de 1999 e 2004), por meio de dois projetos.

O primeiro projeto, intitulado “*Centro-barrio y know-how local*” se propôs a agir globalmente na temática da qualificação e valorização do espaço urbano construído. Nesse primeiro momento, o projeto buscou formular estratégias de interpretação, intervenção e aproximação com os mais diversos contextos urbanos, no que se referia-se, ao patrimônio local. Tendo como hipótese, que determinado Centro histórico é uma entidade espacial antropizada, esse projeto originou seminários técnicos virtuais e presenciais, oficinas de capacitação e visitas de campo as distintas realidades envolvidas. Estiveram envolvidas nesse projeto, as cidades brasileiras Belém e Recife, as cidades espanholas Girona e Malaga, as cidades de Barcelos (Portugal), Milão (Itália) e Buenos Aires (Argentina). Belém participou ativamente de todas as etapas de tal projeto, enviando representantes de sua secretaria de Planejamento, Infra-estrutura, Urbanismo e também da Coordenação de Relações Internacionais. Efetivamente, pode-se mencionar, uma das fases do projeto que foi coordenada pela Prefeitura de Belém em cooperação ao *Politecnico di Milano* (Itália), onde os mesmos se dedicaram a uma importante fase de capacitação a distancia, denominada “Fase III – Formação, Qualificação e Especialização”.

O segundo projeto, intitulado “**Centro Internacional de Formação para a valorização e a Conservação dos contextos históricos urbanos**” ocorreu em dois momentos. O 1º, com a realização de uma reunião na cidade de Belém (conforme já fora exposto em sessão anterior) de caráter internalizador de capacidades, onde foram escolhidas temáticas de disseminação no âmbito proposto por conta da cidade, tal como, decidiu-se um curso a ser realizado na cidade de Vicenza (Itália) em único módulo para funcionários e gestores públicos das cidades envolvidas, como forma de intercâmbio de experiências. A cidade de Belém catalogou alguns estudos e experiências e nessa reunião direcionou como deveria ser o mesmo, tal como o critério para seleção dos funcionários. O 2º estágio ocorreu em reunião que fechava o ciclo de tal projeto no fim do ano de 2004 e da gestão do Prefeito Edmilson. Nessa reunião, avaliou-se os desafios e a efetividade de implementação de projetos, no contexto histórico urbano, com relatos de grande parte dos envolvidos (Gestores e funcionários das cidades participantes). Esse momento, que foi celebrado em Vicenza na Itália e além de congregar os avanços da rede, funcionou como uma capacitação final e bastante densa acerca dos avanços e experiências Italianas na valorização e conservação de espaços históricos urbanos. A então secretária da SEGEP, que representou a cidade em tal encontro, avaliou que a URB-AL foi “uma importante rede de inserção internacional para

cidade, pois ofertou capacidade técnica e trocas de know-how que visavam o desenvolvimento urbano”¹⁸. (informação verbal).

3.3.3 Articulação institucional

A articulação da cidade de Belém na esfera internacional passava, além de eventos e contatos no exterior, por uma articulação institucional a nível nacional e regional. Deste modo, torna-se necessário o entendimento de tais articulações da cidade com as seguintes instituições:

a) CNM (Confederação Nacional de Municípios): é a maior entidade municipalista da América Latina e congrega ao todo 5.563 municipalidades. Tendo as premissas da mesma, fincadas na consolidação do movimento municipalista e na autonomia municipal, sua atuação perante o congresso nacional e ao governo federal. No período de análise deste tópico (1997 à 2004) a CNM ainda não tivera desenvolvido atividades para incentivo a inserção internacional de unidades subnacionais (o que veio efetivamente a desenvolver a partir de 2006). No período em questão, não houve nenhum direcionamento e/ou apoio institucional para as atividades internacionais desenvolvidas pela cidade por parte da confederação.

b) FNP (Frente Nacional de Prefeitos): é também uma entidade representativa dos municípios brasileiros, que conta com a filiação de 250 municípios e atua no zelo constitucional da autonomia municipal, que visa a garantia da participação plena e imprescindível de municípios e governos locais no pacto federativo. A entidade promove também a ativa participação e envolvimento dos entes locais em questões urbanas e de promoção de uma gestão democrática. Criada em 1989, a FNP só foi institucionalizada e entrou em pleno financiamento em 1999, mesmo ano que a Prefeitura de Belém se filiou a mesma. No âmbito de tal articulação, tanto o ex-prefeito Edmilson, quanto sua ex-secretária Jurandir, apontaram a FNP como interlocutora pontual de algumas ações e atividades internacionais do município, repassando contatos e trocando experiências. Cabe citar, o apoio dado pela FNP às ações de Belém na Mercocidades, uma vez que a entidade também apoia, representa e integra redes e organismos de cunho municipalista em nível internacional.

¹⁸ Trecho da entrevista com a Sra. Jurandir Santos de Novaes, ex-secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belém, durante a Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues (entre 1997-2004).

c) FAMEP (Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará): criada em 1991 com o objetivo de promover pleno desenvolvimento dos municípios paraenses, a FAMEP congrega 6 Associações de municípios, a **AMAM** (Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó), **AMAT** (Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins), **AMUCAN** (Associação dos Municípios da Calha Norte), **AMBEL** (Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belém), **AMUNEP** (Associação dos Municípios do Nordeste Paraense), **AMUT** (Associação dos Municípios da Região da Transamazônica Santarém/Cuiabá e Região Oeste do Pará); e 2 consórcios de desenvolvimento, o Consórcio Integrado dos Municípios Paraenses (**COIMP**) e o Consórcio de Desenvolvimento Socioeconômico Intermunicipal (**CODESEI**).

No recorte temporal adotado, constatou-se nenhum envolvimento da federação com o município, todavia, “após fortalecimento institucional e dado os novos rumos da gestão pública, a FAMEP se reestruturou e passou a desempenhar papel fundamental na agenda de desenvolvimento municipal do Estado”, conforme entrevista¹⁹ do Sr. Josenir Nascimento, secretário executivo da federação. Tal novo fortalecimento, será constatado em sessão subsequente, onde houve uma interação direta com a cidade de Belém.

d) Governo do Estado do Pará: em boa parte do período em questão, o Estado do Pará esteve sob a gestão de Almir Gabriel do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Segundo o ex-prefeito Edmilson²⁰(informação verbal. 2014), “A ferrenha oposição ocupada pelo PT aquela altura, gerou uma reação de resistência para quem quisesse se relacionar com a cidade em função da postura assumidamente de esquerda”. Dessa forma e porventura de um mal estar político, as ações internacionais empreendidas pela cidade não tiveram ligação e/ou apoio direto por parte do governo estadual; governo esse que teve na administração de Almir Gabriel, seu início nas relações internacionais empreendidas pelo estado (GOMES FILHO, 2011) e que poderiam ter sido, naquele momento, coordenadas e conjugadas com o governo municipal, o que não ocorreu.

e) Itamaraty (MRE – Ministério das Relações Exteriores): órgão oficial de relações internacionais do governo Brasileiro, o Itamaraty (nesse momento), atuou também como interlocutor em ações pontuais do município, fosse na viabilização de contatos ou tradução de documentos, foram poucos os momentos onde fez-se necessário a tramitação e/ou contato da prefeitura de Belém nesse órgão.

¹⁹ Trecho da entrevista com o Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, secretário executivo da FAMEP da gestão 2011 – 2014.

²⁰ Trecho da entrevista com o Sr. Edmilson Brito Rodrigues, ex-prefeito da cidade de Belém (entre 1997-2004) e atual Deputado Estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

3.3.4 Captação de recursos e desenvolvimento de projetos

Estratégia muito comum de inserção internacional por parte de cidades e governos locais, a captação de recursos internacionais ou cooperação econômica, foi (ainda que não fosse o foco principal de atuação, conforme relato do ex-prefeito e de sua secretária de planejamento) um importante mecanismo das relações internacionais da cidade de Belém, através da viabilização das obras/projetos a seguir.

a) Belém e Pontassieve: Firmado em 2001, o processo de irmanamento entre a cidade de Belém e a *Comuna* de Pontassieve (Itália), deu bases para a consolidação e consequente realização da cooperação descentralizada entre as referidas cidades. Como resultante a isso, constatou-se a execução e financiamento de 2 projetos. O primeiro foi o **Projeto Farmácia Nativa**, desenvolvido em parceria das cidades de Belém e Pontassieve, juntamente da colaboração da Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE), do Centro Universitário do Pará (CESUPA) e do Departamento de Ciências Farmacêuticas da Universidade de Florença e a Região da Toscana. O projeto Farmácia Nativa encontrava-se em execução em Belém desde meados de 1998 e tinha como objetivo o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos para contenção de alguns dos graves problemas sanitários da cidade, tal como a consequente valorização da sabedoria popular. A nova fase do projeto, compreendida entre 2001 e 2004 e contando com a colaboração Italiana, veio para fortalecer a preservação da biodiversidade local e o aprimoramento de novas técnicas para o desenvolvimento de fitoterápicos. De caráter técnico e financeiro, tal cooperação possibilitou a incorporação de novas práticas e equipamentos, que anos mais tarde consolidaria a Farmácia nativa como referência na realização de cursos, treinamentos e tecnologias sociais a partir do uso de plantas medicinais, que lhe rendera inclusive premiações²¹.

O segundo projeto em cooperação com Pontassieve foi o **Abastecimento de Água Potável no bairro de Águas Negras em Icoaraci**, e se deu em cooperação de ambas as cidades e colaboradores como o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Belém (SAAEB) e da companhia italiana de água Publiacqua. Tal projeto tinha como objetivo fundante, a implantação de um sistema de abastecimento de água potável que deveria atender 6000 pessoas residentes na área. Em 2003, dado os graves problemas de abastecimento hídrico em várias partes da cidade de Belém, o município propôs a comuna de Pontassieve um

²¹ “Farmácia Nativa - conhecimento, qualificação e capacitação, através do cultivo, acondicionamento, comercialização e geração de emprego e renda para a população de Belém e Distritos”. (FUNDOVEROSOL, 2014).

aporte financeiro para implementação de tal sistema de água no bairro de Águas Negras, tendo como justificativa o alto índice de mortalidade infantil e de doenças transmitidas por meio da água inadequada. O projeto que recebeu o aporte estimado de € 700 Mil (euros) viabilizou a construção de um reservatório com capacidade de reserva de até 500 mil litros de água, possibilitando o atendimento de uma rede de 13 mil metros de extensão e 1200 ligações, foi finalizado no de 2005 (já na gestão de Duciomar Costa).

Em resumo, na seção *Cooperazione Internazionale*²² do site da Comuna de Pontassieve, constam as seguintes informações sobre ambos os projetos:

Progetti in Brasile: A livello locale, ha ricordato il Patto di Amicizia fra il Comune di Belém e il Comune di Pontassieve e i progetti di cooperazione che i due comuni stanno portando avanti, in particolare:

*1. **Progetto Farmacia Nativa**, per la promozione e lo sviluppo della medicina tradizionale (2001-2004) – Il “Progetto Farmacia Nativa” che ha l’obiettivo di valorizzare le conoscenze popolari legate all’utilizzo delle piante medicinali e promuovere la produzione, l’accesso e l’utilizzo razionale dei prodotti fitoterapici.*

*2. **Progetto Approvvigionamento d’acqua potabile per il quartiere Aguas Negras della città di Belem (2004-2005) – Il Progetto Sistema di approvvigionamento della rete idrica per la località di Aguas Negras – Icoaraci. Il progetto riguarda l’approvvigionamento di acqua potabile per la zona di Aguas Negras nel distretto di Icoaraci ed è stato finanziato nell’ambito dei fondi raccolti con la campagna - Un centesimo per il nostro mondo -.***

b) Plano de Desenvolvimento Local (PDL) ou Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba: Projetado em 2000 e tendo sido colocado em prática em 2001, o Projeto Tucunduba (como também é conhecido) iniciou um processo de transformação nas áreas de ocupação do Riacho Doce e Pantanal, através da macrodrenagem do Igarapé Tucunduba que propiciou a urbanização adequada ao local, com ruas pavimentadas, novas moradias, água encanada e rede de esgoto, além de escolas, creches e praças. Dividido em 3 etapas, o projeto teve sua etapa 1 viabilizada ainda na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues e que beneficiou diretamente mais de 5000 famílias e 75.000 pessoas (BARBOSA, 2003).

Antes do início das obras, o a Prefeitura de Belém estabeleceu um processo de planejamento participativo (aspecto marcante de toda a gestão de Edmilson Rodrigues) onde os moradores das áreas foram motivados a discussões, reflexões e proposições acerca das melhorias de infraestrutura, sistema de transporte, meio ambiente e também, na geração de

²² “Progetti in Brasile”. (PONTASSIEVE, 2014)

emprego e renda. O projeto foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R\$ 12.701.937,75 tendo como contrapartida da prefeitura o valor de R\$ 1,65 milhão. A Caixa Econômica Federal foi o agente financeiro que intermediou e fiscalizou a distribuição dos recursos do BID, recursos esses que além de viabilizarem as obras do projeto, projetaram a cidade a fazer parte do Programa de Gestão Urbana da ONU para América Latina e Caribe (PGU). Tal programa era composto de uma rede internacional de cidades que desenvolviam políticas de gestão participativa ao contexto urbano, o que Belém iniciara desde 1997.

O Projeto Tucunduba permitiu além da manutenção das condições naturais do igarapé, através da “desobstrução do leito, o replantio do talude natural, a manutenção da navegabilidade, a construção de pontes, passarelas e portos” (BARBOSA, 2003, p.13), a integração viária da bacia do Tucunduba que pudesse propiciar a exploração do mesmo pelo viés econômico. O processo de gestão participativa e a capilaridade alcançada pelo mesmo, além do desenvolvimento local, projetaram-no internacionalmente tão quanto a própria cidade de Belém. Evidencia-se isso, com o recebimento de dois prêmios ambos em 2002, “Melhores práticas em Gestão Local” da Caixa Econômica Federal e “Melhores Práticas ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) e Municipalidade de Dubai (Emirados Árabes)”.

Finalizada em 2004, a etapa 1 do projeto foi a única a ser viabilizada e entregue ainda no mandato de Edmilson Rodrigues.

3.3.5 Irmanamento de cidades ou cidades-irmãs

A prática do Irmanamento de Cidades é uma estratégia de cunho diplomático muito usual no âmbito das relações nacionais e internacionais realizadas pelos municípios. Tal estratégia visa aproximação, cooperação e entendimento mútuo entre governos e realidades distintas, no anseio de integrar e compartilhar agendas históricas, geográficas, econômicas, culturais, de afinidade ideológica, de solidariedade, de manutenção da Paz dentre outros aspectos. Não existe mecanismo, forma ou uma estrutura básica para que esse Irmanamento ocorra, basta existir a vontade de ambos governos em o firmarem.

Os meios para viabilizar a prática das Cidades-irmãs podem ser através de pactos de amizade, entendimento, convênios, acordos, memorandos e etc. Geralmente, após contato prévio entre as cidades e conseqüentemente a vontade mútua, firma-se por meio de visita cordial de uma das partes ou de ambas para celebração de tal prática. Após firmado e

vislumbrando nesse mecanismo, não somente uma formalidade diplomática, é possível desenvolver atividades como cooperação técnica, intercâmbio acadêmico, realização de festivais disseminadores das respectivas culturas dentre outras inúmeras possibilidades.

Durante o governo do Prefeito Edmilson Rodrigues, entre 1997 – 2004, foram encontrados registros de 10 irmanamentos com a cidade de Belém, (conforme o quadro abaixo), além de referências solidárias e ideológicas com a República Bolivariana da Venezuela, Poder Popular municipal de Havana (Cuba) e com Belém da Palestina (RODRIGUES; CAMPOS, 2002). No campo da cooperação internacional (no período em questão) só foram encontrados dados referentes as interações entre Belém e Pontassieve, através de cooperação técnica e financeira na pesquisa e desenvolvimento de fitoterápicos e de abastecimento de água no distrito de Icoaraci (como já foi explicado anteriormente). Alguns acordos da prática de cidades-irmãs poderão ser acessados em anexo a esse trabalho.

Quadro 4 – Cidades-irmãs de Belém (até 2004) e os respectivos anos dos acordos

Aveiro (Portugal) em 1970	Bobigny (França) em 2001
Gênova (Itália) em 1998	Hanoi (Vietnam) em 2002
Pontassieve (Itália) em 2001	Shaoxing (China) em 2002
Campinas (São Paulo, Brasil) em 2001	Nayang-henan (China) em 2003
Fort de France (Martinica) em 2001	Manaus (Pará, Brasil) em 2004

Fonte: Elaborado pelo autor (2013) Com base em Rodrigues; Campos (2002.) e Arni (2008).

Uma informação interessante e que merece ser destacada, ainda no âmbito da prática de cidades-irmãs, diz respeito a um convênio de amizade fraterna realizado entre as cidades de Belém e Aveiro (em Portugal). Como visto no quadro anterior, firmado em 1970, tal irmanamento foi idealizado e concretizado pelo então prefeito de Belém, Stélio de Mendonça Maroja. Cerqueira (1970, p. 1) expõe:

Stélio Maroja, impulsionador do progresso da capital amazônica e do seu alfoz – todo um mundo de grandezas e potencialidades – lançou a semente da fraternidade especificadamente belemita-aveirense, no quadro lato da comunidade luso-brasileira. E de uma ideia simpática e aliciente fez uma concreta realidade afectiva. Enlaçou, com as adesões, lá e cá, entusiástica, diríamos alvoroçadamente despertadas, as duas cidades Belém do Pará e Aveiro. [...] firmou-se então, entre as duas cidades, o honroso e histórico convênio de amizade fraterna, passando a figurar, a partir desta solenidade pública nos Anais dos dois países – Brasil e Portugal – como cidades irmãs, nos seus destinos, no seu futuro, no seu progresso, procurando em todos os tempos aumentar e consolidar cada vez mais aquela fisionomia lusa que sempre caracterizou a metrópole paraense, destacando-a na comunidade Brasileira como a mais portuguesa das cidades do Brasil.

Ainda que na época em questão, a cooperação internacional quase inexistisse entre as cidades, tal estratégia foi também um marco nos primórdios das relações internacionais da cidade de Belém. A imagem abaixo ilustra o momento da celebração de amizade e irmandade entre as cidades com a renomeação de uma rua da cidade de Aveiro, que passou a ser chamada 'Rua de Belém do Pará, cidade-irmã'.

Fotografia 1 – Inauguração da lápide em homenagem a Belém, na cidade de Aveiro



Fonte: Cerqueira (1970).

3.3.6 Prêmios

Uma outra forma de inserção internacional que a cidade de Belém vivenciou, se deu em função do reconhecimento internacional e premiação de práticas, projetos e políticas públicas desenvolvidas na cidade, que em especial na gestão de Edmilson Rodrigues, foi algo bem evidente. A pesquisa encontrou dados referentes a 50 premiações e menções recebidas pela cidade nos 8 anos da gestão participativa de Edmilson. Cabe citar alguns prêmios:

a) Prefeito Criança (em 1999 e 2000) dado pela Fundação ABRINQ à Edmilson Rodrigues pelos projetos voltados as Crianças e aos adolescentes;

b) Prêmio Criança Esperança (1999) dado pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ao projeto Escola Circo;

c) Prêmio do Programa ‘Brasil, Criança Cidadã’ (1999) dado ao projeto Sementes do Amanhã;

d) Melhores Práticas da Organização das Nações Unidas (ONU) dado ao projeto Morando Melhor (2000);

e) Melhores Práticas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) dado aos projetos Bolsa Escola e Aterro do Aurá (2000), Banco do Povo e Albergue Emanuelle Diniz (2001) e Congresso da Cidade (2003);

f) Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal dado aos projetos Aterro do Aurá (2000) e Tucunduba (2001);

g) Melhores Práticas ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) e Municipalidade de Dubai (Emirados Árabes) dado aos projetos Aterro do Aurá (2000) e Tucunduba (2001);

h) Concurso Nacional das 100 Melhores Experiências de Gestão Pública da FGV dado ao projeto Congresso da Cidade – Experiência de planejamento sócio-territorial participativo (2003);

i) Selo ‘Prefeito Amigo da Criança’ da Fundação ABRINQ e UNICEF (2004) dado ao Prefeito;

j) Reconhecimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dado aos valiosos serviços em favor das crianças e adolescentes (2004).

3.4 Perspectivas acerca das relações internacionais do município.

Com o *slogan*, “Fé no que Virá!” Edmilson Rodrigues foi eleito prefeito de Belém e comandou a cidade por 8 anos. A ideia de gestão participativa e conseqüentemente popular possibilitou e sagrou o então prefeito, a frente de outros candidatos que integravam a hegemonia política da cidade há décadas²³. Nesse período, de renovação política, a cidade vivenciou profundas transformações em diversos setores. Instrumentos de democratização da gestão pública, o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade, estruturaram e redefiniram um novo padrão de desenvolvimento para a cidade. Os quatro eixos básicos da

²³ Concorreram com Edmilson, no pleito de 1996, o indicado do prefeito da época (Hélio Gueiros) candidato Ramiro Bentes e a indicada e esposa de uma forte personalidade política do Estado do Pará (Jader Barbalho) a candidata Elcione Barbalho.

gestão de Edmilson Rodrigues: “participação popular, transformação da cultura política local, democratização do Estado e inversão de prioridades” (RODRIGUES; NOVAES; ARAUJO, 2002, p. 33). BARROS (2010, p. 35) reitera o protagonismo nas ações internacionais do município, no período em questão:

Importa dizer que a administração eleita neste período teve uma substantiva “política externa”, implementada pela Coordenação de Relações Internacionais, através da qual estes temas e questões foram tratados e trazidos à vida pública da cidade, ainda que administrativamente estivessem fora de sua alça ou competência legal. Esta forma de ação e aproximação dos temas internacionais, procurando aproximar o município, sua população e suas questões locais deste temário, revela um ponto importante: a construção de projeto político que está no ponto de encontro e tensão entre um projeto de país (e, portanto, a importância das questões que extrapolem o município) e a gestão da vida municipal, numa articulação tensa entre utopia e necessidades.

No âmbito das Relações Internacionais, a cidade vivera até então, um estágio relevante de estratégias e atividades (alinhados à princípios ideológicos do então governo), aonde cabe ressaltar o protagonismo da cidade em âmbito regional e nacional, tendo iniciado um setor primário em 1997 e em 2001 ter institucionalizado a CRI no cerne da Prefeitura de Belém. Tal momento, vivido pela cidade ocorreu segundo o ex-prefeito Edmilson Rodrigues, na contramão do “urbanismo do espetáculo”, onde a prefeitura vislumbrava a importância de fóruns de discussão, eventos e a capacitação de seus técnicos tão quanto, a pavimentação de ruas ou a construção de uma praça (política pública mais impactante e tangível ao cidadão). Ainda que, por meio de tal protagonismo e estratégias de cooperação internacional bem sucedidas, o governo seguinte não deu continuidade a tal estrutura, ficando sem uma área técnica específica e voltada as RI entre os anos de 2005 e meados de 2006, quando fora retomada em formato distinto. O que não caracteriza que nesse hiato institucional, não tenham sido efetuadas relações internacionais, e sim, realizadas de forma pontual através do próprio gabinete do novo prefeito, o que segundo (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2009) é algo muito comum; e mostra que ainda que se reconheçam as potencialidades da cooperação internacional e conseqüentemente da cooperação descentralizada, questões político-partidárias acabam sobrepondo a agenda internacional municipal, dando a mesma (em alguns casos), um caráter descontinuo.

3.5 Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 2005 a 2012, na gestão de Duciomar Costa

Eleito prefeito, Duciomar Costa, assumiu em 2005 a gestão da cidade de Belém que perduraria sob sua administração por 8 anos. Como dito anteriormente, por quase 1 ano e meio, a cidade ficara sem um órgão institucionalizado dedicado as relações internacionais. Por mais que na gestão anterior, ações, estratégias e atividades internacionais tivessem direcionado protagonismo a cidade, mas não somente por isso, mas principalmente por ter trazido benefícios ao desenvolvimento local provenientes da cooperação internacional. Em entrevista, a Sra. Rosa Cunha²⁴ ex-presidente da CODEM, comentou que o início da ARNI remonta de “várias agendas e contatos internacionais que eram constantes no gabinete da prefeitura e que fizeram com que fosse necessário a criação de uma assessoria que passasse a lidar com isso”. Dessa forma, em 2006 institui-se a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI) com o objetivo de viabilizar e implementar contatos e parcerias em nível internacional, eram competências da assessoria:

- i) Estabelecer relações e parcerias com os mais diversos atores das relações internacionais, como cidades e diversas instituições globais viabilizando ações para a concretização dos interesses municipais. Através do estabelecimento de intercâmbios culturais, técnicos, científicos e econômicos a ARNI tem como objetivo o fomento do desenvolvimento do Município de Belém.
- ii) Fomentar as relações nacionais e internacionais no âmbito do município de Belém articulando pactos de amizade e cooperação com instituições identificadas como potenciais parceiras na promoção do desenvolvimento da cidade;
- iii) Recepcionar delegações e prestar o apoio necessário à formatação e cumprimento de agendas, indicando setores de atividades no Município propícios à cooperação;
- iv) Coordenar a Rede Interinstitucional de Adidos para a Cooperação, integrada pelos órgãos da administração municipal propondo e discutindo estratégias e elegendo, conjuntamente projetos de interesse para cooperação. (ASSESSORIA DE RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS, 2008, p. 3).

Nesse segundo momento das relações internacionais do município de Belém, além de uma nova estrutura dedicada, constatou-se uma mudança de paradigmas no que se referiu as atividades empreendidas. Enquanto no primeiro recorte temporal de análise do presente estudo, as ações pautavam e direcionavam-se as correntes ideológicas e solidárias de um

²⁴ Trecho da entrevista com a Sra. Rosa Maria Chaves da Cunha e Souza, ex-presidente da CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém) entre 2006 e 2009 e que recentemente voltou a ocupar o mesmo cargo na nova gestão municipal.

governo participativo, esse segundo estágio se apresentava propulsor de atividades sem um foco e/ou alinhamento específico. O que foi constatado *in loco* através dados e nos relatos que apresentaram as atividades internacionais da cidade com distintos focos, como o econômico, técnico-educacional e sobretudo, cultural. Segundo a Sra. Barbara Kussler²⁵, “muitas foram as áreas de interação internacional, mas a cooperação cultural sempre é a mais fácil de ser realizada”. Reiterando, a Sra. Rosa Cunha acrescentou que “a área internacional é imprescindível para o desenvolvimento de Belém, não só pelas questões econômicas, mas principalmente pelas questões culturais, de mostrar o que é nosso”. Para a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011, p. 11):

A atuação internacional dos governos locais é um fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos. Independentemente de vontade política ou de planejamento administrativo, os Municípios estão cada vez mais envolvidos na prática de comércio exterior, na recepção de turistas internacionais, na implementação de projetos de cooperação e na participação em redes internacionais. Trata-se de uma tendência mundial que, apesar de já ter sua importância reconhecida, ainda é pouco estudada e discutida de forma sistemática

Tussie; Paglieri apud Vigevani (2004) dissertam sobre o entrelaçamento existente entre a capacidade de afirmar uma política local de desenvolvimento, a ação coordenada em nível nacional e a intervenção em mundo cada vez mais globalizado e interdependente. O que influi em uma maior capacidade de adaptação às mudanças das sociedades, dos mercados, da tecnologia e da cultura “que parecem produzir o incentivo para se aproveitar os benefícios da globalização ou, ao menos, para se evitar as perdas que podem advir do alheamento a esse fenômeno.” (VIGEUVANI, 2004, p. 56). Tal fator não é estrutural, pois encontra-se diretamente ligado às relações políticas, inclinações de governos e das forças partidárias e sociais; o que esta diretamente ligado a continuidade e efetividade de projetos e contatos em nível internacional, um entrave comum a consolidação das relações internacionais na agenda e na estrutura municipal.

Reiterando o papel da cidade de Belém enquanto uma cidade internacional moderna (SOLDATOS, 1996), a Arni retomou antigos contatos e agendas, tal como empreendeu novos processos de cooperação que deram a mesma, certo reconhecimento em publicações da CNM internacional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2009; 2011.). Ainda que a estrutura consolidada da assessoria fosse modesta (com 2 cargos, um de assessor e outro de estagiário), constatou-se uma série de atividades e contatos na seara internacional em

²⁵ Relato obtido a partir de entrevista com o Sra. Marluzi Barbara Kussler, ex-estagiária de Relações Internacionais da ARNI (entre 2008 e 2009).

apenas 3 anos de funcionamento (entre 2006 e 2009), embora muitas delas, não foram concretizadas, segundo relato da Sra. Rosa Cunha, “muitos contatos foram feitos, muitas coisas assinadas, eventos pontuais realizados, mas infelizmente pouca coisa se concretizou com o fim da ARNI”. Com a extinção da assessoria, em 2009, as atividades e contatos remanescentes foram direcionados em parte ao gabinete do prefeito Duciomar Costa e a SEGEP, enquanto secretaria de planejamento.

As ações empreendidas pela cidade no âmbito da ARNI e as poucas efetivadas diretamente pelo gabinete municipal, serão elencadas nas sessões subsequentes.

3.5.1 Participação e realização de eventos internacionais

Tal atividade é bastante comum na agenda internacional de cidades e governos locais, embora, no período em questão se apresente de forma não-coordenada e não-centralizada, conforme será possível analisar nos tópicos a seguir.

3.5.1.1 *Participação em Eventos*

Em decorrência ao irmanamento com a cidade e Pointe-a-Pitre²⁶, a cidade de Belém foi convidada em 2008 para integrar o **Salão Internacional do Livro**, grande evento literário do departamento de Guadalupe. Com o convite, veio a solicitação de alguns nomes de escritores paraenses para participarem no referido evento e o escolhido foi o poeta João de Jesus Paes Loreiro, cuja produção literária conta com obras em francês, o que foi decisivo na escolha. A participação da cidade no evento ocorreu em articulação com diversas órgãos municipais. O Museu de Arte de Belém (MABE) enviou 48 fotografias do Ver-o-Peso para viabilizar uma mostra durante o salão. A secretaria municipal de turismo ou Belemtur enviou material audiovisual para divulgar a cidade. Por sua vez, a Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE), viabilizou 500 folhas de papel reciclado que foi produzido pelos alunos da Escola Bosque e que serviram para compor um grande mural, no qual jovens de Belém e Pointe-a-Pitre colocaram provérbios e ditos populares da cultura de ambas as cidades.

Outro pontual momento de participação internacional, por parte da prefeitura de Belém, ocorreu por ocasião da **assinatura do contrato de financiamento para o PROMABEN** (Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, a ser explicado em

²⁶ Capital econômica e mais populosa de Guadalupe, departamento ultramarino francês localizado no Caribe.

sessão posterior) em 2009, junto ao BID, em Washington (EUA). Nessa ocasião, o prefeito Duciomar Costa foi acompanhado pelo secretário da SEGEP Edilson Ramos e buscou intermediar uma audiência com o então, recém-eleito presidente, Barack Obama; audiência essa, que não ocorreu.

Em 2010, representando o prefeito de Belém, o coordenador do SAAEB Raul Meireles participou da **Jornada Mundial da Água**, realizada em Florença, na Itália. O evento, que teve como temática “Água é igual para todos”, foi promovido pela Water Right Foundation. O convite para participar do evento ocorrera em consonância aos projetos já implementados na capital paraense por meio de cooperação descentralizada com a cidade italiana de Pontassieve. O coordenador participou de uma mesa redonda intitulada “água na Amazônia” e apresentou os avanços da cidade no abastecimento de água em cooperação com a cidade italiana.

Foram somente esses, os registros encontrados pela pesquisa que integraram a agenda da cidade de Belém na participação em eventos internacionais.

3.5.1.2 *Realização de eventos*

A realização de eventos internacionais e/ou com ligação internacional, também integrou timidamente a agenda da cidade de Belém no recorte temporal em questão. Algo que vale ressaltar, e que vem ao encontro do que foi constatado na realização dos mesmos, foi o relato da Sra. Barbara Kussler²⁷ “a estrutura da ARNI era pequena, o que inviabilizava a realização de grandes eventos, os que se realizaram foram por conta de parceiros”. De tal relato, evidenciou-se que a coordenação de muitos eventos realizados em Belém no período de análise, esteve a cargo de várias instituições promotoras e com pouco ou nenhum envolvimento da área internacional da cidade, conforme será identificado a seguir.

Tentando dar prosseguimento as estratégias de gestão participativa que iniciaram no governo anterior, realizou-se entre os dias 05 e 06 de Julho de 2005, a “**2ª Conferência Municipal da cidade de Belém**”. O evento contou com a participação de 373 pessoas, dentre delegados representando o governo municipal, movimentos sociais e populares, entidades de trabalhadores, empresariais, de pesquisa e também organizações não-governamentais (ONG's). Organizada pela SEGEP, a conferência tinha em um de seus pontos de discussão Identificar e discutir os principais desafios para a cidade de Belém no âmbito local e na sua

²⁷ Relato obtido a partir de entrevista com o Sra. Marluzi Barbara Kussler, ex-estagiária de Relações Internacionais da ARNI (entre 2008 e 2009).

relação com a região, com o País e no contexto internacional. Todavia no relatório geral da mesma, nenhum registro acerca desse ponto fora discutido. Ainda que pensado nos moldes do que já havia sido feito com o Congresso da Cidade, tal conferência não resultou em um amplo processo participativo e conseqüentemente não entrou na agenda política municipal como espaço de discussão voltado ao desenvolvimento local.

Em 2008, sob a coordenação da ARNI, buscou-se estabelecer uma importante e inovadora rede local voltada à cooperação internacional, a “**RIAC (Rede Interinstitucional de Adidos para a Cooperação)**”, que tinha como objetivos:

- i) Informar sobre o prosseguimento do trabalho de cooperação que até o presente momento vem realizando a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais – ARNI implantada na CODEM;
- ii) Definir os pontos positivos da integração entre a Prefeitura Municipal de Belém e os meios que foram procurados para gerar novos projetos e parcerias;
- iii) Contribuir para uma análise de referenciais e ações que favorecem os fluxos de cooperação;
- iv) Incentivar a emergência de novos projetos de cooperação entre os diversos setores da Prefeitura;
- v) Destacar, na atividade de cooperação, o que representa a cooperação descentralizada, tal como ela se apresenta a nível nacional;
- vi) Ressaltar a atividade de recepção e acompanhamento às delegações estrangeiras oficiais, e a interface com os sistemas de comunicação disponíveis no território. (BELÉM, 2008, p. 3)

Empreendida pelo então assessor de relações internacionais, Gian Paolo Venturoli, a RIAC seria uma grande oportunidade de congregação no âmbito municipal de ações, estratégias, atividades e capacitação na área internacional, com vistas também, em parcerias com outras instituições colaboradoras e propulsoras da cooperação internacional da cidade. Uma dessas possíveis parcerias, que chegou a ser iniciada, mas não foi firmada, seria com o NAEA, por meio de um *Curso de Cooperação Internacional e Elaboração de Projetos* a ser realizado pelo núcleo e ministrado pelos Professores Silvio José Lima de Figueiredo e Josep Pont Vidal. A RIAC tinha o foco em consolidar a área internacional sob os diversos enfoques da gestão municipal, tendo em vista a realização de um grandioso evento na cidade no ano seguinte, o Fórum Social Mundial. O projeto de implementação da rede não foi dado prosseguimento (por ventura da saída da ARNI do então assessor) e a cidade perdera uma relevante ferramenta para suas relações internacionais.

Realizado em 2009, o “**Fórum Social Mundial (FSM)**” foi um dos maiores eventos internacionais promovidos na cidade e contou com a presença de aproximadamente 140 mil participantes de 142 países. O FSM, que a cada ano é realizado concomitante ao Fórum Econômico Mundial (em Davos, Suíça), é uma iniciativa que se tornou um processo permanente e alternativo contra o avanço às políticas neoliberais, tal como um espaço plural ao encontro de movimentos sociais, redes, ONG’s que buscam incitar, debater, formular, compartilhar ideias, experiências, questões e articulações em prol de ações concretas e socialmente justas. Durante 6 dias, os *campi* da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA) foram palco de uma efervescência de ideias, culturas e propostas que foram direcionadas em torno da temática do evento, “Um Novo Mundo é Possível”. O FSM de 2009 foi o primeiro a ser realizado na Amazônia, que além dos números incríveis de participação, teve importantes sub-encontros realizados durante o mesmo que projetou o evento e conseqüentemente a cidade no contexto internacional. O principal deles foi o encontro dos presidentes Lula, Hugo Chávez, Evo Morales, Fernando Lugo e Rafael Correa. Maringoni (2009, p. 2) expõe:

Três iniciativas de envergadura marcaram e tornaram o fórum de Belém um marco da agenda política internacional. O primeiro foi a assembleia realizada à tarde entre os movimentos sociais e os presidentes da Venezuela, da Bolívia, do Paraguai e do Equador. O segundo, simultâneo, marcou a presença da ministra Dilma Rousseff e de várias dirigentes políticas do Brasil e do exterior. E a apoteose aconteceu no ato para 12 mil pessoas, com a presença de Lula e um bis de Hugo Chávez, Evo Morales, Fernando Lugo e Rafael Correa. Entre os dois atos com os chefes de Estado, aconteceu uma rápida reunião fechada entre eles, uma mini-cúpula latinoamericana. É algo inédito no âmbito de um encontro de movimentos sociais de todo o planeta. [...]. O que leva chefes de executivo a abrirem espaço em suas agendas para comparecerem a um encontro dessa natureza? Certamente votos é o que não vêm buscar. Mas procuram solidificar ou recompor vínculos objetivos e simbólicos com setores da sociedade que alicerçaram suas trajetórias e, em última análise, sustentam suas administrações. O caminho não é de mão única. O encontro ganha peso e densidade política internacional com isso.

Fotografia 2 – Imagens do Fórum Social Mundial de Belém



Fonte: Galeria de Fotos do Fórum de 2009. Disponível em: Fórum Social Mundial
<<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>

Marco do fórum de Belém, o encontro de presidentes firmou o FSM de 2009 como um dos mais importantes já realizados e projetara a cidade como palco internacional de grandes discussões. Outro grande evento realizado no âmbito do fórum foi a **“VIII Assembleia geral do Fórum de Autoridades Locais”** e o **“I Fórum de Autoridades Locais da Amazônia”**, que reuniu na cidade 150 prefeitos, 50 governadores mais de 100 gestores regionais de diversos países. Foi considerada a mais representativa reunião de autoridades locais desde a primeira assembleia da FALA, no primeiro FSM. (MARINGONI, 2002) e teve como destaque a consolidação do FALA, que segundo relato da Sra. Nazaré Imbiriba²⁸, “poderia se tornar um importante instrumento de cooperação internacional e elaboração de políticas compartilhadas entre os governos locais amazônidas.” O FALA, foi liderado e coordenado naquele momento pelo Governo do Estado do Pará, que deu ao mesmo uma visão integradora e realista acerca das problemáticas da região amazônica. O fórum integrou as pautas de discussões do FAL que

²⁸ Relato obtido a partir de entrevista com a Professora Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein, ex-secretária chefe do órgão de relações internacionais do Governo do Estado do Pará, a CIDS (Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, entre 2007 e 2009).

dentre outros aspectos contemplaram o diálogo com os movimentos sociais, descentralização e democracia participativa, direitos humanos para as cidades, meio ambiente, serviços públicos, a cooperação descentralizada e as metrópoles solidárias; esses dois últimos aspectos, que consubstanciam o foco deste trabalho, mostrando a inserção de agendas internacionais no âmbito do desenvolvimento local e regional.

Fotografia 3 – Abertura do FAL/FALA



Fonte: Galeria de Fotos do Fórum de 2009. Disponível em: Fórum Social Mundial
<<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>

A prefeitura de Belém compôs a organização do FSM apenas no sentido estrutural em relação a cidade (que viveu dias de grande movimentação). Sua participação efetiva no evento se deu com um estande institucional para apresentar a cidade aos visitantes, além de ações diversas no mesmo, geridas por diferentes secretarias. A ARNI, naquele momento, não desenvolveu nenhuma atividade e/ou reunião que integrasse as atividades do fórum. Ainda em 2009, realizou-se novamente em Belém, a segunda edição do FALA (dentro das atividades do I Congresso das Cidades Amazônicas, a ser explanado em sessão posterior), sem o mesmo êxito do primeiro e que acabou sendo desativado.

Belém, conforme já foi mostrado, tem uma boa relação com cidades italianas. Isso é evidenciado não somente pelos acordos de cooperação técnica e financeira, mas também cultural. Em março de 2009, o Prefeito de Pontassieve (Itália) cidade localizada na região da

Toscana, ofereceu um *vernissage*²⁹ intitulado “*Da Pontassieve a Belém con Artisti Toscani*” a cidade de Belém, na pessoa do Prefeito Duciomar Costa, com exposições do renomado pintor italiano Mario Magherini. Na ocasião, que teve o intuito de celebrar também a boa relação das cidades, contou com a presença de autoridades italianas e paraenses. Nesse mesmo sentido, realizou-se no fim do mesmo ano, o “**Seminário de Cooperação Técnica Internacional entre Brasil e Itália**”, integrando as atividades do Fórum Landi³⁰ promovido pela UFPA. Tal seminário teve como objetivo o estabelecimento de políticas de intercâmbios entre várias instituições públicas e privadas, para a captação de recursos financeiros, execução de projetos e obras fundamentais ao desenvolvimento urbanístico da cidade. O evento contou com a presença do Prefeito de Pontassieve e seu secretário de cultura e relações internacionais, tal como do prefeito Duciomar Costa que presidiu as atividades do seminário. Durante o mesmo discutiu-se o êxito de projetos de cooperação já realizados (como o do abastecimento de águas em Icoaraci) e também propostas de futuros acordos, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável na Ilha de Cotijuba (a ser apresentado em sessão posterior).

Fotografia 4 – Seminário Brasil e Itália



Fonte: Galeria de Fotos do Seminário Brasil e Itália. Disponível em: Clipping de Notícias do PTB
<<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=16279>>

²⁹ Termo francês, normalmente utilizado para designar um evento social que precede a abertura e/ou exibição de uma exposição de pinturas e obras de arte.

³⁰ Fórum que recebe esse nome em homenagem ao arquiteto Antônio Landi, com marcante atuação na Amazônia, principalmente na cidade Belém.

No ano de 2012, Belém foi sede de um grande evento internacional, o **IV Encontro Internacional de Ecomuseus³¹ e Museus Comunitários (EIEMC)**, em função do êxito e notoriedade de um Ecomuseu coordenado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e pela Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQUE). O **Ecomuseu da Amazônia** foi criado em 2007, buscando a participação popular, valorização dos saberes e fazeres locais, da memória coletiva e da integração de todos para a construção de um projeto de desenvolvimento humano sustentável, o projeto tem como área de atuação o Distrito de Icoaraci (bairros do Paracuri e Orla), as Ilhas de Caratateua (bairros de São João de Outeiro, Fama e Tucumaeira), Cotijuba (comunidades de Poção, Seringal e Faveira) e Mosqueiro (bairros Vila, Caruarú e Castanhal do Mary-mary). As ações que integram o projeto são desenvolvidas através de 3 eixos: ambiental, cultural e turística; todas a partir de uma perspectiva sustentável.

A ideia de ser criar e estabelecer um “Museu do Território”, como define a coordenadora do Projeto, a Professora Terezinha Mendes³², começou em meados de 2006 com o “intuito de preservar e recuperar o patrimônio cultural e natural da região, visando também a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas”. Segundo a Professora, os desafios assumidos pelo projeto foram: (informação verbal).

- i) Consolida-lo projeto como uma alternativa de inserção social e facilitadora da troca de conhecimentos;
 - ii) Possibilitar a sustentabilidade local com a gestão participativa e usando tecnologias e saberes populares;
 - iii) Torna-lo instrumento de desenvolvimento social, educativo, cultural e ambiental na região, através da memória coletiva local.
- (Relato obtido através de entrevista com a Professora Terezinha Mendes)

A consolidação do mesmo se deu com o contato com o criador do termo Ecomuseu, Hugues de Varine (escritor francês e consultor em desenvolvimento local e comunitário), que passou a contribuir com o projeto e incentivou que a coordenação local conhecesse outros Ecomuseus de contextos distintos, como os localizados na Europa. Dessa forma e a convite de Varine, a Professora Terezinha Mendes visitou outras práticas em Portugal, na Itália e na França onde fez novos contatos e trocou experiências, que segundo ela, “o nosso Ecomuseu acabou se tornando referência pela inserção e a interação da comunidade com o meio

³¹ O termo Ecomuseu é um modelo contemporâneo de museu e foi criado em 1970 por Hugues de Varine para designar um tipo de Museu, onde os membros de uma comunidade é que se tornam atores do processo de formulação, execução e manutenção do mesmo, através de saberes e técnicas tradicionais que podem ser igualmente catalogadas, apresentadas e divulgadas tal como um patrimônio ou obra de arte.

³² Relato obtido a partir de entrevista com a Professora Maria Terezinha Mendes Martins, coordenadora do Ecomuseu da Amazônia.

ambiente”. Segundo entrevista com a ex-secretária de Educação e também professora, Therezinha Gueiros³³, “o Ecomuseu da Amazônia é uma iniciativa particularmente inovadora e exemplo em nível nacional e internacional”. Tal reconhecimento se deu dentre outros motivos, pelas constantes incursões do criador do termo Hugue de Varine a cidade de Belém e ao projeto (em 2009, 2010, 2011 e 2012 por ventura do IV EIEMC).

O *know-how* e o formato de gestão do projeto embasaram a escolha da cidade de Belém e conseqüentemente do projeto, para sediar o IV EIEMC. Tal evento reuniu na cidade representantes de outros Ecomuseus no Brasil e também, de diversos países como Canadá, Inglaterra, México, França e Portugal, que durante 4 dias discutiram a temática central do evento: “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”. O evento possibilitou também a visita às comunidades e aos seus projetos, sobretudo os participantes internacionais, se inscreveram para participar de tais visitas. “O evento foi uma grande congregação e uma oportunidade de mostrar o que fazemos aqui, todos ficaram impressionados com o nosso laboratório cultural, social e econômico que é o Ecomuseu” complementou a Professora Terezinha Mendes.

O que vale ressaltar de tal projeto e conseqüentemente de tal evento, é a forma como foi gerida também em nível de contatos internacionais. Segundo relato de ambas as professoras, em nenhum momento houve uma assessoria por parte da ARNI e/ou do gabinete municipal, desde a criação do Ecomuseu tal como na realização do IV EIEMC. Tal projeto, com forte ligação internacional e importância ao desenvolvimento local, poderia dentre outros acordos, ter sido apresentado as constantes comitivas italianas de Pontassieve. O que também não ocorreu e que poderia ter sido uma fonte a mais de recursos e experiências ao projeto, segundo as professoras. O alcance do projeto e o *know-how* local resultaram em notoriedade internacional que fora consumada na realização do evento em Belém, todavia, com mudança na gestão municipal em 2012, os caminhos do projeto são incertos; o que gerou “uma mobilização por parte da ABREMC³⁴ e do próprio Hugues de Varine, que enviou uma carta ao novo Prefeito, Zenaldo Coutinho, colocando a importância nacional e internacional do projeto e pedindo a continuidade dele”, finaliza a Professora Terezinha Mendes.

³³ Relato obtido a partir de entrevista com a Professora Therezinha Moraes Gueiros, ex-secretária municipal de Educação durante os anos 2005-2012, mas que também já ocupara o mesmo cargo em gestões passadas.

³⁴ Associação Brasileira de Museus Comunitários.

3.5.2 Participação em redes e Fóruns Internacionais de Cidades

Como forma e instrumento de projeção local, verificou-se uma tímida inserção da cidade de Belém (no período em questão), no que se refere as redes internacionais de cidades e governos locais.

a) **UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, denominada, também, de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa):** rede que já foi apresentada em sessão anterior e que também integrou pontual agenda da cidade nesse segundo recorte temporal, direcionou a participação da cidade através de encontros e reuniões. A cidade recebera, por intermédio da ARNI, inúmeros convites para reuniões e eventos, alguns não contaram com a representação da cidade como a “*XXV Assembléia Geral da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas*” que foi realizada em 2008 na cidade de Maputo na República de Moçambique; que em outros se fez presente, como a “*Reunião para criação da Rede UCCLA de Proteção e Valorização dos Centros Históricos*” que foi realizada na cidade de Guimarães (Portugal) em 2011. Tais participações na presente rede não originaram outras atividades e/ou concretização de processos de cooperação.

b) **Mayor for Peace (Prefeitos pela Paz):** Criada em 1982, pelo então prefeito de Hiroshima (Japão), é uma rede internacional que promove a solidariedade entre cidades em busca da abolição de armas nucleares. Composta por mais de 5000 cidades de 155 países, a rede desenvolve também ações para o desarmamento de armas convencionais. Belém é uma das 79 cidades brasileiras que integram tal entidade, e tal filiação ocorreu durante o Fórum Social Mundial em 2009, quando a rede veio até a cidade para participar do evento. “Os Prefeitos pela Paz” são uma congregação solidária em prol do desarmamento e contra a violência urbana que atinge grande parte das cidades, causada pelo uso das armas. A atuação da mesma se dá na realização de atos ao redor do mundo e estudos especializados. Por tal caráter da rede, a pesquisa não encontrou dados referentes a eventos, reuniões e/ou congregações, as quais Belém pudesse ter participado, apenas a sua filiação.

3.5.3 Articulação Institucional

Nesse segundo recorte temporal, foram elencadas também, instituições articuladoras das ações internacionais da cidade de Belém.

a) CNM (Confederação Nacional de Municípios): A maior entidade agregadora de municipalidades do país inicia as atividades de sua área temática voltada às relações internacionais (a CNM Internacional) em 2006, mesmo ano da reformulação institucional da área em Belém, através da ARNI. Nesse sentido, a pesquisa indicou uma boa relação da CNM com a ARNI através de contatos, sempre solícitos, segundo a Sra.Barbara Kussler, ex-estagiária da ARNI³⁵. O mais significativo deles, se deu em 2009 em decorrência do Fórum Social Mundial. Naquele ano, o Sr. Gustavo Cezário, assessor técnico da CNM e responsável pela área internacional da mesma, esteve na cidade buscando informações acerca da inserção internacional de Belém (que mais tarde viriam a ser publicados e que são referencias deste trabalho CNM/b-2009 e CNM/c-2011) e reuniu com a assessoria para tal levantamento e uma conversa sobre tais atividades internacionais. A ex-estagiária comentou também que a CNM mantinha contato constante “por meio de envio de boletins e notícias, acerca de projetos internacionais, fontes de financiamento e outros, mas, nunca houve capacitação ou direcionamento específico voltado para a área da cooperação descentralizada”.

A mais recente atividade da CNM na cidade de Belém foi a realização do “Seminário Novos Gestores”, que teve como objetivo a capacitação técnica dos recém-eleitos governantes na eleição de Outubro de 2012. Em tal seminário, que abordou as principais áreas da administração municipal sob o olhar de técnicos especializados, não houve um direcionamento e/ou painel temático voltado as relações internacionais municipais e, sim, breves comentários sobre fontes internacionais de financiamento, conforme a pesquisa constatou *in loco*³⁶.

b) FAMEP (Federação das Associações de Município do Estado do Pará): a presente federação, que passou por um processo de reestruturação de suas atividades em 2006, passa a atuar em consonância ao movimento municipalista nacional e desenvolver atividades visando o fortalecimento e a autonomia dos municípios paraenses. Segundo o secretário executivo da FAMEP³⁷, o Sr. Josenir Nascimento, “O principal objetivo de toda a municipalidade, é a busca permanente por recursos, é o que leva a maioria das prefeituras a conversarem entre si, no Brasil ou na Amazônia, é o ponto comum de convergência e de

³⁵ Relato obtido a partir de entrevista com o Sra. Marluzi Barbara Kussler, ex-estagiária de Relações Internacionais da ARNI (entre 2008 e 2009).

³⁶ O autor teve acesso, como ouvinte, no “Seminário Novos Gestores” promovido pela CNM e pela FAMEP nos dias 29 e 30 de outubro de 2012 na cidade de Belém

³⁷ Trecho da entrevista com o Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, secretário executivo da FAMEP da gestão 2011 – 2014.

contato” tal premissa, direcionou a federação a articular um maior envolvimento dos governos locais, que fora consubstanciado com a realização de dois eventos.

Realizados em período próximo, para congregar um numero maior de participantes, a FAMEP promoveu o **I Congresso Paraense de Municípios** (entre os dias 24 e 25 de Novembro de 2009) e o **I Congresso das Cidades Amazônicas** (entre os dias 26 e 27, também de novembro do mesmo ano). O congresso paraense reuniu durante dois dias, representantes dos 144 municípios do Estado do Pará, dentre prefeitos e técnicos municipais; e teve como principais eixos temáticos a ‘Superação das Dificuldades Financeiras com gestão e Ampliação das Receitas’, a ‘Municipalização da Saúde e da Educação’ e as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O prefeito de Belém, Duciomar Costa, proferiu abertura do evento junto de demais autoridades e o que consta, foi a única participação da cidade no evento.

O Congresso de Cidades Amazônicas³⁸, organizado pela FAMEP juntamente de outras associações e federações dos municípios da região amazônica, foi um grande encontro que oportunizou a reunião de diversas autoridades municipais. Durante o mesmo realizou-se também, 1º encontro de Secretários Municipais de Saúde da Amazônia, 1º encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente da Amazônia, 1º encontro de Secretários Municipais de Finanças e Desenvolvimento da Amazônia, 1º Fórum Amazônico de Defesa Civil e o 1º Encontro de Turismo e Cultura e seus Desafios na Amazônia. O evento, que contou com a presença de 2500 participantes (dentre prefeitos, vereadores, procuradores, técnicos e representantes da sociedade civil) representando os estados e países amazônicos, teve como temática principal a Sustentabilidade e discorreu sobre tal, sob os distintos olhares da administração municipal (finanças, saúde, educação, turismo e cultura). Ponto de destaque nas pautas de discussões dos municípios foi o compromisso dos governos locais amazônicos para com o alcance das metas brasileiras acerca das questões climáticas, ponto esse que fora o primeiro a ser mencionado na Carta das Cidades Amazônicas, documento final e organizado durante todas as plenárias de ambos os congressos. (o mesmo encontra-se em anexo ao presente trabalho).

Integrando também, as atividades dos congressos, ocorreu o II FALA (Fórum de Autoridades Locais Amazônicas), que é um desdobramento regional do FAL (Fórum de Autoridades Locais). Aproveitou-se a congregação de muitos representantes de governos locais para uma nova reunião da rede FALA, que iniciou suas atividades ainda em 2009

³⁸ Mais informações sobre o evento podem ser acessadas no site: < <http://cidadessamazonicas.com.br/>>

porventura do Fórum Social Mundial, conforme já apresentado. Nessa 2ª edição, o FALA buscou legitimar e “ampliar mecanismos de cooperação e intercâmbio, entre os governos locais da região para fortalecer a integração amazônica” acrescentou o Sr. Josenir Nascimento. Nessa segunda edição, o FALA não conseguiu reunir uma quantidade significativa de autoridades locais (como ocorreu no Fórum Social Mundial). Tal fórum, que se mostrava como alternativa latente a cooperação internacional amazônica, encontra-se atualmente desativado e a FAMEP tenta reativá-lo, conforme relato do diretor executivo da mesma.

A FAMEP, após sua reestruturação, passou a desempenhar um papel ativo no diálogo entre as municipalidades do estado. Todavia, em especial com a cidade de Belém, não existe uma interação e/ou relacionamento constante e tal distanciamento, fez com que as ações internacionais da cidade e as ações da federação (somente a realização do II FALA), não ocorressem em sintonia. Segundo relato do Sr. Josenir Nascimento, Belém poderia ter sido protagonista na organização do FALA na região o que não aconteceu. Essa fraca articulação institucional reflete também no pouco contato da CNM Internacional na federação e consequentemente no município, uma vez que, nunca houve um contato específico entre tais órgãos, apenas pontuais. Esse cenário é bem distinto do que fora encontrado em pesquisa de campo na cidade de Manaus e será posteriormente apresentado no próximo capítulo.

c) Setor de Relações Internacionais do Estado do Pará: No período em questão, entre os anos de 2004 à 2012, o Estado do Pará foi governado por duas frentes distintas. Entre 2007 à 2010, o Estado esteve sob a gestão de Ana Júlia Carepa (PT) e desde 2011 até 2014, está sob o comando de Simão Jatene (PSDB).

No primeiro momento, as relações internacionais do Estado estavam sob a coordenação do **CIDS (Coordenadoria de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável)**, sob chefia da Professora Nazaré Imbiriba. Tal órgão, que “iniciou uma fase pujante para o tratamento dos assuntos internacionais do Estado” (GOMES FILHO, 2011, p. 68), teve um amplo e ao mesmo tempo precoce desenvolvimento de atividades na seara internacional. Mesmo com tal estrutura e relevantes ações, o contato da prefeitura de Belém no intuito de desenvolver ações coordenadas com o Estado esbarrava em entraves políticos. “Divergências políticas entre governo municipal e governo estadual, e dentro da própria prefeitura, geraram o engavetamento de muitos projetos” colocou a ex-estagiária da ARNI³⁹. Tais divergências, não foram exclusividades da esfera municipal. O CIDS, importante marco da cooperação internacional do Estado do Pará, foi um órgão que

³⁹ Relato obtido a partir de entrevista com o Sra. Marluzi Barbara Kussler, ex-estagiária de Relações Internacionais da ARNI (entre 2008 e 2009).

teve apenas 2 anos de funcionamento na estrutura estadual e que foi extinto com justificativa de corte orçamentário por parte do Governo Estadual. Fato que demonstra que o campo das relações internacionais e conseqüentemente da cooperação internacional, não é tido como política prioritária.

Em entrevista com a Professora Nazaré Imbiriba⁴⁰, ex-secretária chefe da CIDS, a mesma apontou alguns estágios e desafios para a consolidação de uma agenda política voltada à cooperação internacional, segundo ela: “O grupo político dominante, o gestor ou administrador local tem que entender que a cooperação internacional é algo importante para o desenvolvimento, esse é o primeiro passo”. O segundo passo, segundo ela, é “Trazer a cooperação internacional para o campo do fazer e não somente das ideias” e o terceiro, “é desmistificar a cooperação enquanto um luxo”. De forma crítica, os pontos apresentados pela ex-secretária da CIDS representam não somente um cenário da cooperação a nível local, e sim, a nível nacional onde verifica-se também o abandono de estratégias e a extinção de órgãos de conexão internacional a cada novo governo ou a cada novo gestor de um setor.

De 2011, até o presente momento, as relações internacionais empreendidas pelo estado voltaram a representar um hiato institucional com a ausência de um órgão específico e direcionado a seara internacional. A pesquisa encontrou registros de uma **Assessoria de Relações Internacionais** ligada ao gabinete do governador Simão Jatene, todavia, a pessoa responsável não se mostrou a vontade em colaborar ao presente trabalho. Tal ausência de um setor voltado as relações internacionais é algo que já ocorrera na 1ª gestão do atual governador entre os anos de 2003 à 2007. (GOMES FILHO, 2011, p. 70).

d) **ERENOR (Escritório Regional Norte do Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty)**: Acerca do presente órgão, que será melhor detalhado no próximo capítulo por ter uma forte ligação com o Estado do Amazonas e estar sediado na cidade de Manaus, nenhum registro e/ou contato por parte da ARNI fora encontrado, ainda que seja uma representação do Itamaraty para dar suporte aos governos locais da região norte. Nas entrevistas realizadas na ARNI, CODEM e FAMEP durante pesquisa de campo na cidade de Belém, os entrevistados colocaram desconhecer a atuação de tal órgão no âmbito da cooperação internacional.

⁴⁰ Relato obtido a partir de entrevista com a Professora Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein, ex-secretária chefe da CIDS (entre 2007 e 2009).

3.5.4 Captação de recursos e desenvolvimento de projetos

a) Belém e Pontassieve: Como visto em sessão anterior, as relações ítalo-brasileiras já proporcionaram 2 importantes processos de cooperação descentralizada, desde 2001, quando fora celebrado pacto de amizade entre as cidades. No presente recorte de análise, verificou-se quatro novos projetos de cooperação entre as cidades, todavia, em consonância ao relato da Sra. Rosa Cunha, acerca da não concretização de muitos projetos, todos não foram até o presente viabilizados.

O primeiro projeto, de abastecimento de água na ilha, seria semelhante ao já implantado em Icoaraci e descrito anteriormente. Seguindo os mesmos moldes, tal projeto visava a melhoria da infraestrutura local para promover o desenvolvimento sócio-econômico e turístico na região, além do atendimento dos mais de 6000 habitantes da ilha. O segundo projeto, seria a restauração do Educandário Nogueira de Farias para viabilizar um Ecomuseu que fosse referência regional no uso de fontes alternativas de energia, como a biomassa, energia solar e geotermia. Outro projeto no âmbito da cooperação ítalo-brasileira tinha o objetivo de aperfeiçoar a técnica de produção marajoara e tapajônica para impulsionar a exportação de tais itens. Algo que gerou alguns encontros e reuniões, mas não foi dado prosseguimento. O último projeto entre ambas as cidades, comporia o projeto “Portal Novo Ver-o-Peso” que, após a revitalização do famoso mercado da cidade que contaria com a participação de especialistas italianos em restauração, seria fundada a Escola de Restauradores para formar especialistas na área na cidade. O que também, não foi dado continuidade.

Todos os acordos de cooperação foram firmados entre 2009 e 2011, mas não foram postos em prática. Tal fato demonstra a fraca capacidade institucional, no período em questão, no cumprimento e viabilização de acordos firmados. Essa fragilidade, além de um entrave ao desenvolvimento local, direciona uma imagem negativa a cidade que pode perdurar para outras gestões municipais.

a) Belém e Shaoxing: No intuito de aproximar e firmar negócios, a cidade de Belém recebeu uma comitiva de 6 representantes da cidade chinesa em 2011. O evento contou com representantes do empresariado local, do comércio e demais autoridades locais. Ainda que tal visita tivesse de foco variado (economia, comércio, exportação e etc), firmou-se um acordo para estimular o turismo na capital paraense. Após uma mostra acerca das atrações turísticas da cidade, os representantes chineses demonstraram interesse no incentivo ao turismo local. Dentre outros aspectos, o acordo foi firmado, mas, ainda que seja impossível mensurar a

vinda de chineses a cidade de Belém, nenhuma atividade entre ambas as cidades foi realizada e/ou encontrada através da presente pesquisa.

b) Portal da Amazônia: é um projeto composto de duas vertentes de atuação, o Projeto Orla, que visa a reconfiguração de 6 km da orla da cidade pelo aterramento do rio Guamá proporcionando um novo espaço de lazer e turismo, e pelo Projeto de Macrodrenagem da Baciada da Estrada Nova (PROMABEN), direcionado ao saneamento básico de áreas periféricas da cidade. De alçada da Prefeitura de Belém, tais projetos contaram com o financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de US\$ 68.750 milhões, sendo a outra metade no mesmo valor, a contrapartida da cidade. Segundo o BID (2009), os objetivos do Portal são: “contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da bacia da estrada nova de Belém”. Tal “solução” seria possível por meio de intervenção urbanística em 4 sub-bacias da Estrada Nova através de ações como: i) melhoria urbana, ii) infraestrutura viária, iii) infraestrutura sanitária e sustentabilidade social e institucional (BID, 2009) Para a execução total da obra, esta previsto o reassentamento de cerca de 1.100 famílias e aproximadamente 150 microempresas familiares e outros negócios.

Até o final da gestão do prefeito Duciomar Costa, somente a etapa do Projeto Orla foi entregue. Oportunizando aos cidadãos um novo espaço de turístico e de lazer (e somente isso) e representando apenas 35% do projeto todo, que visava em sua essência, a transformação sócio-espacial de 6 quilômetros de orla que vai desde o Mangal das Garças até a campus da UFPA no Guamá.

3.5.5 Irmanamento de cidades ou cidades irmãs

Conforme visto em sessão posterior, a prática do irmanamento entre as cidades é algo que integra também a agenda internacional de cidades e governos locais. No recorte temporal outrora descrito (1997 – 2004), tais práticas tiveram um cunho de Internacionalismo Solidário (RODRIGUES; CAMPOS, 2002). No presente recorte temporal, as práticas de irmanamentos não ocorreram em função de um direcionamento específico, fosse político-ideológico e/ou econômico. Constatou-se, nesse campo, a celebração de acordos com duas novas cidades e a renovação da prática com a cidade de Shaoxing (China) em 2007.

Quadro 5 – Cidades-irmãs de Belém (até 2012) e os respectivos anos dos acordos

Pointe-à-Pitre (França) em 2007
Shaoxing (China) renovado em 2007
Nápoles (Itália) em 2008

Fonte: Elaborado pelo autor (2013) Baseado em Arni (2008).

Os acordos e/ou pactos celebrados pela cidade de Belém e suas respectivas cidades-irmãs apresentam uma variedade temática que consubstanciam tal prática, enquanto um ato diplomático de uma cidade para com outra. As temáticas que, porventura, acarretem ações e atividades entre as cidades-irmãs podem ter caráter técnico, financeiro, cultural, turístico, em prol do meio ambiente, dentre outros. Em anexo ao presente trabalho, encontram-se alguns desses acordos oficiais firmados pela cidade de Belém e neles é possível visualizar a amplitude de tais atos. Durante a pesquisa, foi possível constatar alguns contatos iniciais com cidades, que todavia não foram firmados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 – Irmanamentos em fase de celebração

Castel Fiorentino (Itália)
Montelupo Fiorentino (Itália)
Pelago (Itália)
Vimercate (Itália)
Cantú (Itália)
Florença (Itália)
Bressuire (França)

Fonte: Elaborado pelo autor (2013) Baseado em Arni (2008).

3.6 Perspectivas acerca das relações internacionais do município

Desde 2005, a cidade de Belém passou por um novo estágio no desenvolvimento de suas relações internacionais. A gestão do prefeito Duciomar Costa, foi marcada pela instituição da ARNI em 2006 no âmbito da CODEM, instituição essa que desenvolveu suas atividades em um curto período de 3 anos, e que, quando fora extinta direcionou suas funções e atividades internacionais da cidade, ao gabinete do prefeito, que conduziu de forma pontual tal setor. Nesse segundo momento das RI Municipais, constatou-se uma ampla gama de contatos, mas sem efetividade e/ou concretização de muitos.

Diferentemente do que ocorrera na gestão de Edmilson Rodrigues (estágio inicial de inserção internacional que perdurou em grande parte dos 8 anos de governo), a gestão de Duciomar Costa trouxe uma nova instituição, de estrutura modesta e capacidade institucional subordinada a CODEM (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011b) que durou, de forma institucionalizada, apenas 3 anos. Keating (2004) afirma que muitas das ações subnacionais dependem das percepções e dos interesses dos grupos governantes, seja na criação de área específica, seja nas estratégias empregadas ou ainda, na manutenção e continuidade das relações internacionais em nível local.

Vigevani (2004) reitera a compreensão de um Mundo em mudança, em que o nível das relações internacionais passa pelo Estado nacional, mas vai muito além dele. Nesse espectro, encontram-se as ações, atividades e estratégias desenvolvidas pelas cidades, como no caso do presente estudo. Belém viveu, nesse sentido, dois distintos estágios nas relações internacionais e espera-se que um novo estágio inicie em breve na cidade, com estrutura e capacidade técnica que vislumbre o que fora feito no passado, para que seja traçado um panorama futuro. Segundo entrevista com a Sra. Rosa Cunha⁴¹, “até Junho de 2013, a área internacional deverá entrar na agenda do novo prefeito, que deverá retomar essa temática em função de contatos já realizados e cobranças externas para a continuidade de projetos de cooperação”. O contexto atual é ainda mais propício a consolidação das relações internacionais na agenda de desenvolvimento local e espera-se nesse sentido, o avanço em projetos e estratégias que não se direcionem apenas as questões econômicas e, sim, assumam e contemplem a ampla gama de oportunidades que a cooperação internacional pode oferecer e impactar localmente, desde o nível técnico, passando pelo educacional até o cultural.

⁴¹ Trecho da entrevista com a Sra. Rosa Maria Chaves da Cunha e Souza, ex-presidente da CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém) entre 2006 e 2009 e que recentemente voltou a ocupar o mesmo cargo na nova gestão municipal.

4 MANAUS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 Aspectos gerais da projeção internacional da cidade de Manaus

Manaus, a capital do Estado do Amazonas, recebeu este nome em homenagem a uma guerreira tribo que habitava a região onde hoje se situa a cidade, os *Manaós*. Centro econômico, financeiro e produtivo da região norte, Manaus, juntamente com a cidade de Belém, são consideradas as duas maiores metrópoles da Amazônia. Situada nas proximidades da confluência dos rios Negro e Solimões, a cidade de Manaus tem uma forte ligação com o exterior, que a história e a contemporaneidade da mesma, confirmam. Foram dois, os principais momentos históricos que projetaram Manaus no cenário internacional. O primeiro momento, intrinsecamente ligado ao Ciclo da Borracha e da exploração da *hevea brasiliensis*, teve seu período auge compreendido entre os anos de 1870 até 1912. O segundo momento, por sua vez, refere-se a implantação da Zona Franca de Manaus na década de 1960 e que reflete até os dias de hoje com o Pólo Industrial de Manaus (PIM).

O ciclo e a conseqüente economia da borracha repercutiram decisivamente acerca da história política, social e econômica da região amazônica. Por mais de quatro décadas, a borracha se apresentou ao Mundo enquanto “produto-rei do trópico úmido” (RIBEIRO, 2005) e a importância da mesma no comércio mundial fez com que as metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, conhecessem a riqueza, os encantos e o glamour do primeiro mundo no Brasil. Denominada de *Belle-Époque*, essa época foi financiada diretamente pela extração e comercialização da borracha da região para o Mundo. Nesse período, em Manaus, multiplicavam-se as construções com inspirações em Europeias; Inúmeros itens estruturais, como pontes, casas de ferros, fontes ornamentais, bondes, materiais elétricos e etc eram enviados diretamente de países como a Inglaterra, a França e Portugal; Igarapés foram aterrados, largas avenidas e *boulevards* foram abertos para um dar um ar europeu a realidade da capital do Amazonas. Loureiro (2008, p. 33) descreve a Manaus da *Belle-époque*:

Cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra liós importadas de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem-cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande Urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica a partir de 1896, rede de esgotos em construção e bondes elétricos desde 1895, espantando até visitantes europeus do raio do século, com suas alucinantes velocidades de 40 a 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta até os arrabaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras.

A Manaus da época, descrita pelo autor, era cenário de profundas desigualdades sociais que contrastavam com um “urbanismo racional, mas não necessariamente funcional” (OLIVEIRA; SCHOR, 2008), que foi imaginado, projetado e vivenciado pelas elites extrativistas. O apogeu da economia da borracha foi, sem dúvidas, o maior financiador dessa época de luxo e desenvolvimento urbanístico aos moldes europeus, todavia, em parte desse período histórico o país vivenciou a instauração da República-Velha (1890-1930) e o novo regime federativo possibilitou um certo protagonismo nos mercados internacionais de capitais por parte de Estados e cidades brasileiras. Esse novo período permitiu, dentre outros aspectos, a captação de recursos e fontes externas de financiamento por parte dos entes subnacionais. Como já fora explanado em capítulo anterior, acerca da “Paradiplomacia Financeira” de Maia; Saraiva (2012).

Esse certo protagonismo e iniciativa dos governos locais em se projetarem para acessarem recursos, no referido período, congregam duas premissas. Primeiramente, o papel de destaque e importância geopolítica de ambas as cidades no contexto amazônico, em decorrência, sobretudo, do período áureo da borracha; e, posteriormente, da ideia de que a Economia da Borracha por si só não era a única fonte financiadora do desenvolvimento urbano vivido por Belém e Manaus. Naquele momento, tal inserção e o contato com a realidade europeia, proporcionaram a cidade um desenvolvimento que inúmeras cidades do sul e do sudeste brasileiro ainda não possuíam, como luz elétrica, sistema de água encanada, bondes elétricos, luxuosos prédios e palacetes; consubstanciando, assim, um apogeu urbanístico.

Após uma bela época desenvolvimentista, a região amazônica se depara com uma crise que fora estimulada por uma intensa e constante demanda da borracha extraída na região, a *Hiléia* conheceu então, “duas décadas de fastígio: a última do século dezenove a primeira do século vinte” segundo Ribeiro (2005, p. 166). O autor contrapõe:

Com a mesma velocidade com que se elevou, também caiu a demanda de borracha amazônica. A riqueza da sociedade amazônica, mesclada com a miséria e o tratamento escravo do seringueiro, levou a Amazônia a um marasmo, que por muitas décadas, iria caracterizar a economia regional. Por que? A geopolítica dos países ricos levou o Brasil à marginalização na produção da borracha. O *boom* da borracha levou os países industriais, muito cedo, a perceberem que não poderiam depender da produção extrativista, pois tratava-se de um processo produtivo rudimentar e limitado, por isso mesmo não teria condições de oferecer o suporte de que necessitava a demanda industrial ascendente e acelerada do produto.

Esse cenário de declínio do Ciclo da Borracha foi corroborado com a maior eficiência e produtividade dos seringais plantados por Ingleses (com sementes oriundas da região

amazônica), principalmente, na Malásia e na África tropical. Consequentemente, com custos menores e preço final também reduzido, essas regiões assumiram o controle da comercialização do produto a nível mundial. O esplendor e os requintes oriundos da *Belle-Époque* na cidade de Manaus são visíveis até os dias de hoje, como por exemplo, o seu imponente Teatro Amazonas, o antigo Palácio do Governo Estadual e o Prédio da Alfandega. Esse período trouxe, não somente, influências arquitetônicas, culturais e econômicas; trouxe também uma primeira ligação com o meio internacional, através de sua inserção no comércio internacional por meio da extração da borracha e também no mercado mundial de capitais, através da captação de empréstimos.

O segundo momento de projeção internacional da cidade de Manaus, refere-se a implantação da Zona Franca na cidade, em 1967. Idealizada em meados da década de 1950 e implementada no final da década de 1960, a Zona Franca de Manaus (ZFM) que inicialmente se tratava apenas de um Porto Livre, passou a ser um pólo industrial, comercial e agropecuário com uma extensa área física, incentivos fiscais e extrafiscais com objetivo de diminuir desvantagens locacionais e incentivar melhores condições de processos produtivos na referida área. Até sua fase atual, o presente modelo da Zona Franca passou por quatro fases distintas, são elas, cabe destaca-las:

Primeira fase, compreendida de 1967 a 1975, a política industrial nacional vigente nessa época, primava pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e a formação de mercado interno. Nessa fase, cabe ressaltar alguns aspectos da ZFM, segundo Oliveira Junior; Machado (2009, p.12):

- a) Predominância da atividade comercial (sem limitação de importação de produtos, exceto armas e munições, fumos, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiro e perfumes);
- b) Grande fluxo turístico doméstico, estimulado pela venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país;
- c) Expansão do setor terciário;
- d) Início da atividade industrial, com atividade baseada em CKD – *Completely Knocked Down* e SKD – *Semi Knocked Down* (produtos totalmente ou semi-desmontados) e com liberdade de importação de insumos.

Segunda fase, compreendida entre os anos de 1975 a 1990, nesse período a política industrial nacional caracterizava-se pela adoção de medidas que incentivassem a indústria nacional de insumos. Ressalta-se as seguintes características da ZFM, conforme (OLIVEIRA JUNIOR; MACHADO (2009, p. 13):

- a) Cresce a indústria de montagem em Manaus, também contribuindo com o fomento de uma indústria nacional de componentes e insumo. Em 1990, a indústria

de Manaus registrou um dos seus melhores desempenhos, com a geração de 80 mil empregos diretos e faturamento de US\$ 8,4 bilhões;

- b)** O comércio permanece como vetor dinâmico;
- c)** Os incentivos do modelo ZFM são estendidos para a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima);
- d)** É criada a primeira das sete Áreas de Livre Comércio (ALC's), em Tabatinga, Amazonas;
- e)** É prorrogado, pela primeira vez, o prazo de vigência do modelo ZFM, de 1997 para 2007. Em 1998, por meio do Artigo 40 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, o prazo foi prorrogado para até 2013.

Terceira fase, entre os anos de 1991 a 1996, ficou marcada pela nova política industrial de comércio exterior, potencializa pela abertura da economia brasileira, redução do imposto de importação para o restante do país e fomento na qualidade e produtividade. O modelo da ZFM teve de se adaptar à nova política industrial nacional, apresentando as seguintes características, segundo (OLIVEIRA JUNIOR; MACHADO, 2009, p. 14):

- a)** Perda de relevância do comércio, que deixou de ter a exclusividade das importações como vantagem comparativa;
- b)** Adoção de redutor de 88% do Imposto de Importação para a ZFM;
- c)** Adoção do Processo Produtivo Básico (PPB), em substituição ao Índice Mínimo de Nacionalização;
- d)** Novas diretrizes para que as indústrias de produção de bens e serviços de informática, para fazer jus aos incentivos do modelo ZFM, devem aplicar, anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia;
- e)** As indústrias ficaram obrigadas a implantar normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO);
- f)** As empresas do Pólo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase na automação, qualidade e produtividade;
- g)** Foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, no Amapá, únicos municípios da Amazônia Oriental que integram a área de jurisdição da SUFRAMA.

Quarta fase, entre os anos de 1996 a 2002, ficou caracterizada pela adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes oriundos do Plano Real. Nesse período, (OLIVEIRA JUNIOR; MACHADO, 2009, p. 15) expõem algumas características da ZFM:

- a)** Esgotamento das ALC's como instrumentos de interiorização do modelo ZFM. Nos moldes em que foram criadas, com incentivos para importação, perderam relevância com a abertura da economia do país;
- b)** Busca de ampliação da competitividade tecnológica das indústrias de Manaus, que teve como marco inicial a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM);
- c)** Iniciativas para criação de um pólo de bioindústrias na Amazônia que culminou com a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, inaugurado em 2002.

d) Efetivação de um importante instrumento de promoção e inserção internacional competitiva do Pólo Industrial de Manaus, com a realização da 1ª Feira Internacional da Amazônia.

Fase atual, de 2003 até hoje, caracteriza-se pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em conjunto da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que prevê maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações. Cabe salientar alguns pontos, conforme (OLIVEIRA JUNIOR; MACHADO, 2009, p. 16) consubstanciam:

a) O prazo de vigência do modelo da ZFM foi prorrogado de 2013 para 2023, por meio da Emenda Constitucional n.º 42, de 19 de dezembro de 2003;

b) Entra em operação, em 2007, o Sistema Brasileiro de TV Digital, padrão de transmissão digital baseado no sistema japonês ISDB-T (Serviço Integrado de Transmissão Digital Terrestre), que é apontado como o mais flexível entre os existentes, ao permitir mobilidade e portabilidade. Este novo cenário incrementa o processo de convergência digital no país;

c) A definição de Processos Produtivos Básicos (PPBs) para produtos fabricados no PIM é orientada pelo maior adensamento de cadeias produtivas nacionais, inclusive dos biocosméticos;

d) Há um esforço para ampliar a inserção internacional do modelo, sobretudo por meio de missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e realização de eventos de promoção comercial, a exemplo da Feira Internacional da Amazônia;

e) Intensificação das indústrias do PIM em fomentar o adensamento tecnológico do parque industrial, por meio de investimentos em institutos de pesquisa regionais, sobretudo advindos de recursos do percentual destinado à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), determinado pela Lei de Informática em vigor;

f) Ampliação dos investimentos da SUFRAMA em projetos de modernização produtiva e infraestrutural nos municípios da sua área de atuação, envolvendo construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão-de-obra.

g) Incentivo da cooperação e integração econômica da Pan-Amazônia.

Os momentos históricos acima descritos, o do Ciclo da Borracha e o da Implantação do modelo da Zona Franca, norteiam um dos aspectos fundantes deste trabalho: as potencialidades que as ações internacionais realizadas pela cidade de Manaus podem vir contribuir no desenvolvimento local. A história da cidade reflete na contemporaneidade da mesma, onde a frequente e relevante conexão com o meio internacional já apresentou e ainda tende a apresentar perspectivas de desenvolvimento regional, através das relações internacionais.

4.2 A inserção internacional da cidade de Manaus

Como visto, a cidade de Manaus tem uma forte ligação com o meio internacional em decorrência de fatores históricos e políticos que contribuíram e ainda contribuem para a efetivação, coordenada ou não, de suas relações internacionais. O presente trabalho, com recorte temporal de análise que compreende as 4 últimas gestões municipais (entre os anos de 1997 a 2012), buscou analisar as ações internacionais municipais de acordo com o seguinte panorama:

Quadro 7 – Panorama das gestões municipais em Manaus

1997 2012	Manaus
1997-2000	Alfredo Nascimento (PR)
2001-2004	Alfredo Nascimento (PR) Luis Alberto Carijó(Mar-Dez 2004)
2005-2008	Serafim Fernandes Corrêa (PSB)
2009-2012	Amazonino Mendes (PTB-PDT)

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Dessa forma, são 3 os períodos que foram analisados por meio de pesquisa bibliográfica, eletrônica, documental e de campo, no que se refere as ações internacionais municipais: o **1º período**, da gestão do Prefeito Alfredo Nascimento (entre 1997 e 2004, sendo finalizado pelo seu vice-prefeito, Luis Alberto Carijó), o **2º período**, empreendido pelo Prefeito Serafim Corrêa(entre os anos de 2005 e 2008) e o **3º. e mais recente período**, do Prefeito Amazonino Mendes (de 2009 à 2012). Os 2 primeiros períodos foram marcados por uma fraca inserção internacional da cidade de Manaus, o que foi confirmado em relato durante entrevista na ASRI(Assessoria de Relações Internacionais) da prefeitura, onde o técnico entrevistado foi enfático ao afirmar que nada relacionado a área internacional, seja de acordos, contatos e/ou documentos foi encontrado ou repassado para o seu órgão por gestões passadas e que se houve algo ou setor ligado ao meio internacional, era gerido ou vinculado diretamente pelo gabinete do então prefeito. Essa gestão dos assuntos internacionais pelo gabinete do prefeito é algo muito comum, segundo a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011). A ausência de uma área internacional na cidade de Manaus, durante os 2 primeiros períodos analisados pela pesquisa, reflete também nas publicações da área internacional da CNM, onde a cidade só passa a ser mencionada após uma pesquisa realizada

em 2010 e publicada em 2011, em decorrência de “suas estratégias de inserção internacional empreendidas a partir de 2009” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS 2011).

A ausência de um órgão e/ou setor voltado as relações internacionais é gerada, em parte, por uma falta de informação dos benefícios que o campo da cooperação e da inserção internacional podem trazer aos municípios como um todo. Ainda assim, a pesquisa encontrou dados e registros referentes a uma primária estratégia de inserção internacional, o Irmanamento de Cidades (que será detalhado em sessão posterior). Cabe ressaltar, que a presente pesquisa apresenta dados referentes a uma atuação internacional municipal institucionalizada, ou seja, com um órgão e/ou setor direcionado ao âmbito internacional. Dessa forma, é impensável afirmar que durante os anos de 1997 à 2008 nada ligado ao contexto internacional ocorreu⁴². Todavia, acompanhando uma tendência global, seja na prática de comércio exterior, da cooperação técnica ou mesmo da realização de grandes eventos, a cidade de Manaus teve seu marco nas relações internacionais em 2009.

4.2.1 O Marco Inicial das relações internacionais em âmbito municipal

Eleito em 2009, Amazonino Mendes (que já foi prefeito da cidade, senador e governou o Estado do Amazonas por três vezes) volta à prefeitura com certo protagonismo na área internacional decorrente de seu último mandato enquanto governador do Amazonas. No 2º mandato de Amazonino (entre os anos de 1999 a 2002), o Estado vivenciou o seu primeiro estágio nas relações internacionais incorporando a área internacional à agenda política regional; ainda que “não existindo nenhuma orientação estratégica e uma instância administrativa, houve importantes investidas externas, notadamente em razão de sua nova postura frente ao modelo de economia globalizada” (GOMES FILHO, 2011). O governo do então governador buscou estreitar laços comerciais com países vizinhos, como a Venezuela e

⁴² Apesar de não serem programas idealizados e/ou empreendidos diretamente pela Prefeitura de Manaus, e sim pelo Governo do Estado do Amazonas, cabe mencionar o PROSAMIN (Programa Social e Ambiental de Igarapés de Manaus) e o MONUMENTA, enquanto exemplo de políticas públicas com ligação e apoio internacional que projetaram internacionalmente a cidade. O PROSAMIN, que contou com um empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e uma doação a fundo perdido do Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento em América (FECASALC) que se encontra atualmente na sua 3ª fase, vem desde 2003 atuando em áreas que antes eram inadequadas a habitação, transformando-as em um novo espaço urbano, com novas moradias, infraestrutura de saneamento, transporte e lazer. O MONUMENTA, por sua vez, é um programa que visa recuperar o patrimônio histórico urbano brasileiro, executando obras de conservação e restauro. Manaus é uma cidade patrimônios históricos inestimáveis, que desde a *Belle-Epoque* presenteiam os olhares e merecem devida atenção e cuidado. A gestão do programa se dá pelo Governo Federal, em cooperação com o Governo Estadual e Municipal, conta com apoio financeiro do BID e do apoio técnico da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO).

o Peru. Entretanto, mostrando uma visão ampla do cenário da cooperação e da inserção internacional, o governo estabeleceu contatos fora do contexto sul-americano visando à cooperação técnica e atração de investimentos com países como, a Alemanha, Itália, França, Estados Unidos e Japão.

Revestido de certo protagonismo na área internacional, o prefeito Amazonino Mendes assume em 2009 para mais um mandato (2009-2012) a frente da cidade de Manaus e logo em meados de Maio do mesmo ano é notificado de que a cidade foi escolhida uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014⁴³. Representante da região norte do País, Manaus foi analisada e escolhida pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) e em 2014 deverá ser palco de alguns jogos da copa. Tal escolha direcionou “os olhos Mundo à cidade, que não poderia ficar atrás nisso e precisou dar uma rápida resposta através da criação de um órgão voltado as relações internacionais”⁴⁴, tão quanto foi decisiva para institucionalização e efetivação da área internacional em âmbito municipal.

As relações internacionais da cidade de Manaus tiveram seu marco inicial e institucional em 2009, com a implantação da Assessoria de Relações Internacionais (ASRI) no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS). Tal assessoria tinha como finalidade:

O assessoramento técnico especializado em relações internacionais a todas as unidades da Secretaria, podendo este abranger as áreas de tecnologia, comunicação, planejamento, acompanhamento de convênios, captação de recursos internacionais, além de outras, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades da Secretaria, demandadas pelo Secretário, como também elaboração de pareceres, laudos técnicos, notas técnicas de acordo com a área funcional e execução de outras competências correlatas, em razão de sua natureza. (SEMMAS, 2012, não paginado).

Nota-se, pelo decreto acima mencionado, que a secretaria fora criada no intuito de auxiliar as demandas internacionais da cidade de Manaus, no relacionamento institucional internacional com diversos órgãos governamentais nacionais e internacionais, do terceiro setor e da iniciativa privada. Outrossim, de representar o prefeito e/ou o secretário municipal de meio-ambiente em viagens, encontros e visitas internacionais; e também, prestar apoio técnico as demais secretarias municipais onde as pautas forem de cunho internacional.

⁴³ Cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014. (WORLD CUP, 2012).

⁴⁴ Trecho da entrevista com o Sr. Hélio Marinho Gesta de Melo, Diretor de área lotado na ASRI (Assessoria de Relações Internacionais) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS).

Durante pesquisa de campo em Manaus, foi possível ter acesso a um Relatório Interno da ASRI-SEMMAS (2012) direcionado as ações internacionais durante o período em questão, o mesmo apresenta premissas acerca do funcionamento da assessoria:

A assessoria de Relações Internacionais tem como missão promover a cidade de Manaus, o Amazonas e o Brasil internacionalmente, identificando oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social, em parceria com diversas organizações, entidades e governos. Manaus se encontra em um momento oportuno, com demandas globais sem precedentes. Assim, as responsabilidades da assessoria se multiplicam e se desenvolvem por meio da recepção de delegações estrangeiras, realização de missões ao exterior, organização de feiras, exposições, seminários e desenvolvimento de acordos de cooperação com outras capitais mundiais, sempre com o objetivo de projetar o cidadão manauara ao Mundo. Nosso foco é trabalhar cooperação com outras entidades e países, estimulando um ambiente favorável e de solidariedade, conscientes de que o Mundo atual é cada vez mais interdependente. (RELATÓRIO INTERNO ASRI; SEMMAS, 2012, p. 45).

Percebe-se, que o discurso adotado pela assessoria se conecta ao contexto de internacionalização que a cidade vem passando e, portanto, uma estrutura adequada, capacitada e interligada as demandas locais e globais se apresentou enquanto latente ao desenvolvimento das relações internacionais em âmbito municipal. Como dito anteriormente, a experiência na área internacional acumulada enquanto governador do Estado mostrou ao prefeito Amazonino Mendes as potencialidades e as possibilidades no meio internacional, isso refletiu clara e positivamente com as inúmeras, frequentes e importantes ações e estratégias de atuação internacional da cidade nos últimos 4 anos, conforme serão explicadas nas sessões subsequentes.

4.3 Ações, atividades e estratégias de inserção internacional no período de 2009 à 2012

Atualmente, em decorrência de disposições constitucionais, os municípios brasileiros passaram a intervir em variados segmentos e a preocupar-se, não somente com as atividades tradicionais ligadas aos serviços públicos, mas também com as atividades referentes ao desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e etc. O novo marco jurídico concede ao município amplo campo de atuação e liberdade em matéria de desenvolvimento local. Jara (1996) consubstancia a ideia de município enquanto célula política da sociedade nacional; instância de direito público funcional e territorialmente descentralizada capaz de operar politicamente no sentido de atingir a satisfação das necessidades das comunidades e criar condições de competitividade. Atualmente, através de ações municipalistas, diversas cidades e municípios brasileiros passaram a integrar e se preocupar com as mais variadas agendas de

desenvolvimento, mostrando, assim, que é possível articular e planejar inúmeras estratégias endógenas de desenvolvimento para determinada região, estratégias essas que podem e devem ser pensadas e geridas em âmbito municipal, Buarque (2006, p. 29) finaliza:

Toda região (microrregião, município e localidade) pode ser competitiva em algumas áreas e setores que seguramente tem vantagens competitivas a serem desenvolvidas ou exploradas, com base em suas potencialidades, desde que sejam criadas as “externalidades” adequadas. Quando não tiver as condições consolidadas, deverá procurar construir suas vantagens competitivas seletivas, mesmo com apoio externo.

Jakobsen (2006) adverte que normalmente, a maioria das cidades brasileiras que desenvolve relações internacionais começa pela tentativa de captar recursos no exterior, justamente para compensar um pouco as carências nas mais diversas áreas em que estão inseridos. Essa política tem trazido aportes importantes para elas, tanto financeiros, quanto técnicos, além de ser a entrada para a cooperação política. Nesse sentido também, o caminho da Paradiplomacia vem representando níveis de desenvolvimento em variados segmentos além de dar ao conhecimento local, um reconhecimento internacional.

No Brasil, alguns Estados federados e municípios começaram a se lançar diretamente no cenário externo, por questões, sobretudo de carestia econômica, em um cenário de endividamento interno e de crise fiscal agravada nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a globalização e o "Estado-logístico" criaram não apenas oportunidade, mas também necessidade de envolvimento dos poderes locais na política externa comercial (RIBEIRO, 2008/b). A motivação econômica é sem dúvida, o principal fator propulsor dos movimentos paradiplomáticos.

Segundo a (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 100):

A maior autonomia dos governos locais, provinda do processo de descentralização política e atrelada a uma série de outros fatores externos, gerou as condições necessárias para estes usufruírem também da cooperação internacional. Pressionado pela dinâmica da globalização, que abre diariamente diversas oportunidades, os Estados nacionais perceberam que não são suficientes para atender a todas as demandas de um mundo extremamente dinâmico. A partir daí, a grande questão é como dinamizar esse tipo de cooperação internacional. Ainda que seja parte de um mesmo sistema governamental, os governos locais não possuem competência de política externa para representar o país diante de outros estados, tendo como foco a atuação no âmbito local.

Para muitos gestores municipais, a cooperação internacional é quase um sinônimo de captação de recursos, transformando-se em uma fonte de capital para investimento em políticas públicas. Essa visão é compreensível quando se percebe o imperativo vivenciado

pelos governos locais, em que as demandas a serem atendidas são cada vez mais exigidas pela população e repassadas pelo governo federal, que mantém o poderio de 60% da arrecadação nacional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008). Nessa realidade, é inevitável que as autoridades locais busquem fontes alternativas de recursos financeiros. De fato, há várias agências internacionais que disponibilizam tanto empréstimos quanto recursos não reembolsáveis (os chamados fundos perdidos) para projetos em diferentes áreas de interesse local.

É preciso, entretanto, ampliar um pouco mais essa visão e compreender que a inserção internacional com intuito apenas de captar recursos financeiros e fontes de financiamento, é somente um meio para alcançar os objetivos do município. Tal olhar multinível foi algo que a cidade de Manaus protagonizou, entre 2009 e 2012. As relações internacionais do município, desde sua institucionalização (estando a ASRI no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) até as estratégias e ações de efetivação, estiveram sempre interligadas a área ambiental e a posição de Metrópole desempenhada por Manaus na região amazônica. Sistemáticamente, a pesquisa buscou dividir alguns aspectos relacionados a inserção internacional da cidade, conforme as sessões que seguem.

4.3.1 Participação e realização de Eventos internacionais

Desde 2009, a cidade de Manaus também desempenhou um importante papel a nível nacional e internacional, na realização e participação de eventos internacionais relacionados à causa municipalista, integração latino-americana e fóruns ambientais, dentre outras temáticas.

4.3.1.1 *Participação em Eventos*

A posição geográfica e o título que lhe é constantemente atribuído, de metrópole amazônica, direcionam a Manaus muita atenção voltada a temática ambiental e da sustentabilidade. Dessa forma, pensar na estrutura voltada a área internacional no âmbito da secretaria de meio ambiente, é pensar que o foco de suas ações e estratégias internacionais caminhem nesse mesmo âmbito; algo que, consubstancia grande parte das atividades da ASRI, como por exemplo na participação de eventos e fóruns internacionais. Nesse sentido, a pesquisa encontrou dados referentes a participação direta do Prefeito Amazonino Mendes, do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade Marcelo Dutra, do assessor

internacional Luis Carlos Mestrinho e demais assessores e técnicos da ASRI em três COP (Conferência das Partes)⁴⁵, a COP 15, a COP 16 (2010) e a COP 17 (2011).

Com o suporte da ASRI e da SEMMAS, o Prefeito Amazonino Mendes fez sua primeira participação em uma conferência das partes, a **COP 15**, realizada em 2009 na cidade de Copenhague (Dinamarca). Manaus, representante oficial da América Latina e Caribe na CGLU⁴⁶ (Cidades e Governos Locais Unidos), ao lado das cidades de Nantes, na França (pela Europa), Durban, na África do Sul (representando o continente africano) e Zhang, na China (representando o continente Asiático), chega a conferência com a missão de representar os governos locais da América Latina e Caribe e defender a participação das instâncias locais nas discussões de mudanças climáticas, com representações de cidades do mundo todo.

O prefeito de Manaus, juntamente do Secretário da SEMMAS, lideraram a representação da cidade na conferência e chegaram a mesma com o chancela da I Cúpula Amazônica de Governos Locais (que será detalhada em sessão posterior), que pela primeira vez conseguiu reunir representações de governos locais dos países integrantes do Bioma Amazônico para discutir o papel e a importância da floresta e dos serviços ambientais oriundos dela. A participação e liderança da cidade de Manaus, baseou-se sobretudo:

Na defesa da Carta de Manaus, documento que resultou da Cúpula Amazônica, no qual os governos locais da Amazônia se comprometem a adotar metas municipais voluntárias de redução de desmatamento e degradação florestal negociadas com os setores da sociedade, além de apresentar à comunidade internacional e aos governos nacionais amazônicos suas iniciativas locais e em rede para o compartilhamento de recursos financeiros, tecnológicos e de capacidades. O documento ressalta também que a Amazônia, maior floresta tropical do Planeta, deve ser reconhecida como fonte de produtos e serviços ambientais e não somente depositária de estoques de Carbono. (MANAUS, 2012, p. 50)

Porventura da participação na COP 15, a delegação de Manaus aproveitou a oportunidade para fazer uma visita ao Blekinge Institute of Technology (BTH), renomado instituto da Suécia, situado na cidade de Malmo, na fronteira com a Dinamarca. Por

⁴⁵ A Conferência das Partes (no original, "Conference of the Parties", ou simplesmente COP) é um importante encontro anual realizado entre os países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (na sigla em inglês UNFCCC), na qual diversos países do mundo ratificaram durante e após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92. Nas COPs, as Partes da convenção (países) se reúnem para debater questões relativas ao meio ambiente global e as mudanças do clima e tomar as decisões correspondentes. Em 2013, será realizada a COP19 em Varsóvia (Polônia).

⁴⁶ CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) é uma Rede mundial fundada em 2004, com membros em 136 países em todas as regiões do mundo. O principal objetivo da CGLU é representar os interesses das cidades e governos sub-nacionais em nível internacional, principalmente em espaços tradicionalmente ocupados pelos governos nacionais, como a ONU. A rede será posteriormente apresentada com detalhes, dado o grau de participação da cidade de Manaus na mesma.

intermédio da ASRI, ficou firmado a intenção de cooperação na realização de um workshop para utilizar a experiência combinada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do BTH na execução de um plano de ação visando a sustentabilidade durante os jogos. Tal workshop foi realizado em Março de 2010, contou com a presença de professores, alunos, gestores locais, especialistas e foi uma grande oportunidade de internacionalização da UFAM, com apoio da Prefeitura.

Ainda em 2009, a cidade de Manaus recebeu 2 convites para participação em fóruns de governos locais, ambos convites provenientes da participação ativa da cidade na COP15. O primeiro deles foi da Federação Dominicana de Municípios (FEDOMU), onde a prefeitura de Manaus (representada pelo Secretário da SEMMAS Marcelo Dutra) participou da **VIII Assembleia Geral Ordinária dos Municípios**, com o tema: “Por municípios mais planejados, ordenados e autônomos”. A participação da cidade de Manaus nesse evento se deu como cordialidade, uma vez que a FEDOMU foi uma das primeiras organizações municipalistas (ainda que não integrasse o bioma amazônico) a apoiar a realização da Cúpula de Governos Locais, na COP15. Além do mais, Santo Domingo (capital Dominicana) é cidade-irmã de Manaus, conforme protocolo firmado em 2008 e que será abordado em sessão posterior. O segundo convite, por sua vez, foi para integrar o **IV Fórum Ibero-Americano de Governos Locais**, realizado em Lisboa (Portugal). Nesse evento, a participação do secretário municipal se deu novamente em cordialidade, para unir esforços em prol das demandas dos governos locais e trocar experiências no campo da gestão ambiental.

Em 2010, o prefeito Amazonino Mendes integrou um seleto grupo de prefeitos que representaram as cidades e os governos locais do Mundo todo na **COP 16**, realizada entre 29 de Novembro a 10 de Dezembro do mesmo ano, em Cancún, no México. Entretanto, a confirmação do pedido para participação de Manaus na COP só foi informada, após a participação em uma reunião que antecedeu a mesma, a Bonn Climate Talks⁴⁷. Tal reunião teve como principal objetivo, definir os termos e os moldes sobre os quais seriam negociadas as decisões da então COP 16. Segundo relato do secretário municipal da SEMMAS, Marcelo Dutra, tal evento prévio:

Foi de suma importância, pois aquela era a hora em que a discussão técnica se encontrava no seu momento mais efervescente, quando todos os grupos deveriam advogar por seus interesses para que pudessem vê-los contemplados na proposta a ser discutida posteriormente durante o encontro principal da Conferência das Partes.

⁴⁷ A Bonn Climate Talks é uma reunião promovida pela UNFCCC (organismo da ONU gestor da Convenção do Clima) que antecede as COP's que prepara e discute os textos e documentos facilitadores das negociações a serem discutidas na convenção. Recebe este nome, por ser realizada na cidade de Bonn, na Alemanha.

[...]. Além do que, é extremamente difícil ocupar tal espaço dentro da conferência sem essa articulação prévia e Manaus exerceu essa função dentro das principais redes de governos locais do Mundo. (MANAUS, 2012, p. 50).

Com uma comitiva liderada pelo Prefeito Amazonino, Manaus chegou a COP 16 com o intuito de reiterar a posição do Governo Brasileiro em incluir a floresta em pé e os serviços ambientais prestados por ela, tal como, de liderar o reconhecimento do papel dos governos locais nos textos da convenção. Entre os pontos prioritários que foram incitados pelos prefeitos na COP 16, cabe ressaltar o pedido ao acesso dos governos locais aos mecanismos provenientes do novo molde financeiro para as mudanças climáticas, que garantisse o acesso direto de tais governos ao novo fundo climático que financiaria projetos em diversos segmentos, como mitigação, adaptação, em níveis locais. Outro ponto levantado se referia as questões relativas à consulta e participação dos governos locais no mecanismo de REDD e REDD⁴⁸, a fim de garantir uma melhor gestão e eficácia do instrumento.

Pelo segundo ano consecutivo, a cidade Manaus esteve presente nos fóruns de discussão, realizados em Bonn (Alemanha) e Tianjin (China), que antecederam a **COP 17**, realizada em Durban, África do Sul, em 2011. A COP 17, a 3ª que a cidade participou, teve por objetivo avançar, de forma mais direcionada, na implementação da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto⁴⁹; bem como no que foi acordado durante a COP 16, do ano anterior. Nessa 2ª participação, a cidade continuou posicionando-se em relação à importância da criação e implementação de modelos locais que comecem a transformar em realidade o pagamento por serviços ambientais. O Secretário Marcelo Dutra explica:

Até o período de vigência do Protocolo de Kyoto, é importante marcar presença nas discussões para fortalecer o REDD, enquanto importante instrumento que passe a estar estruturado e reconhecido como mecanismo válido para negociações climáticas. Uma vez reconhecido como válido, o REDD possibilitará o acesso ao mecanismo pelos governos locais para o desenvolvimento de projetos. (MANAUS, 2012, p. 51).

⁴⁸ Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), “REDD é a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal. Segundo o conceito adotado pela Convenção de Clima da ONU, se refere a um mecanismo que permite a remuneração daqueles que mantem suas florestas em pé, sem desmatar, e com isso, evitam as emissões de gases de efeito estufa associadas ao desmatamento e degradação florestal. Desde que surgiu a sigla REDD, na COP13, experiências (projetos, programas e fundos) de REDD e atividades de preparação vem sendo desenvolvidas. Porém, é necessário diferenciá-las da política de REDD ainda em construção no âmbito da ONU. Posteriormente a criação deste conceito, a Convenção incluiu na sua definição também atividades de conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques em países em desenvolvimento. Estes componentes deram origem ao REDD+ ou REDD plus.” Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/O-que-e-REDD-e-REDD-/32/12>> Acesso: 12 Jan.2013.

⁴⁹ O Protocolo de Kyoto, assinado em 1997 e que somente em 2005 entrou em vigor, estabeleceu compromissos referentes a redução de emissões de gases do efeito estufa para 37 países desenvolvidos e a União Européia. Os Estados Unidos não ratificara o acordo e o mesmo, também não obrigara tal compromisso por parte de nações emergentes como o Brasil, Índia e China.

Outra atuação importante em eventos internacionais, foi a participação de uma representação da cidade de Manaus na **Rio+20**⁵⁰ ocorrida em 2012. Além de sua comitiva dentre técnicos e assessores, o Secretário Marcelo Dutra representou o prefeito e assumiu dois assentos importantes, um na Comissão Nacional de Participação da Rio+20 e outro na Anamma (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente), assento esse, representativo das entidades ambientalistas de nível municipal, segmento subnacional que a partir desta conferência passará a ter posto fixo nas discussões e tomadas de decisão das próximas Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), que em 2012 foi intitulada de Rio+20. Em entrevista a presente pesquisa, o Diretor da ASRI, Hélio Gesta de Melo, reiterou que “para a cidade de Manaus, esse assento garantido na Comissão Nacional de Participação da Rio+20 significa estar na linha de frente do processo de construção de novos paradigmas para o desenvolvimento”. Tal posto ocupado pela cidade de Manaus consubstancia as premissas de representatividade para com os governos locais nacionais e internacionais, já discutidos nos fóruns prévios e nas próprias COP’s também. A cidade aparece nos relatórios e consultas públicas prévias a conferência, enquanto proponente de “Um ‘Caminho do Rio’, que estruture a cooperação internacional de longo prazo para o desenvolvimento sustentável, sugerindo inclusive, a criação de um organismo supranacional capaz de exigir o cumprimento dos acordos ambientais internacionais.” (BRASIL, 2012, p. 23). Marcelo Dutra finaliza que “a indicação e a presença da cidade a frente desses assentos foi um resultado natural da participação ativa da Prefeitura de Manaus no cenário internacional desde o início da gestão em 2009” (MANAUS, 2012, p. 8).

4.3.1.2 *Realização de Eventos*

A preocupação para com as causas municipalistas e ambientais por parte da cidade de Manaus refletiu não somente com a participação em eventos, mas também na realização de discussões locais. No ano de 2009, durante os dias 07 a 10 de Outubro, realizou-se na cidade a **I Cúpula Amazônica de Governos Locais** com a temática “A Inclusão da Amazônia nas Negociações de Mudanças Climáticas”. O evento, que foi uma realização da Prefeitura de Manaus, da Associação Amazonense de Municípios (AAM) e da Confederação Nacional de

⁵⁰ Ou, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), foi uma grande conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, cujo foco principal foi a discussão acerca da renovação do compromisso político para com o desenvolvimento sustentável.

Municípios (CNM), reuniu gestores municipais, estaduais e federais, governantes internacionais, especialistas, ONGs e a sociedade civil do Brasil e grande parte da Pan-amazônia.

Segundo o Relatório Interno (MANAUS, 2012, p. 46).

A cúpula visou o estímulo a debates em painéis temáticos, grandes plenárias, reuniões setoriais sobre gestão ambiental e visitas técnicas a algumas cidades para constatação de práticas. As soluções ambientais locais foram abordadas em discussões transversais sobre licenciamento ambiental, regularização fundiária, saneamento básico, habitação e mobilidade urbana. O evento objetivou juntar forças e potencialidades em favor dos serviços ambientais para construir uma proposta concreta que não apenas valorizasse o patrimônio natural do bioma, mas que também pudesse ser inserida nos mercados internacionais de carbono, dando aos habitantes da floresta caminhos reais para conservação e desenvolvimento.

Imagem 1 – Prefeito Amazonino Mendes e ao lado o Cartaz da Cúpula



Fonte: Galeria de Fotos da I Cúpula Amazônica de Governos Locais. Disponível em: <www.cupula.cnm.org.br>

Como resultado mais importante da Cúpula, a *Carta de Manaus* foi um documento onde os governantes declararam a necessidade da formulação de programas de compensação por serviços ambientais, tal como afirmou-se enquanto direito fundamental o “acesso direto a recursos para o fortalecimento das capacidades locais de elaborarem projetos, produção de conhecimento científico e domínio de tecnologias para o monitoramento ambiental” (MANAUS, 2012). Na mesma carta, os governos locais se comprometeram a adotar metas municipais para a redução de desmatamento e degradação florestal; e deliberaram pela criação do Fórum Permanente de Governos Locais da Amazônia para Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, que permitiria uma troca de experiências e solidariedade entre os governos. A íntegra da Carta de Manaus pode ser consultada em anexo ao presente trabalho.

A Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governo Locais (FLACMA) definiu a *Carta de Manaus*, como uma evidência latente dos anseios, demandas e compromissos dos governos locais amazônicos. O Prefeito Amazonino Mendes,

que proferiu o encerramento da Cúpula disse esperar “que agora as cidades sejam vistas como guardiãs da floresta junto com as comunidades tradicionais” (MANAUS, 2012, p. 47). Tal cúpula teve importância significativa nas ações e estratégias de inserção internacional municipal, onde a mesma subsidiou e impulsionou a participação de Manaus nas COP 15, 16 e 17, enquanto líder das questões relacionadas aos governos locais, mas sobretudo, das questões voltadas a região amazônica.

No final de 2009, entre os dias 19 a 21 de Novembro, a prefeitura de Manaus (sob intermédio da SEMMAS e da ASRI) e a Agência InWent (do Ministério para Cooperação e Desenvolvimento Econômico do Governo Alemão) realizaram na cidade o **Fórum Internacional de Diálogos sobre Uso da Terra, Mudança no Uso da Terra e Florestas**. O encontro congregou especialistas em LCE LULUCF (um mecanismo de redução de emissões de gases de efeito estufa que tem como principal objetivo as mudanças de uso da terra e florestas). Com a participação de representantes de governos locais e especialistas de vários países como China, Egito, Índia, Indonésia, México, Colômbia e África do Sul, o evento foi enfático ao direcionar a importância dos mecanismos de REDD nos futuros acordos firmados nas COP's. No formato de painéis temáticos, o evento foi um grande diálogo aberto de práticas, experiências e demandas de governos locais em relação as questões do clima voltadas ao uso sustentável da terra.

Fotografia 5 – Participantes do Fórum Internacional sobre Uso da Terra



Fonte: Arquivo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS). Disponível em: <http://semmas.manaus.am.gov.br/relacoes-internacionais>

Outro importante evento sob a chancela da cidade de Manaus foi o **Fórum Latino-americano de Governos Locais**, que foi realizado na cidade entre os dias 15 e 16 de Setembro de 2011. A iniciativa do evento ocorreu pela cooperação da Prefeitura de Manaus em conjunto com a Federação Latino Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA), e teve o apoio da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e da Associação Amazonense de Municípios (AAM). A Cúpula Amazônica foi o primeiro passo para a realização desse fórum, enquanto um compromisso assumido por Manaus como protagonista dos governos locais da Amazônia Brasileira e Internacional.

O Fórum, que pode ser entendido enquanto um desdobramento da Cúpula Amazônica de Governos Locais, teve como o temática principal “Meio Ambiente e Sustentabilidade” e retomou a discussão da cúpula acerca do papel das prefeituras no processo das negociações das mudanças climáticas e os potenciais de biodiversidade existentes no contexto urbano. O fórum foi um importante espaço de debates acerca “da relação entre os centros urbanos e os espaços florestais, com o foco para uma nova governança local, para o meio-ambiente e sustentabilidade, tendo em vista as necessidades particulares daqueles que estão e vivem nas cidades” (MANAUS, 2012, p. 47). O fórum foi considerado pela CGLU, como evento oficial para as discussões e definição de propostas dos governos locais da América Latina para a Rio+20 que ocorrerá um ano depois.

Fotografia 6 – Cartaz do Fórum e Foto de uma das Mesas de discussão com o Secretário Marcelo Dutra (SEMMAS) ao centro.



Fonte: Arquivo da Associação Amazonense de Municípios. Disponível em: <www.aam.org.br>

Integrando as atividades do Fórum, a cidade de Manaus aproveitou a presença de governantes e gestores latino-americanos para a realização de outro importante evento, o **Seminário Internacional Cidades e Florestas**. Realizado no dia 16 de Setembro de 2011, o seminário contou com a participação de representantes de cidades e governos locais de

diversos países da América Latina e Caribe, como Colômbia, Honduras, Argentina, Paraguai, República Dominicana, Peru e Equador. Diferentemente do fórum, que foi voltado diretamente aos representantes dos governos locais, esse evento foi aberto ao público e contou com uma grande participação da sociedade civil. Pauta Prioritária do seminário e que influenciou a escolha do nome do mesmo, foi a celebração do Ano Internacional das Florestas, instituído pela resolução 61/193, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Imagem 2 – Cartaz do Seminário Internacional



Fonte: Arquivo da Associação Amazonense de Municípios. (2014)

Em 2 dias, o **Fórum Latino Americano de Governos Locais** e o **Seminário Internacional Cidades e Florestas** tiveram uma vasta programação de painéis e mesas sobre as mais variadas temáticas. A exemplo das conquistas obtidas pelos Governos Locais, desde a COP 15, passando por alguns avanços na COP 16, seria natural a manutenção posicionamento dos governos locais amazônicos frente aos planos nacionais de mitigação em direção a COP 17, tão quanto as tratativas dos governos locais em direção à Rio + 20 (que ocorrerá um ano depois, em 2012). O Seminário serviu também como uma amostra de algumas das experiências desenvolvidas em determinadas cidades participantes do mesmo. O prefeito de Cabuyaro, na Colômbia, Luiz Afonso Medina Martínéz, fez um relato sobre o trabalho de revitalização do Rio Meta, um importante afluente colombiano, e a necessidade de um controle efetivo sobre a ação das indústrias petrolíferas na região. A cidade de Manaus também apresentou algumas experiências, como o projeto de gestão ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé e o Programa “Manaus Mais Verde”, ambas experiências geridas pela SEMMAS.

Ainda em 2011, a convite da Prefeitura e da SEMMAS, foi realizada uma **Reunião de planejamento para a Rio+20**, entre todas as secretarias municipais de Meio-Ambiente da região Norte. Esse encontro, que contou com a presença de secretários municipais e representantes das secretarias do Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins, teve como objetivo realizar um panorama do processo de discussão do desenvolvimento sustentável na região amazônica, sob a ótica dos governos locais, visando assim uma efetiva participação desses governos na Rio + 20.

4.3.2 Participação em Redes e Fóruns Internacionais de Cidades

A cidade de Manaus teve também, por intermédio de sua Assessoria de Relações Internacionais, participação ativa em redes e fóruns internacionais de cidades e governos locais que, concomitantemente a realização e a participação dos eventos anteriormente mencionados, comprovam tal efervescência na área internacional. No que se refere as redes, organismos e fóruns internacionais de governos locais com a presença e participação ativa da cidade, cabe explicar sobre as seguintes:

a) Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU): é a maior referência mundial acerca da cooperação entre cidades e notadamente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Sediada em Barcelona, a entidade reúne governos locais autônomos e democráticos do Mundo todo, promovendo seus interesses, finalidades e valores, através da cooperação entre governos subnacionais e a comunidade internacional. Está presente em 127 países e é composta por mais de 1000 cidades e 112 associações de governos locais como membros diretos. Segundo a CGLU⁵¹ (CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS, 2012), são três, os compromissos a serem assumidos pelos membros da organização: i) Enfrentar o desafio de lutar contra o aquecimento climático e a proteção do meio ambiente como prioridade; ii) Promover os direitos humanos e atuar em favor do respeito a diversidade nas cidades e territórios como fundamento para a paz e o desenvolvimento; iii) Apoiar a aplicação das Metas de Desenvolvimento do Milênio e da democracia local, potencializando através deles o lugar dos governos locais na governabilidade mundial. A participação ativa da cidade de Manaus nessa rede se deu em função do cargo assumido pelo Prefeito Amazonino Mendes em outra rede, a FLACMA (que será abordada em seguida e é a representação da América Latina e Caribe dentro da CGLU) onde ele é vice-presidente. O prefeito de Manaus, juntamente do

⁵¹ Para maiores informações, (UCLG, 2014).

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, representam o Brasil no organismo. A indicação de Amazonino Mendes para integrar também a CGLU, se deu em decorrência da postura e da liderança que a cidade de Manaus veio desenvolvendo desde 2009 com a aprovação (no âmbito da CGLU) e realização da Cúpula e do Fórum de Governos Locais, tão quanto a preocupação com a temática ambiental e as mudanças climáticas. Para exemplificar, em 2009, durante os preparativos para a viagem da comitiva de Manaus a COP15, foram espalhados banners ilustrativos sobre a preocupação local em relação as discussões globais do clima.

Fotografia 7 – Banner da Campanha “Seal the Deal⁵²” em frente ao Teatro Amazonas



Fonte: SEMMAS (2012).

A cidade de Manaus esteve presente em duas edições do **World Council Meeting** da CGLU. A primeira participação se deu no fim de 2009 na cidade de Guangzhou, na China. E a segunda, em 2010, foi na cidade do México. A participação na CGLU foi uma porta de entrada para outros fóruns e redes de cidades e governos locais, tão quanto deu uma projeção internacional a cidade na participação de encontros e reuniões com grupos de investidores, como por exemplo, de reuniões ocorridas em Miami (com empresários) e na cidade do México (com o BID, Banco Interamericano para o Desenvolvimento), no ano de 2010 (MANAUS, 2012). Nesse mesmo ano, Manaus foi reconhecida durante o evento como líder e expoente cidade da América Latina e Caribe em questões relacionadas as mudanças

⁵²A campanha mundial “*Seal The Deal*” (em português, “Sele o Acordo”), lançada pela ONU em 2009, teve como objetivo sensibilizar as populações das cidades para a necessidade urgente de um acordo efetivo acerca das mudanças em relação à redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

climáticas e a sustentabilidade ambiental e adentrou outra importante rede, a URBELAC (descrita em sessão posterior), sendo referenciada pelo BID.

a) World Mayors Council on Climate Change: ou Conselho Mundial de Prefeitos sobre Mudanças Climáticas, é uma aliança global composta por prefeitos e líderes locais que defendem um maior envolvimento da esfera local através esforços multilaterais em consonância a mitigação das mudanças climáticas e as questões relacionadas a sustentabilidade e o meio-ambiente global. Fundada em 2005, é composta por 80 membros dentro de seu conselho que representam os mais diversos países e realidades locais e que pelo Brasil, é representada pelas cidades de Manaus, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e Contagem (Minas Gerais).

A participação mais efetiva da cidade de Manaus nessa rede se deu em 2010, na cúpula **World Mayor's Summit on Climate**, também realizada na cidade do México. Nessa cúpula, firmou-se um pacto voluntário (o pacto da cidade do México) para chamar atenção da comunidade internacional acerca da importância estratégica das cidades no combate as mudanças climáticas. Com a assinatura do Pacto, os governos locais firmaram “cooperar entre si com o intuito de aumentar o acesso direto as fontes de financiamento internacional sobre mudanças climáticas” conforme apresentado no site do conselho. Essa cooperação foi facilitada com o aporte técnico do Banco Mundial, através de workshops sobre oportunidades e formas de financiamento sobre mudanças climáticas⁵³. O prefeito da cidade do México, Marcelo Ebard, que proferiu discurso de abertura do evento, foi enfático: *"We have to tell the international community that it's in the cities where the battle to slow global warming will be won!"* (WORLD MAYOR'S COUNCIL ON CLIMATE CHANGE, 2010). A presente rede, tão quanto a anteriormente explanada CGLU, projetaram Manaus a discussão internacional acerca do Meio-ambiente global, e a cidade enquanto uma metrópole amazônica, sempre “apresentou demandas regionais em prol da floresta e em prol de suas populações” (MANAUS, 2012, p. 10).

Com a participação e a representação da cidade nas duas redes acima mencionadas, a cidade de Manaus teve ativa participação nas COP 16 e 17, tão quanto realizou eventos internacionais para discussão das mudanças climáticas conforme anteriormente descrito.

⁵³ Para maiores informações sobre a rede (WORLDMAYORSCOUNCIL, 2014)

b) Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (FLACMA): o presente organismo é um desmembramento da CGLU que desenvolve ações de cunho municipalista no intuito de representar, promover, fortalecer e unificar as ações em prol do desenvolvimento de governos locais na América-latina e Caribe. É um dos maiores organismos internacionais em prol das causas municipalistas da região e atua pelos seguintes objetivos: i) Trabalhar para aprofundar a descentralização nos países de seus associados; ii) Contribuir ao melhoramento do nível de eficiência, eficácia e transparência dos governos locais, associações de municipalidades e instituições municipalistas na base dos princípios democráticos e de igualdade social. iii) Facilitar o intercambio de experiências entre os governos locais, as associações de municipalidades e as instituições municipalistas latino-americanas e iv) Promover a integração latino-americana desde o âmbito municipal, fomentando a cooperação, as irmandades e a solidariedade intermunicipal. (FLACMA, 2012). Possui um vasto banco de dados com estudos, informes, projetos e manuais sobre e para os municípios; além do “Observatorio de la Descentralización y la Democracia Local en Latinoamerica y el Caribe” e do “Atlas Latinoamericano de la Descentralización”,⁵⁴ que são ricas fontes de dados e registros acerca da cooperação descentralizada na região e um dos focos de análise deste trabalho.

Nessa entidade, Manaus participou ativamente inclusive assumindo um importante cargo, uma das seis vice-presidências da FLACMA; Cargo esse liderado pelo Prefeito Amazonino Mendes. Enquanto vice-presidente da FLACMA, o prefeito exerceu seu mandato desde o final de 2009, ocupando e participando de uma intensa agenda de conferências e fóruns, conforme explanado em sessões anteriores. Tal posição direcionou uma liderança em prol das causas municipalistas, sobretudo de cunho ambiental, que foi consubstanciada nos anos subsequentes e bastante atuantes por parte da cidade de Manaus no âmbito das redes, fóruns e conferências internacionais de governos locais.

A FLACMA teve uma importância fundamental na inserção internacional da cidade de Manaus, afinal, foi a entidade que ajudou a aprovar na CGLU (maior organização municipalista a nível mundial e já apresentada anteriormente), a realização da Cúpula Amazônica de Governos Locais, que ocorreu em 2009 na cidade, onde pela primeira vez prefeitos, alcaldes, gestores, vereadores, pesquisadores, servidores públicos e diversos outros profissionais participaram e colaboraram em diversos debates que resultaram na Carta de Manaus, carta essa que foi encaminhada ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças

⁵⁴ Para maiores informações, acessar: <<http://www.observatoriodescentralizacion.com/>>
<<http://atlasflacma.weebly.com/index.html>>

Climáticas (IPCC) da ONU, incluindo e apresentando discussões locais da região amazônica de forma definitiva na pauta internacional. Foi a FLACMA também que apoiou, inscreveu e defendeu a candidatura do Prefeito Amazonino Mendes para o grupo de Prefeitos negociadores nas COP 16 e 17.

c) **ICLEI:** ou Governos Locais pela Sustentabilidade, é uma associação mundial de cidades e governos locais com foco no desenvolvimento sustentável. Foi criado em 1990, no âmbito do Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais, na sede ONU, em Nova Iorque. A ICLEI “promove ação local para a sustentabilidade global e apoia cidades a se tornarem sustentáveis, resilientes, eficientes no uso de recursos, biodiversas, de baixo de carbono” (ICLEI, 2012). Compõem a organização um total de 12 megacidades, 100 super-cidades, 450 grandes cidades e 450 cidades de pequeno e médio porte em 83 países. O ICLEI se considera uma “agência ambiental e desenvolvimento sustentável internacional” e para tal, direciona as cidades e governos locais uma vasta gama de informações, promove treinamentos, organiza conferências, facilita o intercâmbio de experiências entre cidades, realiza pesquisas e projetos-piloto, além de serviços técnicos e de consultoria. O Brasil integra a presente entidade sendo representado por um total de 20 cidades e 3 governos estaduais. Tanto o Estado do Amazonas, quanto a cidade de Manaus são membros da ICLEI, o que direciona mais uma vez a temática ambiental como foco de grande atuação a nível internacional da cidade.

No âmbito da ICLEI, a cidade de Manaus esteve inserida desde 2009 quando integrou a entidade e contou com o apoio técnico da mesma na organização da Cúpula de Governos Locais. O foco de atuação na referida organização por parte da Prefeitura de Manaus esteve direcionada na preservação das florestas nativas do município, “já que 70% da floresta protegida e em pé ajudam a mitigar os impactos das mudanças climáticas globais” (MANAUS, 2012, p. 11). A prefeitura participou também de diversos workshops, como por exemplo sobre **“Digestão Anaeróbia como Alternativa para o Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios”**, **“Reutilização de pneus”** e **“Compras Públicas Sustentáveis”**; e também de seminários, como por exemplo o **“Seminário Nacional de Gestão Sustentável dos Municípios”** (onde expôs o modelo de licenciamento ambiental utilizado na cidade para servir enquanto referência para outros governos locais) e o **“Seminário Internacional sobre Energias Renováveis, Eficiência Energética e Poder Local”**. Nos referidos eventos, a participação da cidade se dava com a representação por parte do Secretário Marcelo Dutra e de assessores da SEMMAS e da própria ASRI.

A cidade de Manaus, além da participação de eventos, integrou um importante estudo intitulado⁵⁵: **“Aproveitamento do Biogás: Efluentes Urbanos”, juntamente das cidades de Porto Alegre (RS) e Betim (MG). Nesse estudo foi descrito** as possibilidades de aproveitamento do subproduto que é o biogás, para a geração de energia. O mesmo teve por objetivo identificar alternativas viáveis e sustentáveis para o aproveitamento de fontes de gás metano, tendo como base as estações de tratamento de efluentes.

d) Rede URBELAC de Cidades Intermediárias Sustentáveis: é uma iniciativa do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e da Comissão Europeia que visa o desenvolvimento de programas e projetos que atendam a melhoria da qualidade de vida e a cooperação entre cidades de porte intermediário, ou seja, aquelas que possuem populações que variam entre 300 mil e 2 milhões de habitantes, situadas na América Latina, Caribe e Europa. Meio-ambiente, requalificação urbana, geração de renda e gestão sustentável, são as áreas que a iniciativa deve direcionar esforços.

A cidade de Manaus, juntamente com a cidade de Goiânia foram escolhidas em 2010 para integrar a URBELAC, juntamente com outras 10 cidades da Europa e América-Latina. O prefeito Amazonino Mendes teve importante participação na rede. Enquanto vice-presidente da FLACMA, o prefeito colaborou com a identificação das estratégias voltadas ao meio-ambiente e a gestão sustentável, tão quanto esteve presente em reuniões diretas com o BID e a Comissão Europeia. Amazonino, e parte da equipe da ASRI/SEMMAS integraram o fórum “Lições e Desafios para Sustentabilidade Local”, realizado na cidade do México no fim de 2010. Nesse encontro, o prefeito destacou a importância da rede “não só para a promoção do intercâmbio direto entre as cidades, como também no desenvolvimento de planos de ação que favoreçam a realização de iniciativas nas quatro áreas de atuação” (MANAUS, 2012, p. 11).

Na principal publicação da Rede URBELAC, intitulada: “Desenvolvimento Urbano Sustentável e Integrado nas cidades da América Latina e Caribe”, que trata dos resultados e avanços da rede, a cidade de Manaus se destaca em relação ao desenvolvimento de suas ações baseadas em dois pilares: a Sustentabilidade Ambiental e as Mudanças Climáticas, tão quanto tem “em seu ambiente urbano ou áreas verdes, o seu maior tópico/problema para ação” (REDE URBELAC, 2012). Todavia, desde 2010 a cidade vem atuando em prol de seu ambiente urbano e lançou o Programa “Manaus Mais Verde”, enquanto “um conjunto de práticas integradas voltadas para a arborização urbana, que vão desde o plantio, ao

⁵⁵ O estudo mencionado pode ser acessado no link: <www.iclei.org.br/residuos/wp-content/uploads/2011/08/Manual_baixa_8set10.pdf>

planejamento da produção de mudas, a parcerias com instituições de pesquisa para a realização de pesquisas e diagnósticos.” (MANAUS, 2012, p. 12).

Até o fim de 2012, o programa alcançou o plantio de quase 100 mil mudas de árvore em toda a cidade e tais ações, além de integrarem a Rede URBELAC, fizeram parte também das ações de sustentabilidade apresentadas pelas cidade-sede da Copa de 2014 ao BID, no seminário: “Copa 2014: Oportunidades para a sustentabilidade urbana”. O êxito desse programa tanto no âmbito da rede, quanto nas perspectivas de um ambiente urbano requalificado, foi reconhecido com a premiação do Programa “Manaus Mais Verde” pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o prêmio “Boas Práticas em Sustentabilidade Ambiental Urbana”, na categoria Fortalecimento Institucional, Planejamento e Gestão Ambiental.

e) Fórum Mundial de Sustentabilidade: que já fora realizado nos anos de 2010, 2011 e 2012, é uma iniciativa empresarial da LIDE⁵⁶ (Grupo de Líderes Empresariais), comandada pelo empresário e apresentador João Dória Jr que busca reunir os principais CEO's⁵⁷, empresários, executivos e líderes políticos do Brasil todo em torno da temática da Sustentabilidade ambiental voltada para a região amazônica. Se tratando de um evento de grande porte e com visibilidade nacional e internacional, o evento é patrocinado por grandes empresas como a Ambev, Coca-Cola, Banco Bradesco, Natura, Grupo Pão de Açúcar, Honda, Tetra Pak, dentre outros.

O evento é marcado por uma grande mídia em relação aos palestrantes. Em 2010, 1ª edição do fórum, a preservação da floresta amazônica e a realização de um pacto global, foram os pontos principais de debates que integraram a agenda do evento. Nesse ano o fórum teve como presenças internacionais o ex-vice presidente dos Estados Unidos e Nobel da Paz, Al Gore; juntamente do cineasta e diretor James Cameron (do filme Avatar). Nessa 1ª edição, o evento contou com a participação de quase 700 pessoas, dentre elas 560 empresários, e teve como tema principal “A Preservação da Floresta Amazônica e as Mudanças Climáticas”. Na 2ª edição do fórum, em 2011, o tema foi: “Sustentabilidade Econômica, Ambiental e Social da Amazônia e do Planeta”. Nesse ano, o fórum reuniu cerca de 800 líderes empresariais, autoridades, políticos e ambientalistas. Como presenças internacionais, o evento contou com a

⁵⁶ É um grupo empresarial que reúne cerca de 920 empresas associadas que representam 46% do PIB Privado nacional. O objetivo central do grupo é difundir e fortalecer os princípios éticos da governança corporativa no Brasil, com o incentivo das relações inter-empresariais e a sensibilização do apoio privado a programas comunitários.

⁵⁷ A Sigla CEO (Chief Executive Order), em inglês, se refere ao executivo-chefe ou presidente de uma empresa, e é um termo comumente utilizado na área empresarial.

participação do ex-presidente dos EUA, Bill Clinton; do ator e ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger; novamente com a presença do diretor de cinema James Cameron e do presidente do Grupo Virgin, Richard Branson.

Em sua mais recente edição, o Fórum Mundial de Sustentabilidade congregou em 2012 a temática “Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável”. Com uma participação aproximada em 1000 pessoas, dentre empresários, políticos, estudantes, pesquisadores e ambientalistas; o fórum discutiu a sustentabilidade com foco voltado a Rio+20 que ocorrerá meses mais tarde. Nessa edição o evento contou com a participação do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, da ativista social Bianca Jagger, da primeira mulher a ser primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland dentre outros.

Evento de grande magnitude, com participação de convidados internacionais especiais, voltado e financiado pela esfera privada, o Fórum Mundial de Sustentabilidade é um espaço de discussão acerca da sustentabilidade e também de inserção internacional para a cidade de Manaus, ainda que seja fraca ou indireta a participação da mesma. Durante a presente pesquisa, em sua parte eletrônico-documental, foram encontrados registros de que o planejamento, organização e execução desse fórum eram voltados ao Grupo LIDE e a uma empresa de entretenimento e organização de eventos. Já na parte, da pesquisa de campo, constatou-se na esfera municipal e estadual que a participação tanto do município quanto do estado se deu apenas por meio do convite direcionado ao então Prefeito Amazonino Mendes, e ao Governador Eduardo Braga e posteriormente ao Governador Omar Aziz. Dessa edição do Fórum, conforme fora feito na Cúpula dos Governos Locais realizada em Manaus, originou-se um documento discutido e ratificado que se denominou de “Carta do Amazonas” e apresentou temas relevantes a serem levados a Rio+20 como a implementação do REDD+, a regulamentação efetiva do Plano Nacional de Resíduos Sólidos o apoio a cooperação Sul-Sul. A referida carta pode ser consultada em anexo a esse trabalho.

Desse modo, entende-se pelo Fórum, enquanto uma estratégia exógena, pensada, gerida e executada para apresentar a região amazônica e conseqüentemente a cidade de Manaus, tão quanto, direcionar e orientar o empresariado brasileiro acerca das oportunidades e novos caminhos para um desenvolvimento sustentável. Ainda que, com uma participação institucional e representativa reduzida, tanto por parte de governantes quanto por parte da sociedade civil (a qual direcionavam-se apenas 30% das vagas do evento), o referido fórum, reitera ainda mais a liderança e a postura a nível internacional da cidade em relação aos assuntos relacionados ao meio-ambiente, mudanças climáticas e sustentabilidade.

4.3.3 Articulação Institucional

É notável a articulação e a conseqüente inserção internacional da cidade de Manaus através de redes e fóruns internacionais de governos locais, conforme anteriormente apresentado; todavia, faz-se necessário também o entendimento da articulação a nível nacional, nas esferas governamentais (em nível federal e estadual), para que seja possível um panorama acerca da estrutura e da relevância dedicada a área internacional da cidade. Para tal, serão descritos aspectos relacionados a articulação institucional da Prefeitura de Manaus com as seguintes instituições:

a) CNM (Confederação Nacional de Municípios): é a maior organização municipalista da América Latina, por reunir e representar 5.563 municípios brasileiros. Tem como objetivos fundantes, a consolidação do movimento municipalista e o fortalecimento da autonomia dos municípios. Sua atuação está ligada a representação político-institucional dos municípios junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, como também no fortalecimento da gestão municipal. No âmbito da representação política-institucional, a CNM atua em diversos órgãos e conselhos voltados a discussão de políticas públicas junto ao Governo Federal. No Congresso Nacional, a CNM participa e acompanha as pautas de votações, intervindo no processo legislativo quando necessário. Já no âmbito do fortalecimento da gestão municipal, a CNM direciona esforços na produção de pesquisas e estudos técnicos para as diversas áreas de atuação dos municípios, como também realiza orientações técnicas por meio de eventos, cursos e workshops.

Além dos aspectos já mencionados, a CNM também se dedica a disseminação e ao incentivo da atuação de cidades no cenário internacional. Por meio de sua Área Técnica Internacional, a confederação já realizou inúmeros estudos, relatórios e relevantes publicações acerca da cooperação descentralizada, das relações internacionais e da atuação municipal nesse contexto. A CNM também representa os municípios brasileiros em alguns organismos e associações internacionais, como por exemplo, a FLACMA e a CGLU.

Desde 2009, quando a cidade de Manaus se lançou no cenário internacional de forma efetiva, a CNM vem apoiando e contribuindo nesse processo. Por intermédio da AAM (Associação Amazonense de Municípios, que será exposta em sessão posterior), muitas foram as atividades direcionadas a área internacional que foram realizadas em conjunto. As mais importantes (que já foram explanadas) foram, a realização da Cúpula e do Fórum de Governos

Locais, onde a CNM teve papel decisivo na articulação internacional para possibilitar a presença e participação de cidades e governos locais de outros países. Em pesquisa de campo na ASRI/SEMMAS, foi colocado que a CNM apresentou em 2009 um plano estratégico de inserção internacional direcionado a cidade⁵⁸.

Em 2011, a CNM Internacional (área técnica voltada as relações internacionais) alertou gestores e governantes brasileiros sobre editais de cooperação nas áreas da Redução da Pobreza e Direitos Humanos. Para conseguir submeter e acessar tais fontes, a confederação em conjunto da Delegação da União Europeia no Brasil organizaram quatro edições do “Curso de Elaboração de Propostas e Projetos”, nas cidades de Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Manaus, que foi a única cidade da região norte a receber o curso, uma vez protagonista na área internacional.

No ano de 2012, fora lançando o “Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul”⁵⁹ pelo Governo Federal e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Com esse programa, projetos de cooperação internacional de cidades e governos locais foram financiados e proporcionaram uma relevante troca de experiências entre cidades brasileiras e países parceiros. O projeto destacou parcerias com países da América Latina, Caribe, África e com membros dos BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). O foco do programa era atuar com cooperação Sul-Sul, para que, assim, o Brasil atuasse como um país provedor de cooperação. Mais uma vez, Manaus foi escolhida para realizar o seminário regional de orientações técnicas e capacitação que congregou gestores locais, estaduais e da sociedade civil, no mês de Abril na cidade. A mais recente investida da CNM na cidade de Manaus, se deu na realização do “Seminário Novos Gestores”, que teve como objetivo a capacitação técnica dos recém-eleitos governantes na eleição de Outubro de 2012. A área internacional esteve presente em parte das orientações transmitidas aos novos gestores.

Todos os registros (eletrônicos e documentais), tal como os relatos por meio de entrevistas gravadas e também conversas informais, direcionam uma boa relação da cidade de Manaus com a CNM. Um contato constante e direto foi algo que contribuiu as ações internacionais empreendidas pela cidade, seja apoiada pela confederação nas redes internacionais, seja apoiada em nível local na realização de eventos e capacitação técnica.

⁵⁸ Tal informação fora apresentada por meio de relato do Sr. Hélio Marinho Gesta de Melo, Diretor de área lotado na ASRI (Assessoria de Relações Internacionais) da SEMMAS, o que fora confirmado por meio de uma notícia veiculada no site da própria CNM: “CNM incentiva inserção internacional dos municípios do Amazonas”, Disponível em:

<http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17097&catid=57:internacional&Itemid=166>

⁵⁹ Para maiores informações, consultar: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-projetos>>

b) AAM (Associação Amazonense de Municípios): é uma entidade que atua em cooperação com as municipalidades do Estado do Amazonas e tem como missão promover a articulação e mobilização em defesa dos interesses das cidades amazonenses, tal como fortalecer o movimento municipalista na região. Filiada a CNM, a associação tem acompanhado e contribuído ao desenvolvimento local com ações e atividades voltadas ao fortalecimento da gestão municipal. A Associação possui um núcleo que atua na prestação de serviços técnicos, treinamentos e realização de eventos. Outro fato relevante refere-se ao cargo assumido pelo Presidente da AAM, Jair Aguiar Souto (Prefeito da cidade de Manaquiri) na CNM, onde assume é primeiro secretário da confederação.

Identificou-se, através de pesquisa de campo na AAM, uma preocupação constante da mesma na comunicação e fornecimento de dados, entre os Municípios. Dada a dimensão geográfica do Estado do Amazonas e as dificuldades de uma rápida locomoção, a associação dispõe em seu site na internet de importantes ferramentas *on-line*, como o Diário Oficial dos Municípios e o e-DOCs⁶⁰, com acesso direcionado aos gestores locais. Além do que, a pesquisa teve acesso ao “Guia dos Municípios do Amazonas – 2012”, uma importante e bem produzida publicação com dados históricos e econômico-sociais de todas as cidades, informações sobre o Estado do Amazonas, telefones e contatos de autoridades, secretarias e órgãos a nível local, estadual, nacional e internacional.

A associação, tal como a CNM, tem prestado apoio e contribuído na inserção internacional da cidade de Manaus, “ainda que..com uma participação modesta, em relação e ao papel da CNM com Manaus”⁶¹. A pesquisa evidenciou que, enquanto instância regional, a AAM direciona e atua de acordo com as orientações repassadas pela CNM, inclusive no que diz respeito a área internacional. Segundo entrevista com o Sr. Ruy Bananeira (assessor da presidência da AAM), “Não existe uma agenda, estrutura ou setor organizado e direcionado a área internacional, apenas acompanhamos a CNM nesse sentido”. Tal relato acabou corroborando aos registros já encontrados pela pesquisa aonde indicam uma preocupação da AAM no que se refere as demandas básicas das municipalidades (educação, saúde, saneamento, meio-ambiente), todavia sem direcionar esforços a área internacional. Como reflexo ao exposto, a AAM acompanhou a Prefeitura de Manaus em eventos internacionais da FLACMA e da CGLU, mas apenas somando a comitiva. Tão quanto, a associação co-realizou com a Prefeitura de Manaus e a CNM, a Cúpula e o Fórum de Governos Locais.

⁶⁰ Para maiores informações, acessar: < <http://www.aam.org.br/>>

⁶¹ Trecho da entrevista com o Sr. Ruy Bananeira, Assessor da Presidência da AAM (Associação Amazonense de Municípios).

Embora exista a sensibilidade para com as relações internacionais municipais, a AAM não dispõe de estrutura técnica voltada para tal, todavia, segundo relato do Sr. Ruy Bananeira: “existe essa vontade da associação... já recebemos a visita do Mauricio Zanin e Gustavo Cezário e começamos a conversar sobre isso”. Ambos nomes citados compõem a CNM Internacional e são incentivadores das relações internacionais em âmbito subnacional.

c) GOVERNO DO ESTADO, através da Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais (SEARI/SEPLAN): no âmbito estadual, o Estado do Amazonas também vive um momento de atuação internacional. Desde o mandato de Amazonino Mendes, como governador, o Estado vem vivenciando estratégias de inserção internacional em nível econômico e ambiental. Todavia, somente no segundo mandato do Governador Eduardo Braga que fora institucionalizado “o órgão de relações internacionais do Estado do Amazonas, através da Lei nº.3.258, de 30 de Maio de 2008, ficando vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN)” (GOMESFILHO, 2011, p. 79). Vinculada a Secretaria de Planejamento, a SEARI (Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais) passou a integrar a estrutura de com o intuito de:

Promover a inserção internacional do Estado do Amazonas, fomentar as relações multilaterais destinadas ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico por intermédio da articulação institucional junto a organizações governamentais e não governamentais, bem como agentes diplomáticos brasileiros e estrangeiros. (Lei nº. 3258 de 30 de Maio de 2008) (MANAUS, 2013, p. 22)

A estrutura das relações internacionais que foi institucionalizada no Governo de Eduardo Braga foi mantida no governo do atual Governador Omar Aziz (PSD). Omar, que era vice de Eduardo Braga assumiu ainda em 2010, uma vez que Eduardo renunciara o cargo para concorrer ao senado. Em outubro do mesmo ano, Omar Aziz foi eleito e reconduzido ao cargo. Com a manutenção da área internacional, o Governo do Amazonas seguiu protagonizando o Estado na esfera internacional. Estando ancorada na SEPLAN, as atividades e ações da SEARI nesse sentido, estiveram bastante ligadas as questões econômicas, conforme relato do Sr. Farid Mendonça Junior.⁶² “o forte apelo da cooperação econômica, sem menosprezar a cooperação cultural ou ambiental, é o foco de atuação da SEPLAN e da SEARI”. Segundo o assessor da SEARI, além do assessoramento da secretaria de estado, o

⁶² Trecho da entrevista com o Sr. Farid Mendonça Jr, Assessor de Relações Internacionais da SEARI (Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais) da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN).

órgão de relações internacionais tem como objetivo “o de colocar e posicionar o Estado do Amazonas nas Relações Internacionais, seja recebendo comitivas diplomáticas, empresariais e de investidores; ou organizando missões internacionais”⁶³.

De forma institucionalizada, tanto no âmbito estadual quanto municipal, nota-se devido reconhecimento das relações internacionais por parte dos governos locais. Com focos diferentes, estando a ASRI/SEMMAS mais voltada a temática ambiental e a SEARI/SEPLAN focada na cooperação econômica, ambas desenvolveram nos últimos 5 anos importantes ações internacionais direcionadas ao âmbito municipal e estadual, respectivamente, todavia com pouca integração entre ambas em tais ações. A pesquisa evidenciou isso por meio do relato da Sra. Silvia dos Santos⁶⁴ onde uma das poucas ações em conjunto foi a participação da Rio+20, com o stand da Amazônia Brasileira, onde a assessoria e a secretaria de relações internacionais realizaram ações no intuito de divulgarem a cidade e o estado, respectivamente.

A inexistência de uma cooperação entre as áreas internacionais de Estado e Município, é causada, dentre outros fatores, por um não-alinhamento político-partidário entre essas duas esferas governamentais. Onde o Governo do Estado esteve sob o comando do PSDB e depois após troca partidária de Omar Aziz, passou para o PSD; e a prefeitura esteve sob o comando inicial do PTB e depois passou ao PDT com uma também troca partidária por parte de Amazonino Mendes. O não-alinhamento é gerador e segregador de atividades que poderiam ser compartilhadas, não em sua totalidade, mas ao menos na área de competência da ASRI e SEARI. Segundo o assessor da SEARI, o Sr. Farid Mendonça Junior “muito dos projetos da SEPLAN e conseqüentemente da SEARI são voltados para cidade de Manaus, o que gera uma grande importância da capital nas estratégias de atuação internacional”. (informação verbal) Nesse sentido, entende-se que existe uma preocupação por parte do Estado nas ações que insiram Manaus no contexto internacional, ainda que ações internacionais em conjunto da prefeitura não sejam realizadas com uma certa frequência.

Como todo Governo Estadual, muitas são as atividades e obras realizadas na capital Manaus por parte de Governo do Amazonas (sobretudo as vésperas da realização da Copa do Mundo) e algumas delas com forte apelo e ligação internacional. O PROSAMIN (Programa Social e Ambiental de Igarapés de Manaus) é um grandioso programa de re-qualificação

⁶³ Trecho da entrevista com o Sr. Farid Mendonça Jr, Assessor de Relações Internacionais da SEARI (Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais) da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN).

⁶⁴Relato da entrevista com a Sra.Silvia Jane Souza dos Santos, Assessora de Relações Internacionais da SEARI Secretaria Executiva Adjunta de Relações Internacionais) da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN).

urbana de áreas que antes eram inadequadas a habitação, transformando-as em um novo espaço urbano, com novas moradias, acesso facilitado ao transporte público, infraestrutura de saneamento, luz e lazer. O programa, de aporte e gerência estadual, mas que também é compartilhado com a prefeitura, contou com um empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e uma doação a fundo perdido do Fondo Español de Cooperación para Agua y Saneamiento em América (FECASALC), se encontra atualmente na sua 3ª.fase, vem desde 2003 transformando paisagens urbanas da cidade. O PROSAMIN, exemplifica bem a importância de estratégias internacionais, seja da captação de recursos ou, seja no intercâmbio técnico, para implementação de políticas públicas e consequentemente desenvolvimento local. As fotos abaixo ilustram a magnitude e a capilaridade do projeto, não só em questões urbanísticas, mas principalmente na área social.

Fotografia 8 – Alguns pontos de intervenção do PROSAMIN



Fonte: PROSAMIN (2013).

d) SUFRAMA (Superintendência da Zona-Franca de Manaus): à presente superintendência, poderia ser dedicada pesquisa a parte em relação as estratégias de inserção internacional voltada a cidade de Manaus que a mesma realiza, todavia, buscou-se em pesquisa na mesma a sua articulação na área internacional junto a prefeitura. A SUFRAMA, que desde a década de 1960 já passou por inúmeras fases (que já foram descritas no início deste capítulo) e atualmente encontra-se pautada por uma Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em consonância de uma Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), responde em grande parte por uma concentração de 1,3% do PIB (Produto

Interno Bruto) nacional por parte da cidade de Manaus.⁶⁵ Desse modo, é notório o papel da superintendência no que se refere principalmente as questões de desenvolvimento econômico. Medina (2011, p. 1) reitera:

Políticas de desenvolvimento regional não podem ignorar o contexto internacional da economia. Num mundo globalizado onde acordos sobre preferências tarifárias e políticas cambiais determinam a competitividade entre países, é preciso estabelecer estratégias de ações permanentes de inserção internacional. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atua na inclusão do modelo ZFM dentro do cenário internacional por meio da Coordenadoria Geral de Comércio Exterior (COGEX) e da Coordenação Geral de Promoção Comercial (COGPC).

A SUFRAMA, que é uma autarquia da administração pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), promove o desenvolvimento econômico regional, mediante atração, geração e consolidação de investimentos ao Pólo Industrial de Manaus (PIM). Dessa forma, é uma entidade ligada diretamente com o exterior e que promove também a inserção internacional da cidade de Manaus, ainda que “não haja participação direta da prefeitura em relação a novos investidores, instalação de empresas e consequente atração de investimentos”⁶⁶. A principal articulação institucional na área internacional que a Suframa realiza, está voltada ao Governo do Estado por intermédio da SEPLAN e consequentemente da SEARI. Uma vez que, é através do governo estadual que as empresas e possíveis investidores acessam uma “cestas de incentivos do PIM”. E, segundo o Sr. Oldemar Ianck “Invariavelmente, alguém que entre em contato com a SUFRAMA sobre assuntos internacionais, entrará diretamente em contato com a SEPLAN do Governo do Estado e vice-versa”. Embora, em consequência ao êxito desses investimentos ao PIM, também beneficiem direta e indiretamente a cidade seja por meio da geração de empregos, seja pelo intercâmbio técnico dentre outros fatores.

Uma importante estratégia de inserção internacional da SUFRAMA baseia-se na realização da FIAM (Feira Internacional da Amazônia) que desde 2002 vem se firmando enquanto a principal feira multissetorial da região, por abarcar a divulgação de serviços, produtos e oportunidades de negócios em toda a Amazônia. Em sua última edição, realizada em 2011, a feira reuniu 382 expositores e um público estimado em 2000 participantes. Espaço de divulgação e integração da região, a feira também possibilitou a realização de missões

⁶⁵ “No Brasil, apenas 6 cidades concentram 25% do PIB”. Notícia veiculada no Portal da CNM, em 12 de Dezembro de 2012. <http://www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21421:no-brasil-apenas-seis-cidades-concentram-25-do-produto-interno-bruto&catid=54:geral&Itemid=160>

⁶⁶ Relato da entrevista com o Sr. Oldemar Ianck, que já foi superintendente interino da SUFRAMA, superintendente de projetos e atualmente é assessor direto da presidência do mesmo órgão.

empresariais e representantes da área diplomática e comercial de vários países, como do Equador, Finlândia, Alemanha, Áustria e Argentina. Além, da presença de expositores e stands direcionado aos países que integram a pan-amazônia.

Segundo entrevista com o Sr. Oldemar Ianck, “o modelo da Zona Franca de Manaus é voltado com uma janela para o exterior, sobretudo com a intensificação do processo de internacionalização das empresas do PIM”. Tal modelo tem chamado cada vez mais a atenção potenciais investidores e autoridades estrangeiras. Seja na participação da FIAM, ou, seja em visitas direcionadas, são frequentes as missões e comitivas internacionais que procuram a SUFRAMA e as empresas do PIM, com o intuito fundante de conhecer as políticas de incentivos fiscais e as oportunidades de estreitar laços comerciais. Entre 2009 e 2012, o órgão recebeu visitas oriundas da Venezuela, Estados Unidos, Holanda, Rússia, China, Inglaterra, Alemanha e Japão. (notícias acerca de visitas e missões internacionais podem ser consultadas em anexo a esse trabalho).

Além do receptivo de missões internacionais, a SUFRAMA também realiza visitas e missões nacionais e internacionais, no intuito de fortalecer e inserir o modelo da ZFM, tão quanto de ampliar o PIM com a atração constante de investimentos e a promoção comercial dos produtos produzidos localmente. Destacam-se, as missões direcionadas aos seguintes países: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Argélia, Arábia Saudita, Bélgica, Chile, Cingapura, Colômbia, Panamá, China, Espanha, Egito, Emirados Árabes, Estados Unidos, França, Hong Kong, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Líbia, Marrocos, México, Peru, Portugal, Síria, Tunísia e Venezuela.

Tanto para o recebimento, quanto para a realização de viagens internacionais, a SUFRAMA conta com total apoio de uma representação do Itamaraty dentro de suas dependências, o ERENOR (Escritório Regional Norte) que será descrito em sessão subsequente.

e) ERENOR (Escritório Regional Norte do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty): Instalado dentro do prédio principal da SUFRAMA, o escritório é uma representação descentralizada do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na região Norte desde 2008, quando passou a trabalhar o estímulo da cooperação entre entidades públicas e privadas na região e no exterior, identificando assim, oportunidades de participação da região norte no processo internacional do Brasil. Se apresenta enquanto um desmembramento do MRE e atende as demandas locais de rotinas consulares, apoio em realização de eventos e missões internacionais, tão quanto na legalização de documentos públicos. O ERENOR, é um

dos 8 escritórios regionais do MRE que dão apoio a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), também do MRE.

Em 15 de agosto de 2011 foi celebrado o termo de compromisso entre o MRE e a SUFRAMA (que pode ser consultado em anexo a esse trabalho), com vigência até o ano de 2016, para a manutenção do escritório nas dependências atuais da superintendência. Desde sua criação, o ERENOR já foi chefiado por 3 diplomatas: o Embaixador José Ferreira Lopes, o Embaixador Joaquim Whitaker Salles e atualmente é chefiado pelo Ministro Conselheiro Henrique Luiz Jenné.

Em seu plano de trabalho (que pode ser consultado em anexo a esse trabalho), o ERENOR tem como objetivo fundante o apoio na ampliação da participação ativa dos estados da região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) no plano internacional, e dessa forma também contribui na inserção internacional da cidade de Manaus, ainda que de maneira técnica e pontual. Todavia, a pesquisa evidenciou que tal apoio ocorre muito diretamente ao governo do Estado (por meio de da SEARI/SEPLAN) e principalmente a própria SUFRAMA, onde o escritório está situado. Apesar da não autorização para realização de entrevistas no ERENOR, a pesquisa teve acesso ao escritório, alguns documentos e por meio de conversa rápida com uma técnica do mesmo, percebeu-se um modesto aparato institucional em relação à estrutura física e recursos humanos.

O apoio dado pela ERENOR à prefeitura por meio da ASRI/SEMMAS e ao estado por intermédio da SEARI/SEPLAN esteve muito ligado a questões técnicas e diplomáticas, com o repasse de informações, acompanhamento de viagens, tradução de documentos, apoio em receptivos estrangeiros. Além do que, em entrevistas realizadas tanto na ASRI quanto na SEARI, o escritório foi mencionado como apoiador técnico das ações de inserção internacional a nível municipal e estadual, mas sem maiores envolvimento devido a uma equipe reduzida por parte do escritório regional. Saraiva (2006), incita que “o Brasil tem, entre os países federativos, uma das mais centralizadas formas de ação externa do Estado, intensificando assim, certo conservadorismo corporativo do Itamaraty”. Ainda que a presença do ERENOR possibilite certo apoio técnico aos governos locais na seara internacional, é notável que a atuação internacional subnacional é algo que o Itamaraty não contempla em sua totalidade e possivelmente a isso, não direcione uma estrutura mais adequada e direcionada aos anseios regionais para participação nas relações internacionais.

4.3.4 Captação de Recursos e Desenvolvimento de Projetos

Outro setor de notável destaque da cooperação internacional para o desenvolvimento, diz respeito a captação de recursos internacionais ou cooperação econômica. No âmbito municipal e sob a gerência da ASRI/SEMMAS, foram 2 os grandes projetos de cooperação técnica realizados.

O primeiro, diz respeito ao financiamento via Consulado Geral do Japão (através do fundo **APC – Assistência a projetos comunitários e segurança humana no Brasil**) para construção de poços artesanais solares na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé (gerida pela SEMMAS). A cooperação foi viabilizada por meio de um contrato de doação entre a SEMMAS e o Consulado do Japão, que fez o repasse de recursos na ordem de US\$ 100 mil para a obra (quase R\$ 180 mil reais). O projeto foi desenvolvido desde 2012 e a previsão era de que até meados do mês de março de 2013, fossem construídos três poços artesanais em três comunidades dentro da mesma RDS com tecnologia de geração de energia alternativa, utilizando placas solares que gerariam a energia para a captação da água do subsolo. A escolha de tal tecnologia gerada por meio de placas fotovoltaicas, é que a mesma não gera resíduos e é considerada limpa, além de utilizar os raios solares tão abundantes na região amazônica. A cooperação foi resultado de uma série de ações internacionais empreendidas pela ASRI/SEMMAS acerca das questões ambientais e foi gerido pela mesma secretaria.

O segundo projeto de cooperação capitaneado e coordenado pela ASRI/SEMMAS, foi em cooperação técnica com a Corporação Andina de Fomento (CAF). Firmado no fim do ano de 2012, Manaus teve aceito por parte da instituição um empréstimo no valor de US\$ 22 milhões para promover o **Desenvolvimento Turístico de Manaus**. “O programa visa melhorar a qualidade de vida da população através da promoção do turismo, gerando novas oportunidades de emprego e renda e acrescentando valor aos produtos turísticos oferecidos.” (MANAUS, 2012, p. 14). Tal acordo, que foi intermediado por meio da ASRI e será gerido pela prefeitura e pela SEMINF (Secretaria Municipal de Infraestrutura), visa o desenvolvimento turístico da cidade, mas também o fortalecimento institucional, a infraestrutura de serviços e a melhoria nos processos de gestão ambiental liderados pela cidade. “A cidade de Manaus é uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e uma das sedes da Copa das Confederações de 2013. Sendo assim, as ações serão implementadas para

garantir o sucesso desses eventos importantes de repercussão internacional.” (MANAUS, 2012).

É impensável afirmar que não existam outras modalidades de cooperação em nível econômico na cidade, todavia as que foram empreendidas e assistidas pela prefeitura e pelo órgão oficial das relações internacionais do municípios, foram somente as duas já explanadas.

4.3.5 Irmanamento de cidades ou cidades-irmãs

Conforme descrito no capítulo II deste trabalho, o Irmanamento de Cidades é uma prática comum nas relações nacionais e internacionais que busca a integração entre cidades e governos locais. Firmado por meio de convênios e/ou acordos de cooperação, a prática das Cidades-irmãs objetiva assegurar e reiterar a manutenção da Paz, Amizade e Respeito recíproco entre as nações. Tal prática pode ser marcada por um intercâmbio cultural, econômico e técnico.

A prática do Irmanamento de cidades, geralmente é firmada por meio de visita ou recebimento de comitiva de uma determinada cidade para celebração da cooperação. A presente pesquisa encontrou registros referentes ao irmanamento de 10 cidades com a cidade de Manaus, (conforme o quadro abaixo), embora não tenham sido encontrados registros efetivos de cooperação (como intercâmbio cultural, de pessoas, conhecimento ou pontos e referências históricas em comum).

Quadro 8 – Cidades-irmãs de Manaus e os respectivos anos dos irmanamentos

Belém (Pará, Brasil) em 2004	Xangai (China) em 2009
Perugia (Itália) em 2006	Lima (Peru) em 2010
Goiânia (Goiás, Brasil) em 2006	Jerusalém (Israel) em 2010
Santo Domingo (Rep. Dominicana) em 2008	Casablanca (Marrocos) em 2010
Hamamatsu (Japão) em 2008	Airanes (França) em 2011

Fonte: Relatório Interno ASRI; SEMMAS (2012). Elaborado pelo autor.

4.4 Perspectivas acerca das relações internacionais do município

De forma institucionalizada, as relações internacionais na cidade de Manaus se deram de forma efetiva desde meados de 2009, com a criação das ASRI no âmbito da SEMMAS. Eleito em 2009, o então prefeito Amazonino Mendes, tinha a oportunidade de se candidatar

novamente e concorrer a re-eleição, algo que não ocorreu. Especula-se nos meios de comunicação Manauaras, que se tratou de estratégia de seu atual partido (o PDT, Partido Democrático Trabalhista) visando as eleições estaduais de 2014⁶⁷. Estratégia ou não, a descontinuidade de gestão advinda da não re-eleição de Amazonino e consequente eleição de Arthur Virgílio do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), pode influenciar as ações internacionais já realizadas e comprometer ações futuras; o que Vigevani (2006b) caracteriza enquanto uma ação de *stop and go*. Ou seja, quando ativismos internacionais que são iniciados e por ocasião da troca de gestão e/ou desinteresse administrativo, são encerrados.

Uma não continuidade das relações internacionais em âmbito municipal, nesse momento em que a cidade vive as vésperas de um evento internacional de grande porte, como a Copa do Mundo, pode ser prejudicial a vários setores locais. Desde a sua escolha, em 2009, para ser uma das cidade-sede da Copa, a cidade de Manaus vem passando por uma série de transformações infra-estruturais que tal evento exige. Espera-se, não somente a recepção intensa se turistas, mas sobretudo, olhares mais direcionados e atentos para a região a qual a cidade se insere. É fato, todo o fascínio que a região amazônica provoca em turistas e visitantes e em função disso, faz-se necessário que a cidade esteja pronta e preparada em todos os sentidos. Seja na parte estrutural, com as reformas do Aeroporto, da Arena da Amazônia (novo estádio de futebol preparado para a competição) e mobilidade urbana e demais obras estruturantes, seja no âmbito administrativo municipal, com uma assessoria voltada a ações e assuntos que tal evento possivelmente demandar.

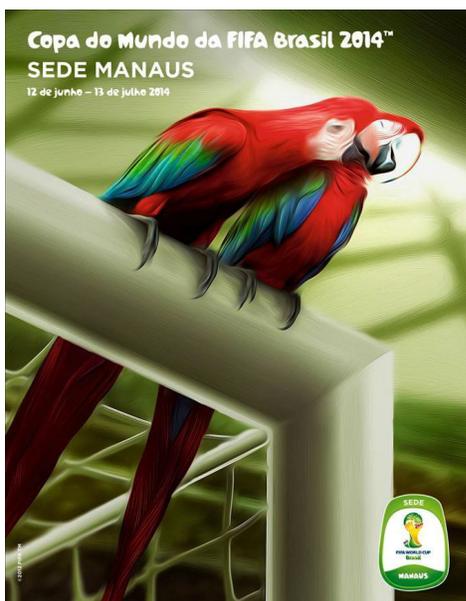
Manaus encontra-se em um momento ímpar que pode direcionar e possibilitar a cidade um marco ainda maior nas suas relações internacionais. Ainda que a cidade não tenha uma tradição no futebol, com grandes times e torcidas (diferentemente de Belém), a cidade já vive o clima da copa, com canteiros de obras em toda cidade, propagandas de cursos de idiomas para profissionais dos diversos setores e a forte indústria da cidade ainda mais focada. Eleito Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, afirmou que a Prefeitura e o Governo do Amazonas farão importantes parcerias para a realização da Copa do Mundo na cidade: “Teremos uma Copa irrepreensível, ordeira e que exiba ao mundo uma Manaus que atraia turistas mostrando sua cultura e beleza inigualável”⁶⁸. Espera-se tais parcerias, dentre outros fatores, em

⁶⁷ “Amazonino Mendes articula PDT para eleições de 2014”. Notícia de 12 de Março de 2012, veiculada no Portal ‘A Crítica’ de Manaus. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/Amazonia-Amazonino-Mendes-articula-PDT-eleicoes_0_662333761.html>Acesso: 11 Nov.2012

⁶⁸ “Governo e Prefeitura vão gerenciar “Brasil Voluntário” em Manaus. Notícia de 23 de Janeiro de 2013, veiculada no portal do governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/2013/01/governo-e-prefeitura-vaogerenciar-brasil-voluntario-em-manauas/>>Acesso: 11 Fev.2013.

decorrência da afinidade partidária entre o Prefeito Arthur Virgílio do PSDB e o Governador Omar Aziz do PSD (Partido Social Democrático). Cooperação e entendimento entre Prefeitura e Governo do Estado que não ocorreu no campo da atuação internacional, como explanado anteriormente. Desse modo, espera-se que nesse campo, atenuem-se as relações entre governos não somente as vésperas da Copa do Mundo, algo que pode legitimar ainda mais as ações e estratégias internacionais de Estado e Município.

Imagem 3 – Cartaz Oficial da Copa em Manaus e projeção da Arena da Amazônia



Fonte: Portal da Copa – Manaus (2013).

O Prefeito Arthur Virgílio, que é Diplomata de carreira formado pelo Instituto Rio Branco, recebeu a cidade de Manaus enquanto uma protagonista no cenário internacional em decorrência da gestão anterior. Algo que merece ser destacado foi a condução do novo prefeito ao cargo de vice-presidente da FLACMA assumido pelo antigo prefeito Amazonino, conforme já consta no site da rede. Em entrevista na ASRI, com o Sr. Hélio Gesta, o mesmo destacou a vital importância da área internacional para prefeitura e acredita na “continuação e ampliação desse trabalho para fortalecer ainda mais a cidade de Manaus no exterior, sobretudo pelo fato da postura como diplomata do novo prefeito”.⁶⁹

⁶⁹ Trecho da entrevista com o Sr. Hélio Marinho Gesta de Melo, Diretor de área lotado na ASRI (Assessoria de Relações Internacionais) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS).

5 ANÁLISES E REFLEXÕES

Ainda que, pouco se conheça acerca das ações internacionais de inserção, atuação e cooperação descentralizada protagonizadas pelos governos regionais e locais amazônicos, as relações internacionais dessas entidades subnacionais são uma realidade na região. Os recentes estudos de Gomes Filho (2008) e (2012), Matsumoto (2011) aliado as relevantes pesquisas da CNM (2009) e (2011) consubstanciam a frequente interação da região no cenário internacional, tal como o papel desempenhado pelas cidades de Belém e Manaus nesse cenário. A presente pesquisa, tendo como *locus* as duas maiores e mais importantes cidades da região amazônica, adotou realizar um estudo analítico-descritivo na tentativa de evidenciar as possibilidades e complexidades de uma agenda de desenvolvimento local pautada na relações internacionais municipais. Tal estudo foi facilitado pelo fato das cidades analisadas estarem localizadas sob o mesmo espaço geopolítico-econômico, o que confere as mesmas características similares; por outro lado, apresentam também diferenças que influenciaram as ações internacionais empreendidas e também os fatores que motivaram tais ações. Busca-se nesse capítulo, elencar considerações acerca das relações internacionais nas cidades amazônicas foco deste estudo.

Protagonistas regionais das relações internacionais em nível municipal, Belém e Manaus tem um histórico favorável de múltiplas interações com o exterior conforme visto em sessões anteriores; e tendem nos próximos anos a intensificarem suas ações e atividades internacionais. Ambas cidades possuem características peculiares em relação a diversos aspectos e integram um quadro muito interessante acerca do desenvolvimento e urbanização no contexto da Amazônia brasileira. Belém é uma cidade de traços histórico-culturais muito fortes, enquanto Manaus apresenta também traços históricos, mas principalmente traços provenientes de aspectos econômicos, que influenciaram e influenciam desde a infraestrutura da cidade, passando pelo contato com o exterior e até a população local. Cruz; Sá (2012, p. 3) reiteram:

Belém e Manaus emergiram como cidades a partir do século XVII e, de acordo com vários estudos sobre a região, tiveram seu crescimento condicionado a um modelo econômico que teve na exploração dos recursos naturais a sua centralidade econômica e política. Essas cidades apresentam características semelhantes no que tange aos aspectos fisiográficos, possuindo estreita relação com as águas, uma vez que se localizam nas margens de rios, banhadas pelas águas do rio Amazonas, tornando-as mais atrativas econômica e culturalmente. A cidade de Belém está localizada na confluência dos rios Guamá e Pará (Baía do Guajará). Enquanto que Manaus encontra-se banhada pelo rio Negro em toda a sua extensão territorial.

O presente estudo traz a congregação de registros, informações, documentos e relatos provenientes do recorte temporal compreendido entre os anos de 1997 à 2012. Compreende-se a grande extensão temporal dos 16 anos analisados, mas fez-se necessário tal escolha para evidenciar momentos distintos, tão quanto, focos distintos das ações internacionais das referidas cidades. Cabe acrescentar que, ainda que tal recorte temporal de análise inicie em 1997, não foram encontrados dados e/ou registros oficiais das relações internacionais institucionalizadas na estrutura municipal da cidade de Manaus. Todavia, conforme fora explanado anteriormente, é impensável que a cidade não tenha tido contato algum com o exterior, mas como a análise do presente estudo está fincada em órgãos e/ou setores institucionalizados, a pesquisa só encontrou dados nesse sentido a partir de 2009. De tal modo, chegou-se ao seguinte panorama:

Fluxograma 4 – Panorama das Gestões Municipais e seus órgãos de Relações Internacionais



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

O ponto inicial para a avaliação comparativa das relações internacionais das cidades amazônicas, Belém e Manaus, foi a análise descritiva e explicativa dos capítulos anteriores. A partir do panorama exposto, a pesquisa evidenciou alguns apontamentos, semelhanças e diferenças em relação a ambas as cidades, com o objetivo de identificar características e tendências acerca da atuação e inserção internacional das cidades, conforme serão apresentados a seguir.

i) Diferentemente do que a CNM apontara em um dos seus estudos, a cidade de Belém iniciou sua projeção internacional de forma institucionalizada em 2001 com a CRI (coordenação de Relações Internacionais) conforme fora constatado em registros e relatos. Anos mais tarde, em 2006, a cidade passou a ter um novo órgão voltado as articulações externas, a ARNI . Manaus, por sua vez, aparece nos estudos da CNM posteriores a 2009, através da ASRI (Assessoria de Relações Internacionais);

ii) Outro ponto importante, diz respeito ao foco e as atividades internacionais empreendidas pelas cidades. Desde 1997, Belém passou a se inserir internacionalmente através da realização e participação de eventos internacionais o que, de certa forma, manteve-se até meados de 2009. Por sua vez, Manaus empreendeu uma ampla participação em redes internacionais de discussão e governança multinível geridas e direcionadas as cidades; tais espaços têm sido fortalecidos e ganhando notoriedade global dado a efetividade de ações e direcionamentos repassados diretamente aos prefeitos e gestores locais, que acabam impactando mais rapidamente o local, do que o nacional em si. Vigevani (2006) aponta que as redes internacionais de cidades, apresentam, dessa forma, vantagens diretas significativas para as cidades que, ao mesmo tempo em que conseguem manter sua autonomia, cooperam com outras localidades e organizações de forma horizontal, aumentando o acesso a informações, o contato com distintas realidades, trocas de conhecimento e capacidades, e também, recursos e fontes alternativas de financiamento para projetos e obras.

iii) Constatou-se em ambas as cidades, que não houve inspiração e/ou contato com outras cidades e governos locais para que iniciasse as relações internacionais em âmbito municipal. Houve sim, motivações que levaram tais cidades a buscarem as relações internacionais. Conforme exposto no Capítulo I, Paquin (2004) expõe 3 vertentes de inserção e projeção internacional de unidades subnacionais, são elas: Comércio, Integração Regional e Identitária. Em Belém, no 1º período de análise (Gestão de Edmilson Rodrigues), as motivações se deram inicialmente pela vertente de Comércio ou econômica, vislumbrando possibilidades de investimentos e captação de recursos; e posteriormente identitária, adotando fortemente estratégias de interação com cunho solidário-ideológico. Já no 2º período de análise da cidade (Gestão de Duciomar Costa), o foco principal se deu através da vertente econômica ou de comércio. Por sua vez, a cidade de Manaus, apresentou fortemente no período analisado, as vertentes de comércio e de integração regional como prioritárias em suas relações internacionais.

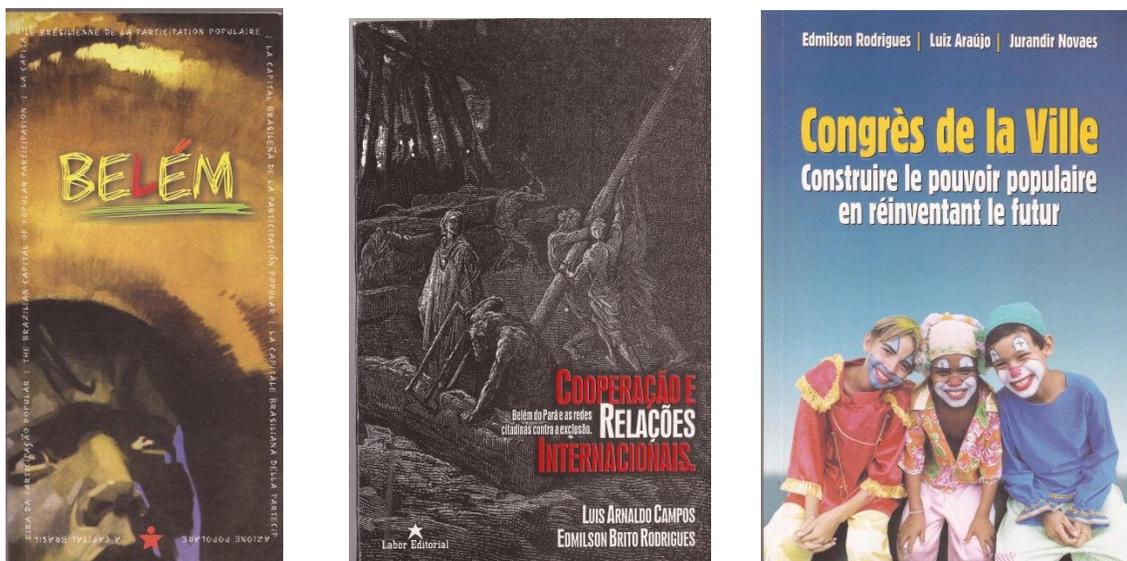
iv) Evidenciou-se em ambas as cidades, uma pouca interação com as esferas estaduais respectivas através de seus órgãos voltados as relações internacionais. Dessa forma, as ações empreendidas e analisadas ocorrem em Belém e Manaus de forma setorial, e, em decorrência de entraves político-partidários que inviabilizam agendas conjuntas na seara internacional;

v) Ponto contrastante de análise entre as cidades diz respeito ao alcance e efetividade das relações internacionais dos municípios em consonância ao papel das referidas cidades. Enquanto Belém demonstrou no primeiro período de análise a vocação por um

Internacionalismo Solidário-ideológico que inclusive inseriu a população no meio internacional, conforme entrevista com a Sra. Jurandir Novaes⁷⁰, e transformava as ações internacionais (em nível técnico, informacional e econômico) em desdobramentos locais (na realização de eventos, cursos, seminários e políticas públicas); Manaus por sua vez direcionou sua atuação em fóruns e redes internacionais de cidades para chamar a atenção em nível global, da importância da região amazônica e do papel que os governos locais podem e devem ter nas discussões sobre mudanças climáticas.

vi) Verificou-se em Belém, que o pioneirismo nas relações internacionais assumido pela cidade desde meados de 1997 e sendo, institucionalizado em 2001, se deu dentre outros aspectos pela capacidade técnica e acadêmica do então Prefeito Edmilson Rodrigues e sua equipe, que além das ações, estratégias e atividades já mencionadas, empreendeu também a divulgação por meio da publicação de livros e estudos (em vários idiomas) sobre a cidade, suas relações internacionais e a forma participativa de gestão da mesma. Cabe ressaltar as seguintes publicações:

Imagem 4 – Publicações da Prefeitura de Belém e da CRI



Fonte: Publicações Gentilmente cedidas à pesquisa pela Sra. Jurandir Barbosa

viii) Analisou-se em Manaus, que existe uma maior articulação de outras instituições que favorecem a projeção internacional da cidade. A SUFRAMA, através do fortalecimento

⁷⁰As pessoas também tiveram a possibilidade interação com o meio internacional, foram enviados inúmeros Conselheiros da Cidade para França, Itália, Martinica e Caracas para conhecerem projetos, participarem de eventos e constatarem outros processos de gestão democrática”. Trecho da entrevista com a Sra. Jurandir Santos de Novaes, ex-secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belém, durante a Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues (entre 1997-2004).

do PIM e suas constantes ações de inserção internacional competitiva, frequentemente expõe e direciona a cidade ao cenário internacional, ainda que o viés econômico seja o principal propulsor. Tal como de uma estreita ligação com o ERENOR, sediado nas dependências da SUFRAMA, e seu frequente aporte para com ações e visitas internacionais. A Associação Amazonense de Municípios (AAM) é outra entidade que atua em conjunto e em prol das ações internacionais da cidade de Manaus, conforme já fora exposto. Mas notou-se também, a preocupação da associação para com os demais municípios com publicações e ferramentas internas que ajudam as demandas locais, tal como a preocupação com a capacitação técnica para lidar com as relações internacionais.

A discussão em torno das novas potencialidades e funções direcionadas as cidades nesse novo cenário global adentram também na esfera local e o cenário de ambas as cidades foi, num passado de *Belle-Époque*, e atualmente, é propício a intensificação das relações internacionais em sua plenitude, alcançando aspectos econômicos sim, mas levando em consideração também, a integração regional, cultural, de cooperação técnica, promoção comercial, turística dentre outros.

A cidade de **Belém** vive atualmente um momento peculiar de sua história que pode inclusive ser comparado ao que fora vivenciado na *Belle-Époque*. Recentemente e curiosamente denominado por um dos novos nomes da música paraense, Felipe Cordeiro⁷¹ apresentou o termo *Bréa-Époque*, onde ‘Bréa’ deriva de ‘Breado’ palavra muito comum na cidade para se referir ao suor proveniente do calor constante da cidade, mas que no sentido do termo *Bréa-Époque* assume um caráter de calor humano e efervescência para indicar todo o contexto em que a cidade de Belém vive no cenário nacional e internacional. Se no passado a cidade foi influenciada e marcada por traços europeus, atualmente a cidade passa a mostrar e traçar influências em diversos segmentos. Seja na Cultura, com seus ritmos e novos expoentes da música local no cenário nacional, na magnitude e grandeza do Círio de Nazaré, ou com seu rico e milenar Artesanato; Seja na Culinária, com seus cheiros, cores, sabores e variedades; Seja no Turismo, tornando a cidade parada obrigatória de turistas do Mundo todo; Seja nas características do falar local marcado por gírias e expressões legitimamente paraenses; Seja pelos produtos regionais, dos alimentos aos minérios; ou, Seja no futebol e a intensa rivalidade entre Remo e Paysandu que são reconhecidos nacionalmente pelas suas grandes e sempre presentes torcidas.

⁷¹ Filósofo, cantor, compositor e produtor paraense que apresentou e denominou o termo durante o evento TEDxVer-o-Peso, realizado no dia 23 de Março de 2013, em Belém.

Essa efervescência em diversos segmentos e com seus diversos traços, direcionam e projeta cada vez mais a cidade em âmbito nacional e internacional. A cidade deixou de ter o brega e o açai como únicas referências e passou a ser reconhecida e respeitada por uma música popular legitimamente regional, por uma culinária refinada que tem seus principais ingredientes provenientes da floresta, pelos centros de pesquisa referências na região e pelos frequentes e importantes eventos nacionais e internacionais em vários segmentos. Dessa forma e por tal contexto, Belém firma-se enquanto cidade internacional moderna, nos moldes apresentados por Soldatos (1996), não obstante a sua multiplicidade de potencialidades, precise de um melhor direcionamento e entendimento das relações internacionais de forma institucionalizada para incentivar e disseminar ainda mais todos os elementos apresentados em nível nacional e principalmente global. Rodrigues; Campos (p. 28-29) finalizam:

Belém, uma das cidades com maior vocação para as relações internacionais. Com cultura peculiaríssima, plena de folclores, ritmos musicais e dançantes próprios, Belém é uma cidade amoldada para a troca cultural. Longe de ser banal, seus traços típicos dão-lhe um caráter único. Arborizada com mangueiras na borda da floresta e do rio, limite de alcance da civilização, limite climático, úmida, quente e cheia de vida. O turismo é uma das vocações desta cidade cujo caráter cosmopolita está expresso na síntese de traços indígenas e europeus; e na culinária ‘esquisita’ e deliciosa, e na existência de diversas comunidades estrangeiras, que inseriram a comemoração de suas datas nacionais na agenda cultural da cidade. Por sua condição de porta de entrada da Amazônia, desde a sua fundação, no auge da ação mercantilista no século XVII, até os dias globalizados de hoje, Belém sempre cumpriu o seu papel de cidade-ponte entre o vasto território amazônico e o exterior.

A cidade de *Manaus*, por sua vez, vive momento semelhante. Marcada também no passado pela *Belle-Époque*, a capital do Estado do Amazonas resguarda muita história em seus prédios e construções da época, mas também vem despontando enquanto uma das maiores e mais ricas cidades do país. Cabe citar, por exemplo, que quase 25% do PIB Brasileiro está concentrado em apenas 6 cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus, que concentra 1,3% do PIB nacional. Ainda que essa ‘riqueza’ da cidade esteja concentrada e conseqüentemente pouco compartilhada. Oliveira; Schor (2008, p. 90) apontam:

A paisagem de Manaus comporta as contradições inerentes a dois crescimentos: os pujantes níveis de crescimento econômico gerados pelo PIM e os índices de crescimento da periferização, o que demonstra que a cidade cresce em uma relação inversa a sua capacidade de absorver os contingentes populacionais que atraiu.

Constatou-se em pesquisa de campo a cidade, as profundas transformações estruturais que foram realizadas nas 6 zonas geográficas da cidade no decorrer dos últimos 15, que apresentam uma cidade moderna, com uma boa infraestrutura viária, diretamente conectada

ao exterior através da Zona Franca e de seu Pólo Industrial; e que desde meados de 2009 foi escolhida como única capital da região norte para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, o que vem tornando a cidade, desde então, um grande ‘canteiro de obras’ estruturais para tal evento e direcionando ainda mais a mesma ao cenário internacional. Tal momento faz com que a cidade se consolide também como uma cidade internacional moderna, que necessita ainda mais de uma área e/ou setor direcionado as relações internacionais, para dar prosseguimento e continuidade de atividades já iniciadas na seara internacional e, principalmente, empreenda e coordene novos focos e desdobramentos que um grande evento internacional como a Copa do Mundo pode acarretar a cidade.

As Relações Internacionais das Cidades Amazônicas já demonstraram e podem demonstrar ainda mais inovações na gestão pública municipal, na efetividade de políticas públicas e principalmente ao desenvolvimento local. Todavia, deve-se pensar as relações internacionais como um meio para se alcançar, trocar ou intermediar algo (*know-how*, capacidades, recursos e etc); e não, um fim para uma específica demanda (financiamentos direcionados). Além disso, deve-se empreender uma tentativa constante de compreender as realidades e especificidades da continental região amazônica, conforme Castro (2008, p. 353) expõe:

As cidades na Amazônia são demarcadas pela presença da floresta. Os rios desempenharam um papel fundamental ao longo do processo de povoamento desse extenso território. Cidades pequenas e médias, e mesmo as metrópoles como Belém e Manaus, guardam as marcas da história colonial e dos processos mais recentes de ocupação de novas fronteiras. A origem social ou étnica é bastante diversa pelas culturas e economias presentes, e faz dessa região um extraordinário mosaico de diversidade cultural, de línguas, costumes e concepções de vida. Entender as lógicas que estruturam a urbanização na Amazônia e essa diversidade de formas na ocupação, de materialização do trabalho, que se reflete no mundo urbano amazônico é extremamente interessante, e remete a uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional.

A partir do que já fora explanado em sessões anteriores e também baseado nos dados, registros, relatos, documentos das pesquisas de campo empreendidas em ambas as cidades, elaborou-se o seguinte quadro analítico-descritivo acerca da realidade institucional, da articulação setorial, dos focos e direcionamentos das relações internacionais como um todo e dos processos de cooperação.

Quadro 9 – Quadro Comparativo acerca das Relações Internacionais em ambas Cidades

	BELÉM	MANAUS
Marco Inicial das RI institucionalizada	2001, com a criação da CRI	2009, com a criação da ASRI
Foco de Atuação	Captação de Recursos (1997-2000 e 2006-2009), Internacionalismo Solidário-Ideológico (2001-2004), Irmanamento de Cidades (2001-2009)	Captação de Recursos, Discussão Ambiental e Mudanças Climáticas, Redes de Governança
Estrutura	CRI, no âmbito da SEGEP (2001-2004) ARNI, no âmbito da CODEM (2006-2009)	ASRI, no âmbito da SEMMAS (2009-2012)
Equipe	1 assessor de RI e 4 técnicos em nível multidisciplinar (2001-2004) 1 assessor e 1 estagiário de RI (2006-2009)	1 assessor de RI, 4 técnicos ambientais e 1 estagiário (2009-2012)
Capacidade Técnica	Sim (em ambos os momentos as equipes possuíam um caráter multidisciplinar, com corpo técnico que falava outros idiomas e capacitação em RI)	Em parte (somente o assessor de RI tinha formação específica, falava outro idioma; os demais técnicos tinham formação em diversas áreas de cunho ambiental e somente 2 falavam outro idioma)
Cooperação Intersectorial com organizações e/ou entidades	Fraca	Moderada
Continuidade de Atividades e Projetos internacionais	Fraca	Indefinida
Entraves Políticos	Frequentes	Frequentes
Apoio e contato com o Itamaraty e o ERENOR	Pontual, quase inexistente	Frequente
Apoio e compartilhamento de atividades e projetos internacionais via Governo Estadual	Inexistente	Fraco
Subsidio e apoio técnico da CNM	Fraco	Moderado

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura internacional e também nacional tem favorecido fortemente a inserção e múltipla interação de unidades subnacionais, como as cidades, nas relações internacionais. Tais conjunturas direcionam a uma importante conclusão, de que os governos nacionais não são mais capazes de atender a todas as demandas e oportunidades criadas em nível internacional. A globalização permitiu uma interlocução multinível de atores e espaços de interação e governança, em que não é mais aceitável direcionar o diálogo para com o exterior somente nas mãos dos Estados-nação. O desafio atual é encontrar modelos eficientes, articuladores e integradores de coordenação que façam das relações internacionais em nível local uma agenda constante e propulsora da cooperação ao desenvolvimento, e não somente de uma agenda cordial de paradiplomacia ou diplomacia paralela.

Sob a perspectiva internacional, incitou-se o debate acerca dos avanços da globalização e de uma maior interdependência global e como tais fatores influenciaram o maior processo de descentralização de Poder nas relações internacionais. Constatou-se também, que no cenário atual é dada ênfase as *low politics* e são múltiplos os atores internacionais, consubstanciando dessa forma, a atuação e o protagonismo de cidades e governos locais, por exemplo. Tal cenário foi favorável para a emergência das cidades nas relações internacionais e tal fenômeno vem adentrando cada vez mais as discussões acadêmicas, seja na forma da Paradiplomacia ou da Cooperação Descentralizada. Respeitando os grandes avanços no campo da Paradiplomacia, adotou-se no presente estudo, o conceito da Atuação Global Municipal através da Cooperação Descentralizada e tendo como *locus* duas cidades internacionais modernas. Tal conceito é fruto da intensificação da globalização e conseqüentemente da interdependência global, ao invés de uma abertura paralela à diplomacia oficial. A atuação global municipal que é alcançada através da cooperação descentralizada, contemplou com maior alcance o que fora empreendido nas cidades de Belém e Manaus.

Não é de hoje que a região amazônica é acometida por influências e contatos com o exterior, mas é recente as relações internacionais empreendidas por unidades subnacionais localizadas nessa região. É notório considerar, que não obstante as especificidades histórico-político-econômicas da região amazônica, as relações internacionais passaram a integrar as agendas locais das cidades de Belém e Manaus. Ainda que não contemplem de forma efetiva, estruturada e continua a execução de políticas públicas para o desenvolvimento local, vale salientar que em ambas as cidades analisadas (e não somente nelas) existem uma série de

obras infraestruturais com financiamento e/ou recursos externos a fundo perdido ou não, que impactam diretamente na vida daqueles que vivem nas urbanidades. Todavia, o cenário atual interdependente e globalizado tende a oferecer e incentivar não somente a vertente econômica da Cooperação Internacional e Descentralizada. Faz-se necessário pensar as relações internacionais além do viés econômico e gerador de recursos, tal como agregar esforços em prol de uma cooperação intra e inter-setorial local (cidades e estados) que gerem unidade e proporcionem um real desenvolvimento da região.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE RELAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. **A cooperação nacional e internacional para o desenvolvimento de Belém**. Belém: CODEM, 2008. (Relatório interno).

AYLLÓN, B. O sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento e seu estudo nas relações internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**: Fundação Armando Álvares Penteado, São Paulo, v. 5, 2006. Disponível

em: <http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf>

Acesso em: 11 nov. 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Documento Conceitual de Projecto-Brasil** (DCP), 2007. Disponível em: <<http://www.iadb.org>>. Acesso em: 6 maio 2012.

BARBOSA, Maria José de Souza. **Estudo de caso Tucunduba**: urbanização do Igarapé Tucunduba, gestão de rios urbanos – Belém/Pará – versão condensada. Belém: UFPA, 2003. Disponível

em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/melhorespraticas/estudos_caso/estudo_caso_tucunduba.pdf> Acesso em: 11 nov. 2012.

BARROS, Joana da Silva. Olhar o Brasil a partir de Belém: anotações sobre o congresso da cidade (2001-2004). In: III ENCONTRO NACIONAL e I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 3., 2010, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a069.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2013.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2005.

_____. Prefeitura Municipal. REDE Interinstitucional de Adidos de Cooperação- RIAC. **Relatório Interno de Apresentação**. Belém: ARNI;CODEM, 2008.

BOGÉA FILHO, Antenor Américo Mourão. **A diplomacia federativa**. 2001.197 f. Tese (Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco) – Instituto Rio Branco, Brasília-DF, 2001.

BRASIL. Constituição (2008) Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Coletânea de direito internacional**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BUARQUE, Sérgio. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CASTELLS, Manuells. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuells; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, p.152-166. 1996. Disponível em: <http://www.novosestudios.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_as_cidades_como_atores.pdf> Acesso em: 12 dez. 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CERQUEIRA, Eduardo. Belém do Pará – Aveiro. **Aveiro e o Seu Distrito - Junta Distrital de Aveiro**, n. 9, jun. 1970. Disponível em: <<http://www.prof2000.pt/users/avcult/aveidistrito/boletim09/Page03.htm>> Acesso em: 27 dez. 2012.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 1. Ed. Brasília: Saraiva, 2007.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação global municipal: dimensões e institucionalização**. Brasília: CNM, 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnm.org.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D495&ei=tgFEUYvaIeL10gHA3YDACA&usq=AFQjCNH35n6va1IN1G9Lce8SJn2q5e9FSg&bvm=bv.43828540,d.dmQ> Acesso em: 12 dez. 2012.

CIDADES sede da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/destination/cities/index.html>> Acesso: 11 nov.2012

CÍRIO de Nazaré como Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?retorno=detalheInstitucional&sigla=Institucional&id=12564>> Acesso: 21 Fev. 2013.

COMUNE.PONTASSIEVE.FI.IT. Disponível em: <http://www.comune.pontassieve.fi.it/opencms/opencms/Menu_CentroInterculturale/menu/Pace_e_Cooperazione/Pagina_4747.html?pagename=4464>. Acesso em: 11 nov. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Atuação internacional municipal: estratégias para gestores municipais projetarem mundialmente suas cidades**. Brasília: CNM, 2008. Disponível em: <<http://paradiplomacia.org/upload/downloads/10b6220b1a4085fc6c34b03377715020munic-brasil.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. **As áreas internacionais dos municípios brasileiros: observatório da cooperação descentralizada – etapa 1**. Brasília: CNM, 2011. Disponível em: <www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=494> acesso em: 11 mar. 2012.

_____. **Observatório da cooperação descentralizada no Brasil**. Brasília, DF: CNM, 2009. Disponível em:

<www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=497> Acesso em: 11 mar. 2012.

CORNAGO PRIETO, Noé. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004. p. 251-282.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Grandes projetos urbanos e expansão da fronteira na Amazônia: portal da Amazônia, em Belém/PA e PROSAMIM, em Manaus/AM. In: ENCONTRO NORTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 3., 2012, Manaus. **Anais...** Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQUIVOS/GT7-299-157-20120913145058.pdf>> Acesso: 15 nov. 2012.

CUNHA, Rodrigo. Pesquisa e exploração dos aromas amazônicos. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico: Com Ciência**, 2007. Reportagem on-line. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=28&id=321>> Acesso: 12 jan. 2013.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Shumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

EVANS, Graham; NEWHAM, Jeffrey. **The penguin dictionary of international relations**. London: Penguin Books, 1998. 275 p.

FERREIRA, Edilaine Custódio. Raízes do Brasil: uma interlocução entre Simmel, Weber e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Urutágua**, n. 5, p. 55, 2004.

FLACMA. Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais. **Website**. Disponível em: <<http://www.flacma.com/>> Acesso em: 15 dez. 2012.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; SOUSA, Maria Alice Martins de. Belém, ocupação humana e uso dos recursos no estuário. In: CASTRO, Edna (org.) **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

FUNDO VER-O-SOL. Disponível em: <<http://www.fundoverosol.com.br/txt.php?txtfrio=12&img=10&menu=2&mn=1>>

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES FILHO, Francisco. **A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. 2011. Tese (Doutorado em Relações Internacionais.) – DINTER UFRR/UNB/FLACSO, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9379/1/2011_FranciscoGomesFilho.pdf>
Acesso em: 04 abr. 2012.

_____. A paradiplomacia como estratégia de cooperação internacional dos governos subnacionais regionais da Amazônia brasileira: um aporte teórico empírico. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, 1., 2008, Belém. **Anais...** Belém: NAEA; UFPA, 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT8-220-1291-20081121160626.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

GONÇALVES, Williams da Silva. **Relações Internacionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HELD, David; MCGREW, A. **Prós e contras da globalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HELD, David. **The global transformations reader: an introduction to the globalization debate**. Cambridge: Polity, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 211 p.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBORO. Disponível em: < <http://www.lboro.ac.uk/gawc/index.html>. Acesso em: 25 nov. 2013.

ICLEI- Governos Locais pela Sustentabilidade. **Website**. Disponível em: <<http://www.iclei.org/index.php?id=578>> Acesso em: 12 dez. 2012.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 11 mar. 2012.

JAKOBSEN, Kjeld. A política de relações internacionais do município de São Paulo de 2001 a 2004. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; CINTRA, Rodrigo (Orgs). **Ação internacional das cidades no contexto da globalização. Cadernos Cedec**, São Paulo, n. 80, abr. 2006.

JARA, Carlos. Planejamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. **Cadernos Debates 11**: Fundação Konrad Adenauer, p. 9-40, 1996.

KEATING, Michel. Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias, In: WANDERLEY, T. L. E.; BARRETO, M. I.; MARIANO, M. P. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: PUC; UNESP; CEDEC; FAPESP, 2004. p. 49-78.

KEGLEY, Charles W.; WITTKOPF, Eugene R. **World politics: trend and transformation**. New York: St. Martin's Press, 1997.

KEOHANE, Robert O. Theory of world politics: structural realism and beyond. In:_____. **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, Robert. O.; NYE Junior, Joseph. S. La interdependencia en la política mundial. In:_____. **Poder y interdependencia: la política mundial en transición**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1977.

_____. **Power and Interdependence**, 2. ed. [s.l]: Harper Collins Publishers, 1989.

KHANA, Parag. Beyond city limits: the age of nations is over, the new urban age has begun. **Foreign Policy online**, September/October Edition, 2010. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/08/16/beyond_city_limits> Acesso em: 11 nov. 2011.

LSECITIES. Disponível em: <<http://lsecities.net/>>. Acesso em: 21 maio, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Coleção Humanitas.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A Grande Crise (1908-1916)**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio sombra. A paradiplomacia financeira no Brasil da república velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF v. 55, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MANAUS. Decreto 1.444, de 1 de Fevereiro de 2012. Altera e consolida o regimento interno da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e adota outras providências. **Diário Oficial do Município de Manaus**, n. 2861, fev. 2012. Caderno do Poder Executivo. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2012/2fevereiro/DOM/25202861252001.02.2012/2520CAD1.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. Assessoria de Relações Internacionais –ASRI; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade- SEMMAS. **Relatório interno de atividades e ações**. Manaus: SRI; SEMMAS, 2012.

_____. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Lei nº 3.258 de 30 de Maio de 2008**. Nova Lei Delegada. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/reg_int/LEI_DELEGADA_N_74.pdf> Acesso em: 11 nov. 2012.

MARIANO, M. P.; BARRETO, M. I. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: VIGEVANI, T., WANDERLEY, L. E., BARRETO, M. I., MARIANO, M. P. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP; EDUSC, 2004. p. 21- 47.

MARINGONI, Gilberto. Por que os presidentes vieram ao Fórum?. **Carta Maior**, Especial Fórum Social Mundial de Belém, 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15548> Acesso em: 04 jan. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. 7. ed. São Paulo: Grupo Gen, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 34, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 Jul. 2012

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa. **As determinantes locais da paradiplomacia**: o caso dos municípios brasileiros. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10147/1/2011_CarlosEduardoHigaMatsumoto.pdf> Acesso em: 14 out. 2012.

MEDINA, Emerson. Ação constante de Inserção internacional competitiva. **Suframa Notícias**, mar., 2011. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=10474> Acesso em: 11 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consulta Pública Rio+20 (Relatório Final). Brasília, DF: MMA, 2012. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wpcontent/uploads/relatorio_consulta_Publica_FINAL.pdf> Acesso em: 12 jan. 2012.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. 6. ed. Brasília, DF: UNB, 2003. 1152 p.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Aristides da R; COSTA MACHADO, José Alberto da. O Pólo industrial de Manaus e suas dinâmicas. In: RIVAS, Alexandre Almir Ferreira; MOTA, José Aroudo; MACHADO, José Alberto da Costa (Org.). **Instrumentos econômicos para a proteção da Amazônia**: a experiência do pólo industrial de Manaus. 1. ed. Curitiba: CRV: PIATAM, 2009.

PASQUARIELLO, Karina L. Mariano; PASSINI, Marcelo Mariano. Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Governos subnacionais e sociedade civil**: integração regional e Mercosul. São Paulo: UNESP, 2005.

PAQUIN, Stéphane. **Paradiplomatie et relations internationales**: théorie des stratégies intrnationales des régions face à la mondialisation. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes, 2004.

_____. Les actions extérieures des entités subétatiques: quelle signification pour la politique comparée et les relations internationales. In: **Revue Internationale de Politique Comparée**, v. 12, n. 2, 2005. Disponível em: <http://crepic.enap.ca/CREPIC/Publications/Lists/Publications/Attachments/26/paquin_ripc.pdf> Acesso em: 28 ago. 2012.

PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

PORTAL DA COPA. Manaus. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/arena/manaus>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

RIBEIRO, Maria Clotilde M. **Globalização e novos atores**: as cidades brasileiras e o desenvolvimento da paradiplomacia. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057638.pdf>> Acesso em: 21 Jun. 2012.

_____. A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia. **Cena Internacional**, v. 10, n. 2, Brasília, 2008. Disponível em: <http://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/cena_2008_2.pdf> Acesso em: 21 Jun. 2012.

ROBERTSON, Roland. **Globalization**: social theory and global culture. London: Sage, 1992.

RODRIGUES, Edmilson; NOVAES, Jurandir Santos; ARAÚJO, Raimundo Luiz da S. **Congresso da Cidade**: construir o poder popular reinventando o futuro. Belém: Labor Editorial, 2002.

RODRIGUES, Edmilson Brito; CAMPOS, Luis Arnaldo Dias. **Cooperação e relações internacionais**. 1. ed. Belém: Labor Editorial, 2002. v. 1. 54 p.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 441- 462.

ROMERO, Maria Del Huerto. Poder local y relaciones internacionales en contextos de integración regional: el caso de la red de mercociudades y la reunion especializada de municípios e intendencias: Grupo Mercado Comum. In: VIGEVANI, T. et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP, 2004.

SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. *Um outro olhar sobre a Paris dos Trópicos*. In: SOLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das relações internacionais**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Federalismo e relações internacionais do Brasil. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (Org.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 429-456.

_____. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 47, n. 2, p. 131-162, 2004.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. **The global city**. Princeton: Princeton UP, 2003.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, J. A. M de. **As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira**. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512009000100002&lang=p> Acesso em: 22 maio 2012.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_uso_do_metodo_comparativo_nas_ciencias_sociais.pdf> Acesso em: 17 de nov. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. **2ª Conferência Municipal da Cidade de Belém: relatório geral**. Belém: SEGEP, 2005. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs_conferencia/IIConf_Mun_Belem_Rel_final.pdf> Acesso em: 11 jan. 2013.

SILVA, José Maria da. Festa, religiosidade e a cidade: O círio de Nazaré em Belém. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Bahia. **Anais...** Bahia: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1316217975_ARQUIVO_Cirio_deNazare-Artigo.pdf> Acesso em: 21 fev. 2013.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Malden: Blackwell Publishing, 2000.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation des rôles traditionnels de l'état-nation. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. **Au-delà et en deçà de l'état-nation**. Bruxelas: Bruylant, 1996. p. 203- 236.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2001. 584 p.

UCLG. Cidades e governos locais unidos. **Website**. Disponível em: <<http://www.uclg.org/>> Acesso em: 15 nov. 2012.

URBELAC- Rede de Cidades Intermediárias Sustentáveis. **Desenvolvimento Urbano Sustentável e Integrado nas cidades da América Latina e Caribe**: Comissão Europeia, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Luxemburgo: Serviço das publicações da União Europeia, 2012. Disponível em: < <http://bookshop.europa.eu/pt/desenvolvimento-urbano-sustent-vel-e-integrado-nas-cidades-da-am-rica-latina-e-cara-bas-pbKN3212061/>> Acesso em: 20 jan. 2012.

VELHO, O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VIGEVANI, Tullo. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Gestão pública e inserção internacional de cidades**: 1º relatório científico. São Paulo: FAPESP, 2006. Disponível em: <http://www.labmundo.org/disciplinas/VIGEVANI_paradiplomacia_primeiro_segundo_relatorio_cientificos.pdf> Acesso em: 11 nov.2012.

_____. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e Municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a10v2162.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2012.

YAHN FILHO, Armando Gallo. **Relações internacionais e atores subnacionais**: um estudo da inserção internacional da região metropolitana de Campinas. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/2181350/A_insercao_internacional_de_Campinas_aspectos_conceituais> Acesso em: 11 nov. 2012.

Waltz, Kenneth N. – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. In: WMCCG, WORLD MAYOR'S COUNCIL ON CLIMATE CHANGE. **Website**. Disponível em: <<http://www.worldmayorscouncil.org/home.html>> Acesso em: 15 nov. 2012.

WORLD MAYORS COUNCIL. Disponível em:<<http://www.worldmayorscouncil.org/home.html>>. Acesso: 11 nov.2012

ANEXOS

ANEXO A – A Paradiplomacia Financeira no Brasil: empréstimos externos dos Estados, 1894-1913.

Estado	Data	Valor do empréstimo	Fonte do empréstimo
1. Espírito Santo	5/10/1894	Frs 17,5 milhões	Banco Nacional Brasileiro
2. Minas Gerais	12/10/1896	Frs 65,0 milhões	Banque de Paris et des Pays Bas
3. São Paulo	18/4/1899	£ 1,0 milhão	Seligman Brothers Ltd
4. Pará	11/12/1901	£ 1,45 milhão	Seligman Brothers Ltd
5. São Paulo	3/12/1904	£ 1,0 milhão	Bank of London & South America
6. Bahia	21/12/1904	£ 1,06 milhão	Bank of London & South America
7. Pernambuco	11/3/1905	£ 1,0 milhão	Bemberg & Cie e H. Legru
8. São Paulo	4/4/1905	£ 3,8 milhões	Dresdner Bank, of Berlin
9. Paraná	1905	Frs 20,0 milhões	Banque Privée de Lyon Marseille e Comptoir National d'Escompte
10. Amazonas	23/5/1906	Frs 84,0 milhões	Société Marseillaise de Crédit Industriel & Commercial et de Dépôts
11. Alagoas	10/8/1906	Frs 12,5 milhões	Credit Départemental
12. São Paulo	1906	£ 1,0 milhão	Diskonto Gesellschaft-Nordeutsche Bank of Berlin
13. São Paulo	1906	£ 3,0 milhões	J.Henry Schroder Banking Corporation
14. Pará	4/3/1907	£ 650 mil	Seligman Brothers Ltd
15. São Paulo	21/10/1907	£ 2,0 milhões	Sorocabana Railway Company
16. Minas Gerais	1907	Frs 25,0 milhões	Joseph Loste & Cie
17. Espírito Santo	13/4/1908	Frs 30,0 milhões	Ch. Victor & Cie., de Paris
18. Alagoas	8/1/1909	£ 280 mil	Investment Registry
19. Ceará	1/5/1909	Frs 15,0 milhões	Louis Dreyfus & Cie, of Paris
20. Pernambuco	7/6/1909	Frs 37,5 milhões	Banque Privée Lyon Marseille
21. Santa Catarina	4/11/1909	£ 250 mil	Erlangers & Co, e Dunn, Fisher & Co
22. Bahia	22/1/1910	Frs 45,0 milhões	Credit Mobilier Français (Banque Union Parisienne)
23. Rio Grande do Norte	1/3/1910	Frs 8,75 milhões	Banque Syndicale Française
24. Maranhão	2/11/1910	Frs 20,0 milhões	Banque Argentine & Française
25. Minas Gerais	2/11/1910	Frs 120,0 milhões	Perier & Co
26. Pará	1910	£ 200 mil	Seligman Brothers Ltd
27. Minas Gerais	27/3/1911	Frs 50,0 milhões	Perier & Co
28. Paraná	20/12/1912	Frs 35,35 milhões	Ethelburga Syndicate Ltd, of London e Banque Privée Lyon Marseille
29. Rio de Janeiro	26/3/1905	£ 2,5 milhões	Boulton & Cia of London
30. Minas Gerais	19/2/1913	£ 120 mil	Dunn, Fischer & Co. Trust: The British & General Debenture Trust Ltd
31. Bahia	22/4/1913	£ 1,0 milhão	Lloyd's Bank Ltd

Fonte: Maia; Saraiva (012, p. 116)

ANEXO B – Revista informativa da URBIS 2002, onde aparece o *stand* da cidade de Belém no referido evento. Acervo pessoal da Sra. Jurandir Novaes, gentilmente cedido a esta pesquisa.


FEIRA URBIS 2002

A troca de experiências entre os expositores da Urbis 2002 também trouxe resultados para a Universal Network Technology (UNT), empresa que presta serviços de telecomunicação sem fio (wireless). Segundo Julio Maemura, gerente de atendimento e pós-venda da UNT, o evento proporcionou contatos com municípios que se interessaram pela tecnologia e com potenciais parceiros para o desenvolvimento de soluções integradas. “Temos trabalhado nisso e já estamos desenvolvendo algumas soluções na área de transportes e coleta de dados de forma remota”, afirma.

Programas inovadores – O acesso a informações sobre programas, produtos e serviços inovadores é um dos aspectos mais comentados pelos expositores da Urbis 2002. “O grupo Psicodrama da Rua, do Movimento Ética e Direitos Humanos e Cidadania, foi um dos projetos que despertaram o nosso interesse”, conta Eliane Nicoletti, assistente social e coordenadora da Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região Sé, instituição que esteve na feira apresentando os trabalhos realizados pelos adolescentes em suas oficinas de bijuterias.

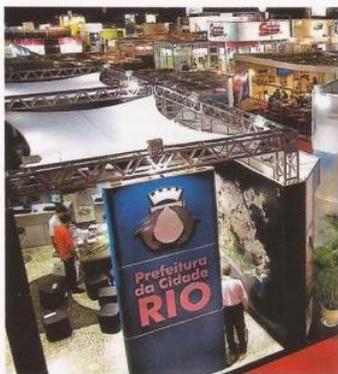
Os programas apresentados durante a Urbis 2002 serviram de inspiração e exemplo para muitos expositores. A Prefeitura de Aracaju, por exemplo, já pensa em colocar em prática o que viu no evento. “Tivemos a oportunidade de conhecer trabalhos desenvolvidos por várias prefeituras nas áreas de geoprocessamento, acessibilidade para deficientes físicos, saneamento ambiental, habitação popular, orçamento participativo e legislação urbana. Alguns poderão ser aplicados em Aracaju”, afirma Luciana Helena Condorelli dos Santos, do Departamento de Gestão do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Planejamento.

O estande do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa) — que participou da Urbis 2002 em conjunto com a Prefeitura de Santo André — estava entre os que despertaram o interesse de cidades que ainda não conheciam os projetos desenvolvidos no município, como a coleta seletiva de lixo, realizada de porta em porta em 100% dos domicílios, e o trabalho da Usina de Reciclagem de Papel, destinada à capacitação e reintegração de jovens à sociedade.

A Prefeitura de Santo André, por sua vez, também tirou proveito da sua participação. “Fizemos contato com várias prefeituras e com outras cidades do exterior”, afirma Patrícia Lacyznski, assessora para assuntos institucionais da Secretaria de Governo da Prefeitura de Santo André.

A aproximação de fornecedores de produtos e serviços do setor público é mais um diferencial da Urbis 2002. “Na área de mobiliário urbano, não existem muitos eventos importantes nos quais possamos estabelecer relações de interesse comercial. Além disso, a presença de prefeituras do Brasil inteiro possibilitou a ampliação de nossos contatos e negociações”, diz Camila Mendes, arquiteta da Murban Mobiliário Urbano e Urbanização Ltda., empresa que fornece peças de mobiliário urbano.

O fato de a Urbis 2002 ter sido um evento internacional também contribuiu para que os expositores estreitassem relações e trocassem experiências com prefeituras e organizações de países como Argentina, China, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Japão e Uruguai.



ANEXO C – Notícia sobre o “Seminário Internacional Poder Local e Participação Popular”, veiculada na seção ‘Cidades’ do Jornal.

A Província, Cidades, p.02, 19/11/98. 46

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Experiência de Belém ganhará o mundo

A experiência de participação popular na administração pública implantada em Belém pelo prefeito Edmilson Rodrigues através do Orçamento Participativo vai complementar iniciativas semelhantes em outros países do mundo. A notícia foi dada ontem no encerramento do seminário internacional "Poder Local e Participação Popular", realizado no Hotel Sagres.

Stephen Walsh, representante do Habitat - Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, participou do encontro para coletar informações sobre o OP em Belém. Depois de ouvir as experiências também de países como a Argentina, Uruguai e Paraguai na área de redução da pobreza humana, ele anunciou que o trabalho do Orçamento Participativo será transferido para o banco de dados do Habitat, na ONU, para orientar a participação popular no mundo inteiro.

Stephen também informou que o trabalho conjunto com a população garantirá a inserção da Prefeitura de Belém no Fórum Ibero-Americano e do Caribe, uma



Orçamento: Edmilson Rodrigues fala sobre a experiência da Prefeitura

comissão de estudos do Habitat que está constantemente conhecendo as novas propostas mundiais de participação popular cuja preocupação seja a melhoria de vida das populações pobres. A premiação do Programa Melhores Práticas de Gestão para o Encontro Humano foi instituída pela ONU.

Adriana Clemente, coordenadora do Ficong - organização não-governamental argentina que organizou o seminário junto com a prefeitura - se disse surpresa com a eficácia do Orçamento Participativo em Belém.

Fonte: A Província do Pará (19 nov.1998, p. 2)

ANEXO D – Notícias sobre o “II Encontro Internacional Democracia, Igualdade, Qualidade de Vida – o Desafio para as cidades no Século XXI”, veiculadas no

PÁGINAS 2 E 3

II Encontro projeta Belém para esfera internacional

"Belém se firmou definitivamente como uma cidade cosmopolita. Ainda temos muito a aprender, mas temos também muito a ensinar". Foi assim que o prefeito Edmilson Rodrigues resumiu o primeiro benefício do II Encontro "Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida, o Desafio para as Cidades no Século XXI", realizado em Belém nos dias 8 e 9/10. Em dois dias de discussões, trocas de experiência e de aprendizado, e reunindo mais de 400 pessoas, o encontro só contabilizou saldos positivos.

Foram mais de 100 trabalhos científicos apresentados pelos maiores urbanistas do Brasil e do exterior. Representações de diversos países estiveram presentes como França, Canadá, além da ilha caribenha de Fort de France, capital da Martinica. Com a cidade de Fort de France, Belém firmou um acordo de cooperação nas áreas econômica, tecnológica e cultural.

Outro importante momento para a cidade foi a assinatura da carta de adesão ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), órgão má-

BELEMDOPARA



CONGRESSODACIDADE

ximo de gestão ambiental do planeta que define normas internacionais e supervisiona a agenda 21. Com esta iniciativa, Belém sediará a reunião da Cúpula Juvenil da Amazônia (CJA), prevista para maio de 2002, que tem como meta mobilizar as forças jovens regionais e internacionais em defesa da floresta amazônica.

Uma das mesas redondas mais concorridas foi a que teve como expositora a arquiteta Ermínia Maricato, professora da USP e coordenadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Ela falou sobre o tema "Urbanização e Regularização da Cidade Ilegal", mostrando que a cidade ilegal não é uma exceção, mas uma regra. Dados fornecidos pela professora dão conta de que em São Paulo e no Rio de Janeiro

50% das residências estão situadas em loteamentos ou favelas, ou seja, a metade dos domicílios não é regularizado. Maricato concluiu que a maioria dos brasileiros está fora do mercado imobiliário porque, para ter acesso ao mercado teria que ganhar de 10 a 12 salários mínimos mensais.

Tributação Injusta e a Batalha de Belém foram outros dois temas polêmicos. A secretária de Finanças de Belém, Esther Bemerguy condenou o atual sistema tributário brasileiro, que privilegia a União e Estados em detrimento dos municípios. Já o professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR) da UFRJ, Carlos Vainer, classificou de Guerra de Belém a experiência porque passa a cidade administrada pelo PT em constante embate com a administração do governo do Estado. "É fundamental que Belém mostre para os demais governos democráticos e populares brasileiros que é possível vencer esta batalha contra a mercadificação das cidades, contra o marketing urbano, que pensa as cidades num ambiente global competitivo", concluiu.

Belém e Fort de France irmanadas

OSÉAS SANTOS

A assinatura do acordo de cooperação entre as Prefeituras de Belém e a de Fort de France, na Martinica, marcou o encerramento do II Encontro Internacional. Tanto Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém, quanto Serge Letchimy, prefeito de Fort de France, ao assinarem o acordo, ressaltaram a importância de se desenvolver ações conjuntas que promovam a prosperidade e desenvolvimento entre as duas cidades.

Na palestra de Serge Letchimy, que também é arquiteto-urbanista, foram acentuadas as semelhanças entre as duas cidades "Apesar da colonização francesa, nós da Martinica temos problemas urbanos parecidos com os do Brasil", e continuou "Lutemos contra o sistema neoliberal mundial que consolida a exclusão social".

Como parte da programação, o compositor Billy Blanco lançou a segunda edição de seu livro "Tirando de Letra e Músi-



Os prefeitos de Belém e Fort de France firmam cooperação

ca", onde 110 letras comentadas e 70 melodias retratam a obra desse paraense reconhecido internacionalmente pelo seu talento musical.

O evento, que contou com a apresentação do Prefeito Edmilson Rodrigues, autor do prefácio do livro, fez parte da programação cultural do II Encontro e teve como atração o cantor Nil-

son Chaves interpretando algumas das composições de Billy.

"Esse lançamento é muito importante, uma vez que livro de poesia raramente ganha uma segunda edição. A Prefeitura de Belém está de parabéns pela iniciativa", agradeceu Billy que revela sua alma paraense em versos como: Belém do Pará, onde nasce quem merece..."

Congresso Geral discute nova Belém

O Primeiro Congresso Geral da Cidade Belém "Milton Santos", que se realizou no ginásio de esportes da Escola Superior de Educação Física, nos dias 11 e 12 foi o ápice de um amplo processo de mobilizações e discussões sobre o futuro da capital paraense, iniciado desde abril. É o planejamento da cidade sendo construído socialmente.

Durante seis meses, milhares de moradores de todos os bairros da cidade atenderam ao chamado da

prefeitura e participaram de 48 congressos para debater e definir propostas para o Desenvolvimento Urbanístico e Ambiental, Desenvolvimento Humano por uma Economia Solidária, Comunicação e Cidadania Cultural, Gestão Democrática e Qualidade Social do Serviço Público, Juventude e Direitos Humanos.

Paralelamente, ocorreram 106 congressos setoriais, reunindo mulheres, negros, homossexuais, por-

tadores de necessidades especiais e índios, etc. Todos esses fóruns de discussões resultaram num documento base que será apreciado e aprovado durante o congresso. A partir de agora todos os cidadãos belenenses (de nascimento e de coração), definirão que caminhos serão tomados para o desenvolvimento da Capital da Amazônia.

** Na próxima edição, material completo sobre o Congresso da Cidade.*

ANEXO F – Notas sobre o “I Congresso da Geral da Cidade Milton Santos”,

Cidade



O prefeito Edmilson Rodrigues disse ontem, durante a realização do Congresso da Cidade, que a partir de agora Belém crescerá cada vez mais no sentido de envolver o seu povo como protagonista de um futuro de felicidade humana. Para Edmilson, Belém é um exemplo para o Pará, para o Brasil e para o mundo.

Ele lembrou que o povo nunca teve a oportunidade de reunir uma representação de todos os cidadãos de Belém, para discutir os problemas e planejar o futuro. “É o povo com o poder de construir o futuro, o poder nas mãos do povo, afirmando o sonho exatamente de uma cidade justa, democrática e feliz”, afirmou o prefeito.

Segundo o prefeito, a presença de uma delegação de vários países do mundo e de representantes de cidades de todo o Brasil mostra o caráter

3
nho e a confiança no tipo de governo popular que se realiza aqui. “É a demonstração de que o Governo do Povo passa a transformar Belém numa referência para a humanidade e que o sonho socialista é um sonho possível”.

Milão

O representante do grupo de esquerda italiana, intitulado Milagre de Milão, Piero Basso saudou os delegados e conselheiros do Congresso da Cidade dizendo estar participando do evento com muito entusiasmo porque sempre acreditou que a participação popular é a melhor maneira de praticar a democracia. “Acreditamos que a participação popular é que separa a boa esquerda da má esquerda”, disse.

2
Ele garantiu que não há, na Europa, experiências semelhantes de fóruns populares como aconteceu em Belém e, por isso, pretende aprender e entender como funciona o

processo de participação popular na capital parense. Piero Basso explicou que faz parte de um grupo de esquerda que possui representantes de várias organizações nas áreas de vendas, parques e áreas verdes, tráfego de veículos e solidariedade, entre outras.

Abertura

Na abertura oficial do I Congresso Geral da Cidade de Belém Milton Santos, o sindicalista Eloy Borges, representante do Conselho do Orçamento Participativo, disse que o evento é um grande avanço para consolidar a participação popular em Belém e também para consolidar a determinação do governo municipal em fazer uma cidade que seja governada por seu povo. Ele lembrou que aquelas pessoas que, no início, olhavam com desconfiança para todo esse processo de discussões envolvendo os diversos segmentos da sociedade, hoje têm uma visão diferente do Congresso da Cidade.

Segundo Eloy Borges, que

2
é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintep), o congresso possibilita ainda o resgate da cidadania e daqueles segmentos sociais que sempre foram excluídos das políticas públicas.

Cultura

O diretor-presidente do jornal “Le Monde Diplomatique”, e um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, Bernard Cassen, disse ontem durante o painel “Poder Local, Justiça e Inclusão Social”, que não são apenas fatores materiais, como falta de tempo ou dinheiro, que impedem o acesso dos cidadãos à cultura. Os obstáculos que dificultam o caminho para uma plena cidadania cultural são também de ordem psicológica e sociológica.

2
Para Cassen é preciso combater a concepção de cultura como uma acumulação e repensá-la de outra forma. Seria necessário definir a cultura a partir da

experiência real de cada cidadão, a experiência do trabalho e das lutas. O formalista disse ainda que cabe ao poder público dar a essa cultura os meios de expressão de que ela necessita para se comunicar com outras culturas.

Estatuto

A urbanista Erminia Maricato falou ontem sobre a necessidade de organização e luta da população para fazer valer a aplicação do Estatuto da Cidade, lei federal aprovada pelo Congresso Nacional em julho passado. “O Estatuto da Cidade pode fazer muito ou nada. Vocês sabem que as leis brasileiras que contrariam os interesses dos poderosos não são aplicadas nesse país”.

2
O Estatuto, disse a urbanista, é fruto da luta dos movimentos urbanos por moradia. Ele prevê tanto a ampliação do acesso à moradia quanto a regularização de áreas ocupadas. Mas o Estatuto só pode ser aplicado através do Plano Diretor Urbano de cada cidade, discutido e apro-

vado pelos vereadores municipais. “O problema, portanto, Câmara Municipal. Não tranquiliza daqui por fora que se dependa da atuação municipal, essa pegar”.

Maricato também discorreu sobre os problemas urbanos causados pelo rápido e desordenado crescimento das cidades. “Cerca de 130 milhões de pessoas vivem em cidades, 82% da população mundial, e o crescimento das cidades se deu dentro da lei, mas não foi construída a cidade adequada”, disse. “O Estatuto não resolve os problemas, mas pode, sem financiamento adequado, sem ajuda, sem arquitetos, engenheiros. Nossas cidades estão vivendo um momento dramático”.

Ela lembrou que São Paulo, por exemplo, tem 17 milhões de habitantes, e é uma cidade maior do que muitos países da América Latina. Um em cada cinco habitantes de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e outras cidades vivem em favelas, áreas ocupadas. Essa ocupação desordenada explicou Maricato, causou muitos problemas ambientais.

Pag. 3

Provincia Caderno: A

12/10/2001

ANEXO G – Folder informativo do “Congresso Municipal de Saneamento – Água, Direito de Todos: Os desafios da municipalização da prestação de serviços de saneamento em Belém”, de 2002.

Realização



CONSELHO DA CIDADE

Apoio

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
 ABAS - Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
 APACC - Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
 ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
 CBB - Comissão dos Bairros de Belém
 CESUPA - Centro de Estudos Superiores do Pará
 CNBB - Confederação Nacional dos Bispos de Belém
 CREA-PA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
 FACI - Faculdade Ideal
 FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
 FNU - Federação Nacional dos Urbanitários
 FEMECCAM - Federação Metropolitana dos Centros Comunitários e Associações de Moradores
 IESAM - Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
 MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
 MEP - Movimento dos Evangélicos do Estado do Pará
 NAEA/UFGPA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
 PARU/UFPA - Programa de Apoio à Reforma Urbana
 PROJETO MEGAM - Estudo dos Processos de Mudança do Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental
 Sindicato dos Urbanitários - PA
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UNAMA - Universidade da Amazônia
 INABRA - Fundação Instituto Nacional Brasileiro
 Rede Brasil Multi-institucional de Educação Ambiental

Informações

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEF
 Av. Gov. José Malcher, 2110, São Brás - Belém - Pará
 Tel.: (0xx) 91 236-2006 | 246-0240
 SECRETARIA DO CONSELHO DA CIDADE:
 Tel. (011) 246 3221
 E-mail: congressosaneamento@interconect.com.br

CONGRESSO MUNICIPAL DE SANEAMENTO



ÁGUA DIREITO DE TODOS

OS DESAFIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO EM BELÉM.

13 A 15/09/2002 | HILTON HOTEL | BELÉM-PARÁ-BRASIL

A garantia do direito de todos a serviços de saneamento de qualidade exige o controle da sociedade, através da prestação de serviços pelo Poder Público Municipal.

Entretanto, o Projeto de Lei nº 4147/2001 que tramita no Congresso Nacional para estabelecer a Política Nacional de Saneamento e dispor sobre as regras para as concessões no setor, busca garantir o avanço da iniciativa privada na prestação dos serviços de água e esgoto nas cidades e aglomerados urbanos considerados rentáveis.

Deficitário e desorganizado, o atendimento prestado pela Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa, do Governo do Estado, além de deixar 190 mil pessoas (26%) sem abastecimento, apresenta frequentes interrupções de fornecimento e alto índice de perdas de água devido à má conservação da rede de distribuição. Apenas 5 dos 8 distritos da cidade são cobertos pelo abastecimento da empresa.

Nos últimos cinco anos, a Prefeitura de Belém implantou uma das maiores políticas de saneamento básico em 119 anos. Resgatou o SAAEB Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém e passou a beneficiar mais de 132 mil pessoas distribuindo água potável de qualidade nos distritos de Icoaraci, Mosquitoiro, Outeiro e Benguiá, e na região das Ruas de Belém, com sistemas de abastecimento movidos

OS DESAFIOS DA MUNICIPALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE BELÉM.

à energia solar onde necessário.

Outro avanço foi a implantação pelo SAAEB da primeira Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Belém em 396 anos, no bairro da Pratinha, com capacidade para atender 600 famílias nos distritos de Benguiá, Outeiro e Mosquitoiro, beneficiando 103.914 mil pessoas, quase 10% da população de Belém.

No Distrito de Mosquitoiro, a Prefeitura está construindo o maior sistema de esgotamento sanitário de Belém e um dos maiores da região Norte, num investimento de R\$ 8 milhões. Quando estiver concluído, constará de rede coletora, estações elevatórias, emissários, ligações prediais e duas estações de tratamento, dotando o ilhéu do que há de melhor no tratamento de poluentes.

Por todo esse histórico de luta em defesa da qualidade de vida é que Belém tem, insistentemente, sustentado a necessidade de municipalização do serviço de saneamento e da titularidade dos municípios sobre o setor.

Em defesa do cidadão, a Prefeitura Municipal de Belém, o Conselho da Cidade e diversas entidades e instituições decidiram organizar o Congresso Municipal de Saneamento para ampliar a participação da população na definição das metas e prioridades para o setor, a fim de que essa pauta seja assessorada pelo conjunto de sociedade de belenense, academia, dirigentes dos movimentos sociais locais e diversas instâncias, como os poderes Legislativo e Judiciário.

No Congresso Municipal de Saneamento, a sociedade poderá mostrar as experiências recentes de municipalização da prestação dos serviços de saneamento no Brasil, estreitar laços com o movimento internacional, nacional e local pela não-privatização dos serviços de água, socializar informações acerca do quadro atual do serviço de saneamento em Belém e dos procedimentos adotados pela Prefeitura de Belém em vista da municipalização; e estabelecer diretrizes concretas para efetivar a municipalização até o final do mandato deste Governo (2004).

De 27 de agosto a 6 de setembro, serão realizadas oficinas preparatórias que contribuirão com informações e propostas para o Congresso e para as atividades posteriores.

No dia 12 de setembro, será realizada a caminhada "Em Defesa da Água, pela Vida e Contra a Privatização da Cosanpa". Participe desta luta. A causa é estratégica para Belém.

OFICINAS PREPARATÓRIAS:

De 27/08 a 06/09/2002

- Água e Cidades Amazônicas: Decisões e Políticas sobre um Recurso Estratégico. Organizador: NAEA/UFPA.
DATA: 27 e 28/08 - **Horário:** 9:00 às 12:00h e 15:00 às 18:00h.
LOCAL: Auditório do NAEA

- Tecnologias Alternativas para a área de Saneamento Entidade Organizadora: CREA - PA e Faculdade Ideal - FACI.
DATA: 28/08/2002.
HORA: 8:00 às 12:00h e 14:00 às 18:00h.
LOCAL: Auditório do CREA.

- Educação Ambiental na defesa dos recursos hídricos: a importância sanitária e econômica da água. | Organizador: Grupo de Trabalho PEAMB - Programa de Educação Ambiental para Belém (FUNVERDE/SESMA).
DATA: 28/08/2002.
HORA: 08:00 às 12:00h.
LOCAL: Auditório do Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia.

Política de Saneamento Ambiental: concepções e perspectivas. | Organizador: Programa de Apoio à Reforma Urbana-PARU (CSE-UFPA).
DATA: 29/08/2002.
HORA: 18:00 às 21:00h.
LOCAL: Aud. Setorial Profissional Campus UFPA

- Construção de Estratégias de Sensibilização e Mobilização Comunitária em prol da Manutenção da Qualidade da Água. | Organizador: IESAM.
DATA: 04/09/2002.
HORA: 8:00 às 12:00h.
LOCAL: Auditório do IESAM.

- Saneamento: garantir o acesso à municipalização e o controle social. | Organizadores: FASE e CBB.
DATA: 04/09/2002.
HORA: 18:30 às 20:30h.
LOCAL: Auditório do IPAMB.

- Avaliação dos custos de Sistemas de Água e Esgoto. | Organizadores: ABES e ABAS.
DATA: 04/09/2002.
HORA: de 15:00 às 21:00h.
LOCAL: Auditório da Caixa Econômica Federal e Faculdade Ideal - FACI.

- Direito Sanitário. | Organizador: CESUPA.
DATA: 05/09/2002.
HORA: 9:00 às 12:00h e 15:00 às 18:00h
LOCAL: Auditório do CESUPA.

CONSULTA POPULAR SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA COSANPA:
De 9 a 12/09/2002 das 08 às 16h

- Umam em vários locais dos oito Distritos Administrativos de Belém e nas Praças da República (Centro) e Operário (São Brás), Feira do Ver-O-Peso e em frente aos shoppings Iguatemi e Castanheira.

CAMINHADA EM "DEFESA DA ÁGUA, PELA VIDA E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA COSANPA":
Dia 12/09/2002 às 9:00h

- Concentração na Praça-Santuário de Nazaré (CAN) Caminhada até São Brás. Evento cultural - dia 12/09/2002, a partir das 19:00h.

Abertura Oficial do II Binael Internacional de Música de Belém: Amazônia de todos os Povos.
LOCAL: Aldeia Cabana de Cultura Amazônica "Davi Miguel".

Fonte: Acervo pessoal da Sra. Juranam Novaes, gentilmente cedido a esta pesquisa.

ANEXO H – Acordo de Cooperação celebrado pela cidade de Belém e a cidade de Gênova (Itália), 2008.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM



CITTÀ DI GENOVA

Acordo de Cooperação

No âmbito do encontro bilateral do dia 16 de Novembro de 1998,

o Prefeito de Belém (capital do estado do Pará, Brazil), Edmilson Brito Rodrigues
e
o Presidente da Câmara de Genova, Giuseppe Pericu,
o Presidente da Autoridade portuária de Genova, Giuliano Gallanti

Presumindo

que a cidade de Belém pode ter um importante papel estratégico na integração entre o sistema das cidades portuárias brasileiras e a cidade de Genova, como principal Hub Centre mediterrâneo da plataforma distributiva europeia;

que a cidade de Genova é portadora de uma avançada experiência de gestão e planificação do território dos sistemas portuários, das infraestruturas tecnológicas e de telecomunicações e da sua integração com o conjunto das funções urbanas.

Considerando

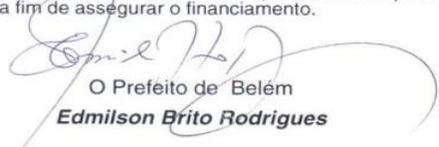
o interesse comum na realização de plataformas logístico-produtivas com actividade de grande intensidade de trabalho para a valorização, a qualificação e a distribuição de mercadorias nos mercados da Europa e do MERCOSUL.

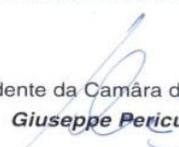
Concordando

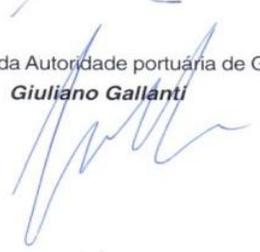
colaborar para a promoção de um programa de cooperação internacional com o intuito de realização dos sistemas tecnológicos integrados de gestão das infraestruturas logístico-produtivas para:

- a) a valorização sustentável dos produtos da região amazônica focalizado sobre o plano de reutilização do porto da Ilha de Caratateua (Outeiro), a ser coordenado pela Prefeitura de Belém;
- b) a integração entre o sistema dos portos brasileiros do MERCOSUL e a plataforma distributiva euromediterrânea centrada em Genova.

Com o propósito de efectuar um acordo específico do programa, empenham-se em favorecer o encontro entre as Administrações representantes e os principais sujeitos da respectiva realidade socio-económica. O conteúdo do acordo será elaborado com a assistência técnica do Euros no âmbito do mandato específico que lhe foi conferido pela cidade de Belém e serão apresentados conjuntamente na conferência das cidades portuárias brasileiras que terá lugar Paranaguá em 1999. O acordo do programa será submetido aos ministérios competentes da respectiva autoridade governativa nacional e à União Europeia, a fim de assegurar o financiamento.


O Prefeito de Belém
Edmilson Brito Rodrigues


O Presidente da Câmara de Genova
Giuseppe Pericu


O Presidente da Autoridade portuária de Genova
Giuliano Gallanti

ANEXO I – Pacto de Amizade celebrado pela cidade de Belém e a Comuna de Pontassieve (Itália).



COMUNE DI PONTASSIEVE

PATTO DI AMICIZIA

Il giorno 26 luglio 2001, il Sindaco del Comune di Pontassieve MAURO PERINI e il Sindaco del Comune di Belem EDMILSON BRITO RODRIGUES,

ricordata la visita ufficiale fatta dal Sindaco del Comune di Pontassieve Mauro Perini nella città di Belem del Febbraio 2000 assieme alla delegazione della Regione Toscana guidata dall'Assessore regionale Mauro Ginanneschi;

richiamata la Carta di Intenti, sottoscritta nell'occasione, tra la Città di Belem e la Regione Toscana dall'Assessore alla Regione Toscana Mauro Ginanneschi e dal Sindaco di Belem Edmilson Brito Rodrigues con l'intento di iniziare un processo di cooperazione di carattere economico sociale e culturale;

considerato che a seguito dei contatti fra il Comune di Pontassieve e la Città di Belem è emerso un forte e reciproco interesse a stringere un rapporto di amicizia e di collaborazione fra le due municipalità;

visto come le due municipalità siano accomunate dalla convinzione che la cooperazione decentrata costituisca uno strumento fondamentale per intervenire positivamente sugli squilibri mondiali che vedono oggi i paesi del sud del mondo vivere in condizioni di svantaggio;

ritenuto di dover allacciare un rapporto permanente di cooperazione nella forma di PATTO DI AMICIZIA che rappresenti uno stimolo per tutti i settori del tessuto civile, sociale ed economico delle rispettive comunità;

si impegnano a:

1) promuovere un sistema di cooperazione organica, permanente e continuativa fra i due Comuni finalizzato a:

- la difesa dell'ambiente e dell'ecosistema amazzonico;
- uno sviluppo economico e sociale sostenibile;
- la tutela della salute e dell'istruzione;
- lo sviluppo della produzione e della diffusione di medicinali naturali;

2) incentivare le relazioni fra le due comunità attivando in modo continuativo e permanente una rete di scambi d'informazione, documentazione ed esperienze su temi di comune interesse;

3) approfondire la conoscenza delle rispettive radici culturali anche attraverso il coinvolgimento delle scuole del territorio;

Le due amministrazioni comunali concordano le modalità di attuazione dei suddetti impegni nei modi e nei tempi ritenuti opportuni, verificando periodicamente che gli obiettivi vengano perseguiti con piena e reciproca soddisfazione.

Il presente patto, redatto in italiano e in portoghese, entra in vigore al momento della firma.

Pontassieve, 26 luglio 2001

MAURO PERINI
Sindaco di Pontassieve



MUNICIPIO DE BELÉM

PACTO DE AMIZADE

No dia 26 de julho 2001, o Prefeito do Município de Pontassieve MAURO PERINI e o Prefeito do Município de Belém EDMILSON BRITO RODRIGUES,

lembrando a visita oficial feita pelo Prefeito do Município de Pontassieve MAURO PERINI na cidade de Belém em fevereiro 2000 junto com a delegação da região toscana chefiada pelo Assessor regional Mauro Ginanneschi;

a carta das intenções escrita na ocasião entre a cidade de Belém e a Região Toscana pelo Assessor regional Mauro Ginanneschi e o Prefeito de Belem Edmilson Brito Rodrigues com intenção de começar un processo de cooperação com carater economico, social e cultural;

sendo que depois dos varios contatos entre os dois Municipios nasceu un forte e comun interesse de confirmar una relação de amizade e colaboração entre os municipios;

considerando que os dois municipios tem em comun a convicção, que a cooperação descentralizada constitui un strumento fundamental para interferir positivamente no equilibrio mundial que veem hoje os pais do sul domundo viver en condições de desvantagem;

sentido o dever de começar una relação permanente de coperação na forma de un ACORDO DE AMIZADE que represente un estímulo a todos os setores que formam una sociedade civil, social e economica das respectivas comunidades;

se impenham:

1) Promover un sistema de cooperação concreta, permanente e continua entre os municipios, con finalidade a:

- defesa do ambiente e do eco-sistema amazônico
- desenvolvimento economico e social compatível
- a tutela da saúde e da instrução
- o desenvolvimento da produção e a difusão de remédios naturais;

2) incentivar a relação entre os dois municipios en modo de haver una troca de informações, documentações e experiências de temas de comun interesse;

3) aprofundar os conhecimentos das respectivas raizes e também envolvendo as escolas do território;

As duas administrações dos municipios concordam nas modalidades de atuações dos respectivos empenhos, nos modos e nos tempos considerados oportunos, verificando periodicamente que os objetivos venham seguidos com plena e reciproca satisfação.

O presente acordo escrito em Italiano e Português entra em vigor a partir do momento das assinaturas.

Pontassieve, 26 julho 2001

EDMILSON BRITO RODRIGUES
Sindaco di Belem

ANEXO J – Protocolo de Irmamento celebrado pela cidade de Belém e a cidade de Campinas (SP).

FROM : SECOOP

FAK NO. : 55 19 32565433

24 Oct. 2002 05:30PM P1
P.A.



PROTOCOLO DE IRMANAMENTO

A Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, representada por sua Prefeita no exercício, Senhora Izalene Tiene

E

A Cidade de Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, representada pelo seu Prefeito no exercício, Senhor Edmilson Brito Rodrigues.

Agindo de acordo com os princípios definidos pela Constituição Federal e no quadro das regras que regem a cooperação Intercidades;

Exprimem o voto de intenção mútua e de fraternidade entre o povo de Campinas e o povo do Belém com o intuito de reforçar e desenvolver cooperação entre as duas cidades.

Estão de acordo, nos termos de um encontro amistoso, sobre o estabelecimento de uma cooperação entre as duas cidades, segundo os seguintes princípios:

1. As duas partes implementarão, de acordo com os princípios de igualdade e de benefício mútuo, seja diretamente entre as duas cidades, seja mobilizando outros parceiros públicos e privados, ações de troca e de cooperação nos domínios da economia, do comércio, da educação, da formação profissional, dos esportes e da cultura, da saúde, da cidadania, etc., a fim de promover a prosperidade e o desenvolvimento comuns.
2. Fica convencionado que as duas cidades estabelecerão um programa de cooperação durante o ano de 2002, após a identificação dos interesses comuns e das áreas onde se desenvolverão as ações de intercâmbio.
3. Contatos regulares serão estabelecidos entre os responsáveis pelos serviços competentes das duas partes, a fim de facilitar as ações de troca e de cooperação que forem necessárias.
4. O presente protocolo está feito e traduzido em duas versões em Português, em cada texto reconhecida a sua autenticidade.

FROM : S6C00P

FAX NO. : 55 19 32565433

24 Oct. 2002 05:30PM P2

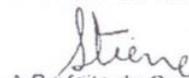


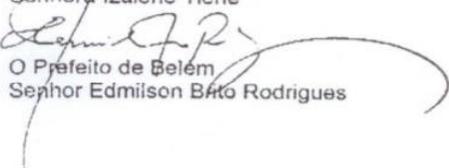
PROTOCOLO DE IRMANAMENTO

Ficam convocadas todas as mulheres e homens desta cidade a entrarem conosco na luta contra a violência e a criminalidade: "vamos precisar de todo mundo" – Campinas contra a violência – Esta bandeira também é sua. A impunidade é cúmplice da violência.

Todo dia 10 de cada mês, vamos nos comunicar para saber as ações realizadas para garantia da justiça e paz

Belém, 09 de outubro de 2001.


A Prefeita de Campinas
Senhora Izalene Tiene


O Prefeito de Belém
Senhor Edmilson Brito Rodrigues

ANEXO K– Pacto de Amizade celebrado pela cidade de Belém e a cidade de Pointe-à-Pitre (França), 2007.



VILLE DE POINTE-À-PITRE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

PACTO DE AMIZADE

O Prefeito da Cidade de Pointe-à-Pitre HENRI BANGOU e o Prefeito da Cidade de Belém DUCIOMAR GOMES DA COSTA;

VISTO que após contatos entre a Prefeitura de Pointe-à-Pitre e a Prefeitura de Belém surgiu um forte e recíproco interesse em estreitar os laços de relacionamento de amizade e colaboração entre as duas Municipalidades;

CONSIDERANDO que as duas Municipalidades estão convencidas de que a cooperação descentralizada constitui um instrumento fundamental para intervir positivamente nos desequilíbrios mundiais que vêem os países do Hemisfério Sul viver em condições de desvantagem;

PRETENDENDO instaurarem uma relação permanente de cooperação na forma de PACTO DE AMIZADE que represente um estímulo para todos os setores que formam o tecido civil, social e econômico das respectivas realidades;

Se empenham em:

1 – Promoverem um sistema de cooperação orgânica, permanente e contínua entre as duas Cidades nos setores artístico, científico, cultural, ecológico, tecnológico, turístico e urbano, bem como noutros setores de interesse comum, com o apoio e patrocínio das autoridades competentes, sem fins lucrativos e sem obrigação de vinculação jurídica, tendo como prioridade:

- a. A defesa do meio ambiente e do ecossistema amazônico;
- b. O desenvolvimento econômico e social sustentável;
- c. A tutela da saúde e da instrução;
- d. Favorecer toda e qualquer forma de intercâmbio, de experiência e colaboração voltada para a preparação de formadores na área do turismo.



VILLE DE POINTE-À-PITRE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

2 – Incentivar as relações entre as duas cidades, ativando de forma contínua e permanente uma rede de intercâmbio, de informações, documentações e experiências sobre temas de interesse comum, promovendo contatos diretos e estabelecidos entre Entes, Escolas, Empresas e Associações das duas realidades urbanas.

3 – Aprofundar o conhecimento das respectivas raízes culturais através da participação de escolas sediadas em ambas as cidades.

As duas administrações municipais poderão solicitar a sua rescisão a qualquer momento, sem nenhum ônus.

As duas administrações municipais concordam com as modalidades de atuação dos citados empenhos, nos modos e nos termos julgados oportunos, verificando periodicamente que os objetivos sejam perseguidos com plena e recíproca satisfação.

O presente PACTO DE AMIZADE, redigido em português e francês, entra em vigor no momento de sua assinatura.

Belém, Pará, de de


HENRI BANGOU
Prefeito de Pointe-à-Pitre
República Francesa


DUCIOMAR GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal de Belém
Estado do Pará
República Federativa do Brasil

ANEXO 12– Carta das Cidades Amazônicas, documento final do I Congresso de Cidades Amazônicas, 2009. Disponível em: < <http://cidadesamazonicas.com.br/CARTA.pdf>> Acesso: 11. Nov. 2011.



CARTA DAS CIDADES AMAZONICAS

Os Prefeitos dos municípios amazônicos reunidos na cidade de Belém- Pará, com a representação de mais de 2500 congressistas, dentre Prefeitos, presidentes de associações municipais, vereadores, procuradores e servidores municipais, procuradores dos 9 estados amazônicos, após extensos debates durante o I Congresso das Cidades Amazônicas, resolvem:

- 1- Construir um pacto voluntário dos municípios amazônicos pela redução do desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável tendo como objetivo o desmatamento zero e a promoção da dignidade humana contribuindo para o cumprimento das metas brasileiras em relação às mudanças climáticas globais;
- 2- Estabelecer como prioridade a revisão da base de calculo do Fundo de Participação dos Municípios-FPM onde se deve incluir como critério a extensão territorial e o IDH;
- 3- Priorizar mudanças no critério de repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS reduzindo o Valor Adicionado Fiscal de 75% para 50% ;
- 4- Propor que a cobrança de ICMS sobre a energia elétrica seja feita na origem;
- 5- Propor a ampliação do percentual dos royalties relacionados às atividades de mineração;
- 6- Considerar relevante a mudança da legislação relacionada ao pagamento dos royalties de energia aos municípios impactados a jusante das barragens e hidrelétricas, além dos valores de compensação e mitigação dos impactos sócios ambientais;

- 7- Priorizar mudança na legislação para ampliar a distribuição de todos os royalties (energia, água, petróleo e gás, mineração) de forma que este recurso seja distribuído regionalmente;
- 8- Propor a regionalização das políticas públicas federais considerando as diferenças e peculiaridades da Amazônia;
- 9- Propor a criação de um Grupo de Trabalho da Amazônia Legal dentro do Ministério da Saúde a fim de adequar os programas da área;
- 10- Propor a criação de Fórum Amazônico de gestores municipais de cultura junto ao Ministério de Cultura;
- 11- Realizar a releitura da classificação dos municípios turísticos Amazônicos para a interlocução e acesso aos recursos junto ao Ministério do Turismo;
- 12- Solicitar ao Ministério de Meio Ambiente a regulamentação do repasse automático da taxa de Controle e Fiscalização às Secretarias Municipais de Meio Ambiente por meio do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- 13- Solicitar ao Governo Federal repasse mensal dos recursos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente do equivalente a 2% do valor do repasse do FPM, aos municípios da Amazônia Legal para fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente;
- 14- Repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente dos municípios impactados de parte dos recursos arrecadados pelo Estado e União referentes às ações de licenciamento e fiscalização;
- 15- Repactuação da distribuição dos royalties de petróleo e gás incluindo os municípios amazônicos como destino de parte destes recursos para fortalecimento da gestão ambiental;

16- Aprovar o Congresso das Cidades Amazônicas como o fórum anual dos municípios amazônicos.

17- Todos os itens retro foram aprovados por unanimidade dos presentes no I Congresso das Cidades Amazônicas.

Belém, 27 de novembro de 2009



Helder Zaluth Barbalho

Coordenador Geral do I Congresso das Cidades Amazônicas

Presidente da FAMEP

Prefeito de Ananindeua

ANEXO 13 – Carta de Manaus firmada em Outubro de 2009. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/9300/9373/Carta_Manauas_v1.7.pdf> Acesso: 15 Dez.2013



Carta de Manaus

Preâmbulo

Os Prefeitos, os Alcaldes, as autoridades locais, as associações de municípios e líderes de municipalidades reunidos em Manaus, Amazonas, Brasil, por ocasião da Cúpula Amazônica de Governos Locais, realizada de 7 a 10 de outubro de 2009, a fim de discutir a inclusão da Amazônia nas Negociações de mudanças climáticas apresentam:

Considerando a importância dos governos locais da Amazônia, patrimônio dos povos dos nove países que a compartilham, na responsabilidade de protegê-la à serviço das presentes e futuras gerações;

Considerando que as emissões oriundas do desmatamento das florestas tropicais devem ser reduzidas para se evitar o aquecimento global;

Considerando outros instrumentos adotados pelos governos locais em relação às mudanças climáticas globais; entre outros, o Acordo Mundial dos Prefeitos e Governos Locais sobre a Proteção do Clima, lançado em 12 de dezembro de 2007; o Chamamento dos Governos Locais e Regionais às Partes em Copenhague adotado na Cúpula sobre liderança dos Governos Locais na Mudança Climática em 4 de junho de 2009 em Copenhague.

Considerando o disposto na Declaração de Princípios sobre as Florestas reconhecida pelas Nações Unidas na UNCED-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Respaldando o trabalho realizado pelo ICLEI – Governos Locais para Sustentabilidade e Cidades e Governos Locais Unidos - CGLU como interlocutores dos governos locais no processo de negociação das partes para os acordos sobre as mudanças climáticas.

Considerando que a redução das taxas de desmatamento constitui a principal contribuição que os países da região amazônica têm a oferecer no esforço global de redução das emissões dos gases de efeito estufa;

Compreendendo que a Amazônia, maior floresta tropical do planeta deve ser reconhecida como fonte de produtos e serviços ambientais e não somente como depositária de estoques de carbono e, acima de tudo, como uma oportunidade de desenvolvimento local sustentável e ecologicamente correto;



Considerando que até 2030 a maior parte da população estará vivendo em cidades e que na Amazônia temos ainda a possibilidade de desenvolver uma harmoniosa integração entre a cidade e a floresta;

Admitindo-se que embora o reflorestamento e o plantio de florestas sejam formas úteis de mitigação de emissões, a preservação das florestas já existentes representa uma oportunidade muito maior em termos da magnitude das emissões, trazendo benefícios ambientais tais como a conservação da biodiversidade, a regulação do clima local e regional, a proteção de mananciais hídricos e dos solos e a preservação cultural de comunidades rurais;

Reconhecendo que a agricultura familiar tem fundamental importância nos processos de mitigação das emissões, de adaptação às mudanças climáticas e na manutenção da agrobiodiversidade, representando assim um setor valioso para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e, portanto, merecedora de instrumentos econômicos para o seu desenvolvimento;

Cientes que os mecanismos multilaterais de negociações e ações para o enfrentamento das mudanças climáticas devem assegurar a transparência, a participação e o controle social, a completude e a consistência de dados, baseados nas referências do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas;

Cientes que a linha base do IPCC deve reconhecer os riscos e as pressões da manutenção de estoques de carbono em uma série histórica;

Destacando a importância que os governos locais desempenham na gestão do território e na interface direta com as comunidades, indispensáveis à eficácia das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos almejados de redução das emissões.

Declaram

Ser imperioso avançar na implementação de projetos de **Redução de Emissões Decorrentes de Desmatamento e Degradação-REDD** que abordem o aspecto sócio-ambiental das reduções das emissões proporcionando benefícios conjuntos para as comunidades e para o meio-ambiente preservado em especial em espaços de predominância florestal e com a participação dos municípios no controle local e na tomada de decisões de forma global por meio da criação do fórum permanente de governos locais da Amazônia.

Ser necessária a formulação de programas de compensação por serviços ambientais aliados ao manejo ou manutenção de cobertura florestal tais como agricultura familiar, manejo florestal, produção de energia oriunda da biomassa, e outros que impliquem na melhoria do desenvolvimento humano das comunidades da região amazônica.



Ser necessária a implementação de políticas e medidas que incentivem a adoção de tecnologias limpas e fontes renováveis de energia e educação ambiental.

Ser fundamental o acesso direto à recursos para o fortalecimento das capacidades locais na elaboração de projetos, na produção do conhecimento científico e no domínio de tecnologias para o monitoramento ambiental.

Ser adequado compreender os mecanismos de mitigação das mudanças climáticas não somente como incentivos econômicos, mas também como transferência de tecnologia, capacitação e apoio para a regulamentação, em especial, a regularização fundiária e a remediação dos impactos ambientais causados em áreas já degradadas.

Ser importante a adoção de parâmetros de compensação diferenciados para áreas com diferentes graus de vulnerabilidade e de pressão antrópica e contemplando a sociodiversidade da região e as questões de gênero e inter-geracional, a fim de se estimular a adoção de práticas mais eficientes e sustentáveis.

Ser inadiável o enfrentamento dos impactos associados à expansão urbana e a adoção de medidas que aumentam a proteção dos fragmentos florestais urbanos e das bacias hidrográficas.

Ser indispensável a participação dos governos locais na formulação das políticas regionais, nacionais e internacionais sobre o tema.

Comprometem-se

A adotar metas municipais voluntárias de redução de desmatamento e degradação florestal negociadas com os setores da sociedade, tendo-se como base a série histórica local.

A apresentar à comunidade internacional e aos Governos Nacionais Amazônicos suas iniciativas locais e em rede para o compartilhamento de recursos financeiros, tecnológicos e de capacidades.

Deliberam

Que a partir desta data, está constituído o Fórum Permanente de Governos Locais da Amazônia para Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável que permita o intercâmbio de experiências e a solidariedade entre governos, com poder deliberativo e caráter propositivo a ser reconhecido pela Comunidade Internacional e Governos Nacionais.

Que se reunirão num prazo de 30 (Trinta) dias para, através de uma Comissão Provisória avaliar, formalizar e regularizar o funcionamento e atuação da Instituição, cuja comissão será composta de 15 (Quinze) membros, a saber:



- a) Organizadores da Cúpula: CNM – Confederação nacional de Municípios (Brasil), AMM – Associação Amazonenses de Municípios, Prefeitura de Manaus e representante do comitê técnico.
- b) Um representante das associações de municípios de cada um dos 09 (nove) países amazônicos.
- c) Um representante da FLACMA – Federação Latino Americana de cidades, municípios e associações de governos locais.
- d) Um representante do ICLEI.
- e) Um representante das entidades Estaduais dos Municípios Amazônicos Brasileiros.

Recomendam

Aos governos nacionais, por ocasião da 15ª Conferência entre as Partes- COP-15, a ser realizada em Copenhague de 7 a 18 do mês de dezembro de 2009 para discutir a revisão do Protocolo de Quioto pós-2012, que:

- (1) Seja apoiada a inclusão do mecanismo de **Redução de Emissões Decorrentes de Desmatamento e Degradação-REDD e REDD-plus** como instrumentos reconhecidos pelo Protocolo para a mitigação das emissões de gases que ocasionam o efeito estufa.
- (2) A sistematização das abordagens de implementação dos projetos de REDD que obedeçam normas gerais nacionais de validação e estabeleçam a participação das demais esferas de governo e, em especial, o incentivo a participação de governos locais.

Manaus 09 de outubro de 2009

Assinaturas.

ANEXO 14– Carta do Amazonas firmada em Março de 2012. Disponível em: <http://www.xyzlive.com.br/forumdesustentabilidade/upload/carta_do_amazonas_2012_2_no_va_versao.pdf>



CARTA DO AMAZONAS

Neste ano de 2012, em que a atenção do planeta está focada no Brasil devido à Rio+20, o LIDE firma o compromisso de mobilizar a sociedade brasileira pela aprovação de uma legislação nacional de pagamentos por serviços ambientais, reconhecendo este mecanismo como fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável. Destacamos também, através do FÓRUM MUNDIAL DE SUSTENTABILIDADE, outros temas que merecem especial atenção da sociedade brasileira e mundial. São eles:

- 1 A aprovação de um acordo internacional para implementar o REDD+ como mecanismo de conservação das florestas nativas.
- 2 Estabelecimento de metas para a universalização do acesso à energia limpa até o ano de 2030.
- 3 O apoio à maior cooperação Sul-Sul, na base de benefícios mútuos que não repitam os erros cometidos no passado.
- 4 A importância de repensar as estruturas atuais da ONU para aumentar a eficácia dos processos de governança internacional.
- 5 A formulação de um programa de governança dos oceanos, que permita a conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos e estoques pesqueiros, incluindo a criação de áreas marinhas protegidas em águas territoriais nacionais e internacionais.
- 6 O reconhecimento de que a atmosfera é um bem comum, compartilhado por todos, e cuja contaminação por gases do efeito estufa e outros poluentes precisa ser drasticamente reduzida, através de um cronograma mundial de metas firmes e compatíveis com a ciência.
- 7 O desenvolvimento de uma plataforma ambiental a nível municipal como prioridade, que explicita compromissos a serem assumidos por governantes locais, com especial atenção à universalização do saneamento básico, ao incentivo à construção sustentável e à promoção da educação ambiental e do consumo consciente.
- 8 A regulamentação e efetivo cumprimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, dando atenção à possibilidade de geração de empregos, através da valorização da cadeia de reciclagem do PET.
- 9 O uso das cadeias de valor de produtos da floresta para promover o comércio justo e o desenvolvimento sustentável na base da economia.
- 10 A incorporação clara e explícita nas metas de desenvolvimento e respeito aos direitos de futuras gerações a um meio ambiente mais limpo e sadio.

Manaus, 24 de Março de 2012



ANEXO 15 – Notícias da Inserção Internacional Competitiva da SUFRAMA. Disponível em: Informativos SUFRAMA Hoje. Edições de 2009, 2010, 2011 e 2012. (Acervo SUFRAMA).

ANO X - EDIÇÃO 48 - DEZEMBRO DE 2009
suframahoje

> OPORTUNIDADES

República Tcheca busca negócios na região

Um grupo de 25 representantes da indústria e do governo da República Tcheca, liderado pelo vice-ministro da Indústria e do Comércio, Milan Hovorka, reuniu-se com o superintendente adjunto de Projetos da SUFRAMA, Oldemar Ianck, na sede da autarquia, em novembro, para conhecer o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). A delegação incluiu representantes da Câmara de Comércio da República Tcheca e empresas de aeronáutica, petroquímica, sistemas de automatização e software, construção civil, agricultura e equipamentos elétricos, entre outros. O vice-ministro Milan Hovorka disse que a passagem por Manaus atendeu à recomendação do presidente da República Tcheca, Václav Klaus.

GIRO RÁPIDO

> MISSÃO

SUFRAMA PARTICIPA DE VISITA AO PERU



■ Importância da rodovia Interoceânica será debatida em seminário

> COMISSÃO

Parlamentares da Guiana conhecem o modelo ZFM

Parlamentares da Guiana Francesa em comitiva no Amazonas participam, no dia 15 de dezembro, de uma reunião na sede da SUFRAMA para conhecer o modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (ZFM). As políticas de incentivos e as diversas oportunidades de negócios que o parque industrial local dispõe serão detalhados por técnicos da autarquia. Na oportunidade, a comitiva da Guiana irá apresentar o projeto de criação de uma Zona Franca Industrial de Exportação (ZFIE) no porto Degrad des Cannes. Durante a missão, o grupo de parlamentares visitará fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) e o Distrito Industrial de Micro e Pequenas Empresas (DIMPE).

> FISCALIZAÇÃO

GT54 conhece procedimentos da autarquia

Representantes do Grupo de Trabalho nº 54 (GT54) da Comissão Técnica Permanente (COTEPE/ICMS) participaram de reunião na SUFRAMA para conhecer a rotina e os procedimentos de cadastro de empresas e de internamento de mercadorias nacionais nas áreas incentivadas, administradas pela autarquia. O GT 54 pertence ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e foi criado para tratar de assuntos referentes ao Comércio Exterior, é composto por representantes de todas as unidades federativas, da Receita Federal do Brasil e da SUFRAMA.

Representantes do Grupo de Trabalho conheceram a importância do incentivo para a Amazônia Ocidental e os procedimentos realizados pelos técnicos da SUFRAMA para internação de mercadorias.

> INFRAERO

Programa discute logística na ZFM

Um programa de eficiência logística implantado recentemente pela Infraero com o propósito de eliminar gargalos e proporcionar ganhos de produtividade às empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) foi apresentado na sede da SUFRAMA, no último dia 27 de outubro. Durante o seminário foram discutidos os principais pontos do Programa Infraero de Eficiência Logística, como o sistema de premiação às empresas integrantes da cadeia logística – importadores, transportadores, agentes de carga e comissárias de despacho, por exemplo – que apresentem eficiência em suas operações. As premiações obedecem a um ranking criado e monitorado pela Infraero, que identifica os clientes com maior agilidade na liberação de suas cargas.



Mais informações no site:
www.suframa.gov.br/fiam/2009/

27



suframahoje

Missões de empresários e governos estrangeiros estudam parcerias na região

- Finlandeses já firmaram parcerias em inovação com SUFRAMA e Governo do Amazonas

RELAÇÕES COMERCIAIS

Países discutem integração comercial com a SUFRAMA

■ Emerson Medina e Diego Queiroz

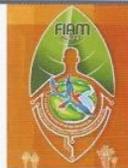
Missões empresariais e representantes da área diplomática e comercial de vários países, aproveitaram a participação na Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011) para discutir com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a aproximação de seus respectivos mercados com o mercado brasileiro e investimentos no Polo Industrial de Manaus (PIM). As audiências aconteceram durante a FIAM 2011 com a participação do superintendente em exercício da autarquia, Oldemar Ianck.

A primeira missão estrangeira reuniu-se com o superintendente, no dia 27 de outubro. O prefeito da cidade equatoriana de Manta, Jaime Estrada, junto a empresários e representantes diplomáticos do Equador discutiram com Oldemar Ianck o projeto de logística multimodal Manta-Manaus, que consiste na abertura de uma nova rota de comércio e de transporte entre a Amazônia Brasileira e o Oceano Pacífico. O projeto deve ter seu andamento intensificado a partir dos próximos meses. Outra novidade foi o anúncio de um escritório de representação comercial do Equador,

em Manaus, em junho de 2012.

No dia 28 de outubro, Oldemar Ianck e o superintendente adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Elilde Menezes, receberam a comitiva da Business Oulu, empresa pública responsável por implementar políticas industriais e dar suporte às companhias de desenvolvimento implantadas na província finlandesa de Oulu. Na audiência, foram relatadas as ações que já são frutos de acordos entre a Business Oulu, SUFRAMA e Governo do Amazonas para projetos sobre diagnóstico rápido de doenças, inclusão digital por internet e radiofrequência e aprimoramento do sistema de esgotos e tratamento de água. "São ideias que vamos buscar fomentar no âmbito do acordo de cooperação firmado, envolvendo também outras instituições locais", afirmou Ianck.

No mesmo dia, diretores do instituto alemão Fraunhofer ENAS e um diretor da SEMI Europe (associação global de fabricantes de equipamentos ligados à indústria de micro e nanoeletrônica), entregaram a Oldemar Ianck, um relatório sobre pontos determinantes para o aprimoramento do Sistema Local de Inovação de Manaus e reforçaram a importância da parceria com a SUFRAMA que cul-



minou na instalação de um escritório oficial do Fraunhofer ENAS em Manaus.

O superintendente recebeu no dia 29 de outubro, empresários e o cônsul comercial da Áustria, Ingo-mar Lochschmidt, que anunciou o interesse da fabricante de motocicletas, KTM, de investir no PIM. Empresários venezuelanos e o representantes do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela também agradeceram a Oldemar Ianck pela participação na FIAM 2011, em busca de parceiros brasileiros nas áreas de vidro, motores e peças de alumínio, entre outros segmentos.

A conselheira da Embaixada da Argentina, Corina Lehman, destacou que a Feira representou a oportunidade de conhecer o potencial do Norte do País. Foi sinalizada ainda uma maior aproximação para que se desenhe uma agenda comum de cooperação comercial que inclua as complementaridades entre a ZFM e a área incentivada da Terra do Fogo, na Argentina. Em outra reunião, o presidente da Câmara de Comércio da Guianã Francesa, Jean Luc Davidas, apresentou um estudo sobre o desenvolvimento da logística aérea entre o Brasil e as regiões das Guianas (Francesa, Inglesa e Suriname). ●

Estrangeiros buscam negócios na ZFM

Diplomatas e empresários visitam o PIM

■ **Enock Nascimento**

Com 45 anos, o consolidado modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) segue atraente e despertando interesse internacional. Recentemente, representantes diplomáticos de países como o Japão e a Áustria e executivos de empresas multinacionais como a Samsung visitaram a sede da SUFRAMA e manifestaram intenções de investir no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Na visita à autarquia no final de abril, o cônsul geral do Japão em Manaus, Hajime Naganuma, revelou que empresas japonesas estão em busca de novos mercados para transferir tecnologia e fazer investimentos e que, na avaliação dele, o Brasil é o parceiro ideal. "É no Amazonas, a presença japonesa funciona muito bem", adiantou, propondo intensificar a aproximação entre os empresários nipônicos e a SUFRAMA para fortalecer e ampliar a presença japonesa no PIM. "A presidenta (Dilma Rousseff) garantiu mais 50 anos para a Zona Franca, porém a tendência internacional é reduzir tarifas. Assim, só os incentivos não serão mais suficientes no futuro. É preciso aumentar a competitividade, com infraestrutura e transferência de tecnologia", pontuou Naganuma. "Nosso discurso então está afinado", concordou o superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira. O cônsul japonês destacou ainda a importância do Brasil como parceiro comercial pelo histórico de mais de cem anos de amizade entre os dois países.

Outro país asiático a demonstrar interesse em concretizar negócios no parque industrial de Manaus é a Coreia do Sul. O executivo líder da multinacional Samsung, Sangjin Park, esteve no dia 17 de fevereiro em reunião com Thomaz Nogueira, na qual pediu apoio da autarquia para a instalação em Manaus de uma fábrica para a produção de baterias compactas de Lítium Ion (íons de lítio) para celulares e notebooks, um projeto inédito no Brasil.

Sangjin Park revelou ter recebido convite de vários outros países para instalar a nova planta industrial, mas que a empresa coreana aposta no



■ Consulado Japonês quer ampliar presença nipônica na Zona Franca



■ Embaixador da Áustria aposta na chegada de outras empresas daquele país

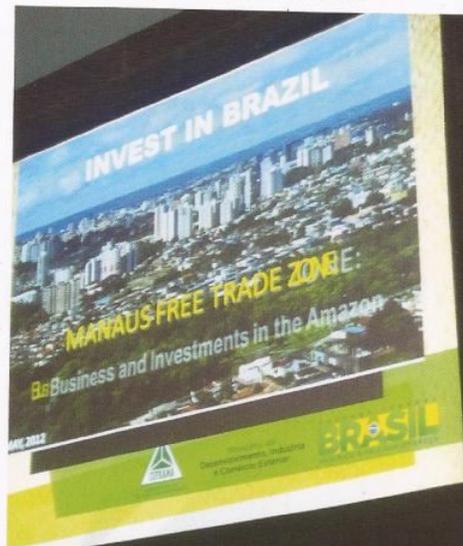


■ Executivo da Samsung adiantou interesse em investimento inédito no PIM

Brasil "por considerar um potencial mercado para este produto". A Samsung SDI é líder mundial em produção de energia limpa através de baterias recarregáveis. Nogueira adiantou que a instalação deste segmento em Manaus vai contribuir para a consolidação da cadeia de celulares e notebooks no PIM.

A chegada de outra fábrica promete trazer resultados promissores para a ZFM. Durante a visita à autarquia, em 27 de fevereiro, o embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer, avaliou que a instalação da fabricante de energéticos Red Bull no PIM pode representar o iní-

cio de um processo de maior presença da indústria austríaca no Amazonas. Para o diplomata, a Red Bull será um grande cartão de visita do modelo Zona Franca para os investidores europeus. "Certamente, pelo tamanho da Red Bull, outras empresas vão querer saber por que ela decidiu se instalar na Amazônia", explicou o diplomata, ressaltando que o fato pode ampliar a visão dos empresários austríacos em relação ao PIM. ●



Visita à Ásia aumenta INTERESSE PELA ZFM

SUFRAMA promove modelo no Japão e Coreia do Sul

Enock Nascimento

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) já recebeu mais de 30 consultas de empresas asiáticas que demonstraram interesse em instalar unidades no Polo Industrial de Manaus (PIM). As prospecções de futuros negócios são alguns dos resultados alcançados após a missão empresarial ao Japão e à Coreia do Sul integrada pela autarquia e liderada pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em maio. As sondagens foram feitas por meio da Japan External Trade Organization (Jetro) e partiram de indústrias das áreas de Eletroeletrônico, Energia e Gás, Serviços e de Autopeças.

No dia 28 de maio, em Tóquio (Japão), o superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, atendendo convite da Embaixada do Brasil no Japão e da Nikkei Business Publishing, proferiu palestra no seminário "Invest in Brazil". Na palestra — dirigida a um público de mais de 400 pessoas, sendo a maioria formada por empresários e representantes do setor industrial japonês — Nogueira detalhou a política de incentivos fiscais da Zona Franca de

Manaus (ZFM), quais critérios as empresas devem atender para produzir no PIM com os incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II), e elencou as oportunidades de negócios na Amazônia Ocidental.

"Após o terremoto de 2011, muitos empresários japoneses verificaram a necessidade de diversificar investimentos e aumentaram o interesse em investir no comércio exterior. O Brasil, por seu potencial de crescimento econômico e estabilidade institucional se tornou muito atrativo para o Japão", explicou Nogueira.

Após a palestra, empresários nipônicos fizeram muitas perguntas sobre o modelo tributário da ZFM e a prometida prorrogação por parte do governo federal dos incentivos fiscais concedidos ao modelo por mais 50 anos, o que significaria segurança jurídica para os investidores até, pelo menos, o ano de 2073. Durante o evento em Tóquio, representantes da Honda, Panasonic e Sony fizeram questão de destacar para seus colegas que investir na ZFM está longe de ser uma aventura e reafirmaram a força e a solidez do modelo.

Em seguida, no dia 31 de maio, em Seul (Coreia do Sul), o superin-

tendente da SUFRAMA participou da III Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Coreia do Sul de Promoção Comercial e de Investimentos. Durante o evento, Thomaz Nogueira, além de explicar o funcionamento da ZFM, discorreu sobre oportunidades de negócios na região, especialmente para a produção de semicondutores e displays, face ao grande consumo local destes componentes. Outros assuntos detalhados pelo superintendente ao público coreano, visando potenciais cooperações bilaterais, foram: as pesquisas em biotecnologia e tecnologia da informação, conduzidas pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) e pelo Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (CT-PIM), bem como a convergência de ambos para a bionanotecnologia.

O Japão e a Coreia do Sul já são importantes investidores e parceiros do PIM. Atualmente 35 empresas instaladas em Manaus possuem participação do capital japonês com o percentual de 44,56% do total de investimentos líquidos do Polo. Já as empresas com participação de capital sul-coreano somam cinco e detêm 4,35% dos investimentos líquidos do PIM.

Além disso, as duas maiores empresas em faturamento do Polo — Moto Honda da Amazônia e Samsung Eletrônica da Amazônia — são filiais, respectivamente, de matrizes do Japão e da Coreia do Sul. ●

Holanda, Inglaterra e Japão buscam negócios na ZFM

VISITAS



■ Governo holandês quer trazer investimentos para o Brasil

SUFRAMA, Thomaz Nogueira, Gareth Moore ficou surpreso ao saber que algumas empresas se anteciparam à iniciativa, como a fabricante de motos inglesa Triumph, mas verificou que ainda há espaço para investimentos em áreas como o polo gás-químico. No século XIX, a presença inglesa contribuiu para a infraestrutura de Manaus, com galerias de esgoto, pontes, o Roadway e o prédio da Alfândega, entre outras obras.

Adidos navais

Uma comitiva composta por 15 adidos navais estrangeiros acreditados no Brasil, quatro militares da Marinha e um oficial do 3º Distrito Naval esteve na SUFRAMA, em agosto. Liderada pelo Capitão de Fragata, Sérgio Lucas, a comitiva foi recebida pelo superintendente adjunto de projetos, Gustavo Igrejas, e pelo coordenador geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da SUFRAMA, Jorge Júnior. A visita integrou a viagem de observação dos adidos navais à Região Norte, coordenada pela Marinha do Brasil. Os adidos são de países como Chile, Venezuela, Peru, África do Sul, Paraguai, Portugal, Argentina, Itália, entre outros.

Imprensa

Em setembro, o correspondente do jornal The Globe Asahi Shimbun, um dos mais influentes jornais do Japão, visitou a sede da SUFRAMA para entrevistar o superintendente Thomaz Nogueira em uma reportagem especial sobre a Zona Franca de Manaus. ●

Da CGCOM

Entre agosto e setembro, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) continuou a receber delegações de representantes de governos estrangeiros e veículos internacionais de comunicação interessados em conhecer as oportunidades de investimentos na região.

Em agosto, representantes do Reino dos Países Baixos (Holanda) estiveram na sede da autarquia discutindo questões como a segurança jurídica do modelo ZFM e o atual momento econômico do Polo Industrial de Manaus (PIM). O embaixador do Reino em Brasília, Kees Rade, e o cônsul holandês em Manaus, Vítório Nyenhuis, foram recebidos pelo superintendente adjunto de Projetos da SUFRAMA, Gustavo Igrejas.

Kees Rade comentou que o Reino dos Países Baixos acompanha a situação econômica mundial e acredita que investir no Brasil é um bom negócio. "Para a Holanda, o Brasil é um dos mercados mais promissores devido ao momento econômico da Europa", ressaltou. O cônsul Vítório Nyenhuis destacou que o

Delegações estrangeiras prospectam investimentos na região

Reino detém expertise em diversos segmentos que se alinham com os benefícios oferecidos pelo modelo ZFM. Segundo ele, seria interessante promover uma missão econômica e empresarial de investidores holandeses à Manaus. "Queremos levar o empresário a investir em países em desenvolvimento e o Brasil é o alvo. Manaus é alvo", concluiu.

Ingleses

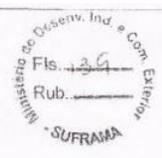
A partir de março de 2013, fim do ano fiscal para o Reino Unido, o país pretende organizar uma missão de empresários interessados em investir no Brasil e deve colocar Manaus no roteiro da viagem. O anúncio foi do cônsul geral britânico em Recife, Gareth Moore, que visitou a autarquia, em agosto.

Recebido pelo superintendente da

ANEXO 16 – Termo de Compromisso e Plano de Trabalho da ERENOR. (Documentos acessados no escritório do Itamaraty).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA



Ministério do Desenv. Ind. e Com. Exterior
Fis. 36
Rub. _____
-SUFRAMA

Termo de Compromisso que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus

Aos 15 dias de agosto de 2011 (dois mil e onze), a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CNPJ 00.394.536/0006-43, doravante denominado MINISTÉRIO, neste ato representado pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e a SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, CNPJ 04.407.029/0001-43, doravante denominada SUFRAMA, neste ato representada pela sua Superintendente, Flávia Skrobot Barbosa Grosso, firmam o presente Termo de Compromisso, mediante as condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

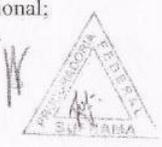
O presente Termo de Compromisso tem por objeto a manutenção do Escritório de Representação do MINISTÉRIO na Região Norte (de sigla ERENOR), em Manaus, e por seu intermédio, a cooperação institucional entre o MINISTÉRIO e a SUFRAMA, com vistas a estimular a participação de entidades e órgãos dos setores público e privado dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins no processo de inserção do Brasil no cenário internacional, e a prestar serviços de informação, acompanhamento e atendimento, nos termos do anexo Plano de Trabalho (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

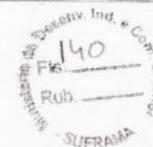
Para a consecução dos objetivos do presente Termo de Compromisso, as Partes comprometem-se a:

I – Das obrigações do MINISTÉRIO:

a) indicar um representante da Carreira de Diplomata à frente do ERENOR, em nível de Conselheiro ou superior, para conduzir o Escritório e tratar da colaboração institucional entre o MINISTÉRIO e a SUFRAMA, articulando ações conjuntas no âmbito internacional;



W



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

- b) destacar, a seu juízo, outros servidores públicos de seus quadros para atuar no ERENOR;
- c) garantir a remuneração do representante da Carreira de Diplomata e dos eventuais servidores públicos dos quadros do MINISTÉRIO lotados no ERENOR;
- d) fornecer um automóvel de serviço e custear as despesas de manutenção;
- e) assegurar, quando possível, os meios operacionais necessários para integrar o Escritório aos sistemas de comunicação e informática do MINISTÉRIO;
- f) desenvolver as atividades constantes do Plano de Trabalho que figuram no Anexo I deste Termo de Compromisso.

II - Das obrigações da SUFRAMA:

- a) disponibilizar a Estrutura descrita no Anexo II deste Termo de Compromisso para o funcionamento do ERENOR;
- b) prestar o apoio logístico necessário ao funcionamento do ERENOR em suas dependências atuais, a seu pessoal e à recepção de público, para fins de atendimento consular e prestação de informações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência de recursos financeiros do MINISTÉRIO para a SUFRAMA, ou vice-versa, a qualquer título, para a constituição ou implementação deste Termo de Compromisso.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante Termo Aditivo, se interesse das Partes.

CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

O presente Termo de Compromisso poderá ser alterado, sem modificações de seu objeto, mediante termo aditivo.





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO

O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante comunicação escrita, efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

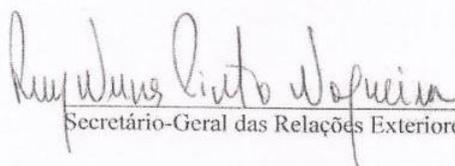
Na hipótese de ser necessário dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Compromisso, estas deverão primeiramente ser resolvidas no âmbito da Advocacia-Geral da União. Quando não for possível uma solução consensual, fica eleito o Foro de Brasília (DF).

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pelo MINISTÉRIO, de acordo com o disposto no Artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, para validade do que pelas Partes foi pactuado, firmou-se este documento em 3 (três) vias de igual teor.

Brasília - DF, 15 de agosto de 2011.

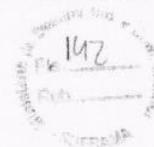

RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Secretário-Geral das Relações Exteriores


FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente da Zona Franca de Manaus





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA



ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

Plano de Trabalho Permanente do
Escritório de Representação do
Ministério das Relações Exteriores na
Região Norte

O ERENOR, objeto do presente Termo de Compromisso, constitui parte da estrutura do MINISTÉRIO, e exerce suas atividades para propiciar a ampliação da participação ativa dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) no plano internacional.

Mediante o instrumento de cooperação ora firmado, a SUFRAMA fornecerá o apoio logístico necessário à operação do ERENOR, que se empenhará na cooperação com as instâncias estaduais no sentido da definição e implementação de projetos com entidades no exterior, da promoção comercial, do auxílio à captação de investimentos, do fomento de iniciativas de caráter educacional, científico, tecnológico e cultural, da disseminação de informações sobre o MINISTÉRIO, a diplomacia brasileira e as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro e da prestação de determinados serviços de atendimento ao público.

As atividades de cooperação entre os dois órgãos têm como objetivos:

- a) identificar oportunidades de participação da Região Norte no processo de aprofundamento da inserção do Brasil no cenário internacional, nas suas dimensões econômica, comercial, política, cultural e turística;

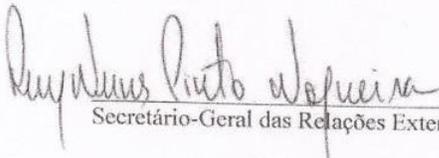




MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

- b) intensificar a cooperação e coordenação institucional entre o MINISTÉRIO e os setores público e privado dos Estados da Região Norte nas áreas de promoção comercial; ciência, tecnologia e inovação; acadêmica, entre outras;
- c) promover a realização de seminários e conferências sobre temas da atualidade internacional, comércio exterior, oportunidades de investimento e outros temas relacionados à inserção dos setores público e privado dos Estados da Região Norte no cenário global;
- d) atender à demanda local de rotinas consulares e de legalização de documentos públicos, em decorrência da intensificação dos fluxos migratórios afetos aos Estados da Região Norte;
- e) fornecer informações sobre o MINISTÉRIO, a diplomacia brasileira e as carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- f) constituir o enlace entre as instituições e entidades públicas e privadas dos Estados da Região Norte e os organismos internacionais voltados para a assistência técnica para o desenvolvimento em suas várias modalidades;
- g) proporcionar orientação e assistência no encaminhamento de atividades externas vinculadas à valorização dos produtos dos Estados da Região Norte.

Brasília – DF, 15 de agosto de 2011.


RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Secretário-Geral das Relações Exteriores


FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente da Zona Franca de Manaus





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA



ANEXO II

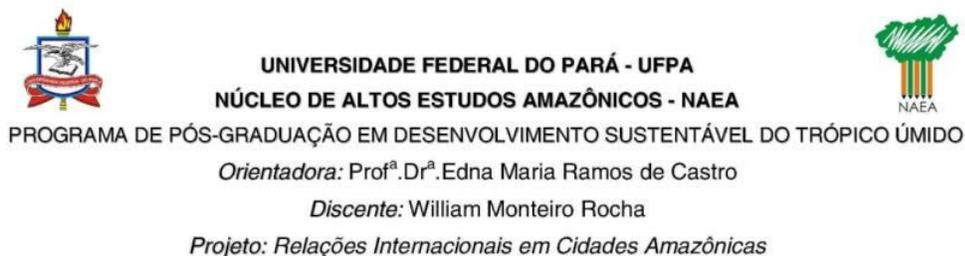
Estrutura oferecida pela SUFRAMA
para o funcionamento do Escritório de
Representação do Ministério de
Relações Exteriores na Região Norte

- a) Nas dependências atuais da SUFRAMA, mesma localização, área e *layout*, com mobiliário e equipamentos, para uso do Chefe do Escritório e demais funcionários, bem como recinto de atendimento público;
- b) Cessão de dois consultores, um técnico de estatística, uma secretária e um motorista, bem como a fornecer máquina copiadora, correios, material de expediente e permanente, além de serviços de limpeza e energia;
- c) Apoio de comunicações:
 - Instalação de rede telefônica, cobrindo custos de ligações locais, interurbanas e internacionais;
- d) Apoio de informática:
 - Instalação de computadores com software instalados e conectados à internet, cobrindo custos de manutenção;
- e) Apoio à recepção de autoridades brasileiras e estrangeiras;



APÊNDICES

APÊNDICE 01 – Roteiro de entrevista utilizado em pesquisa de campo nas cidades de Belém e Manaus (elaborado pelo autor).



Formulário – Roteiro de Entrevista

Aplicado em: / /

Local/Instituição:

Nome:

Cargo/Função:

1. Esta entrevista tem por finalidade coletar dados sobre as ações internacionais das cidades amazônicas Belém e Manaus, no âmbito da Cooperação Internacional. O presente estudo, intitulado *“Paradiplomacia em Cidades Amazônicas: A Inserção Internacional de Belém e Manaus”* integra o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, a nível de Mestrado, promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), dentro do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA);
2. Todas as informações apresentadas nessa entrevista serão consideradas estritamente confidenciais e somente serão disponibilizadas com autorização prévia;
3. Ademais, as informações disponibilizadas e repassadas por este(a) órgão, instituição, secretaria, estarão colaborando para a identificação, propagação e fortalecimento das ações internacionais de governos subnacionais municipais na Amazônia brasileira.
4. Agradeço, desde já pela atenção e recebimento em sua instituição.

William Monteiro Rocha

Internacionalista, Mestrando em Desenvolvimento Sustentável (NAEA/UFPA)

Contato: (91) 8151-5717

E-mail: william.mrocha@gmail.com

- 1| Nome Completo dos Entrevistados, Cargo e tempo de Serviço:
- 2| Data de Criação do órgão:
- 3| Áreas de Atuação:
- 4| Nome do Responsável Técnico:
- 5| Tamanho da Equipe:
- 6| Quando e como o município percebeu a importância de desenvolver ações internacionais?
- 7| Quais razões motivaram o município a se inserirem internacionalmente?
- 8| Houve alguma inspiração em outras cidades e/ou municípios para tais ações?
- 9| Existe alguma orientação do governo estadual ou governo federal para tais ações?
- 10| O Município mantém contato com órgãos estaduais de Relações Internacionais?
- 11| O Município mantém contato com os órgãos federais de relações internacionais, como o Itamaraty e sua representação regional, o ERENOR?
- 12| O Município mantém relacionamento e/ou contato com outros governos municipais brasileiros acerca de tais ações internacionais?
- 13| Quais as principais ações internacionais realizadas pelo município?
- 14| As ações internacionais trouxeram algum tipo de benefício ao município? Quais? Porque? Exemplos práticos.

15| Quais as principais estratégias de inserção de inserção internacional do Município? (Participação e Realização de eventos internacionais, irmanamento de cidades, Participação em redes internacionais de cidades...)

16| O Município tem bom relacionamento direto com o Ministério das Relações Exteriores(MRE-Itamaraty)?

17| O Município recebeu alguma instrução e/ou auxílio em suas ações internacionais, seja pelo Itamaraty, seja pela sua representação regional ERENOR?

18| O Município mantém um bom relacionamento com a Confederação Nacional dos Municípios(CNM), em relação a suas atividades internacionais?

19| O Município já recebeu algum tipo de instrução e/ou orientação da CNM para suas ações internacionais?

20| O Município integra alguma instituição, fórum local, organização ou rede de municípios, governos locais e outros?